ISSN 1516-344x

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Rev. IGHB, Salvador, v. 115, jan./dez. 2020

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Presidente de Honra	Roberto Figueira Santos
Presidente	Eduardo Morais de Castro
1ª Vice-Presidente	José Nilton Pereira Carvalho
2º Vice-Presidente	Antonio Luiz Calmon Teixeira
3º Vice-Presidente	Antonio Rodrigues Nascimento Filho
Secretário Geral	Newton Cleyde Alves Peixoto
Secretário Adjunto	Raimundo Paes Menezes Filho
Diretor Financeiro	Nelson Teixeira Brandão
Diretor Financeiro Adjunto	Fernando Antônio de Souza
Orador Oficial	Joaci Fonseca de Góes
Diretora de Publicação	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diretor da Biblioteca	Luiz Américo Lisboa Júnior
Diretora do Arquivo Histórico	Zita Magalhães Alves
Diretoria Suplente	Antonio Menezes do Nascimento Raul Chaves Filho Ricardo Mauricio Nogueira e Silva
Conselho Fiscal	Luiz Ovídio Fisher Sudário de Aguiar Cunha Wellington do Carmo Cruz
Conselho Fiscal Suplente	Creuza Santos Lage Guarani Araripe Maria Constança Carneiro Galvão

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Rev. IGHB, Salvador, v. 115, jan./dez. 2020.

Conselho Editorial Internacional

Miguel Monteiro
Academia Portuguesa da História e Universidade de Lisboa – Portugal
Antonella Rita Roscilli
Escritora e Jornalista – Itália
Berthold Zilly
Instituto Latinoamericano da *Freie Universitat Berlin* – Alemanha
Edmundo Aníbal Herédia
Universidad Nacional de Córdoba – Argentina
Glória Kaiser
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
Áustria
Hendrik Kraay
Universidade de Calgary – Canadá
Marcos de Noronha da Costa
Academia Portuguesa da História - Portugal
Stuart Schwartz
Yale University - Estados Unidos

Conselho Editorial Nacional

Adinoel Mota Maia
Gabinete Português de Leitura-Bahia
Aidenor Ayres
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
Arno Wehling
Academia Brasileira de Letras
Cybelle Moreira de Ipanema
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
José Ibarê Dantas
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Maria Nadja Nunes Bittencourt
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
Maria Tereza Navarro Britto Matos
Universidade Federal da Bahia
Roberto Santos
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
Zilma Parente de Barros
Universidade Federal da Bahia

Comitê Editorial responsável por este número

Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diretora de Publicação/IGHB
Antonio Luiz Calmon Teixeira
2º Vice-Presidente/IGHB
Jaime Nascimento
Fundação Pedro Calmon
Jair Cardoso dos Santos
Universidade Estadual da Bahia/UNEB
Jémison Mattos dos Santos
Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS
Nilton Sousa Santana
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/IFBA

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

© 2020 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha técnica

Projeto Editorial	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Projeto Gráfico	Sidnei Silva e George Luis Cruz Silva
Coordenação Editorial	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diagramação, Editoração e Edição de imagens	Alan Cavalcante
Revisão Linguística	Maíta N. B. de Andrade
Copidesque	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Assistente Editorial	Carisse Adriele Chaves
Imagem da capa	Capa da Revista Ilustrada n. 313, 1882. Homenagem a Luiz Gama por ocasião de sua morte ocorrida em 14 de agosto de 1882. Desenho de Ângelo Agostini.

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores.

Ficha Catalográfica

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 -

v.: il.; 25 cm.

Anual
v. 115 (jan./dez., 2020), 392 páginas
ISSN 1516-344X.

1. Bahia – História. 2. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Discursos, ensaios e palestras.

CDU: 94(813.8)

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA - IGHB
Avenida Joana Angélica - 43 - Piedade 40050-001 - Salvador - BA - Brasil
Telefone: (71) 3329-4463 - (71) 3329-6336 diretoria.publicacao@ighb.org.br

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

SUMÁRIO

Editorial 13

Artigos 21

CRONOLOGIA DE LUIZ GAMA

Ligia Fonseca Ferreira 23

DUAS CARTAS DE LUIZ GAMA 37

LUIZ GAMA O DIREITO A SERVIÇO DA LIBERDADE DOS ESCRAVOS

Horácio Senna Pires 45

LUIZ GAMA E AS INSURREIÇÕES FICCIONAIS DO TEXTO HISTÓRICO

Dr. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira 61

LUIZ GAMA, UM BAIANO QUE HONRA A HUMANIDADE

Joaci Góes 79

A INVISIBILIDADE E MEMÓRIAS DE LUIZ GAMA NOS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIRO

Jeferson Mundim de Souza 99

LUIZ GAMA – O ADVOGADO DOS ESCRAVOS

Nelson Câmara 113

ASPECTOS E ALTERAÇÕES AMBIENTAIS DA BACIA DO RIO PARAGUARI: A EMERGÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE TEMÁTICO NA "PERIFERIA" FERROVIÁRIA DE SALVADOR-BA

Prof. Jémison Mattos dos Santos

Lina María Hurtado Gómez 129

ANNA JUSTINA FERREIRA NERY: Exame microscópico da biografia e pós-passamento
Fernando Porto 151
ANÁLISE DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL DE SALVADOR: UM SUBSÍDIO AO PLANEJAMENTO E À GESTÃO TERRITORIAL DA CIDADE
Nilton Sousa Santana 173
ANÍSIO TEIXEIRA, 120 ANOS. ANÍSIO, SEMPRE ATUAL
José Nilton Carvalho Pereira 189
AS DISPOSIÇÕES PIAS E O BEM MORRER NA AMÉRICA PORTUGUESA (CACHOEIRA, SEC. XVIII)
Tânia Maria Pinto de Santana 203
COLONIZAÇÃO BRANCA NA BAHIA MONÁRQUICA
Antonietta d´Aguiar Nunes 219
Palestra 245
LUIZ GAMA: ENTRE AS LEIS E AS LETRAS
Jair Cardoso dos Santos 247
Discurso 271
O IGHB OU CENTRO PERMANENTE DE RENOVAÇÃO
Joaci Góes 273
Biografia 277
A (AUTO)BIOGRAFIA DE LUIZ GAMA (1880): ORIGENS DE UMA NARRATIVA CONSTRUÍDA A QUATRO MÃOS
Ligia Fonseca Ferreira 279

Acervo Bibliográfico 301

BIBLIOGRAFIA DE LUIZ GAMA 303

Relatório Biblioteca Arquivo 309

RELATÓRIO ANUAL DA BIBLIOTECA RUY BARBOSA 312

RELATÓRIO DO ARQUIVO HISTÓRICO THEODORO SAMPAIO 2020

Diretora Zita Magalhães Alves 315

RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO DO ACERVO PROF. ANTÔNIO BARROS NO IGHB Junho/2020

Gismália Marcelino Mendonça 316

Resenha 327

FUNDADOR DA NOSSA LIBERDADE

Wallace Corbo 329

Galeria de Imagens 335

Espaço Aberto Memorial 2 de Julho 343

UM TRIBUTO À GENEROSIDADE: síntese biográfica do imortal Edivaldo Boaventura

Claudefranklin Monteiro Santos 345

RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA CONFERIDA AO MUSEU NACIONAL DE ENFERMAGEM DO COFEN NO ARTIGO PUBLICADO NA REVISTA DE N º 114 DO IGHB, – MUSEU NACIONAL DE ENFERMAGEM ANNA NERY: MEMÓRIA, MUSEOLOGIA E PERSONAGEM ANNA NERY, E APRESENTAÇÃO DA AUTORIA DO TEXTO UTILIZADO COMO SUBSÍDIO PELA CRIADORA DO ARTIGO PARA FALAR DA SUA IMPLANTAÇÃO.

Simone da Invenção Lopes 357

Agenda IGHB 363

AGENDA CULTURAL DO IGHB EM 2020 365

Relação de Associados 371

Associados do IGHB 373

Normas de Publicação e Edital 2020 381

EDITAL DE PUBLICAÇÃO n° 004/2020 da Revista IGHB n. 116 389

Editorial

EDITORIAL

A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, neste número, destaca o baiano Patrono da Abolição da Escravatura brasileira, ex-escravo, defensor da igualdade entre negros e brancos, conhecido como o advogado dos escravos, jornalista, poeta e articulador de causas em defesa da cidadania e da liberdade. Luiz Gama foi o homem que, em tão pouco tempo de vida, deixou um legado memorável para tornar a vida dos brasileiros mais humana e igualitária. A sua luta elevou o seu nome a constar no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. Há 190 anos nascia este herói com a saga sem precedente de vida humana. O seu sofrimento o fortaleceu para lutar em defesa da liberdade dos escravos. Como poeta, o baiano autodidata, usou a poesia para afirmar o seu pertencimento etnicorracial e denunciar o sofrimento de seus pares, romantizou a relação com a mãe, com a qual pouco conviveu, e foi satírico com o poder do Estado. Manteve relações de amizade com grandes ícones de áreas distintas no seu país. O seu exemplo é um modelo para tempos muito atuais. Aqui, e em vários países do mundo, ainda se confere que a sua defesa pela igualdade e a repulsa pela discriminação racial entre os homens precisam ser replicados, exercidos e divulgados. A história de vida de Luiz Gama confirma que a educação faz a diferença, que as competências adquiridas pela escolaridade lhe outorgaram a voz e a vez nos espaços históricos, políticos e sociais brasileiro. Dito isto, reservo-me para deixar os autores, estudiosos e admiradores deste herói baiano contribuírem com o conteúdo para ser pesquisado, estudado e eternizado nas nossas memórias históricas.

Abrimos a Revista com a Cronologia de Luiz Gama, nele **Ligia Fonseca Ferreira** procede um estudo detalhado do tempo sobre a vida e obra do mesmo. Em seguida, apresenta Duas Cartas de Luiz Gama, com destaque para a Carta a Rui Barbosa datada de 1871, e outra a Lúcio de Mendonça de 1880, nesta ele narra a sua história pessoal ao amigo num texto autobiográfico.

Luiz Gama: o Direito a serviço da liberdade dos escravos, **Horácio Senna Pires** comenta a trajetória do ex-escravo, profissional do direito aguerrido, destemido, de invulgar cultura jurídica, e convida a revisitar a sua história de luta contra a opressão e combate a todas as formas de discriminação.

Luiz Gama e as insurreições ficcionais do texto histórico, **Sílvio Roberto dos Santos Oliveira** reflete sobre a história de Luiz Gama registrada pela primeira vez em 1880, numa carta pessoal enviada a Lúcio de Mendonça. Examina as relações primordiais presentes na narrativa apresentadas por Mendonça e pontua a necessidade de observar a contextualização dos fatos históricos.

Luiz Gama, um baiano que honra a humanidade, **Joaci Góes** comenta a biografia de Luiz Gama e o destaca como nome de expressão na luta pela extinção da escravatura brasileira. Registra que foi o primeiro poeta que cantou a beleza da mulher negra na poesia brasileira.

A invisibilidade e memórias de Luiz Gama nos livros didáticos brasileiros, **Jeferson Mundim de Souza** dialoga com as memórias de Luiz Gama e comenta que esta atitude pode inviabilizar o respeito e a dignidade, baseados na ancestralidade, na oralidade, na cosmovisão africana e afro-brasileira.

Luiz Gama – o advogado dos escravos, **Nelson Câmara** revela um ensaio da vida e a obra do rábula, jornalista e poeta e destaca a sua principal atividade, a prática do direito e a defesa na luta contra a escravidão.

Aspectos e alterações ambientais da Bacia do Rio Paraguari: a emergência da construção de um Parque Temático na "Periferia" Ferroviária de Salvador-Ba, **Jémison Mattos dos Santos** e **Lina María Hurtado Gómez** discutem sobre a necessidade da construção de um parque temático no bairro de Periperi, em Salvador, e destacam pontos da interação complexa entre as intervenções socioespaciais e ambiental.

Anna Justina Ferreira Nery: exame microscópico da biografia e pós-passamento, **Fernando Porto** apresenta o exame microscópico de alguns elementos da composição da biografia de Anna Justina Ferreira Nery e discute sobre elementos pós-passamento, datado de 1924, mediante as suas circunstâncias e a pintura de autoria de Presciliano Silva exposta no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em Salvador (1933).

Análise da vulnerabilidade ambiental de Salvador: um subsídio ao planejamento e a gestão territorial da Cidade, **Nilton Sousa Santana** analisa a vulnerabilidade ambiental de Salvador e os movimentos de massa, para contribuir no planejamento e na gestão da Cidade.

Anísio Teixeira, 120 anos. Anísio, sempre atual, **José Nilton Carvalho Pereira** resenha sobre a vida e obra deste educador baiano e destaca as contribuições para a educação local e nacional. Comenta as realizações e as publicações, as quais se tornaram obras de referência na educação brasileira até hoje.

As disposições pias e o Bem Morrer na América Portuguesa (Cachoeira, Sec. XVIII), **Tânia Maria Pinto de Santana** analisa as disposições pias dos moradores da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira para compreender as práticas de bem morrer observadas nos testamentos e investiga o registro das suas últimas vontades, além do papel desempenhado pela comunidade paroquial.

Colonização branca na Bahia monárquica, **Antonieta Aguiar Nunes** estabelece um comparativo entre as tentativas de colonização europeia no estado da Bahia durante o período abrangido pelo Brasil Reino e Brasil Imperial.

Luiz Gama: entre as leis e as letras, **Jair Cardoso dos Santos** palestra sobre o lugar de fala e o teor da linguagem de Luiz Gama no contexto da realidade sócio-histórica brasileira, a partir de uma dupla consciência: social e racial, forjada na experiência e na memória da diáspora e na escravidão. Comenta sobre a sua poesia engajada, denunciando, ironizando, desmontando a lógica das relações de poder e dominação.

O IGHB ou Centro permanente de renovação, **Joaci Góes** discursa sobre a reinvenção do IGHB em tempos de pandemia, lembrou

atividades exitosas realizadas no âmbito da agenda do Instituto e teceu sobre a perda de associados que fizeram diferença no nosso convívio e que muito contribuíram no fortalecimento da Casa da Bahia.

Na Biografia, **Lígia Ferreira** aponta novas possibilidades interpretativas de um texto, em geral, lido de forma isolada. Considera a rede intertextual, tecida a quatro mãos, na qual a carta de Luiz Gama, motivada por uma mensagem anterior, encerra elementos de cunho autobiográfico que se reelaboram e se ampliam sob a pena de Mendonça, autor da primeira biografia do abolicionista.

O Acervo Bibliográfico consta de uma relação de títulos identificados como obras de Luiz Gama e de obras sobre ele. É uma tentativa de contribuir com estudiosos e pesquisadores sobre a causa.

Na seção Relatório apresenta investimentos, avanços e prospecções da gestão em curso da Presidência, da Biblioteca Ruy Barbosa e do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio.

A resenha Fundador da nossa liberdade é de **Wallace Corbo** que tece as palavras com maestria e convida a ler o título Lições de Resistência – Artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro organizado por Ligia Fonseca Ferreira e editado pelo SESC em 2020. A reprodução desta resenha foi autorizada pelo Paulo Werneck, diretor da revista **Quatro Cinco Um***,* e pelo autor da resenha, publicado no número 36, de agosto de 2020, pp. 22-23. A Casa da Bahia agradece esta especial contribuição.

Na Galeria de Imagens foi possível publicar poucos, mas significativos registros de Luiz Gama, isto porque eles foram escassos.

No espaço Aberto - Memorial 2 de Julho registra dois textos: o primeiro trata de retificação sobre um texto publicado na Revista 114: Retificação da classificação administrativa conferida ao museu Nacional de Enfermagem do COFEN no artigo publicado na Rev. 114 do IGHB, – Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery: Memória, Museologia e personagem Anna Nery, e apresentação da autoria do texto utilizado como subsídio pela criadora do artigo para falar da sua implantação de **Simone da Invenção Lopes.** O segundo Um tributo à generosidade: síntese biográfica do imortal Edivaldo Boaventura de **Claudefranklin Monteiro Santos.**

A Agenda Cultural do IGHB apresenta as atividades desenvolvidas neste ano atípico acometido pela pandemia do COVID-19, que nos levou a reinventarmos enquanto Instituição histórica e cultural. Seguida da Relação de Associados, as Normas de Publicação e o Edital n. 04/2020.

Por fim, queremos celebrar com todos mais uma publicação na qual se registra importante conteúdo e informações para todos aqueles que a buscam como fonte de conhecimento.

Muito agradecida aos autores e colaboradores por esta inestimável contribuição.

Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diretora de Publicação do IGHB

Artigos

CRONOLOGIA DE LUIZ GAMA

Ligia Fonseca Ferreira
Pós-doutorado no Instituto de Estudos Brasileiros /IEB-USP
Doutorado em Estudos Portugueses e Brasileiros / Université de Paris 3 – Sorbonne
Mestrado em Análise do Discurso/ Universidade de Paris 13
Bacharel em Letras Francês / Português / Linguística/USP

1822 Proclamação da Independência.

1830 Nasce em 21 de junho às 7 horas da manhã em Salvador, Luiz Gonzaga Pinto da Gama. Filho natural da quitandeira Luiza Mahin, africana livre da Costa Mina, e de um fidalgo baiano de origem portuguesa cujo nome nunca foi revelado.

1831 Abdicação de Dom Pedro I em 7 de abril.

Lei de 7 de novembro, declarando livres todos os africanos introduzidos no Império a partir dessa data.

1831-1840 Período regencial, um dos mais turbulentos da história política do país.

1835 Eclosão da Revolta dos Malês em Salvador, a mais importante insurreição negra das Américas ocorrida em contexto urbano e protagonizada por africanos muçulmanos. A mãe de Luiz Gama, Luiza Mahin, teria supostamente participado do levante, já que, conforme afirma seu filho, por várias vezes fora presa como suspeita de instigar revoltas escravas.

1837 Eclosão da Sabinada, em Salvador, na qual, segundo Luiz Gama, seus pais teriam se envolvido

Luiza Mahin foge para o Rio, em virtude das perseguições de que se tornaram vítimas, na Bahia, os africanos considerados turbulentos.

1838 Luiz Gama declara ter sido batizado na Igreja Matriz do Sacramento em Itaparica. Porém, não consta dos arquivos paroquiais certidão com seu nome, nem outra semelhante à sua situação.

Luiza Mahin foi possivelmente expulsa do país, segundo informações obtidas por Luiz Gama em 1862.

1840 Em 10 de novembro, Luiz Gama foi vendido como escravo pelo próprio pai, aparentemente arruinado pelo jogo. Segue para o Sul, desembarca no Rio de Janeiro, onde permanece por algumas semanas. Vendido a um traficante de escravos contrabandeados para o Sul, segue para o porto de Santos, de onde segue a pé, por cerca de 175 quilômetros, até Campinas, importante centro da cultura cafeeira no interior paulista. Não sendo ali comprado por ser "baiano", sinônimo de "rebelde", vai para a cidade São Paulo na condição de refugo do "contrabandista" e seu futuro senhor, Antonio Pereira Cardoso.

Início do Segundo Reinado.

1842 Revoltas liberais em São Paulo e Minas Gerais.

1847 Começa a aprender a ler e a escrever com o estudante de "humanidades" Antonio Rodrigues do Prado Júnior, pensionista de seu senhor.

Primeira viagem ao Rio de Janeiro na tentativa de encontrar sua mãe.

1848 Foge de casa de seu dono, depois de conseguir secretamente provas incontestáveis, como ele próprio afirma, de ter nascido livre. Alista-se na Guarda Municipal e, nas horas vagas, trabalha como copista no escritório de um escrivão e como ordenança de uma das maiores autoridades da cidade de São Paulo, o Conselheiro Francisco Maria de Sousa Furtado de Mendonça, chefe da Polícia e catedrático da Faculdade de Direito.

Em carta a Lúcio de Mendonça (1880), escreve: "Desde que me fiz soldado, comecei a ser homem; porque até os dez anos fui criança; dos dez aos dezoito anos fui soldado".

Fim da escravidão nas colônias francesas.

1850 Lei Eusébio de Queirós, extinguindo definitivamente o tráfico negreiro.

1854 Julgado por ato de suposta insubordinação e condenado a 39 dias de prisão, o cabo-de-esquadra Luiz Gama abandona a carreira militar.

Torna-se membro da Sociedade 7 de Setembro, que congregava um grande número de associados, com a finalidade de promover atividades patrióticas para celebrar a Independência.

Em 26 de junho, Joaquim Roberto de Azevedo Marques funda o Correio Paulistano, o primeiro jornal diário da cidade, no qual Luiz Gama será colaborador assíduo a partir do final da década de 1860, quando, sob a direção de Américo de Campos e José Maria Lisboa, assume orientação liberal.

1856 É nomeado amanuense da Secretaria de Polícia de São Paulo, onde trabalhará por doze anos.

Segunda busca pela mãe no Rio de Janeiro.

1857 Data provável de seu encontro com a negra Claudina Fortunata Sampaio, com quem vive maritalmente por mais cerca de doze anos.

1858 Luiza, filha do casal, morre aos dois meses de idade vítima de bexiga, conforme noticiado por um jornal paulistano.

Época provável da aproximação entre Luiz Gama e o poeta e professor de Direito José Bonifácio, o Moço, um de seus amigos diletos com o qual manteve afinidades políticas e literárias ao longo da vida.

1859 Publica a primeira edição das Primeiras trovas burlescas de Getulino em São Paulo.

Nasce em 20 de julho Benedito Graco Pinto da Gama, filho de Claudina F. Sampaio e de Luiz Gama.

1861 Publicação da segunda edição "correcta e augmentada" das Primeiras Trovas Burlescas de Getulino no Rio de Janeiro.

Terceira e última tentativa de encontrar Luiza Mahin na capital do Império.

Doravante, o ex-escravo autodidata dedicar-se-á exclusivamente à imprensa, meio mais adequado para a divulgação de suas ideias e do seu ativismo abolicionista e republicano.

Início da Guerra de Secessão nos Estados Unidos.

1862 O fluminense José Ferreira da Meneze, futuro fundador da influente folha abolicionista Gazeta da Tarde, chega a São Paulo para cursar a Academia de Direito e não ter demorado a conhecer Luiz Gama pessoalmente.

1863 A partir desta data, será frequentemente convocado pelos jornais a compor o Tribunal do Júri em São Paulo.

1864 Ao lado do caricaturista italiano Ângelo Agostini, Luiz Gama funda em setembro o semanário "informativo, crítico e humorístico" Diabo Coxo. Colaboram os bacharéis de Direito Sizenando Nabuco de Araújo, irmão mais velho de Joaquim Nabuco, e os irmãos Américo e Bernardino de Campos. O primeiro veículo ilustrado da cidade de São Paulo é acolhido calorosamente pelos paulistanos, satisfeitos com o progresso evidente e por poderem contar com um periódico comparável à popularíssima Semana Ilustrada, publicada pelo ilustrador alemão Henrique Fleiuss no Rio de Janeiro.

Luiz Gama defende, provavelmente, a primeira ação de liberdade em benefício do escravizado Tomás, condenado pelo crime de furto, expondo nos jornais a situação de abandono do réu por parte de seu senhor.

Lei de 24 de setembro concede emancipação a todos os africanos livres existentes no Império, a serviço do Estado ou de particulares.

Início da Guerra do Paraguai, com batalhões em grande parte formados por contingente de escravizados. O conflito sangrento expõe as fragilidades do Segundo Império.

1865 Publicação do último número do Diabo Coxo em dezembro.

Por essa época, deve ter-se iniciado na loja maçônica Sete de Setembro.

Fim da Guerra de Secessão e Abolição da escravidão nos Estados Unidos.

1866 Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antonio Manuel dos Reis fundam o Cabrião, o periódico humorístico mais célebre publicado na capital paulista no qual colabora Luiz Gama. Semanário de coloração liberal como seu predecessor Diabo Coxo, o Cabrião trata, entre outros acontecimentos, os impactos da Guerra do Paraguai na vida da população paulista.

1867 Luiz Gama torna-se membro da Sociedade Esperança, cujo objetivo era promover ações filantrópicas voltadas para o alforriamento de escravizados. Já figura também, segundo atas de entidades maçônicas, como membro da da Loja Sete de Setembro, onde deve ter sido iniciado em anos anteriores.

Inauguração da estrada de ferro Santos-Jundiaí.

1868 Em 23 de abril, o Supremo Conselho do Grau 33 do Brasil confere a Luiz Gama o grau 18 - Soberano Príncipe Rosa Cruz - um dos mais importantes do rito escocês antigo e aceito, seguido pela maioria das lojas maçônicas da capital paulista.

Queda do gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos a 16 de julho, dissolução da Câmara e volta dos conservadores ao poder: retumbante crise política e espiritual na vida brasileira.

Retorno triunfal do deputado liberal José Bonifácio, o Moço, a São Paulo, onde foi acolhido pelos estudantes da Faculdade de Direito, dentre os quais Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Ferreira de Menezes, Castro Alves, etc. Na ocasião, este último compõe e faz a primeira leitura pública de "O navio negreiro" em cerimônia de homenagem ao mestre.

Luiz Gama é um dos membros fundadores do Clube Radical Paulistano, ao lado dos irmãos Américo e Bernardino de Campos, Américo Brasiliense, Francisco Glicério, Zoroastro Pamplona, entre outros.

Em 9 de novembro, fundação da Loja América com Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Rui Barbosa, Salvador de Mendonça, Azevedo Marques, Olímpio da Paixão, Américo Brasiliense, Antonio Louzada Antunes e Ferreira de Menezes.

1869 Ano de intensa atividade na imprensa, na política e no foro. Luiz Gama firma-se como figura das mais populares e influentes da cidade de São Paulo.

Em 12 de abril, criação do semanário Radical Paulistano, órgão do Clube Radical Paulistano, que circulará até o mês de novembro. Colaboradores: Luiz Gama, Rui Barbosa, Américo de Campos, Américo Brasiliense, Olímpio da Paixão, entre outros.

Em junho, sob os auspícios da Loja América, os "professores" Luiz Gama e Olímpio da Paixão inauguram, uma escola gratuita para crianças e um curso primário noturno para adultos na Rua 25 de Março.

Um ano após a queda do governo liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, Luiz Gama profere, diante de centenas de pessoas, a primeira conferência pública organizada em 18 de julho, pelo Clube Radical Paulistano, versando sobre a extinção do Poder Moderador, instituído pela constituição de 1824, atribuindo, segundo seus críticos, prerrogativas excessivas ao Imperador.

Luiz Gama torna-se "advogado provisionado": mesmo não tendo diploma de bacharel em direito, recebe autorização expressa do governo para atuar como advogado em primeira instância.

Casa-se com Claudina Fortunata Sampaio no dia 25 de outubro, na Matriz da Freguesia do Brás. Foram testemunhas Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Gustavo de Moura Câmara.

Em novembro é demitido de seu cargo na Secretaria de Polícia. Apesar das repetidas advertências do juiz municipal Rego Freitas, a quem chamara de "incompetente", e do próprio Chefe de Polícia e ex-"protetor", Furtado de Mendonça, Gama prosseguia defendendo escravizados contra os "crimes da justiça". Entre 20 de novembro e 3 de dezembro, publica uma série de artigos polêmicos no Correio Paulistano, provando ter sido vítima de perseguição política. O fato ganha repercussão na imprensa da Corte e de várias províncias. Sem se deixar intimidar, publica o seguinte seguinte anúncio em vários jornais paulistanos: "Luiz G. P. da Gama continua a tratar causas da liberdade. Outrossim, responde consultas fora da capital, tudo sem retribuição alguma".

1870 Em janeiro, o "advogado provisionado" Luiz Gama concorre para libertação de quarenta e dois escravos em Jundiaí, causa "sustentada às expensas da Loja América". Aumentam, a partir daí, sua fama como libertador de escravos bem como as ameaças de morte, denunciadas por ele na imprensa. Segundo seu correligionário João Brasil Silvado, o abolicionista tornara-se o "terror dos fazendeiros" na década em que São Paulo desponta como uma das maiores províncias negreiras da nação. Gama trabalha em estreita colaboração com a banca de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, primo de José Bonifácio, o Moço.

Em abril, Rui Barbosa submete ao Grande Oriente dos Beneditinos um projeto de lei para a emancipação do elemento servil, anteriormente apresentado à Loja América.

Fim da Guerra do Paraguai. Põem-se em marcha as campanhas republicana e abolicionista.

Lançamento do "Manifesto Republicano", publicado em 3 de dezembro no jornal A República (RJ).

1871 A Loja América cria uma biblioteca popular na Rua do Rosário.

Luiz Gama torna-se primeiro vigilante (vice-presidente) de sua loja maçônica. Loja América.

No ano da Comuna de Paris, Gama é acusado de ser "comunista", "agente da Internacional" e de fomentar insurreições escravas. Manifestou-se pronta e veementemente pela imprensa contra os "chorrilhos de mentiras extravagantes", ou *fake news* como chamamos hoje, a seu respeito[1].

O Clube Radical Paulistano passa a se chamar Clube Republicano de São Paulo.

Promulgação em 28 de setembro da complexa Lei do Ventre Livre: em princípio, são consideradas livres as crianças nascidas de mãe escrava a partir dessa data, porém ficariam em poder dos senhores de suas mães até idade de oito anos. Caso, depois disso, não recebessem indenização do Estado, os senhores manteriam os serviços do menor até a idade de 21 anos, ou seja até 1892, a contar daquela data.

1872 Em 17 de janeiro, durante reunião na casa de Américo Brasiliense em São Paulo, lançam-se as bases do futuro Partido Republicano Paulista. Participam, entre outros, Luiz Gama, Américo e Bernardino de Campos, Olímpio da Paixão, Ferreira de Menezes, Campos Sales e Joaquim de Azevedo Marques, dono do Correio Paulistano.

1 Ver "Luiz G. P. da Gama", Correio Paulistano, 10 de novembro de 1871, in: Lições de resistência. Artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Organização, introdução e notas Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Edições do SESC, 2020, pp. 198-200; e também in: Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas. Organização, introdução, ensaios e notas Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011 (2018, 2019). Nas duas publicações, artigo reproduzido na íntegra.

Primeiro censo demográfico realizado no Brasil: total de 9.930.478 habitantes, dos quais os escravos representavam 15,2% da população brasileira. Em São Paulo, dos 156.612 escravos presentes na província, apenas 104 sabem, aproximadamente, ler e escrever. De ex-escravo analfabeto a poeta, jornalista e advogado, Luiz Gama, cuja alfabetização se iniciara vinte e cinco anos antes, representa ainda uma grande exceção.

1872-1875 A Questão Religiosa opõe autoridades tradicionalistas da Igreja à maçonaria e ao governo imperial.

1873 Em 18 de abril, realiza-se a primeira Convenção Republicana do Brasil em Itu, dando origem ao Partido Republicano Paulista. Presente à reunião, Luiz Gama logo a abandona, vendo com maus olhos a participação de fazendeiros no PRP. O grupo volta a se reunir em São Paulo no dia 1º de julho. Luiz Gama comparece como representante de São José dos Campos. Primeiras divergências no partido: no dia 2 de julho, depois de inflamado discurso, Luiz Gama, seguido outros partidários da "abolição já", deixa a sessão por recusar propostas de emancipação gradual com indenização aos senhores de escravos. A partir daí, embora desiludido mas sem romper propriamente com o partido, mantém certo distanciamento crítico. Continuará, no entanto, a participar de congressos e comissões.

1874 Primeira eleição de Luiz Gama como "Venerável" (ou presidente) da Loja América. Em reeleições sucessivas, ocupará o cargo até 1881.

1875 Em 4 de janeiro, entra em circulação o jornal A Província de São Paulo, fundado por Américo de Campos e Francisco Rangel Pestana (redatores) e José Maria Lisboa (administrador), companheiros de jornalismo e irmãos de maçonaria de Luiz Gama. Neste órgão que prega a "liberdade de pensamento e a responsabilidade do autor", o jornalista e abolicionista negro publica poucos, mas polêmicos artigos que denunciam atitudes racistas, violências da escravidão, incoerências ideológicas dos leitores em sua maioria ligados ou simpatizantes do Partido Republicano Paulista. Conforme anunciado desde o primeiro número, o jornal nasce como sociedade em comandita por iniciativa de homens de letras, capitalistas e agricultores, sobretudo cafeicultores do Oeste Paulista.

1876 Luiz Gama é proprietário e redator d'O Polichinelo, semanário humorístico publicado aos domingos que circula de 23 de abril a 31 de dezembro, com ilustrações de Huáscar de Vergara.

1877 Estabelece-se em banca de advogados com Antonio Carlos, Manoel José Soares e Antonio Januário Pinto Ferraz.

1878 Luiz Gama participa de Congresso Republicano como representante de Cotia.

Surgem seus primeiros sintomas de diabetes, mal incurável àquela época.

Quase dez anos depois, o partido liberal retorna ao poder com o Gabinete do Visconde de Sinimbu.

1880 Comício de Luiz Gama e Martinho Prado Júnior, de apoio à Revolta do Vintém no Rio, reúne em janeiro mais de cem pessoas no Largo da Sé em São Paulo, apesar de forte temporal.

Os jornalistas e abolicionistas negros José do Patrocínio e Ferreira de Menezes criam associações emancipadoras no Rio de Janeiro.

Fundação no Rio de Janeiro da Sociedade Brasileira contra a Escravidão (SBE) por André Rebouças e Joaquim Nabuco que lança o Manifesto da SBE, endereçado "aos fazendeiros, agricultores, ao Imperador, aos partidos constitucionais em geral - especialmente ao Partido Republicano, à juventude - filhos de senhores de escravos, aos senhores de escravos", todos conclamados a lutar pela emancipação dos escravos ao lado da recém fundada SBE. O texto foi amplamente divulgado no país e no exterior, em francês e inglês.

Em 10 de julho, José Ferreira de Menezes funda Gazeta da Tarde, no Rio de Janeiro, primeiro jornal francamente abolicionista. Por um breve tempo, conjugam-se nesta folha as vozes de um quarteto de proeminentes abolicionistas negros: além do próprio fundador, falecido em 1881, Luiz Gama (o mais velho de todos), André Rebouças e José do Patrocínio. Vários artigos de Luiz Gama, bem como notícias relativas a seu ativismo em São Paulo são veiculados nesse jornal.

1881 Lúcio de Mendonça publica o artigo biográfico "Luiz Gama" no Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881 de José Maria Lisboa, com o objetivo de prestar homenagem ao "bom republicano" cuja saúde, minada pelo diabetes, dava como próximo seu fim.

Fundação da Caixa Emancipadora Luiz Gama em São Paulo, por iniciativa de João Brasil Silvado.

1882 Reunindo suas últimas energias, Luiz Gama funda o Centro Abolicionista de São Paulo com apoio de sua loja maçônica. Em 19 de agosto surge o primeiro número de Ça *ira!*, órgão dessa associação redigido, entre outros, por Raul Pompéia, então estudante de direito em São Paulo, amigo e grande admirador do abolicionista negro.

Morre Luiz Gama em 24 de agosto. Segundo as crônicas da época, seu funeral foi o maior jamais visto na cidade de São Paulo. Nele acotovelavam-se negros e brancos, cativos e doutores, gentalha e figurões, abolicionistas e senhores de escravos, conservadores e republicanos, brasileiros e imigrantes. Durante meses, os jornais paulistanos dão notícia das incontáveis homenagens póstumas, por vezes festivas, que ocorrem por toda província e pelo país[2].

A folha do Centro Abolicionista passa a chamar-se Luiz Gama.

1883 Primeira marcha cívica ao túmulo de Luiz Gama no cemitério da Consolação, ato que duraria até o final dos anos 30.

Joaquim Nabuco publica O Abolicionismo.

Em maio, José do Patrocínio e André Rebouças criam a Confederação Abolicionista no Rio de Janeiro.

O ex-promotor e juiz municipal Antonio Bento de Souza e Castro e seu grupo, os caifases, tomam a frente do movimento abolicionista em São Paulo e passam a organizar fugas de escravos com forte apoio popular.

1885 Lei dos Sexagenários. Criação do Quilombo do Jabaquara, ao pé da Serra do Mar, para onde se dirigem escravos fugitivos.

1888 Abolição da escravidão, Lei Áurea em 13 de maio.

1889 Proclamação da República.

1894 Fundação da loja maçônica Luiz Gama em São Paulo.

1931 Erigida a herma de Luiz Gama no Largo do Arouche, por iniciativa da comunidade negra de São Paulo, um ano depois de seu centenário.

2 Ver FERREIRA, Ligia F. "A morte de Luiz Gama através da imprensa". In: Com a palavra Luiz Gama, op. cit., pp. 211-252.

2015 A OAB - SP confere o título póstumo de "profissional da advocacia" Luiz Gama, em reconhecimento ao seu brilhante atuação no campo do Direito, não tendo nunca cursado uma faculdade.

Homenagem da OAB federal a Luiz Gama, pioneiro e símbolo do exercício da advocacia *pro bono*.

2018 A Lei Federal 13.628 inscreve o abolicionista no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

A Lei Federal 13.629 declara-o como "Patrono da Abolição da Escravidão", título concedido a pessoas que tiveram um papel relevante em determinada causa.

DUAS CARTAS DE LUIZ GAMA[1]

Carta de Luiz Gama a Rui Barbosa[2]

São Paulo, 16 de Abril de 1871.

Meu caro Rui[,]

Soube, pelo nosso Am[igo] Dr. [Camara], que no [H]otel de [E] uropa achava-se o nosso patrício Dr. Souza, e que trazia uma carta para mim. E sabendo eu que a carta era tua não esperei, fui procurar o Dr.; e agradeço-te o haveres deparado-me [com] este verdadeiro baiano, distinto republicano. Ele já vai experimentando melhoras; o clima lhe é propício; pelo que, se não obtiver completa cura, alcançará seguramente melhoras consideráveis.

São Paulo, 18 de junho.

Quando eu escrevia esta carta, no dia 16 de Abril, fui interrompido por um telegrama, que chamara-me à cidade de Santos, para assistir a uma audiência na causa dos escravos do Com[endador] Neto. Por [ilegível] nesta causa – devo dizer-te que já escrevi as razões finais;

1 Textos estabelecidos por Ligia Fonseca Ferreira. Ambos encontram-se integralmente reproduzidos, comentados e anotados em Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas. Organização, apresentações, notas Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011, pp. 197-203; e em Lições de resistência. Artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Organização, introdução e notas Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Edições do SESC, 2020, pp. 364-370.

2 O documento original encontra-se na Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro).

estão os ditos com vista dos advogados contrários. Nestes 20 ou 30 dias sairá a sentença.

Mudamos agora o interrompido fio.

Interrompida a escrita foi a carta para a gaveta[3] de onde saiu hoje para receber a última demão.

O nosso distinto patrício e excelente Am[igo] Dr. Souza, depois de haver adquirido algumas melhoras aparentes descaiu, e lá se foi para as águas termais de Baependi, onde espera encontrar lenitivo aos seus grandíssimos sofrimentos. Viajamos juntos até Santos, onde ele embarcou para a Corte. Sinceramente desejo-lhe prósperas melhoras.

M[uito] tenho sentido os teus incomôdos; era crença minha que o intenso calor da Bahia fosse propício aos teus emperrados sofrimentos. É preciso que sares, a fim de poderes trabalhar para ti e para a grande causa[4].

Estive, há dias, com o Conselheiro Furtado[5], que falou de ti com m[uito] elogio. Cumpre notar que ele não é m[uito] dado a dispensar louvores.

Por aqui trabalha-se; o solo é ubérrimo, como tu sabes, e a árvore estende as raízes. E, ao escrever estas linhas, enche-se-me o coração de tristeza.... pelo tristíssimo papel que está representando a nossa cara terra, que hoje se deve chamar – Bahia de todos os servos -. Quem outrora admirou-a, que a deplore hoje...

Quero ter notícias tuas; é preciso que me escrevas.

Recomenda-me ao Vasconcellos Juiz dos órfãos.

Teu Am[igo].

L. Gama

---

3 Grifo do autor.

4 Referência à campanha abolicionista.

5 Conselheiro Furtado de Mendonça, docente da Faculdade de Direito, "amigo e [ex-] protetor" de Luiz Gama, com o qual tivera sérias desavenças em 1869. É provável que Luiz Gama tenha restabelecido relações profissionais e cordiais, como se depreende deste comentário, com o poderoso homem, por muito tempo chefe de polícia da cidade de São Paulo, mas com o qual convivera por muitos anos a ponto de conhecer-lhe bem a personalidade austera e discreta.

Carta a Lúcio de Mendonça, 25/07/1880[6]

São Paulo, 25 de julho de 1880

Meu caro Lúcio,

Recebi o teu cartão com a data de 28 de pretérito.

Não me posso negar ao teu pedido, porque antes quero ser acoimado de ridículo, em razão de referir verdades pueris que me dizem respeito, do que vaidoso e fátuo, pelas ocultar, de envergonhado: aí tens os apontamentos que me pedes, e que sempre eu os trouxe de memória.

Nasci na cidade de S[ão] Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado da rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de Sant'Ana, a 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica.

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina, (Nagô de Nação) de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio - era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições[7] de escravos, que não tiveram efeito.

Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas[8], que conheciam-na

6 O documento original encontra-se na Biblioteca Nacional.

7 Não há referência específica à participação de Luiza Mahin na Revolta dos Malês. Ver João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835.* Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 301-304.

8 Africanos provenientes da Costa da Mina (Golfo da Guiné).

e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma «casa de dar fortuna», em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Em opinião dos meus informantes que esses «amotinados» fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores.

Nada mais pude alcançar a respeito dela. Nesse ano, 1861, voltando a São Paulo, e estando em comissão do governo, na vila de Caçapava, dediquei-lhe os versos que com esta carta envio-te[9].

Meu pai, não ouso afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas, neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas: era fidalgo e pertencia a uma das principais famílias da Bahia de origem portuguesa. Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome.

Ele foi rico; e nesse tempo, muito extremoso para mim: criou-me em seus braços. Foi revolucionário em 1837. Era apaixonado pela diversão da pesca e da caça; muito apreciador de bons cavalos; jogava bem as armas, e muito melhor de baralho, amava as súcias e os divertimentos: esbanjou uma boa herança, obtida de uma tia em 1836; e reduzido à pobreza extrema, a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luiz Cândido Quintela, seu amigo inseparável e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem, na cidade da Bahia, estabelecida em um sobrado de quina, ao largo da praça, vendeu-me, como seu escravo, a bordo do patacho "Saraiva".

Remetido para o Rio de Janeiro nesse mesmo navio, dias depois, que partiu carregado de escravos, fui, com muitos outros, para a casa de um cerieiro português de nome Vieira, dono de uma loja de velas, à rua da Candelária canto da do Sabão. Era um negociante de estatura baixa, circunspecto e enérgico, que recebia escravos da Bahia, à comissão. Tinha um filho aperaltado, que estudava em colégio; e creio que três filhas já crescidas, muito bondosas, muito meigas e muito compassivas, principalmente a mais velha. A senhora Vieira era uma perfeita

9 Referência ao poema "Minha mãe". Ver *Com a palavra Luiz Gama*..., op. cit., pp. 76-77.

matrona: exemplo de candura e piedade. Tinha eu 10 anos. Ela e as filhas afeiçoaram-se de mim imediatamente. Eram cinco horas da tarde quando entrei em sua casa. Mandaram lavar-me; vestiram-me uma camisa e uma saia da filha mais nova, deram-me de cear e mandaram-me dormir com uma mulata de nome Felícia, que era mucama da casa.

Sempre que me lembro desta boa senhora e de suas filhas, vêm-me as lágrimas aos olhos, porque tenho saudades do amor e dos cuidados com que me afagaram por alguns dias.

Dali saí derramando copioso pranto, e também todas elas sentidas de me verem partir.

Oh! eu tenho lances doridos em minha vida, que valem mais do que as lendas sentidas da vida amargurada dos mártires.

Nesta casa, em dezembro de 1840, fui vendido ao negociante e contrabandista alferes Antônio Pereira Cardoso, o mesmo que, há uns 8 ou 10 anos, sendo fazendeiro no município de Lorena nesta Província, no ato de o prenderem por ter morto alguns escravos a fome, em cárcere privado, e já com idade maior de 60 a 70 anos, suicidou-se com um tiro de pistola, cuja bala atravessou-lhe o crânio.

Este alferes Antônio Pereira Cardoso comprou-me em um lote de cento e tantos escravos; e trouxe-nos a todos, pois era este o seu negócio, para vender nesta Província.

Como já disse, tinha eu apenas 10 anos; e, a pé, fiz toda a viagem de Santos até Campinas.

Fui escolhido por muitos compradores, nesta cidade, em Jundiaí e Campinas; e, por todos repelido, como se repelem coisas ruins, pelo simples fato de ser eu «baiano».

Valeu-me a pecha!

O último recusante foi o venerando e simpático ancião Francisco Egídio de Sousa Aranha, pai do Exmo. Conde de Três Rios[10], meu respeitável amigo.

Este, depois de haver-me escolhido, afagando-me disse:

---

10 Em 1880, ano da redação desta carta, o Conde de Três Rios era vice-presidente da província de São Paulo.

— Hás de ser um bom pajem para os meus meninos; dize-me: onde nasceste?

— Na Bahia, respondi eu.

— Baiano? - exclamou admirado o excelente velho. — Nem de graça o quero. Já não foi por bom que o venderam tão pequeno.

Repelido como "refugo", com outro escravo de Bahia, de nome José, sapateiro, voltei para casa do sr. Cardoso, nesta cidade, à rua do Comércio n°2, sobrado, perto da igreja da Misericórdia.

Aí aprendi a copeiro, a sapateiro, a lavar e a engomar roupa e a costurar.

Em 1847, contava eu 17 anos, quando para casa do sr. Cardoso veio morar, como hóspede, para estudar humanidades, tendo deixado a cidade de Campinas, onde morava, o menino Antônio Rodrigues do Prado Júnior, hoje doutor em direito, ex-magistrado de elevados méritos, e residente em Mogi-Guaçu, onde é fazendeiro.

Fizemos amizade íntima, de irmãos diletos, e Ele começou a ensinar-me as primeiras letras.

Em 1848, sabendo eu ler e contar alguma coisa, e tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo, da casa do alferes Antônio Pereira Cardoso, que aliás votava-me a maior estima, e fui assentar praça. Servi até 1854, seis anos; cheguei a cabo de esquadra graduado, e tive baixa de serviço, depois de responder a conselho por ato de suposta insubordinação, quando tinha-me limitado a ameaçar um oficial insolente, que me havia insultado e que soube conter-se.

Estive, então, preso 39 dias, de 1° de julho a 9 de agosto. Passava os dias lendo e às noites, sofria de insônias; e, de contínuo, tinha diante dos olhos a imagem de minha querida mãe. Uma noite, eram mais de duas horas, eu dormitava; e, em sonho, vi que a levavam presa. Pareceu-me ouvi-la distintamente que chamava por mim.

Dei um grito, espavorido saltei da tarimba; os companheiros alvorotaram-se; corri à grade, enfiei a cabeça pelo xadrez.

Era solitário e silencioso e longo e lôbrego o corredor da prisão, mal alumiado pela luz amarelenta de enfumarada lanterna.

Voltei para a minha tarimba, narrei a ocorrência aos curiosos colegas; eles narraram-me também fatos semelhantes; eu caí em nostalgia, chorei e dormi.

Durante o meu tempo de praça, nas horas vagas, fiz-me copista; escrevia para o escritório do escrivão, major Benedito Antônio Coelho Neto, que tornou-se meu amigo; e que hoje, pelo seu merecimento, desempenha o cargo de oficial-maior da Secretaria do Governo; e, como amanuense, no gabinete do exmo. sr. conselheiro Francisco Maria de Sousa Furtado de Mendonça, que aqui exerceu, por muitos anos, com aplausos e admiração do público em geral, altos cargos na administração, polícia e judicatura, e que é catedrático da Faculdade de Direito, fui eu seu ordenança ; por meu caráter, por minha atividade e por meu comportamento, conquistei a sua estima e a sua proteção ; e as boas lições de letras e de civismo, que conservo com orgulho.

Em 1856, depois de haver servido como escrivão perante diversas autoridades policiais, fui nomeado amanuense da Secretaria de Polícia, onde servi até 1868[11], época em que *«por turbulento e sedicioso»* fui demitido a *«bem do serviço público»*[12], pelos conservadores, que então haviam subido ao poder. A portaria de demissão foi lavrada pelo dr. Antônio Manuel dos Reis, meu particular amigo, então secretário da polícia, e assinada pelo exmo. dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno, que, por este e outros atos semelhantes, foi nomeado desembargador da relação da Corte.

A turbulência consistia em fazer eu parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas idéias; e promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida de meus esforços, alforrias de escravos, porque detesto o cativeiro e todos os senhores, principalmente os reis.

Desde que fiz-me soldado, comecei a ser homem; porque até os 10 anos fui criança; dos 10 anos aos 18, fui soldado.

---

11 A demissão ocorreu de fato em 1869.

12 Grifos do autor.

Fiz versos[13]; escrevi para muitos jornais; colaborei em outros literários e políticos, e redigi alguns.

Agora chego ao período em que, meu caro Lúcio, nos encontramos no *Ipiranga*[14,] à rua do Carmo, tu, como tipógrafo, poeta, tradutor e folhetinista principiante; eu como simples aprendiz-compositor de onde saí para o foro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos os pobres, todos os infelizes; e para os míseros escravos, que, em número superior a 500, tenho arrancado às garras do crime.

Eis o que te posso dizer, às pressas, sem importância e sem valor; menos para ti, que me estimas deveras.

Teu Luiz

13 Referência, por demais lacônica e modesta, a sua produção poética, integralmente reunida em *Primeiras Trovas Burlescas de Luiz Gama & outros poemas*, organização e introdução Ligia Fonseca Ferreira, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

14 Jornal de propriedade do irmão de Lúcio, Salvador de Mendonça, que, em 1870, já residindo no Rio de Janeiro, participa da criação do Partido Republicano.

LUIZ GAMA
O DIREITO A SERVIÇO DA LIBERDADE DOS ESCRAVOS

Horácio Senna Pires
Ministro aposentado
do Tribunal Superior do Trabalho
Ex-Desembargador do TRT da V Região
Ex-Promotor de Justiça do Estado da Bahia
Ex-Conselheiro da Comissão de Ética Pública da
Presidência da República

Meu pai vendeu-me como seu escravo. Eis, em poucas palavras, a tragédia da vida de quem, nascido livre, viu-se alienado, vendido como coisa, res, e embarcado em navio negreiro para a incerteza de uma existência como propriedade de outrem.

Nascido em 1830, na cidade de Salvador-Bahia, **Luiz Gonzaga Pinto da Gama** era filho de Luíza Mahin, africana livre e de um fidalgo de origem portuguesa.

Em carta endereçada ao amigo Lúcio de Mendonça, o próprio Luiz Gama traça circunstâncias do seu nascimento e o perfil de seus genitores: "Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa da Mina (Nagô de Nação), de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa"[1]

Explica, ainda, que Luiza Mahin vivia do comércio e várias vezes chegou a ser presa, como partícipe de "planos de insurreições de escravos". Por último, envolvida na revolta conhecida como "sabinada[2]", fugiu para o Rio de Janeiro, em 1837 e dela, a única notícia que teve foi sua prisão, na Corte, em companhia de "malungos" amotinados. Todos "desapareceram", sendo provável que fossem expulsos do Império, como era de costume o tratamento oficial a africanos livres, considerados desordeiros e provocadores.

Do genitor, Luiz Gama jamais informou como se chamava. É o que diz na referida missiva: "Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome". Diz apenas que fora rico, apaixonado por pesca, caça, cavalos, armas e jogos de baralho. Sempre ocupado em súcias e divertimentos, dissipou a herança e conheceu a pobreza extrema, abrigado na casa de um amigo inseparável, o mesmo que o acompanhou, em 10 de novembro de 1840, ao cais do porto, onde foi consumada a venda, como escravo, do filho ainda criança. A transação foi feita a bordo do patacho Saraiva, que se dirigia ao Rio de Janeiro.

A venda de negros livres como escravos não era incomum. As restrições ao transporte marítimo através de navios "negreiros" ou "tumbeiros", elevava o preço cobrado pelos cativos.

Conta-nos Narloch (2017, p. 19-20) que a revogação das leis inglesas, que dificultavam a importação de grãos, resultou em mais demanda de café e açúcar produzidos no Brasil. São palavras do ilustre jornalista paranaense:

---

1 RODRIGUES, Sérgio. *Cartas Brasileiras*. Cia das Letras, 2017, p.28.

2 Denominação genérica atribuída ao movimento armado, ocorrido em Salvador em novembro de 1837, que "exigiu reformas institucionais para o Brasil monárquico então governado por regentes em nome do herdeiro do trono", após abdicação de D. Pedro I. Notabilizou-se um de seus líderes, o médico Francisco Sabino Tavares da Rocha Vieira, que tinha uma história de revolucionário desde a guerra da independência (Luiz Henrique Dias Tavares, História da Bahia, Editora da UFBA, 11ª ed., 2008, p.57/60). .

> Os fazendeiros brasileiros podiam enfim exportar para os ingleses enriquecidos pela Revolução Industrial, mas havia um problema: faltavam braços. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz enfim encerrou o tráfico negreiro pelo Atlântico. Como a demanda por trabalhadores estava em alta, mas a oferta, em baixa, o preço médio de um escravo disparou (…). Surgiu assim uma onda de sequestros, escravizações ilegais e reescravizações (quando libertos eram escravizados novamente). Sequestradores ficavam à espreita de negros livres, principalmente mulheres e crianças, para capturá-los, dar a eles uma nova identidade e vendê-los como escravos.[3]

A perseguição aos navios negreiros vinha sendo intensificada desde os primórdios do século XIX, pelas patrulhas inglesas. Os preços elevados eram um convite ao comércio ilegal. Daí um passo para a atitude do pai de Luiz Gama.

É certo que, desde a fuga de Luiza Mahin, a criança ficara aos cuidados do pai que, inclusive, diligenciou seu batismo, para afastá-lo da influência da mãe, adepta da religião dos "malês[4]", de matriz muçulmana.

Posteriormente, porém, arruinado e endividado, o pai vende o filho, atraindo-o para uma visita a um navio de verdade. E aquele ser humano, de apenas dez anos de idade, viu-se reduzido à condição de escravo. Que sentimentos inundaram o seu coração naquele momento, em que se viu só e abandonado em um porão de navio, junto a outros negros acorrentados! Fraga (2005) empresta cores a este drama:

---

3 NARLOCH, Leandro. *Escravos.* Estação Brasil-RJ, 2017, p.19-20.

4 Os malês ou aussás eram escravos oriundos da África Ocidental. "Influenciados pela cultura Islâmica, falavam e escreviam árabe". Foi a dos malês, a mais importante revolta de escravos na Bahia, em janeiro de 1835. Abortada pela policia, conflagrou a cidade e o recôncavo. "Foi marcada por cruel repressão e os que escaparam da morte e de castigos físicos, tiveram 'expulsão sumária', como ocorreu com centenas de 'nagôs' e aussás para a costa ocidental da África" (Luiz Henrique Dias Tavares, História da Bahia, Editora da UFBA, 11ª ed., 2008, p.57/60).

> A raiva, a dor, o medo fervilham-lhe no coração e ele começou a chorar um pranto amargo que o fazia estremecer em soluços, ao ver que fora vendido como escravo pelo próprio pai, ele, o filho de Luiza Mahin que tanto lutara pela liberdade.[5] (FRAGA, 2005, p. 15-16)

Na capital do Império, foi levado à casa de um negociante, que recebia escravos da Bahia, mediante comissão e de onde, dias depois, partiu para São Paulo, vendido ao contrabandista Alferes Antônio Pereira Cardoso. Integrado a um lote de cento e tantos escravos, fez, a pé, o percurso de Santos a Campinas.

Oferecido em leilão, em Campinas e Jundiaí, foi recusado por ser baiano, sinônimo de cativo insubmisso. Retornou como "refugo" à casa do Alferes Cardoso, onde aprendeu ofícios domésticos e onde, em 1847, conheceu o jovem Antônio Rodrigues do Prado Junior, que ali foi morar para estudar humanidades e que, depois, seria Doutor em Direito e Magistrado. Foi esse companheiro de infância a quem se ligou por sólida amizade, que cuidou de alfabetizá-lo.

Daí em diante, nada mais seguraria a trajetória de Luiz Gama. Recusado seu pedido de alforria, inicia a luta pela liberdade.

Eis o que narra na referida carta a Lúcio de Mendonça:

> Em 1848, sabendo eu ler e contar alguma coisa, e tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo de casa do Alferes Antônio Pereira Cardoso (…) e fui assentar praça. Servi até 1854, seis anos; cheguei a cabo de esquadra graduado, e tive baixa de serviço, depois de responder a conselho, por ato de suposta insubordinação, quando me tinha limitado a ameaçar um oficial insolente, que me havia insultado (…).[6]

Não se sabe exatamente como Luiz Gama provou sua condição de homem livre. Cogita-se que tenha sido auxiliado por Pedro Antônio Rodrigues de Oliveira, que conheceu menino e se tornou amigo de toda a vida e que posteriormente, como porteiro do fórum da capital da província, angariara amizades no Judiciário.

---

5 FRAGA, Myriam, *Luiz Gama. A luta de cada um.* Callis Editora Ltda. SP, 2005, p.15-16.
6 RODRIGUES, Sérgio. *Cartas Brasileiras*. Cia das Letras, 2017, p.28.

A mudança de governo, com a queda do Gabinete Liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos, representou um abalo, inclusive financeiro, na vida de Luiz Gama. De outro lado, porém, foi uma passagem definitiva para sua atividade como advogado.

Infelizmente, não conseguiu ingressar na Academia de Direito. Sua condição de autodidata e os preconceitos tão arraigados na sociedade não permitiram sua matrícula no curso jurídico, mesmo contando com a amizade de prestigiados cidadãos, que o ligava a nomes do ambiente acadêmico, tais como Francisco Furtado de Mendonça, catedrático da faculdade, e José Bonifácio de Andrade e Silva, o moço, deputado pelo Partido Liberal e atuante abolicionista.

Com tais relacionamentos, experiente no trato com documentos oficiais, hábil no manejo do vernáculo e frequentador assíduo da Biblioteca Pública, instalada no mesmo prédio conventual onde funcionava a faculdade, o ex-escravo passou a ser conhecido e respeitado nos meios jurídicos.

De ressaltar, neste aspecto, que os motivos alegados para sua exoneração do cargo de amanuense da Secretaria de Polícia – sua participação nas lutas pela emancipação dos escravos e sua militância através da Maçonaria – representaram prestigiamento perante advogados e intelectuais. É o que assinala, com toda propriedade, Lígia Fonseca Ferreira:

> Escrever se tornara, pois, um ato constante no cotidiano de Luiz Gama. Como amanuense da Secretaria de Polícia, até o final dos anos 1860, encarregava-se da correspondência, de copiar e registrar documentos diversos que transitavam por suas mãos, familiarizando-se com a linguagem jurídica que deixou marcas estilísticas em todos os seus textos. Por mais de uma década, encontrar-se-ão nos foros da capital e do interior paulista centenas de petições e autos redigidos de seu próprio punho, advogando em prol das 'causas de liberdade'. Tais documentos são o registro vivo do abolicionismo pragmático do homem que soube construir em torno de si e de seus ideais uma extensa rede de solidariedade. A partir de 1870, sob sua batuta, a Loja Maçônica América, da qual foi venerável e membro

fundador, participa judicial e financeiramente do alforrimento e manutenção da liberdade de dezenas de indivíduos.[7]

Mercê de seus conhecimentos jurídicos e reconhecida idoneidade moral, Luiz Gama, por ato do Tribunal da Relação, tornou-se provisionado ou rábula, título que autorizava o exercício da advocacia por quem não ostentava o diploma de bacharel em direito.

Sua especialidade era a defesa dos escravizados ilegalmente. E para superar a barreira da ignorância de tantos que viviam em tal situação, Luiz Gama fez publicar em jornais de grande circulação como o "Radical Paulistano", avisos de que colocava seus serviços, gratuitamente, à disposição dos que lutavam por sua liberdade.

Embora autor de livro de poesia, de numerosíssimos artigos veiculados pela imprensa, alguns registrando ácidas críticas às autoridades, inclusive judiciárias, foi a advocacia a irresistível vocação de Luiz Gama.

Todos que se colocaram sob seu patrocínio, encontraram um profissional do direito aguerrido, destemido, de invulgar cultura jurídica, inflamado orador perante as Cortes de Justiça.

Seu instrumento jurídico por excelência foi o *habeas corpus*, incorporado, explícita e formalmente, à legislação brasileira pelo Código de Processo Criminal do Império de 1832, em seu artigo 340.

Nelson Câmara, ilustre advogado trabalhista, reuniu em livro[8], substancial acervo de impetrações redigidas por Luiz Gama, em mais de quinhentos processos que patrocinou. Criteriosa análise dos argumentos esgrimidos evidencia hábil manejo da legislação favorável aos escravos.

Em verdade, o Imperador Pedro II prometera, em 1867, em plena guerra do Paraguai, emancipar os escravos. Prometeu para "breve". Já no ano seguinte (1868), porém, teve que retroceder, entregando o governo a conservadores, defensores do regime servil. Um golpe contundente no movimento abolicionista.

---

7 FONSECA FERREIRA, Lígia. (Doutora pela Universidade de Paris III com **tese** sobre vida e obra de Luiz Gama), *in* Os Juristas na Formação do Estado-Nação Brasileiro, obra coletiva, Saraiva, 2010, p.219 e ss.

8 CÂMARA, Nelson. *Luiz Gama. Advogado dos Escravos.* Lettera. Doc. SP, 2010.

Muitos defendiam, à época, mesmo dentro das fileiras liberais, uma emancipação lenta e gradual, que se tornou cada vez mais ilusória.

Papel relevante vinha desempenhando a Inglaterra, desde as primeiras décadas do Século XIX, como vimos, pressionando politicamente pela vedação do tráfico negreiro através do Atlântico. Tal pressão, se de um lado era motivada pela pregação liberal de um país que se livrara da escravidão, de outro, e principalmente, avultava as necessidades da economia de um país pioneiro na chamada Revolução Industrial. Sobre o tema, Câmara (2010, p.168):

> De qualquer modo, a Inglaterra também tinha interesse na criação de novos mercados consumidores de seus produtos industriais, o que evidentemente não seria possível no Brasil, com milhões de escravos no lugar de milhões de trabalhadores assalariados e, portanto, não integrados numa economia de mercado. Assim, acreditamos, e isso parece óbvio, que antes da motivação liberal e libertária da Inglaterra, que de fato existia, havia também interesse de conquista de mercado. Aliados os dois fortes fundamentos, natural se tornou a força moral da Inglaterra para impor condições às nações escravocratas, como o Brasil, para desde logo estabelecer penas ao tráfico negreiro e o direito ao apresamento dos navios negreiros (...)[9]

Neste clima de pressão internacional, Portugal celebrou com a Inglaterra o Tratado de 1815, prevendo sanções aos traficantes de escravos. Para fazer efetivo o pacto, o Rei de Portugal D. João VI, ainda no Brasil, editou o Alvará de 26.01.1818, endurecendo a punição ao contrabando de africanos escravizados nas possessões portuguesas. O texto, porém, deixava "brechas" quando se referia, por exemplo, aos africanos provenientes das colônias portuguesas ao norte da Linha do Equador ou quando autorizava a liberação da "mercadoria ilegal".

Tais imperfeições seriam corrigidas, já no Império, pela Lei de 7 de novembro de 1831, cujo artigo 1º rezava peremptoriamente: "Todos

9 CÂMARA, Nelson. *Luiz Gama. Advogado dos Escravos.* Lettera. Doc. SP, 2010, p. 168 ss.

os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficarão livres".

Esta Lei e o Decreto de 12.04.1839, que o regulamentou, sofreram ataques no Legislativo, como ocorrera com o Diploma precedente de 1818. Alegava-se, até que eram "leis para inglês ver", em face da desobediência solerte dos traficantes.

Diante disso, a Inglaterra adotou posição mais severa, através das Leis de 24.08.1839 (*Bill Palmerston*) e de 8.8.1845 (*Bill Aberdeen*) que autorizavam o apresamento de navios negreiros e submetia embarcações brasileiras à jurisdição britânica, respectivamente.

Diante disso, a legislação brasileira posicionou-se com passo decisivo na direção da abolição. Foi editada a Lei Eusébio de Queiroz, em 4.9.1850 que, em definitivo, proibia o tráfego negreiro, retirando o Brasil da vergonhosa situação de ser o único país independente a permitir ou tolerar este trágico e nefando comércio de seres humanos. Eis o texto do artigo 1º da Lei:

> As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de 7 de novembro de 1831, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades ou pelos navios de guerra brasileiros, e considerados importadores de escravos.
> Aquelas que não tiverem escravos a bordo, nem os houverem desembarcado, porém se encontrarem com os sinais de se empregarem no tráfico de escravos, serão igualmente apreendidas e consideradas em tentativas de importação de escravos.

Outros diplomas legais e regulamentares se seguiram: a Lei nº 2.040, de 28.09.1871, denominada "Lei do ventre livre", reconhecia a liberdade dos filhos de escravas nascidos após sua vigência; o Decreto nº 4.835, de 1º.12.1871, que regulamentou a matrícula de escravos e dos filhos livres da mulher em cativeiro. E a "Lei do Sexagenário", de nº 3.270, de 28.09.1885, que considerava livres os escravos após esta idade provecta.

Nelson Câmara, a quem seguimos neste rol de informações históricas[10], lembra, ainda, o permissivo da Lei nº 30, de 30.08.1847, para a compra, pelo escravo, de sua própria liberdade, mediante poupança ou doações em caderneta instituída pela Caixa Econômica, tendo o regulamento de 30 de novembro do mesmo ano estabelecido fórmula de cálculo do valor do cativo.

Com sua habilidade de advogado, Luiz Gama soube usar de todas essas leis e decretos para obter a libertação de seus constituintes.

A batalha para observância da Lei do Ventre Livre foi árdua. Os defensores da escravidão invocaram princípios do Direito Romano, para sustentar que o fruto do ventre de uma escrava era também escravo e pertencia ao proprietário. Gama e demais abolicionistas afirmavam a personalidade independente do nascituro, como já reconhecia o Direito Natural, não importando ser a mãe escrava.

Controvérsia acirrada envolveu também o direito do escravo de capitalizar um pecúlio, permitido por lei, para pagar sua alforria. Ora se discutia o valor do cativo, ora a quem competia defini-lo. Luiz Gama defendia a competência do Judiciário ou, como se dizia, a "manumissão legal ou forçada", a libertação autorizada pela lei e arbitrada judicialmente, rejeitada a oposição do proprietário que pretendia ser o único árbitro da transação.

Não era raro, outrossim, a exploração sexual das escravas, entregues à prostituição por conta de seus senhores, que auferiam os lucros. Conseguiam, até autorização para o trânsito noturno das escravas, o que, de regra, era proibido.

Luiz Gama teve oportunidade de requerer a liberdade das vítimas desse proxenetismo senhorial. Fundamentava a pretensão no vínculo indissolúvel entre moral e direito, e em normas do Direito Romano que impunham limites ao direito de propriedade, por mais amplo que fosse, diante da moralidade das coisas.

Igualmente difícil foi a aceitação do *habeas corpus,* como instrumento processual para a libertação de escravos, mesmo após sua incorporação ao Código de Processo Criminal, cujo art. 340 assegurava

10 CÂMARA, Nelson. Luiz Gama. Advogado dos Escravos. Lettera. Doc. SP, 2010, p. 168 ss.

o remédio como garantia do direito de locomoção a "todo o cidadão que entender que ele ou outrem sofre uma prisão ou constrangimento ilegal em sua liberdade (...)".

Ora, o escravo não detinha o *status* de cidadão. Por isso mesmo, não poucos juízes negavam a ordem. As teses de Luiz Gama, porém, foram sustentadas com vigor e rara habilidade no manejo da legislação. As leis que proibiam o tráfico ou que asseguravam o ventre livre e a liberdade do maior de sessenta anos traziam normas que beneficiavam cidadãos ilegalmente escravizados. Não se tratavam mais de cativos. Eram homens e mulheres livres *ex vi legis*.

Muitos outros argumentos eram tecidos pelo famoso provisionado e ex-escravo, inclusive extraídos da Teologia, do Direito Natural e da jurisprudência que se formava nos Tribunais de Relação.

Ainda mais uma vez, louvo-me das pertinentes observações de Câmara (2010, p. 187), ao falar das imensas dificuldades encontradas por Luiz Gama junto aos pretórios, para fazer reconhecido o direito dos escravizados à liberdade:

> [...] o advogado dos escravos utilizava não apenas os argumentos humanitários, mas sobretudo, a interpretação hermenêutica dos textos legais aplicáveis aos constituintes. Invocava a importação ilegal do cativo após a lei de 1830 ou a de 1850, demonstrando o ingresso no país por contrabando humano; ou demonstrava que a documentação do cativo fora adulterada na data de nascimento; ou mesmo demonstrava que o cativo nascera livre em decorrência da vigência da Lei do Ventre Livre (...); ora demonstrava que o cativo já depositara o valor de mercado pago pelo seu senhor; ou que o crime do qual o cativo era acusado nunca existira; e mesmo chegando ao extremo , ao invocar nos tribunais o direito natural de que 'todo escravo que mata o seu senhor, seja em que circunstância for, o faz em legítima defesa', fazendo tremer as estruturas do poder estabelecido.[11]

Era uma luta de gigantes, com opiniões extremadas, com o firme propósito de lembrar o absurdo da mantença, naquela etapa da história humana, de um regime servil como existia no Império Brasileiro.

11 CÂMARA, Nelson. Luiz Gama. Advogado dos Escravos. Lettera. Doc. SP, 2010, p. 187

Com bravura, Gama levou as controvérsias jurídicas para a imprensa, chegando a manter a coluna "Fôro" no jornal Radical Paulistano. Investia contra magistrados cujas sentenças ele considerava infundadas ou arbitrárias. E escrevia sátiras, algumas vezes usando de ironia, o que fazia com facilidade dada a sua veia humorística, de todos conhecida após publicação de seu único livro "Trovas burlescas de Getulino", sem falar que fora ele o criador e redator do primeiro jornal dedicado à sátira "O diabo coxo". Aos que o acusavam de agir tão radicalmente só por não aceitar ver indeferidas suas petições, Gama (2010, p.239) responde em artigo:

> Impus-me espontaneamente a tarefa sobremodo árdua de tentar em juízo o direito dos desvalidos, e, de quando sejam eles prejudicados por uma inteligência das leis, ou por desassisado capricho das autoridades, recorrer à imprensa e expor, com toda a fidelidade, as questões e solicitar para elas o sisudo e desinteressado parecer das pessoas competentes. Julgo necessária esta explicação para que alguns meus desafeiçoados, que os tenho gratuitos e rancorosos deixem de propalar que costumo eu como certos advogados, aliás considerados, clamar arrojadamente contra os magistrados por sugestões odientas, movido pelo malogro desastrado de pretensões desarrazoadas. Fique-se, pois, sabendo, uma vez por todas, que meu grande interesse – interesse inabalável que manterei sempre, a despeito das mais fortes contrariedades – é a sustentação plena, gratuitamente feita, dos direitos dos desvalidos que correram ao meu tênue valimento intelectual.[12]

No mesmo artigo, enfatizando sua condição de autodidata, expõe seu método de trabalho: investigação dos fatos, estudo dos fundamentos da pretensão deduzida e das razões de contrariedade. E explicita:

> Não sou eu graduado em jurisprudência, e jamais frequentei academias. Ouso, porém, pensar que, para saber alguma coisa de direito não é preciso ser ou ter sido acadêmico. Além do que sou escrupuloso e não costumo intrometer-me de abelhudo em

12 Artigo publicado no Radical Paulistano. Edição de 29.07.1869. *Apud* FERREIRA *in* Os Juristas na Formação do Estado-Nação Brasileiro, obra coletiva, Saraiva, 2010, p.239.

> questões jurídicas, sem que haja feito preciso estudo de seus fundamentos. Do pouco que li relativamente a esta matéria, colijo que as enérgicas negações opostas às petições que apresentei em meu nome e no próprio detido, são inteiramente contrárias aos princípios da legislação criminal e penal aceitos e pregados pelos mestres da ciência.[13]

O proceder aguerrido de Luiz Gama, por muitos considerado agressivo e temerário, acentua-se após a exoneração da função pública que exercera com denodo, por imposição do governo conservador do Visconde de Itaboraí.

Por outro lado, sua liberação do expediente cartorário alargou sua advocacia que passou a cuidar, além dos escravos, de todas as questões dos humildes e desvalidos. De outro ângulo, fez crescer as ameaças dos inimigos. Temia ser assassinado, como revela em carta, a seu único filho, Benedito Graco Pinto da Gama: "Lembra-te que escrevi estas linhas em momento supremo, sob ameaça de assassinato".

Ruidoso foi o processo que lhe moveu o Juiz Rego Freitas, com alegações de ofensas registradas em juízo e reproduzidas na imprensa. O processo, contudo, não surtiu o efeito desejado pelo acusador. Além de julgado improcedente, deu ensejo ao acusado de brilhar na tribuna forense e de articular, pelos jornais, severas críticas à judicatura daquele magistrado e de tantos outros que evitavam decidir contra os escravocratas.

Apesar de tudo, Gama não esmoreceu na luta que travava e acusou o conluio que se formava para prejudicá-lo. Não poupou, sequer, seu velho amigo e benfeitor, o Conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, que se posicionara contra seu apostolado abolicionista, considerado impetuoso e cruel. Foi além, criticou severamente sua "teimosia" na defesa irrestrita dos escravos e, por fim, chamou-o, publicamente, de ingrato.

O golpe foi sentido. Luiz Gama, contudo, vê, no fato, o momento de proclamar sua independência daquele que o ajudara a palmilhar os caminhos do Direito, e que agora, mostrava-se adversário da jornada

13 FONSECA FERREIRA, Lígia *op. cit.*

abolicionista. A ruptura não se concretiza sem antes Gama reconhecer e relatar a dívida que contraíra com seu benfeitor, fazendo-o em artigo publicado no Correio Paulistano, edição de 03.12.1869, cujo texto merece transcrição:

> Há vinte anos o exmo. sr. Conselheiro Furtado de Mendonça acolhe benigno em seu gabinete um soldado de pele negra que solicitava ansioso os primeiros lampejos da instrução primária. Hoje, muitos colegas desse soldado têm os punhos cingidos de galões e os peitos de comendas. Havia êle deixado de pouco os grilhões de indébito cativeiro que sofrera por 8 anos, e jurado implacável ódio aos senhores. Ao entrar nesse gabinete, consigo levava ignorância e vontade inabalável de instruir-se. Seis anos depois, robustecido de austera moral, a ordenança da delegacia de polícia despia a farda, entrava para uma repartição pública, fazia-se conhecido na imprensa como extremo democrata, e esmolava, como até hoje, para remir os cativos. Não possuía pergaminhos, porque a inteligência repele diplomas como Deus repele a escravidão. O ex-soldado hoje (…) arvorou à porta da sua cabana humilde o estandarte da emancipação, e declarou guerra de morte aos salteadores da liberdade. Tem por si a pobreza virtuosa, combate contra a imoralidade e o poder. Os homens bons do país, compadecidos dele, chamam-no de louco; os infelizes amam-no; o governo persegue-o. Surgiu-lhe na mente inapagável um sonho sublime, que o preocupa: o Brasil americano e as terras do cruzeiro; sem reis e sem escravos. Eis o estado a que chegou o discípulo obscuro do exmo. sr. Conselheiro Furtado de Mendonça. Enquanto os sábios e os aristocratas zombam prazenteiros das misérias do povo; enquanto os ricos banqueiros capitalizam o sangue e o suor do escravo; enquanto os sacerdotes do Cristo santificam o roubo em nome do calvário; enquanto a venalidade togada mercadeja impune sobre as aras da justiça, este filho dileto da desgraça escreve o magnífico poema da agonia imperial. Aguarda o dia solene da regeneração nacional que há de vir; e, se já não viver o velho mestre, espera depô-lo com os louros da liberdade sobre o túmulo, que encerra as suas cinzas, como testemunha da eterna gratidão.[14]

Eis aí a palavra inflamada de quem abraçou, como meta de vida, o ideal da liberdade. Não amealhou fortuna, viveu a pobreza dos abnegados. Foi o que deixou, como herança, a Benedito Graco, o filho que teve com a esposa e companheira de toda a vida, Claudina Fortunato Sampaio.

---

14 Correio Paulistano, 03.12.1869. *Apud* Lígia Fonseca Ferreira *in* Os Juristas na Formação do Estado-Nação Brasileiro, obra coletiva, Saraiva, 2010, p.239.

Luiz Gama, soldado da liberdade, poeta e jornalista, advogado dos escravos e oprimidos, abolicionista e republicano, não viu o dia da libertação. Como Moisés, o grande líder dos hebreus contra o cativeiro do Egito, não conseguiu pisar a terra prometida, assim este herói brasileiro, falecido em 24 de agosto de 1882, com apenas 52 anos, não teve a alegria de festejar a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888.

Em torno dele e de suas ideias libertárias, formou-se um círculo luminoso de amigos e correligionários, dentre eles Raul Pompéia, Castro Alves e Ruy Barbosa. Este, aliás, vinte e nove anos depois da morte do incansável lidador, lhe traçou o perfil nestas palavras:

> Para não nomear vivos, lembrarei apenas Luiz Gama (…). Uma das raras fortunas da minha vida é a de ter cultivado intimamente sua amizade, em lutas que nunca esquecerei. Um coração de anjo, uma alma que era a harpa eólica de todos os sofrimentos da opressão, um espírito genial, uma torrente de eloquência, de dialética e de graça; um caráter adamantino, cidadão para a Roma antiga, inaclimatável no Baixo Império; uma abnegação de apóstolo; personalidade de granito, aureolado de luz e povoado pelas abelhas do Himeto (…).[15]

Revisitar a história de Luiz Gama é, sem dúvida, um dever de todos que acreditam na liberdade, no Direito e na Justiça. Seu legado é um estandarte na luta contra a opressão, um alento no combate a todas as formas de discriminação.

Que sua luta incansável motive os brasileiros que, estarrecidos, constatam que os tentáculos da escravidão continuam a ameaçar, principalmente os trabalhadores, com novas formas de cativeiro. A luta contra a escravidão continua agora enfrentando potentes grupos criminosos, nacionais e internacionais.

Note-se que, além da exploração de trabalhadores no território brasileiro, investigações do Ministério da Justiça revelam que "todos os anos aproximadamente 60 mil brasileiros são levados do país à força, sob ameaça ou enganados quanto à verdadeira razão do deslocamento". E mais, "foram identificadas três principais modalidades de tráfico de

15 BARBOSA, Rui. Conferência de 18.05.1911 *apud* CÂMARA, Nelson. *Luiz Gama. Advogado dos Escravos.* Lettera. Doc. SP, 2010, p. 18.

pessoas: a exploração sexual, o trabalho forçado e o tráfico para fins de remoção de órgãos".

Ainda, "estudos do Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes (UNODC) no Brasil colocam a prática como a terceira atividade criminosa mais lucrativa do mundo, perdendo apenas para o tráfico de drogas e armas"[16].

Neste sentido, agiganta-se a figura de Luiz Gama, como fonte de inspiração e modelo de tenacidade e sabedoria, para todos os que se empenham em opor barreiras à prática de tantos crimes contra a dignidade do ser humano.

Não há dúvida que essa luta, hodiernamente sob orientação da Organização das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, e entre nós pelos órgãos policiais, administrativos e judiciários, tem no Brasil um patrono inconteste: Luiz Gonzaga Pinto da Gama.

O ex-escravo, vendido ainda criança pelo próprio pai, provou sua condição de cidadão livre, tornou-se advogado autodidata, labutou, até a morte, com as armas do Direito, pela liberdade de escravizados e desvalidos. Com toda justiça, foi declarado **advogado** pela Ordem dos Advogados do Brasil, 133 anos após seu falecimento. E, para a glória da nação reconhecida, foi proclamado "patrono da abolição da escravatura no Brasil" em 2015 (Lei nº 13.629) e na mesma data, teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria (Lei nº 13.628).

Luiz Gama foi, na História do Brasil, o único e verdadeiro "tribuno da plebe", nos moldes como o Direito Romano designava "o magistrado que, como representante do povo, junto ao senado romano, ali defendia seus direitos e interesses"[17].

16 Revista Via Legal. Centro de Produção da Justiça Federal, Ano I, nº XII.

17 DE PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário Jurídico*. Forense, 14ª ED. ATUALIZADA, P.867.

REFERÊNCIAS

DE PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário Jurídico.** Forense, 14ª ED. ATUALIZADA.

CÂMARA, Nelson. **Luiz Gama. Advogado dos Escravos.** Lettera. Doc. SP, 2010.

FONSECA FERREIRA, Lígia *in* **Os Juristas na Formação do Estado-Nação Brasileiro**, obra coletiva, Saraiva, 2010.

FRAGA, Myriam. **Luiz Gama. A luta de cada um.** São Paulo:Callis Editora Ltda. SP, 2005.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**. Globo Livros, RJ, 2019, 1º volume.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo.** BestBolso, RJ, 2010.

RODRIGUES, Sérgio. **Cartas Brasileiras.** Cia das Letras, 2017.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia.** Salvador:Editora da UFBA, 11ª ed., 2008.

VARLOCH, Leandro. **Escravos.** Estação Brasil-RJ, 2017.

Revista Via Legal. Centro de Produção da Justiça Federal, Ano I, nº XII.

LUIZ GAMA E AS INSURREIÇÕES FICCIONAIS DO TEXTO HISTÓRICO

Dr. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira
Doutor em Teoria e História Literária/UNICAMP
Mestre em Teoria da Literatura/UFBA
Licenciado em Letras Vernáculas com Letras Clássicas/UFBA
Professor Titular de Literatura Brasileira/UNEB

Resumo:
O poeta Luiz Gama era negro, foi escravo, tornou-se herói abolicionista. A sua história foi registrada, pela primeira vez, em 1880, numa carta pessoal enviada a Lúcio de Mendonça. Nela, Gama parece narrar uma história que segue o modelo do herói tradicional, o homem que, após uma série de dificuldades e tragédias, consegue a superação. A história foi recontada por Mendonça e por escritores entusiasmados pelo caráter heróico que ela denota.
Palavras-chave: Autobiografia, narrativa, Luiz Gama

Abstract:
The poet Luiz Gama, a black man, was a slave and became an abolitionist. His history was first told in 1880 in a personal letter he sent to Lúciuo de Mendonça. In this letter, Gama seems to tell a history of life that follows the pattern of the *traditional hero: the man who succeeded even after a series of difficulties and tragedies. This history was retold by Mendonça and other writers interested in the heroical character that it presents.*
Keywords:*Autobiography; narrative; Luiz Gama*

Nem eu próprio à festança escaparei;
Com foros de *Africano fidalgote,*
Montado num *Barão* com ar de zote –
Ao rufo do tambor, e dos zabumbas,
Ao som de mil aplausos retumbantes,
Entre os netos da Ginga, os meus parentes,
Pulando de prazer e de contentes –
Nas danças entrarei d'altas *caiumbas*

(Luiz Gama, no poema Lá Vai Verso)

A história do poeta Luiz Gama (Salvador, 1830- São Paulo,1882) foi registrada, pela primeira vez, em carta pessoal ao amigo Lúcio de Mendonça, em 1880. (MENDONÇA, 1881, p.50-62). Nela, o poeta narra uma história que segue, de certo modo, o modelo do herói tradicional: há um homem, há uma série de dificuldades, há a superação da tragédia, há **a vitória final**. A história foi recontada por Mendonça e por escritores entusiasmados pelo caráter heróico que ela denota, muitas vezes de modo explícito, em vida, pois o poeta publicou um único livro em duas edições: **Primeiras Trovas Burlescas de Getulino** (em 1859 e em 1861). Grande parte da crítica expressou o desejo de desvendar a biografia pelo texto poético, conferindo ao literário uma importância secundária[1].

O texto poético foi submetido às interpretações biográficas e às narrativas sobre Gama e, apesar de muito semelhantes, atenderam a apelos ideológicos diferenciados. Este artigo pretende salientar aspectos da narrativa autobiográfica que impressionaram os pósteros biógrafos, a ponto de estes últimos reinventarem passagens, atendendo à potência ficcional já presente na primeira narrativa.

1 Sublinhe-se que houve edições póstumas. Entanto, a edição mais relevante e provavelmente definitiva é, sem dúvida, a de Lígia Fonseca Ferreira, que procedeu a análise séria sobre as primeiras edições e poemas dispersos em revistas e jornais. Ver: GAMA, Luiz (FERREIRA, Lígia Fonseca, org.). Primeiras Trovas Burlescas & outros poemas de Luiz Gama. São Paulo: Martins Fontes, 2000

Cabe afirmar, de início, que não se pretende determinar posições, e sim buscar relações (ISER, 2002). Importa-nos o testemunho original e sua verdade, não havendo interesse em questionar os fatos narrados por Gama ou em corroborar as cenas, muitas vezes inadequadas, narradas por outros escritores. Entanto, a existência de biografias tão imaginativas no século XX convoca-nos a uma cuidadosa atenção à potência ficcional que já emergia da carta e que proporcionou fertéis reelaborações nos escritos posteriores.

Há um pressuposto na biografia, e é o de que o sujeito, vítima de um sistema, opera a memória entre a lembrança e o esquecimento, carregando o valor paradoxal do testemunho entre o dizível e o indizível. "É na falta do discurso da linguagem que se acha o valor do testemunho, o qual se manifesta no permear entre o dizível e o indizível" (ARAÚJO, 2018, p. 51).

Assim, pensada como narrativa, a autobiografia de Luiz Gama gera a biografia por Lúcio de Mendonça, que gera outras tantas biografias. Todas podem ser pensadas enquanto narrativas, pois que todas reúnem os elementos primordiais para tanto: há personagens, ações, acontecimentos que se sucedem, um enredo, um narrador, uma voz responsável por contar a história (primeira pessoa ou terceira pessoa), um espaço, um tempo, a cronologia dos eventos. E há aspectos que acentuam os sentidos desses elementos: há drama, há mistérios, há resoluções.

No presente artigo, pensaremos nas relações primordiais presentes na narrativa, tal como foi apresentada por Mendonça.

Mendonça publicou o texto intitulado Luiz Gama em 1881, texto que engendraria futuras releituras inventivas, já que a carta mesma do abolicionista só viria a lume duas décadas depois. É preciso atentar às condições de produção da carta com pormenores, pois a mesma não deve ter sido vulgarizada antes da década de 1930 (FERREIRA, 2001, p.449).

A partir do texto de Mendonça, foi criada uma rede intertextual sem fim, dentro da qual fatos verídicos e imaginados misturaram-se de modo incontrolável. Biografias ou análises literárias posteriores (por exemplo, as de Lino Guedes, Alberto Faria e Sud Menucci) foram

afetadas diretamente pelos aspectos da narrativa de Mendonça, que se originaram dos elementos potenciais da narrativa de Gama. Embora seja fundamental pautar que o texto primevo é a carta, o artigo de Mendonça construiu-se na protonarrativa e publicizou seus aspectos fundamentais.

Tão eficaz foi o texto de Mendonça enquanto relato "autorizado" que, sem dúvida alguma, não só influenciou aqueles que aparentemente não queriam ser influenciados, como, no mínimo, o valor histórico é o mesmo da missiva original. O selo da legitimidade foi dado pelo próprio sujeito da homenagem, que ainda vivia à época da publicação do artigo. O texto de Mendonça é mesmo reelaboração da carta de Gama e não uma simples reprodução, como foi insinuado por Sud Menucci, que em todo livro que escreveu, sem essa intenção, acaba por confessar que inclui cenas e sentidos inusitados à história do ilustre cidadão (MENUCCI, 1933).

É certo que Mendonça reproduz o percurso traçado pelo autor/narrador da carta, mas entrincheirados nas várias passagens estão os seus comentários, que também ressignificam a imagem da carta. Lúcio de Mendonça apropriou-se da narrativa original, elaborando um roteiro biográfico homenageador, provável subsídio para "cronistas de melhores dias". Determinadas linhas meio proféticas (aqui grifadas: "Se chegar a cumprir-se, como eu espero e desejo, o seu elevado destino...") realizaram com sucesso essa intenção catalisadora.

Mendonça seguiu fielmente a ordenação apresentada pela carta: a trajetória do abolicionista desde o seu nascimento, passando pela tragédia da escravização até o tempo em que Gama se tornou **o abolicionista.** Acrescentou novos exemplos de ações à fase madura de Gama, reafirmando a imagem de um homem corajoso e reto, que já havia sido explorada com sutileza pela primeira narrativa.

O texto de Mendonça é mais extenso que a carta. Divide-se em duas partes:

- a primeira repete a mesma história contada por Gama, com reinventivas intervenções do autor (que emite opiniões sobre a história contada, sobre Gama ou outros personagens, e revela a sua adesão à mesma causa abolicionista e republicana);

- a segunda reinicia o relato de onde Gama parou. Ou melhor, estende o relato, ampliando as informações apresentadas por Gama ao final da carta, ao descrever situações acontecidas na fase madura.

Mendonça repetiu a estrutura, mas acrescentou novidades além das indicadas: na carta, foi apresentada a figura do abolicionista. O novo texto somou essa imagem à do republicano militante, dedicado "à causa santa dos oprimidos". Reforçou o retrato geral traçado na carta, sempre para sublinhar o caráter do personagem principal.

A escrita em primeira pessoa, de Gama, correspondeu a um estilo modesto. Desobrigado da modéstia, motivado ao elogio do outro, Mendonça investiu na adjetivação constante e enfática.

Mendonça não precisou enfatizar a modéstia do protagonista, porque a elegância estilística não estava ameaçada (narrava os feitos de outro homem). Além disso, é possível dizer que o **acordo** implícito entre Gama e Mendonça, para a publicação da carta em outra forma, incluía uma **cláusula**: de alguma forma, a modéstia de Gama deveria ser encontrada por todo o texto e até **antes** do mesmo. Antes, pois o **homem modesto** não se permitiu contar publicamente a sua própria história. Não existindo a **falta de modéstia** (Mendonça não escreveu sobre si mesmo/ Gama abdicou de escrever publicamente sobre si mesmo), havia ao mesmo tempo um **excesso de** modéstia por todo o texto. Assim, Mendonça pode então explicitar o contraste entre o menino que viajou a pé de Santos a Campinas como "escravo, saído de uma infância trágica, descalço, desamparado, faminto e o perspicaz "advogado, que voltava da Corte, abastado, jovial e forte, com um cesto de frutas para a família, repotreado no assento macio de um dos ricos vagões da companhia inglesa".

Foram apresentados aos leitores os traços básicos para a divulgação da imagem revolucionária: a força de vontade, a determinação, o radicalismo, a bondade. Afora a filiação hereditária, que se pautou em um bordão determinista exaustivamente copiado por outros, ao afirmar que Gama herdou a irreverência e a sede libertária da mãe:

Vê-se que é hereditário em Luiz Gama o profundo sentimento de insurreição e liberdade. Abençoado sejas, nobre ventre africano, que deste ao mundo um filho predestinado, em quem transfundiste, com o teu sangue selvagem, a energia indômita que havia de libertar centenas de cativos!

Como foi dito, Mendonça aproveitou os limites da modéstia estilística, mas dela se desnudou, porque escrevia por outro. Dessa forma, em alguns momentos, aquilo que estava silenciado ou implícito na carta foi por ele exposto.

A busca do abolicionista pela mãe é um exemplo de algo que estava implícito no primeiro relato e precisou ser realçado por Mendonça para reforçar ao máximo a afeição filial. Gama escreveu: "procurei-a", referindo-se a Luiza Mahin. Todos, ao lerem a carta, hoje, já sabem, nesse trecho, que há uma mãe sendo procurada, que há um filho a procurar, que eles foram separados. O tema central e **implícito é o afeto do menino agora homem pela mãe sumida.**[2] O termo **filho** (e até o termo **mãe)** já era desnecessário ao relato de Gama, que não mais os utilizou. Contrariando isso em seu artigo, Mendonça acrescentou o aspecto que enfatizava o sentimento da ausência, que aqui vai sublinhado:

Procurou-a o filho...

Há o uso constante de adjetivos encomiásticos dirigidos ao protagonista. Neste caso, a escrita de Mendonça preencheu novamente os vazios (ou o que entendeu como tal) da modéstia de Gama.

Ao omitir o nome do pai, Gama se revelou **generoso** (mas não se disse "generoso"). No trecho do artigo correspondente ao da carta, Mendonça sentiu necessidade de expressar com a palavra o que estava silenciado: não sei se o desgraçado ainda vive, nem lhe conheço o nome, este que Luiz oculta generoso aos amigos mais íntimos.

Gama também escreveu: "Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome". Aquilo que ele não

2 Os grifos e sublinhações foram inseridos pelo autor deste artigo.

escreveu também se expressou nas entrelinhas. Tanto que Mendonça preferiu reinterpretar ao seu modo os papéis de cada um na história. No trecho último, o pai foi reinterpretado por um epíteto sintetizador: "desgraçado". No mais, em eficiente apresentação contrastiva, foi acentuada a grandeza do ato de Gama (**generoso**), que havia ocultado (**poupado da injúria**) o nome paterno (do **desgraçado**).

A narrativa de Mendonça reverberou o discurso de Gama, ao repetir as adjetivações utilizadas na carta. Assim o cativeiro ainda foi descrito como "criminoso", a abolição como uma "causa santa", o oficial como "insolente".

Os casos descritos na segunda parte do artigo serviram a ratificar a imagem de Gama e a dar a impressão de que, com essas adjetivações, Mendonça reproduzia o tom dos discursos abolicionistas (do homenageado, descrito como "liberal exaltado", "emancipador tenaz, violento, inconciliável").

É provável que os leitores do texto de Mendonça tenham reconhecido as adjetivações como ecos das palavras do homem que, segundo o autor, proferiu estas outras: "Todo escravo que mata o senhor – afirmava Luiz Gama – seja em que circunstância for, mata em legítima defesa".

Como no relato original de Gama, foi remodelada a crença no destino de cada um, conforme o seu merecimento. Gama teria sido um "predestinado"; já o pai, jogador e fidalgo, que abandonou o filho à escravidão, um "desgraçado", que, de algum modo, deve ter sucumbido ao sofrimento. Mas, ainda que jogador e fidalgo, a recordação da monstruosa infâmia deve ter lhe esbofeteado, em todo o resto de seus dias, a velhice desonrada.

A associação com heróis também se deu pelo reaproveitamento de um paradigma evangélico: da terra de Gama, talvez, não pudesse sair "coisa boa", que até como escravo foi enjeitado por "ser baiano" (segundo Mendonça, a Bahia era uma província que, com razão ou sem ela, não era simpática aos brasileiros do Sul). A rejeição, porém, é um detalhe no destino heróico, que a tudo supera. Eis o perfil sintetizado de Gama, antecedido de uma opinião acerca da sua terra de origem.

Filho de uma província que, com razão ou sem ela, não é simpática aos brasileiros do Sul; emancipador tenaz, violento, inconciliável, numa província inundada de escravos; sem outra família, a não ser a que constituiu por si; sem outros elementos que não fossem o seu forte caráter e o seu grande talento; atirado, só, a todas as vicissitudes do destino, ignorante, pobre, perseguido, vendido como escravo por seu próprio pai, enjeitado pelos próprios compradores de negros – Luiz Gama é, hoje, em S. Paulo, um advogado de muito crédito e um cidadão estimadíssimo.

Assim, segundo Mendonça, depois de ter sido "pobre, perseguido" e "enjeitado" por várias razões, Gama ingressou no meio dos "melhores cidadãos" da "nobre província de São Paulo". Mendonça retomou modelo de triunfo, de glorificação. Mendonça está inspirado, como em outros trechos, em paradigma evangélico: o santo deve ser o homem repudiado pelos seus, a voz que clama no deserto, o detentor apenas de seus dons, simples e corajoso, a cuja família pertenceriam todos os miseráveis, mas que, de uma forma ou outra, nesta ou em outra geração, será glorificado. Repete assim o paradigma religioso do santo repudiado.

O texto de Mendonça funcionou, realmente, como o primeiro evangelho da vida de Gama. Em dado momento, é até possível ler como nas genealogias e periodizações bíblicas: Termina aqui o período do seu cativeiro.

Tal frase assinala, sem dúvida, o término de um período narrativo. Mais exatamente, a frase marca a passagem de um período de aprendizagem (a experiência do cativeiro) a um período de amadurecimento (o triunfo do "homem verdadeiramente grande"). Assemelha-se às introduções dos textos evangélicos e a alguns trechos do Velho Testamento, no que se refere a indivíduos como José – filho de Jacob - ou a toda a história bíblica dos hebreus.

Na segunda parte do texto, propôs-se Mendonça a suplementar as informações a respeito da fase madura de Gama. A afetividade entre filho e mãe não foi explorada. Certamente por servir mais ao sentimentalismo do menino escravizado do que à personalidade "tenaz" do homem maduro. Por isso, após terminar "o período do cativeiro",

a narrativa de Mendonça não incluiu o sonho que Gama descreveu na carta, sonho em que figurava a mãe.

Luiza Mahin foi novamente citada, porém, como a motivação do **homem verdadeiramente grande** em que Luiz Gama, conforme a previsão de Mendonça, estava destinado a se transformar:

> Crescia na tribuna o vulto do orador: o gesto, a princípio frouxo, alargava-se, acentuava-se, enérgico e inspirado; estava quebrada a calma serenidade da sessão: os representantes quase todos de pé, mas dominados e mudos, ouviam a palavra fogosa, vingadora e formidável do tribuno negro. Não era já um homem, era um princípio que falava... digo mal: não era um princípio, era uma paixão absoluta, era a paixão da igualdade que rugia! Ali estava na tribuna, envergonhando os tímidos, verberando os prudentes, ali estava, na rude explosão da natureza primitiva, o neto d'Africa, o filho de Luiza Mahin!

De certo modo, pairou no texto a consciência definitiva de que o relato sobre a vida de Gama estava quase completo: "Seja como for, e ainda que mais não faça, é já um nome que merece um lugar na gratidão humana, entre Spártacus e John Brown."

A virtuosidade de Gama também foi afirmada pela existência de personalidades ou ambientes contrários. Como se o protagonista e aliados fossem movidos por uma concepção dos bons enfrentando os maus: "A biografia de Luís Gama é a legenda do bem e da luta" (POMPÉIA, 1944, p.9). Quase todos os personagens são postos em situações antipáticas ou menos simpáticas do que aquelas destinadas oa personagem principal. Um dos espaços nos quais ocorreram as ações do abolicionista foi ao tipo de herói descrito no texto: sagaz, rebelde, alegre, espirituoso.

Como, praticamente, todo o vocabulário jurídico se origina da língua latina, outros espaços apresentados já estavam naturalmente moldados ao tipo de herói "romano" explorado na narrativa: "foro", "tribuna", "assembléia". O molde aplicado a Luiz Gama é, na narrativa, o de herói associado aos ideais republicanos, estes vitalizados pelos antigos ideais da República Romana. Para tanto, a comparação foi necessária. No caso a seguir, diante da face risonha de Gama, punham-se:

> Agricultores, advogados, jornalistas, um engenheiro, todos os membros do Congresso, moços pela maior parte, compenetrados da alta significação do mandato que cumpriam, tinham na sobriedade do discurso e na gravidade do aspecto, a circunspecção de um Senado Romano.

Gama não se prendeu absolutamente aos ideais republicanos nem tampouco rompeu definitivamente com eles. Apesar disso, é preciso ter em vista que o texto de Mendonça apresentou Gama com o perfil central do "bom republicano", elevado modelo de retidão incansável e honradez:

> Faz-se em duas palavras o elogio deste homem verdadeiramente grande, grande neste tempo em que só podem ser os amigos da humanidade; nascido e criado escravo até a primeira juventude, tem depois alcançado a liberdade a mais de quinhentos escravos!

Sob a homenagem, o texto de Mendonça se construiu também como um libelo de defesa dos ideais republicanos.

O relato de Gama significou muito pelo que conteve, mas passou a significar muito, também, pelo que não conteve (aquilo que não havia nele) e nem pode conter (aquilo que não ficou retido pela releitura): relido e refeito por Mendonça (e por outros autores), teve os seus **vazios** preenchidos pela imaginação.

A ordem, a forma e os conteúdos selecionados por Gama, na construção de seu relato, parecem ter moldado a imagem do grande abolicionista. Seu silêncio em torno de alguns assuntos também foi importante para a reconstrução posterior de sua imagem. A lógica do relato original assemelha-se mais a um testemunho e menos a uma confissão íntima.

Lúcio de Mendonça foi o intermediador do testemunho de **um grande homem**. Não foi somente um amigo ao qual Gama **confessou** detalhes íntimos de sua vida. Foi como testemunho que a carta autorizou a apropriação do relato por Mendonça, e este, com a voz de um depoente autorizado, motivou novas apropriações.

Cem anos de produção crítica e biográfica foram capazes de embaralhar vida e obra poética, de revelar interesses díspares e até

vinculações ideológicas nos textos. Há narrativas repletas de dados não averiguados, de imaginação farta, de imagens conotativas.

Os textos produzidos nesse período não são apenas **enganos** tornaram-se eles mesmos uma espécie de obra ficcional em intenso processo de intertextualidade. Ou melhor: se a maioria se **enganou** a respeito do "Grande Cidadão" Luiz Gama, homem do século XIX, ou sobre a sua nebulosa origem, parece que os enganos se ajustaram aos próprios interesses de seus autores, às épocas em que foram publicadas as reelaborações da narrativa primordial.

As reelaborações falharam, efetivamente, sob a ótica criteriosa da historiografia. Mas são mais que textos sobre um tempo anterior: possuem as suas próprias especificidades que, muitas vezes, ignoraram as especificidades do texto primordial e as qualidades intrínsecas à poesia de Gama.

A imagem de Luiz Gama foi embaralhada por fatos, pelo apagamento de supostos fatos, pela ficcionalização e pela gradual mitificação de sua origem negra**.**

A narrativa sobre o grande homem parece configurar a imagem definitiva desse grande homem, pois o indivíduo foi narrado pela memória social ou histórica. Convertido em narrativa, continuou a existir enquanto entidade discursiva, retrato de sua imagem.

Luiz Gama foi gestado além do poeta e advogado*,* pensou-se nele como um **homem***,* como um certo tipo de homem*,* como um **herói**: ele foi pensado como um exemplo. Isto aplica-se às variadas percepções que o traduziram: conservadoras ou rebeldes, literárias ou historiográficas.

A história de Luiz Gama, contada por ele mesmo e recontada por inúmeros autores, mostrou - "à maneira ágil do folhetim romântico– uma vida rocambolesca e um destino excepcional" (SCHWARCS, 1989, p.137). E como a compreendeu João Romão da Silva, também mostrou "o homem: a luta contra o destino e o resultado final" (SILVA, 1981).

Nesta tentativa de compreender os textos que formaram a(s) imagem(s) do abolicionista, importou menos a este artigo **o que Gama pensou** e mais **o que Gama fez pensar:** como a história de um homem

não pode ser inteiramente recuperada, a imagem de Gama multiplicou-se, devido mesmo à suposta **incompletude** do relato.

Como já foi dito, o COMO da expressão "como eu espero e desejo" (de Mendonça) sugeriu que poderia haver um modo particular de interpretar a mesma história. E cada narrador, ao seu modo, a reinterpretou.

Como reescritura fundadora, o texto de Mendonça conjugou os elementos do relato original a novos dados e a nova perspectiva. Desse texto motriz em diante, as narrativas sobre Gama, variando em intenções ideológicas, investiram em procedimentos de **repetição, inclusão e exclusão** de informações. Em princípio, é possível suspeitar que a repetição seja inevitável, quando um mesmo relato é desenvolvido. Entretanto, configura-se como procedimento, quando o narrador opta pela mesma estrutura formal, mas inclui novos aspectos, tal e qual iriam fazer posteriores intérpretes.

Do texto de Mendonça avulta um senso de fidelidade, que, apesar disso, não abdicou da liberdade de inventar e produzir **verdades.** Segundo a leitura rousseauniana de Jean Starobinsk, "a palavra autêntica é uma palavra que não se sujeita mais a imitar um dado preexistente: ela é livre para deformar e inventar, com a condição de permanecer fiel à sua própria lei" (STAROBINSK, 1991, p.205). E a carta de Gama orientou a forma do texto de Mendonça, versão geradora de interpretações posteriores, mas este não se limitou às linhas da narrativa original: o autor excluiu antigos aspectos e acrescentou novos elementos à história.

As narrativas sobre a vida de Luiz Gama acabaram por tecer uma rede intertextual em que cada um contou aquilo que pensava saber. Até hoje, a história de Gama tem servido à vontade contínua de recontar a identidade social e racial brasileira. Com as suas falhas e virtudes, as variadas versões provam tanto a possibilidade de a ficção extrapassar os frágeis limites do que se entende como real, quanto das estratégias literárias aparecerem, mesmo naqueles objetos não declarados como literários.

É possível medir o grau de ficção dessas histórias? Os termos **História** (com maiúscula) e **história** (com minúscula) podem remeter

apenas a uma distinção metodológica entre o **mais provável e o menos provável.** E não a uma proeminência da verdade sobre a mentira.

A base das versões menos ficcionalizadas e das mais ficcionalizadas é a mesma: o relato de Gama. Mas qual seria o grau de ficcionalização do próprio relato? Muitos escritores o recriaram e poderiam ser pensados em dois grupos: aqueles que, comprometidos com a busca de uma verdade, pretenderam reelaborar o relato, buscando preencher os vazios (profundos espaços de criação) interpretando escassos documentos; e aqueles que, não tendo acesso a tais documentos, se inconformaram com os vazios e procuraram preenchê-los com a imaginação. Essa suposta divisão se dissipa no resultado de uns e outros: a recriação.

Desse modo, apesar de cristalizar-se, a história de Luiz Gama ficcionalizou-se ao máximo.

A narrativa da carta, remodelada por Mendonça, correspondeu a um texto uniforme. Gama, originalmente, resumiu quatro longos períodos de tempo, selecionou situações e experiências fundamentais para a construção de um perfil vitorioso. O relato obedeceu a essa condução. Forma e conteúdo foram ajustados para a apresentação da trajetória vitoriosa. A origem foi descrita do nascimento aos dez anos de idade, época da venda; a escravidão, dos dez aos dezoito anos, quando deixou de ser "soldado" e tornou-se homem; a rebeldia, dos dezoito aos trinta e oito anos, período em que enfrentou as primeiras adversidades públicas; a maturidade, do momento anterior ao presente da narração.

A narrativa de Gama não pode ser considerada propriamente **ficcional,** depois de ser considerada um **testemunho.** Entretanto, há graus de **ficcionalidade** no texto que permitiram os desdobramentos posteriores do personagem. Isto é, há o uso de recursos mais perceptíveis em textos ficcionais: reiterações ("dentes alvíssimos como a neve"), adjetivações ambíguas ("exmo. Dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno"), caracterização ordenada dos personagens e ações ("amava as súcias e os divertimentos: esbanjou uma boa herança" ou "dei um grito, espavorido saltei da tarimba; os companheiros alvorotaram-me; corri à grade, enfiei a cabeça pelo xadrez"), expressões interjectivas explícitas ("Oh! Eu tenho lances doridos em minha vida") e implícitas ("tinha eu apenas 10 anos; e, a pé, fiz toda viagem") etc.

As palavras do relato revertem as interpretações: há uma mulher chamada Luiza Mahin, há um amigo chamado Quintela, há uma família rica, há uma cidade conhecida, há uma "insurreição", há uma "revolução", há um batizado, há uma data. Não seriam pistas em demasia para conseguir que o pai permanecesse incógnito? Mas talvez o excesso de referências fosse um **despiste.**

As reelaborações da narrativa de Gama derivaram de um outro tipo de memória, escrita com tintas ainda mais conotativas, lida de modo criativo pelos seus supostos biógrafos: os poemas. Gama não deve ter pensado biografar-se através de seus poemas. Pelo menos, não mais que qualquer outro poeta. Entanto, na falta de dados e informações, referências e imagens poéticas foram assimiladas como pistas biográficas ou traços de caráter, por vários intérpretes. E ainda foram sendo assim assimiladas, de certo modo, no seio da crítica literária, décadas depois. Por exemplo, escreveu Benedita Damasceno: "Em 'Bodarrada', nome pelo qual se populariza sua sátira 'Quem sou eu?', mais que em nenhum outro poema, Luiz Gama demonstra sua invulgar firmeza de personalidade" (DAMASCENO, 1988, p.46).

De certo modo, talvez seja mais fácil libertar o poeta dos grilhões do abolicionista do que o abolicionista das sendas do imaginário. A imagem **abolicionista** de Luiz Gama necessitou da alusão ao **poeta,** como uma das chaves para a legitimação intelectual. Neste caso, o poeta serviu ao abolicionista. Ao contrário, a poesia de Gama não solicitou interpretação apenas dependente da biografia, pois há vinculações com a poesia popular, com os esquemas românticos, com a tradição satírica.

A nosso ver, os artigos, historiográficos ou literários, plenos de inventividade, não são insignificantes. Todo novo comentarista da história de Gama remodelou, excluiu ou ampliou detalhes do relato original. As cenas foram preenchidas e ressignificadas em tempos diversos. E, do seu modo, cada novo texto teve o que contar.

Entre a biografia e a vida, alguns pontos talvez possam ser considerados:

- os narradores da história de vida de Luiz Gama optaram por utilizar em suas narrações procedimentos da criação literária, atendendo ao apelo da legenda histórica, mas devassando-a pela imaginação;
- as narrativas afetaram as tentativas de compreensão de seus poemas;
- O lirismo de Luiz Gama foi pouco explorado, porque a imagem satírica favoreceu muito mais a associação com o abolicionista rebelde ou mesmo à idéia política de que foi um **poeta negro que recusa**. Nesse sentido, o poema mais conhecido de Gama, **Quem sou eu? (A Bodarrada)**, assim o é, porque foi interpretado por uns como **desvelador da mestiçagem** e, por outros, como **fundador de uma percepção negra na literatura brasileira;**
- há cruzamentos de referências originárias da tradição ocidental com elementos da cultura negra recriados no Brasil, a favorecerem uma relação amistosa não subserviente: a ironia de Luiz Gama não se lançou contra as referências apresentadas (não teceu críticas a Homero, a Camões ou à mitologia clássica), mas as utilizou como reforço na construção da crítica social.

Gama pode ter **pinçado** a sua carta com algumas situações inventadas ou invertidas. Não há, até o momento, como ter absoluta certeza acerca das informações sobre a primeira fase de sua vida. Pode mesmo, quem sabe, ter-se utilizado de uma estratégia despistadora, que tornasse mais atraente a sua imagem nos meios intelectuais abolicionistas. E pode ter contado apenas o que para ele era a absoluta verdade. O fato é que Gama soube construir uma imagem que permaneceu intrigando e atraindo novos interessados.

A narrativa da carta possui a particularidade de ser um texto autobiográfico. Tanto o texto da carta quanto o texto de Mendonça não resolveram certas situações atrativas da história, como o mistério sobre o pai, o desaparecimento da mãe, o surgimento de provas "inconcussas"

da liberdade. A atração que o texto de Gama exerce motivou e anda motiva os exageros imaginativos de alguns intérpretes.

A carta foi vista como relato exemplar, repleto de palavras. É realmente um relato exemplar, também repleto de silêncios propositais. Entre o que pareceu exceder e o que pareceu estar faltando, as palavras significaram e o silêncio também.

A interpretação da trajetória de Luiz Gama que se detiver somente nas palavras da carta (ou procurar os **documentos** "inconcussos") estará enfrentando enormes dificuldades. Na verdade, qualquer interpretação sofrerá da falta de "provas inconcussas" ou da escassez de **objetos visíveis.**

A história de Gama oferece dificuldades à interpretação. Mas as histórias (da carta e de suas reelaborações) podem ser compreendidas. Cruzados os sentidos das palavras com os sentidos dos silêncios, o relato pode ser melhor compreendido: "Diríamos que o silêncio não é interpretável, mas compreensível" (ORLANDI, 1992, p.51).

Deter-se somente nas **palavras visíveis** da carta de Gama será insuficiente para se perceber a dimensão ficional do relato original. Obviamente, por si só, o silêncio, igualmente, não possibilita uma maior compreensão do texto: os sentidos da história de Gama proliferam onde está a palavra e de onde ela se ausenta. Estão nas palavras, nos espaços em branco do papel, no antes e no depois do relato. Na verdade, há um excesso de palavras em torno desses silêncios. Por conseguinte, o relato pode ser lido, segundo a conjunção dos seus "excessos" e das suas "faltas".

É preciso considerar a possibilidade de variados outros tipos de textos terem afetado a apropriação da narrativa fundamental e de terem interferido também nessas reelaborações, tanto quanto novos procedimentos narratívicos terem sido adotados de maneira mais ou menos consciente. Entretanto, as **inclusões** nas posteriores narrações sobre Gama revelam uma busca incessante de **diferença** pelos autores, que alcançaram as raias da invenção literária.

A mão de Luiz Gama segurou uma das mãos de Mendonça,[3] porém deixou a outra mão livre. Gama entregou a carta da forma que Mendonça esperava e desejava. Mendonça escreveu da forma que Gama esperava e desejava. Dessa troca, sob aparentes autonomias, resultou o texto **Luiz Gama.** Outros textos posteriores resultaram dos apertos e dos desapertos de todas as mãos envolvidas, de todas as esperanças e desejos de seus diversos autores.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fabrício Paiva**. Entre o lembrar e o esquecer: a construção da memória e a validade do testemunho.** Santa Maria, UFSM, Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo: Dossiê nº 16, (p. 49-62)

DAMASCENO, Benedita Gouveia. Poesia Negra no Modernismo Brasileiro. Campinas, Pontes Editores, 1988

FERREIRA, Lígia Fonseca. Luiz Gama (1830-1882): Etude Sur La Vie et *L'Oeuvre D'un Noir Citoyen, Poète et Militant de la Cause Antiesclavagiste Au Brésil. Universite Paris III*, 2001. (These pour obtenir le grade de Docteur), p. 449.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, L. C. **Teoria da Literatura em suas fontes**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 955-987.

MENDONÇA, Lúcio de. Luiz Gama. In: LISBOA, José Maria (org.). ALMANACH LITTERARIO de S. Paulo para 1881. São Paulo, Typografia da "Provincia", 1880, p. 50 a 62.

MENUCCI, Sud. **O precursor do Abolicionismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 1992

3 Título de um romance inconcluso de Raúl Pompéia. Foi publicado por Afonso Shimidt. Cf.: POMPÉIA, Raul. A mão de Luiz Gama. In:___.SCHMIDT, Afonso. O canudo. São Paulo: Círculo do Livro, 1963, p. 83-128.

POMPÉIA, Raul. Luís Gama. In: **Letras Brasileiras**. Rio: À Noite, maio de 1944, p. 4. (Publicado originalmente em **O Mequetrete**. Rio de Janeiro, n. 284, p. 1, Agosto de 1882.)

SCHWARCZ, Roberto. Autobiografia de Luiz Gama. In: **Novos Estudos Cebrap**, no. 25, São Paulo, Cebrap, outubro de 1989.

SILVA, João Romão da. O homem: a luta contra o destino e o resultado final. In: SILVA, João Romão da. **Luís Gama e suas poesias satíricas**. 2ª ed., Rio: Cátedra/ Brasília: INL-MEC, 1981.

STAROBINSK, Jean. **Jean-Jacques Rousseau:** a transparência e o obstáculo – seguido de sete ensaios sobre Rousseau (trad.: Maria Lúcia Machado). São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

LUIZ GAMA, UM BAIANO QUE HONRA A HUMANIDADE

Joaci Góes
Orador Oficial do IGHB
Presidente da Academia de Letras da Bahia

Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu em Salvador, a 21 de junho de 1830, nove anos precisos antes do nascimento de Machado de Assis, e morreu em São Paulo, a 24 de agosto de 1882, aos cinquenta e dois anos, dois meses e três dias de idade. Ele foi, no consenso amplamente majoritário dos historiadores, o nome de maior expressão na luta pela extinção da escravatura. É segura a informação de que, em termos percentuais, o seu féretro, orvalhado pelo pranto geral, foi e continua sendo o maior e mais tocante que já houve na Pauliceia, em termos proporcionais à população. Ao adeus derradeiro desse paladino da liberdade compareceram representantes da mais diversificada fauna humana, desde intelectuais do maior prestígio a vendedores ambulantes e mendigos, passando por libertários e conservadores, registrando-se, até, a presença de alguns que, talvez, ali tenham comparecido para se certificarem de que, finalmente, estavam livres de quem tanto os inquietava, com suas ideias libertárias. Luiz Gama morreu de complicações derivadas do diabetes, seis anos antes de ver extinta a escravidão. Seus restos mortais repousam na sepultura de nº 17 da Rua 2, do Cemitério da Consolação.

Os brasileiros, em geral, e os baianos, em particular, com raras exceções, conhecem entre pouco ou nada a respeito do escravo que se tornou grande advogado, orador, militante político, jornalista e escritor. O *habeas corpus* foi o instrumento legal de que mais se valeu para o

exercício de sua advocacia libertária, de que é prova o alentado acervo de sua lavra arquivado no Tribunal de Justiça de São Paulo. Em sua maioria, as ações judiciais interpostas por Luiz Gama foram em caráter gratuito, em defesa dos oprimidos, sobretudo de pessoas ilegalmente escravizadas, em face da legislação vigente.

O grande crítico literário brasileiro, o sergipano de Lagarto, Sílvio Romero (1851-1914), disse dele, em sua prodigiosa **História da Literatura Brasileira** que "a escravidão nacional nunca havia produzido um Terêncio, um Epitecto, ou, sequer, um Spártacus. Há, agora, uma exceção a fazer: a escravidão, entre nós, produziu Luiz Gama, que teve muito de Terêncio, de Epitecto e de Spártacus."

Nascido no segundo Século a.C, o escravo Terêncio, depois de educado e alforriado por um senador homônimo, construiu notável obra teatral, seis comédias, através da qual seu nome está presente em nossos dias. Epitecto ou Epiteto (55-135), escravo a serviço de Epafrodito, tão cruel quanto seu senhor Nero, legou à posteridade sua filosofia estóica, reunida em livros com os títulos de **Manual de Epitecto e Discursos.** Ele refletiu, como poucos, sobre a moralidade e a arte de ser feliz. Segundo pensava, uma vida feliz consiste numa vida virtuosa. Dignidade, acima de tudo. Epitecto está muito presente na obra de Nietzsche. Spártacus (111-71a.C), escravizado, depois de servir ao exército Romano, liderou a maior rebelião escrava da história dos povos, chegando a contar com mais de cem mil aliados, levando inquietação ao Império. A série de TV sobre sua saga está entre as que têm o maior número de capítulos.

Em 1911, vinte e nove anos depois da morte de Luiz Gama e vinte e três da Abolição, Ruy Barbosa, no auge de sua maturidade intelectual, no discurso com que ingressou no Instituto dos Advogados do Brasil, disse dele, de quem foi seguidor: "Para não nomear vivos, lembrarei apenas Luiz Gama. Uma das fortunas de minha vida é a de ter cultivado intimamente sua amizade, em lutas que nunca esquecerei. Um coração de anjo, uma alma que era harpa eólia de todos os sofrimentos da opressão; um espírito genial; uma torrente de eloquência, de dialética e de graça; um caráter adamantino, cidadão para a Roma antiga, inaclimável no Baixo Império; uma abnegação de apóstolo: personalidade de granito, aureolado de luz e povoado pelas abelhas do Himeto. Se eu houvesse de

escrever-lhe o epitáfio, iria pedir este ao poeta da Legenda dos Séculos: *De verre pour gémir, d´airaim pour résister.*" (Do vidro para gemer, do bronze para resistir). O poeta da Legenda dos Séculos a que se referiu Ruy, foi Victor Hugo.

Tema de crescente interesse, Luiz Gama tem sido objeto de estudos que, cada vez mais, agigantam as dimensões de sua biografia, razão pela qual o historiador Boris Fausto declarou, com propriedade, ser novelesca a sua vida. Alfabetizado aos dezessete anos, logo se alforriou, provando a ilegitimidade de sua venda como escravo. A partir daí, seu nome cresceu e agigantou-se, vindo a alcançar reconhecimento nacional, antes de completar trinta anos, como "o maior abolicionista do Brasil".

Em 1985, Mário Covas, então prefeito da cidade de São Paulo, inspirado na história de sua cidade natal, Santos, que granjeou merecida reputação libertária, ao longo da campanha abolicionista, do Século XIX, 148 anos depois do desaparecimento de Luiza Mahin, em 1837, batizou com o nome dela uma praça na Vila Cardoso, bairro da Freguesia do Ó. Grande Mário Covas, meu querido e saudoso amigo! Um dos políticos brasileiros mais bem-dotados de alma de estadista, em nosso tempo!

Antes de se transformar nos diferentes pseudônimos com que agitava o ambiente social da Província de São Paulo, então, sede do mais arraigado e atrasado núcleo dos derradeiros escravocratas, importa dizer que Luiz Gama era filho da bela escrava Luiza Mahin, nascida entre 1810 e 12, no Reino do Daomé, com um abastado fidalgo baiano, filho de portugueses, que, em consequência do vício do jogo, viria a conhecer a ruína financeira, dela derivando o mais nefando ato que um pai pode praticar com um filho: vendê-lo como escravo, ominoso crime afetivo agravado pelo delito penal de não ter podido fazê-lo, à luz da legislação então vigorante.

Segundo a romancista mineira Ana Maria Gonçalves (1970-), autora de um dos melhores romances que já li, entre nacionais e estrangeiros, **Um defeito de cor**, 2006, biografia romanceada de Luiza Mahin, Luiz Gama foi gerado na área denominada Morro do Gavaza, situado atrás da Associação Atlética da Bahia, hoje propriedade da Marinha do Brasil, residência oficial do Comandante do Segundo

Distrito Naval. Como não é difícil imaginar, o Morro do Gavaza ficava, então, a uma considerável distância do centro da cidade. Atendendo ao pedido de Luiza, que desejava retornar ao bulício da pequena metrópole, o português adquiriu um sobrado na Rua do Bângala, à época, n° 2, hoje, 281, ao lado do Quartel General do Comando da Sexta Região Militar do Exército Brasileiro, para onde se mudariam logo depois do nascimento do filho ou da filha, mistério que só Deus seria capaz de desvendar. Já grávida de quase nove meses, Luiza manifestou o mais intenso desejo de conhecer o sobrado, antes mesmo do parto iminente. Nada que um par de escravos não pudesse cumprir, com segurança e presteza, transportando-a numa confortável liteira. Ao chegar ao sobrado, Luiza ficou muito encantada com o conforto que a esperava. Não se sabe ao certo se outros fatores se somaram à emoção para ela ter entrado em trabalho de parto, aí nascendo o rebento que recebeu na pia batismal o nome que viria a ser consagrado na história como Luiz Gonzaga Pinto da Gama, ou, simplesmente, Luiz Gama.

Luiza Mahin foi a musa-heroína inspiradora da Revolta dos Malês, considerado o mais importante episódio entre as rebeliões escravas, eclodido em Salvador, no dia 25 de janeiro de 1835, tema do *magnum opus* do historiador baiano João José Reis. Entre os heróis daquela quixotesca intentona, a história registra os nomes de Belchior e Gaspar da Silva Cunha, Manuel Calafate e Aprígio, Dandará, nome de guerra de Elesbão do Carmo, Licutan, pseudônimo de Pacífico, e Luis Sanim. O nome do pai de Luiz, fidalgo, filho de portugueses, perdeu-se na poeira do tempo, porque o próprio Gama teve o cuidado de omiti-lo, como meio de protegê-lo do oprobrioso ato de havê-lo vendido como escravo, quando tinha dez anos de idade, presumivelmente, já orfão de mãe, em face do desaparecimento de Luiza, desde a prisão dos revoltosos da Sabinada, em 1837. Luiza Mahin, desaparecida no verdor dos vinte e cinco ou vinte e sete anos, tem sido crescentemente incorporada ao movimento negro como a expressão máxima das virtudes femininas por sua altaneria étnica e amor à liberdade.

Quando Luiza Mahin desapareceu, depois de ser presa, em 1837, seu filho, Luiz, tinha, apenas, sete anos de idade. Ele continuou sob a guarda do pai, viciado em jogos de azar, que o tratava com extremado carinho, como o próprio Luiz reconheceria em sua maioridade,

magnificamente liberto de qualquer ressentimento pela nefanda ação paterna. O perdão ao pai, pelo crime de feição bíblica, mitológica, de vender o próprio filho, por si mesmo, coloca Luiz Gama no patamar dos portadores de uma alma verdadeiramente grande, de sacras e olímpicas dimensões.

Como temos dito, em várias oportunidades, causando estupefação em alguns que nos acusam de excessivo ufanismo bairrista, a gravidade contida no desconhecimento da bela lição de vida que foi a de Luiz Gama decorre da circunstância de reunir ele atributos para figurar entre as maiores personalidades dos tempos modernos, em escala planetária, no mesmo nível de Mohandas Keramichand Gandhi, o Mahatma, Nelson Mandela ou Martin Luther King. A grande diferença é que enquanto essas venerandas personalidades são cultivadas como expressão máxima da raça humana, Luiz Gama continua no olvido até dos seus conterrâneos, brasileiros e baianos. As dificuldades superadas por ele **não foram menores, por exemplo, do que as enfrentadas por Nelson Mandela, ao lidar com o** *apartheid* da África do Sul, sem mencionar o notável feito de haver obtido a própria alforria, aos 18 anos de idade, tão logo conseguiu se alfabetizar, ao argumentar em juízo sobre a ilegalidade de sua escravização. Enquanto Martin Luther King e Gandhi mantiveram uma postura de certa beatitude, em face de seus opressores, Luiz Gama, como Mandela, assumiu uma atitude guerreira de enfrentamento e denúncia permanentes contra os escravocratas e suas práticas, a ponto de ter que refugiar-se, aos 40 anos de idade, diante do risco iminente de vir a ser eliminado pelos defensores do *status quo* que o tinha na conta de inaceitável e perigosa ameaça. Foi ele, ao longo de sua laboriosa e generosa existência, tomado pela cólera santa, a mesma que armou o braço de Jesus ao expulsar os vendilhões do templo. A carta que escreveu, então, a título de uma potencial despedida, ao filho único, de dez anos de idade, Benedito Graco Gama da Silva, que teve com a mulher Claudina, quando foragiu, para proteger-se contra perigosas ameaças de morte, aos quarenta anos de idade, **é tocante pela sensibilidade e renovada grandeza** ao perdoar seu pai infrator da lei dos homens e dos deveres mínimos do amor paternal.

Levado pelo pai, para passear no Porto de Salvador e visitar um navio, em 10 de novembro de 1840, Luizinho estranhou ao vê-lo no

cais, enquanto a embarcação se afastava. Foi, então, informado de que havia sido vendido como escravo, pelo amado pai, cuja silhueta querida via minguar-se na linha do horizonte, à proporção que o navio se distanciava da terra e ele mergulhava no inenarrável pesadelo do abandono, da orfandade de pai vivo e da torpe traição. Não é necessária muita empatia para imaginar o tamanho do inenarrável sofrimento que se apossou da alma daquela infeliz criança!

Foi uma grande sorte que Luiz Gama tivesse tido a iniciativa de escrever ao amigo Lúcio Mendonça a carta que contém uma magnífica síntese do que foi a vida desse verdadeiro Varão de Plutarco, que, de outro modo, teria deixado parte substantiva de sua rocambolesca saga envolta nas brumas do mistério, dificultando o conhecimento dos aspectos fundamentais do seu perfil como uma personalidade da qual a posteridade tanto se orgulha. Mais importante, ainda, **é que esse depoimento, notável síntese biográfica, tenha sido feito n**a plenitude de sua maturidade, dois anos e um mês antes de sua morte. Pela importância histórica, vale a pena sua plena transcrição:

São Paulo, 25 de julho de 1880.

Meu caro Lúcio,

Recebi o teu cartão com a data de 28 do pretérito. Não me posso negar ao teu pedido, porque antes quero ser acoimado de ridículo, em razão de referir verdades pueris que me dizem respeito, do que vaidoso e fátuo, pelas ocultar, de envergonhado: aí tens os apontamentos que me pedes e que eu sempre os trouxe de memória.

"Nasci na cidade de S. Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado da Rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de Sant'Ana, a 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã, e fui batizado, oito anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica."

"Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação) de nome Luísa Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, insofrida, geniosa e vingativa. Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito

laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito. Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do Dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856 e em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas que a conheciam e que me deram sinais certos, que ela, acompanhada de malungos desordeiros, em uma "casa de dar fortuna", em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que esses 'amotinados' fossem mandados pôr fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores. Nada mais pude alcançar a respeito dela. Nesse ano, 1861, voltando a São Paulo e estando em comissão do Governo, na vila de Caçapava, dediquei-lhe os versos que com esta carta envio-te.

"Meu pai não ouso afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas, neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas: era fidalgo e pertencia a uma das principais famílias da Bahia de origem portuguesa. Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome. Ele foi rico; e nesse tempo, muito extremoso para mim: criou-me em seus braços. Foi revolucionário em 1837. Era apaixonado pela diversão da pesca e da caça; muito apreciador de bons cavalos; jogava bem as armas, e muito melhor de baralho, amava as súcias e os divertimentos: esbanjou uma boa herança, obtida de uma tia em 1836; e reduzido a uma pobreza extrema, a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luís Cândido Quintela, seu amigo inseparável e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem, na cidade da Bahia, estabelecida em um sobrado de quina, ao largo da praça, vendeu-me, como seu escravo, a bordo do patacho "Saraiva".

Remetido para o Rio de Janeiro, nesse mesmo navio, dias depois, que partiu carregado de escravos, fui, com muitos outros, para a casa de um cerieiro português de nome Vieira, dono de uma loja de velas, a rua da Candelária, canto do sabão. Era um negociante de estatura baixa, circunspecto e enérgico, que recebia escravos da Bahia, por comissão. Tinha um filho aperaltado que estudava em colégio e creio que três filhas já crescidas, muito bondosas e muito compassivas, principalmente a mais velha. A senhora Vieira era uma perfeita matrona: exemplo de candura e piedade. Tinha eu dez anos. Ela e as filhas afeiçoaram-se de mim, imediatamente. Eram cinco horas da tarde quando entrei em sua casa. Mandaram lavar-me; vestiram-me uma camisa e uma saia da filha mais nova, deram-me de cear e mandaram-me dormir com uma mulata de nome Felícia, que era mucama da casa. Sempre que me lembro desta boa senhora e de suas filhas vêm-me as lágrimas aos olhos, porque tenho saudades do amor e dos cuidados com que me afagaram por alguns dias.

Dali, saí derramando copioso pranto, e também todas elas sentidas de me verem partir.

Oh!, eu tenho lances doloridos em minha vida, que valem mais do que as lendas sentidas da vida amargurada dos mártires. Nesta casa, em dezembro de 1840, fui vendido ao negociante e contrabandista alferes Antônio Pereira Cardoso, o mesmo que há oito ou dez anos(1970), sendo fazendeiro no município de Lorena, nesta província, no ato de o prenderem por ter morto alguns escravos à fome, em cárcere privado, e já com idade maior de 60 a 70 anos, suicidou-se com um tiro de pistola, cuja bala atravessou-lhe o crânio.

Este alferes, Antonio Pereira Cardoso, comprou-me em um lote de cento e tantos escravos; e trouxe-nos a todos, pois era este o seu negócio, para vender nesta província.

Como já disse, tinha eu apenas dez anos; e, a pé, fiz toda a viagem de Santos até Campinas.

Fui escolhido por muitos compradores, nesta cidade, em Jundiaí e Campinas, e por todos repelido, como se repelem coisas ruins, pelo simples fato de ser eu baiano!

Valeu-me a pecha!

O último recusante foi o venerando e simpático ancião Francisco Egídio de Souza Aranha, pai do exmo. conde de Três Rios, meu respeitável amigo.

Este, depois de haver-me escolhido, afagando-me, disse: Hás de ser um bom pajem para os meus meninos; dize-me: onde nasceste? –Na Bahia, respondi eu. –Baiano? –exclamou, admirado o excelente velho. –Nem de graça o quero já não foi por bom que o venderam tão pequeno.

Repelido como ´refugo´, com outro escravo da Bahia, de nome José, sapateiro, voltei para a casa do Sr Cardoso, nesta cidade (São Paulo), à rua do Comércio, n° 2, sobrado, perto da Igreja da Misericórdia. Aí aprendi a copeiro, a sapateiro, a lavar e a engomar roupa e a costurar.

Em 1847, contava eu 17 anos, quando para a casa do Sr Cardoso veio morar, como hóspede, para estudar humanidades, tendo deixado a cidade de Campinas, onde morava, o menino Antônio Rodrigues do Prado Júnior, hoje Doutor em Direito, ex-magistrado de elevados méritos, e residente em Mogi Guaçu, onde é fazendeiro. Fizemos amizade íntima, de irmãos diletos, e ele começou a ensinar-me as primeiras letras.

Em 1848, sabendo ler e contar alguma coisa, e tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo da casa do alferes Antonio Pereira Cardoso, que, aliás, votava-me a maior estima, e fui assentar praça. Servi até 1854, seis anos, cheguei a cabo de esquadra graduado, e tive baixa de serviço, depois de responder a conselho, por ato de suposta insubordinação, quando me tinha limitado a ameaçar um oficial insolente, que me havia insultado e que soube conter-se.

Estive, então, preso 39 dias, de 1° de julho a 9 de agosto. Passava os dias lendo e às noites sofria de insônias; e, de contínuo, tinha diante dos olhos a imagem de minha querida mãe. Uma noite, eram mais de duas

horas, eu dormitava; e em sonho vi que a levavam presa. Pareceu-me ouvi-la distintamente que chamava por mim. Dei um grito, espavorido saltei da tarimba; os companheiros alvorotaram-se; corri à grade, enfiei a cabeça pelo xadrez... Era solitário, silencioso, longo e lôbrego o corredor da prisão, mal-alumiado pela luz amarelenta de enfumarada lanterna.

Voltei para a minha tarimba, narrei a ocorrência aos curiosos colegas; eles narraram-me também fatos semelhantes; eu cai em nostalgia, chorei e dormi.

Durante o meu tempo de praça, nas horas vagas, fiz-me copista; escrevia para o escritório do escrivão major Benedito Antônio Coelho Neto, que se tornou meu amigo; e que hoje, pelo seu merecimento, desempenha o cargo de oficial-maior da Secretaria do Governo; e, como amanuense, no gabinete do exmo. senhor conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, que aqui exerceu, por muitos anos, com aplausos e admiração do público em geral, altos cargos na administração, polícia e judicatura, e que é catedrático da Faculdade de Direito, fui eu seu ordenança; por meu caráter, por minha atividade e por meu comportamento, conquistei a sua estima e a sua proteção; e as boas lições de letras e de civismo, que conservo com orgulho.

Em 1856, depois de haver servido como escrivão perante diversas autoridades policiais, fui nomeado amanuense da Secretaria de Polícia, onde servi até 1868, época em que por ´turbulento e sedicioso´ fui demitido a ´a bem do serviço público´, pelos conservadores, que então haviam subido ao poder. A portaria de demissão foi lavrada pelo Dr Antônio Nanuel dos Reis, meu particular amigo, então secretário da Polícia, e assinada pelo exmo. Dr Vicente Ferreira da Silva Bueno, que, por este e outros atos semelhantes, foi nomeado desembargador da Relação da Corte.

A turbulência consistia em fazer eu parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas ideias; e promover processos em favor de pessoas livres, criminosamente escravizadas; e auxiliar, licitamente, na medida de meus esforços, alforrias de escravos, porque detesto o cativeiro e todos os senhores, principalmente os reis.

Desde que me fiz soldado, comecei a ser homem; porque até os dez anos fui criança; dos dez aos dezoito, fui soldado. Fiz versos, escrevi para muitos jornais, colaborei em outros literários e políticos, e redigi alguns.

Agora chegou ao período em que, meu caro Lúcio, nos encontramos no Ipiranga, à rua do Carmo, tu, como tipógrafo, poeta, tradutor e folhetinista principiante; eu, como simples aprendiz-compositor, de onde saí para o foro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos os pobres, todos os infelizes; e para os míseros escravos, que, em número superior a 500, tenho arrancado às garras do crime.

Eis o que te posso dizer, às pressas, sem importância e sem valor; menos para ti que me estimas deveras.

Teu Luiz."

De Santos a Campinas, onde passaria a residir, Luiz Gama fez todo o trajeto a pé. Hoje, a distância entre os dois municípios é de 173 kms. Em 1841, o percurso deveria alcançar algo em torno dos duzentos km, através de trilhas sinuosas, sem falar na subida íngreme da serra de Cubatão e da ameaça permanente da fauna da Mata Atlântica. Uma maratona para uma criança que ainda não completara 11 anos. Já em 1848, graças à sua transformadora capacidade de ler e entender o que lia, Luiz se deu conta da completa ilegalidade de sua venda, uma vez que sua mãe era alforriada e seu pai destacado membro da burguesia. Além disso, havia a Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831 que proibia o comércio de escravos, com aplicação de multa aos transgressores. Apesar de ser grato ao Senhor Carvalho, Luiz Gama preferiu fugir e alistar-se no serviço do Exército Brasileiro, pondo fim ao cativeiro.

A discriminação de que foi alvo, ao frequentar a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital paulista, fê-lo desistir do curso jurídico, obtendo, no entanto, provimento como rábula, instrumento de sua incomparável saga libertadora que resultou na alforria de mais de quinhentos escravos, um recorde mundial, na geografia e no tempo, façanha que lhe proporcionou o epíteto de Apóstolo Negro da Abolição. Quando, mais tarde, a Faculdade se dispôs a reparar a injustiça, ele declinou, preferindo manter-se fiel ao princípio que erigiu nestas palavras, carregadas de sobranceira altivez: "Não possuo pergaminhos, porque a inteligência repele diplomas, como Deus repele a escravidão." Penso que Luiz Gama conferiu, no Brasil, uma dignidade ao ofício de rábula, comparável à de Abraham Lincoln, nos Estados Unidos. Ao defender um escravo pelo assassinato do seu dono, valeu-se da seguinte tese: "O escravo que mata o senhor, seja em que circunstância for, mata sempre em legítima defesa." A confusão que se instalou na sessão de julgamento foi tamanha que o juiz suspendeu o júri. Sua intransigente resistência à escravidão quase lhe custa a vida, mais de uma vez, razão pela qual se via obrigado a refugiar-se, com frequência.

Embora sua advocacia fosse, prioritariamente, dedicada à defesa de escravos, ilegalmente, assim mantidos, e acusados de práticas ilícitas, atendia gratuitamente aos pobres de qualquer origem ou etnia, inclusive imigrantes europeus lesados por brasileiros, consoante a

inscrição fixada à porta de sua casa-escritório: "Se você não pode pagar quem o liberte da escravidão, ou defenda os seus direitos, eu serei seu defensor".

Autodidata, Luiz Gama foi um dos raros intelectuais negros no Brasil escravocrata e o único a ter passado pela experiência do cativeiro. Paralelamente à intransigente luta na defesa dos escravos, ele alcançou notoriedade literária nacional aos 29 anos, ao publicar o conhecido livro de poesias **Primeiras Trovas burlescas do Getulino**, periodicamente editado. Ele foi chamado de "Orfeu de carapinha", em alusão ao legendário poeta grego, de tal modo dominava, com igual desenvoltura, a poesia lírica e satírica, a que recorria como instrumentos eficazes de sua luta pela liberdade, em face do prestígio de que gozava a poesia no Brasil oitocentista. A zombaria era o principal mote da poesia satírica de Gama que via nela um meio eficaz de promoção de suas ideias. Recorde-se que ao seu tempo, só havia a mídia escrita, tanto que na São Paulo de 26 mil habitantes chegou a haver vinte jornais, o oposto do que acontece nesses tempos de comunicação internética, virtual e individual, com a redução lenta, gradual e certa dos meios impressos, particularmente os jornais cada vez mais presentes na mídia eletronônica. Impensável um advogado ou escritor anunciar como Luiz Gama o fez, em 1869: "Luiz G. P. da Gama continua a tratar de liberdade. Outrossim, responde consultas para fora da capital, tudo sem retribuição alguma. Poesias joviais e satíricas por Luiz Gama. Os últimos exemplares da segunda edição, enriquecida com belíssimos cânticos do exmo. conselheiro José Bonifácio. Vende-se nesta tipografia a 2$000."

Foi, certamente, como campeão da liberdade, e não como poeta, que Luiz Gama conquistou lugar de destaque no Panteão dos maiores da Pátria! Orgulhoso de sua negritude, não alimentava qualquer preconceito relativamente aos grandes poetas brancos de todos os tempos, sem prejuízo de retratar, com forte desdoiro, as sociedades brancas e de serem as suas musas originárias de Guiné, que ele confrontava com as tradicionais musas grego-romanas. Do mesmo modo, comparava o granito escuro ao branco mármore; a marimba e o cabaço à lira e à flauta.

Mesmo deconfiando de que a poesia não era a sua praia, anunciava, no estilo de Camões, que viria para a liça com grande disposição de luta:

"Qual vespa, esvoaçando, atroz, picante
Com sátira mordaz, sempre flamante
Picando, picarei por toda parte
Se a tanto me ajudar ferrão e arte."
E vergastava a tola presunção de pureza racial:
"Se os nobres desta terra empanturrados,
em Guiné têm parentes enterrados,
e, cedendo à prosápia ou duros vícios,
esquecem os negrinhos seus patrícios
e, curvos à mania que os domina,
esquecem a vovó que é preta mina."

Versejava, de preferência na primeira pessoa, como nestes exemplos:

Com sabença profunda irei cantando
Altos feitos da gente luminosa,
...
Espertos manganões de mão ligeira,
Emproados juízes de trapaça,
E outros que de honrados têm fumaça,
Mas que são refinados agiotas.

Ó Musa da Guiné, cor de azeviche,
Estátua de granito denegrido,

Empresta-me o cabaço d'urucungo,
Ensina-me a brandir tua marimba,

Inspira-me a ciência da candimba,

Às vias me conduz d´alta grandeza.

E exaltava, com força, a beleza da negritude:

"Quando a brisa veloz, por entre anáguas,

Espaneja as cambraias escondidas,

Deixando ver aos olhos cobiçosos

As lisas pernas de ébano luzidas,

Santo embora, o mortal que a encontra para,

Da cabeça lhe foge o bento siso,

Nervosa comoção as bragas rompe-lhe,

E fica como Adão No Paraíso!"

Ou no poema “A cativa”, em que cantou a beleza e o fascínio da jovem escrava, em que Castro Alves - quem sabe- se inspirou, para escrever o poema Lúcia:

> “Como era linda, meu Deus!
> Não tinha da neve a cor,
> Mas no moreno semblante
> Brilhavam raios de amor.”

Registre-se que foi Luiz Gama o primeiro poeta que cantou a beleza da mulher negra na poesia brasileira. Sobranceiro, não se vestia com a roupagem do coitadinho tão ao gosto dos que falavam dos negros da época. Ele, ao revés, propunha a luta aberta e desabrida, razão pela qual provocava os negros contemporizadores com o domínio branco, como se infere dos versos abaixo:

> Se queres, meu amigo,
> No teu álbum pensamento
> Ornado de frases finas,
> Ditadas pelo talento;
> Não contes comigo,
> Que sou pobretão:
> Em coisas mimosas
> Sou mesmo um ratão.

Vergastava, provocador, os negros que achavam que o conhecimento, em geral, era reduto exclusivo dos brancos, dizendo:

> Ciências e letras
> Não são para ti:
> Pretinha da Costa
> Não é gente aqui.

Sua poesia é marcadamente de denúncia do *apartheid* social implícito na escravidão.

Luiz Gama iniciou sua marcante presença no jornalismo, ao criar, com o caricaturista Angelo Amorim, o primeiro jornal ilustrado humorístico de São Paulo, em 1864, a que denominou **Diabo Coxo**. Dois anos mais tarde, em 1866, com o mesmo Agostini **e Américo de Campos, ambos seus confrades na Maçonaria e nas aspirações abolicionistas e republicanas, fundou o semanário Cabrião**. *C*om o jovem estudante de Direito, de vinte anos, Ruy Barbosa, fundou a Loja Maçônica América que desempenhou papel de relevo na campanha abolicionista. Dela teria participado, também, Joaquim Nabuco que omite seu passado maçônico. Ao morrer, Luiz Gama era o Venerável Mestre da instituição que criou. A realidade é que o também jovem Nabuco, inegavelmente, grande e sincero abolicionista, era monarquista, postura que colidia com a franca defesa que Gama fazia da República, cujo movimento por sua implantação vivia, á época, momento efervescente.

Quando caiu, em 1868, o Gabinete chefiado por Zacarias de Góes e Vasconcellos, o todo-poderoso baiano de alma azeda, Gama exercia as funções de amanuense da polícia paulista, das quais foi demitido em face da ascensão do Partido Conservador, em substituição ao Partido Liberal. Gama interpretou sua demissão, "a bem do serviço público", como uma retaliação ao seu trabalho de libertar em juízo os escravos assim mantidos de modo ilegal. Em carta ao fraternal amigo e companheiro de lutas, Lúcio de Mendonça, deixou bem claro seu legítimo ressentimento, a respeito.

Ao participar da Convenção Republicana de Itu, em 1873, não abriu mão de que a causa abolicionista figurasse como reivindicação de proa na plataforma do movimento republicano que empolgava a Nação, postura que colidia com os republicanos contrários à abolição, muitos dos quais fazendeiros que viviam da mão de obra escrava. Gama dizia que era preciso ser muito estúpido para supor que através da República salvar-se-ia a escravidão. O romancista, gramático e abolicionista, Júlio Ribeiro (1845-1890), autor do revolucionário romance **A carne,** diria em 1985, três anos depois da morte de Luiz Gama que "os republicanos paulistas hão de ser o que são, e são o que sempre foram, escravocratas ferrenhos."

Entre os abolicionistas, merece destaque especial o paulistano Antônio Bento de Souza e Castro (1843-1898), estudante de Direito que viria a ser promotor público e juiz. Branco e membro de tradicional e abastada família do patriarcado paulista, optou pela luta clandestina em favor da abolição, inspirado em Luiz Gama. Ele era parente, em primeiro grau, de dona Purezinha, mulher de Monteiro Lobato. Um contraste entre a origem e o método de luta, em comparação com Gama, ainda que invocando sua fé católica e a equiparação do sofrimento de Jesus com o dos escravos. Antônio Bento criou com o seu movimento subversivo o Quilombo de Jabaquara, em Santos, ao lado do Porto, que favoreceu muitas fugas, fazendo daquela cida portuária um território livre, contando com a parceria de Quintino de Lacerda e Santos Garrafão, segundo Evaristo de Moraes. Raul Pompeia descreveu Antonio Bento, assim: "magro, estreitado, de tornozelo à orelha, num longo capote como num tubo, chapéu alto, rijo cavanhaque de arame, o olhar disfarçado nos óculos azuis como uma lâmina no estojo". Bento era 13 anos mais jovem do que Gama. Seu quartel general era na sacristia da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, no Largo de São Gonçalo, em cujos fundos redigia e imprimia o jornal que editava, A Redenção, onde reunia as provas do cruento tratamento dispensado aos escravos, como as chibatas, coleiras, correntes, gargalheiras e cangas. A teatralização da vida escrava era usada por Antônio Bento como meio de promoção das ideias abolicionistas. Chegou ao ponto de fazer desfilar em procissão, pelas ruas de São Paulo, um negro seriamente estropiado, resgatado das mãos dos seus torturadores. Além de Antonio Bento, outros membros de famílias abastadas participaram do movimento subterrâneo em favor da abolição, como Raul Pompéia, Gaspar da Silva e Luis Murat que enviavam os escravos para os quilombos de Santos, do Rio de Janeiro e para o Ceará, onde a escravidão já havia sido extinta, precedidos de uma senha: "segue bagagem." Foi de grande significado para a campanha abolicionista a incorporação dos ferroviários ao processo, graças, sobretudo, à liderança de Antonio Bento.

A partir da morte de Luiz Gama, em 1882, Antônio Bento, aos 39 anos, assume a liderança do abolicionismo, em São Paulo, ao lado de Macedo Pimentel, Arcanjo Dias Batista, o Cônego Guimarães Barroso, Carlos Garcia, Muniz de Souza, Bueno de Andrada, Hipólito da Silva, Major Pinheiro, Santos Garrafão e o negro Quintino de Lacerda.

Em harmonia com sua alma apaixonada, os que se têm debruçado sobre a vida e obra de Luiz Gama não conseguem se libertar da hiperbólica admiração que sua saga rocambolesca desperta, tendo evoluido de escravo do lar para soldado, ordenança, copista, secretário, tipógrafo, jornalista, advogado, líder da maçonaria e dos movimentos libertários, contando entre seus seguidores com nomes da expressão de Castro Alves, Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Lúcio de Mendonça, Clímaco Barbosa, Rangel Pestana, André Rebouças, Bernardino de Campos, José Bonifácio Sobrinho, Raul Pompéia e tantos outros aqui mencionados, para ficarmos nos nomes mais conhecidos. Eles se reuniam na "República dos baianos", situada na rua da Gl**ó**ria, próxima da hoje Praça João Mendes, no centro de São Paulo, de onde saiam para se encontrarem com Luiz Gama, em sua casa-escritório, localizada na Travessa da Sé, número 4. A união entre os baianos Luiz Gama, Castro Alves e Ruy Barbosa, durou enquanto viveram, e mesmo depois da morte. Castro Alves, o primeiro a morrer aos 24 anos, em 1971, teve sua épica poesia libertária usada como guia e inspiração para os amigos e aliados sobreviventes, Luiz Gama, o mais velho dos três, e Ruy, o do meio, e aquele que alcançaria maior longevidade, ao falecer em 1923, aos 73 anos de idade. Nenhum outro brasileiro teve o privilégio de liderar uma pleiade de gente tão talentosa, como mereceu Luiz Gama. Quando Castro Alves foi vítima de um tiro no pé, por ele mesmo involuntariamente disparado, durante uma caçada, onde hoje se encontra o bairro do Brás, ao saltar, desastradamente, um córrego, Luiz Gama era uma das visitas mais presentes à beira do seu leito. Meses depois, quando se instalou o processo gangrenoso e ficou evidenciada a necessidade de mudança para o Rio de Janeiro, onde se praticava a melhor medicina do País, foi Luiz Gama e Rufino de Oliveira, também leal amigo de Castro Alves, que carregaram o Poeta dos Escravos até à Estação da Luz, da antiga estrada de ferro inglesa, de onde seguiria para o Porto de Santos, a fim de embarcar no primeiro navio, com destino à Capital do Império. Do Rio e da Bahia, Castro Alves continuou se comunicando com sua patota, no pouco tempo de vida que o infortúnio lhe reservava. O mesmo e ainda mais pode ser dito sobre Ruy, dezenove anos mais moço do que Luiz Gama, mantendo-se fiel ao legado de sua memória ao longo de nada menos do que 41 anos, tempo que a ele sobreviveu.

Na sequência da morte de Luiz Gama disse, em síntese feliz, seu fervoroso discípulo, o genial Raul Pompeia (1863-1895), no verdor dos dezenove anos, tão cedo desaparecido, autor do clássico O Ateneu*:*

"...não sei que grandeza admirava naquele advogado, a receber constantemente em casa um mundo de gente faminta de liberdade, uns escravos humildes, esfarrapados, implorando libertação, como quem pede esmola; outros mostrando as mãos inflamadas e sangrentas das pancadas que lhes dera um bárbaro senhor; outros... inúmeros. E Luís Gama os recebia a todos com a sua aspereza afável e atraente; e a todos satisfazia, praticando as mais angélicas ações, por entre uma saraivada de grossas pilhérias de velho sargento. Toda essa clientela miserável saía satisfeita, levando este uma consolação, aquele uma promessa, outro a liberdade, alguns um conselho fortificante. E Luís Gama fazia tudo: libertava, consolava, dava conselhos, demandava, sacrificava-se, lutava, exauria-se no próprio ardor, como uma candeia iluminando à custa da própria vida as trevas do desespero daquele povo de infelizes, sem auferir uma sobra de lucro...E, por essa filosofia, empenhava-se de corpo e alma, fazia-se matar pelo bom...Pobre, muito pobre, deixava para os outros tudo o que lhe vinha das mãos de algum cliente mais abastado."

Entre as poucas homenagens que o Brasil oficial lhe tributa*,* destaca-se *o s*eu busto no Largo do Arouche, em São Paulo, inaugurado em 1931, ao ensejo da celebração do seu centenário de nascimento, transcorrido no ano anterior. Patrono que é dos advogados criminalistas e trabalhistas, no dia 3 de novembro de 2015, a OAB de São Paulo lhe conferiu, em homenagem inédita, o título de advogado, 133 anos decorridos de sua morte.

Aos trancos e barrancos, a biografia de Luiz Gama sobreviveu ao oblívio, graças ao reconhecimento do caráter olímpico de sua trajetória libertária.

Entre 1923–1926, editou-se na cidade de Campinas, hoje, segunda maior cidade do interior de São Paulo, onde o racismo era intenso, o jornal "Getulino". O título foi em homenagem ao Paladino da Liberdade, Luiz Gama. Anos depois, como reflexo da influência do Getulino, fundou-se na capital, São Paulo, O Clarim da Alvorada. Diversos movimentos brasileiros de promoção dos negros têm sido inspirados pelo exemplo marcante da resiliência moral de Luiz Gama.

Tem razão J. Romão da Silva, ao dizer que "Luiz Gama foi um fenômeno. O homem que triunfou sobre o destino."

Neste começo de milênio, cresce o interesse pela vida desta personalidade excepcional.

O grande legado, porém, de Luís Gama ao movimento negro brasileiro consiste na prova viva que sua biografia representa de que só a educação liberta, reduz desigualdades e distribui renda. Enquanto as lideranças do Movimento Negro não compreenderem a lição palmar de que essa é uma verdade que se magnifica na sociedade do conhecimento em que estamos imersos, os clamores de protesto do *handicape* racial, além das discutíveis conquistas da Lei de Cotas, não passarão de discurso de efeito meramente eleitoreiro, no estilo populista que aprendemos a duras penas a que abismos conduz.

Sem dúvida: a educação é o caminho mais curto entre a pobreza e a prosperidade; o atraso e o desenvolvimento; a sociedade desigual e injusta em que vivemos e o estágio civilizatório avançado que aspiramos!

REFERÊNCIAS

Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor,* 2017.

Antônio Loureiro de Souza, *Bahianos Ilustres: 1564-1925,* 1959.

Armando Avena, *Luiza Mahin e o Estado Islâmico no Brasil*, 2019.

Elciene Azevêdo, *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luís Gama na Imperial Cidade de São Paulo*, 1999.

João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil*, 2003.

J. Romão da Silva, *Luiz Gama e suas poesias satíricas, 2015.*

Laurentino Gom*es, Escravidão*, I volume, 2019.

Lilia M. Schwarcz **e Flávio Gomes,** *Dicionário daEscravidão e Liberdade*, 2018!

Luiz Gama, *Primeiras trovas burlescas do Getulino*, 2000.

Maria Helena Petrillo Berardi, *Santo Amaro*, 1969)

Nelson Câmara, *O advogado dos escravos-Luiz Gama,* 2010.

Pedro Calmon, *Malês: a insurreição das senzalas,* 1933.

Sud Mennucci, *O Precursor do Abolicionismo no Brasil*, 1938.

A INVISIBILIDADE E MEMÓRIAS DE LUIZ GAMA NOS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIRO

Jeferson Mundim de Souza
Doutorando do PPGLIN e Mestre em Educação/UFBA
Especialista em Filosofia/UEFS
Licenciado em Filosofia/UFBA
Licenciado em Letras Português-Espanhol/UNITINS
Licenciado em Pedagogia/Universidade Cruzeira do Sul
Professor da Educação Básica e Superior

Resumo
O artigo pretende dialogar com as memórias de Luiz Gama - intelectual negro que passou pela experiência de ter sido escravizado; baiano; filho de uma africana livre e de um pai branco que o vendeu como escravo e outras construções acerca de sua invisibilidade e memórias esquecidas nos livros didáticos brasileiro, inviabilizando o respeito e a dignidade, baseados na ancestralidade, na oralidade, na cosmovisão africana e afro-brasileira que lutaram e continuam lutando na resistência. O desejo aqui é poder encontrar algumas formas para que Luiz Gama, assim como outros negros cheguem aos livros didáticos e possam ser reconhecidos e celebrados com os valores a eles identificados para uma formação escolar básica que contrarie a visão do "outro", do branco e do europeu, projetando os negros brasileiros fora de cristalizações e estereótipos, que por muito tempo o animalizou, ignorando-o e perseguindo-o na tentativa de abafar seu lugar de fala.
Palavras-chave: Invisibilidade. Memórias. Negros. Livros didáticos.

Abstract
The article intends to dialogue with the memories of Luiz Gama - black intellectual who went through the experience of being enslaved; Bahian; the son of a free African and a white father who sold him as a slave and other constructions about his invisibility and forgotten memories in Brazilian textbooks, making respect and dignity unfeasible, based on ancestry, orality, the African and African worldview Brazilian women who fought and continue to fight in the resistance. The desire here is to be able to find some ways for Luiz Gama, as well as other blacks to reach the textbooks and to be recognized and celebrated with the values identified to them for a basic school education that contradicts the vision of the "other", the white and of the European, projecting Brazilian blacks out of crystallizations and stereotypes, which for a long time animalized him, ignoring him and chasing him in an attempt to stifle his place of speech.
Keywords: *Invisibility. Memoirs. Black. Didatic books.*

Antes mesmo de escrever este artigo, entre meus pensamentos, práticas docentes e leituras compartilhadas na Universidade, sobre a perspectiva de encontrar nos livros didáticos, histórias de autores negros e intelectuais, suas múltiplas relações de luta e resistência com o mundo, bem como as relações de poder enfrentadas por eles, já permeavam minhas ações e experiências no cotidiano escolar, fazendo-me refletir sobre a necessidade de pensar sobre elas, questionando-as e combatendo-as, com a finalidade de transformá-las.

Para isso, seria imprescindível analisar quais as possibilidades na construção de livros didáticos que abordassem discussões como as diferenças de raça, de cultura, de gênero, as memórias de Luiz Gama e outras construções de intelectuais negros na perspectiva do saber científico e identitário que vem sendo esquecido nesses manuais e paradidáticos, inviabilizando o respeito, a dignidade e o lugar de fala de negras e negros. O grande desafio seria a articulação da cultura do aluno com a cultura da escola, sem no entanto, promover uma hierarquização entre estas, além do acesso a essas leituras e das mobilizações de escritores e intelectuais negros.

Comecei por compreender que a identidade da criança afrodescendente deve ser alicerçada desde quando ela ingressa na escola,

ou seja, desde a educação infantil, e isso ocorrerá quando a escola e educadores compreenderem que os alunos são indivíduos pertencentes a culturas diferentes, que são diferentes, mas não desiguais, e que a compreensão e o respeito à diferença são condutas indispensáveis.

Mas, ao me deparar com alguns livros didáticos de história, percebi que a história das trajetórias das matrizes negra e indígena é narrada sob o ponto de vista dos grupos sociais que a produziram. O "outro" demarcaria, então, o lugar do "diferente" sob o ponto de vista do narrador "branco". Nesse caso, a diferença seria inventada a partir de um ponto de vista determinado, ou seja, do ponto de vista de uma minoria que tem uma determinada cor - a cor branca - que, nas relações de poder entre os indivíduos e etnias que formaram a "pluralidade cultural" brasileira, foi imposto como hegemônico e dominante. O diferente é, então, uma invenção que irrompe na história e que precisa ser administrado, gerido, disciplinado e controlado.

Muitos questionamentos surgem ao lermos nos livros de história sobre como a África foi formada, seus povos, cultura, oferecendo-nos algumas perguntas, tais como: qual a imagem que temos da África? Como vemos a história dos negros no Brasil?

A Professora Nilma Lino Gomes diz:

> [...] a geração brasileira, hoje adulta e que passou pela escola básica, foi formada? Certamente, pela visão do "outro", do branco, do europeu. A África e os negros brasileiros são vistos de forma cristalizada, estereotipada e, muitas vezes, animalizada. E mais, ao retomarmos essas imagens, hoje, elas vêm à nossa mente de forma isolada, desconexa, desarticulada de uma discussão mais ampla do contexto histórico, político e cultural da época [...] (GOMES, 2008, p. 75)

O desconhecimento sobre a História da África é tão monumental quanto a dimensão deste continente. O contato dos europeus com os africanos se dá, ao longo dos tempos, em intrincados processos de encontros e confrontos, desde o século XV. No entanto, a complexidade das sociedades africanas organizadas em reinos, cidades-estados e territórios étnicos, que se reconheciam por outras denominações

como Fanti, Ashanti, Peul, Mandinga, Fulani, Bambara, Tchokwe, Lunda, Kuba, Luba, Kosa, Zulu, entre outros, foi encoberta pelos colonizadores com a ideia de uma África relativamente homogênea, habitada simplesmente por "negros", em sua maioria, dominados por tribalismos submissos.

Segundo Bittencourt (2015), que fez um percurso sobre a inserção de imagens nos livros didáticos de História, as imagens têm sido um importante recurso pedagógico, usado há mais de um século por autores e editores dos manuais escolares de História. No entanto, percebe-se que nem sempre esses recursos transparecem, à primeira vista, suas intencionalidades, ao serem selecionadas e dispostas nesses suportes. Um aspecto positivo dos suportes didáticos refere-se à apresentação das nuances da tez da população brasileira. De um modo geral, têm sido exímios em demonstrar as suas diversas gradações, em particular a afrodescendente, proporcionando aos estudantes verem a si e ao próximo nas muitas realidades representadas nos manuais.

É certo que o oposto dessas imagens positivas também aparece, ainda que em menor quantidade. De um modo geral, esses livros têm se esquivado em apresentar, em suas imagens, situações degradantes e subalternas das pessoas negras na atualidade. São corriqueiras as que tematizam a escravidão, sobretudo nos livros didáticos da disciplina de História. Cavaleiro (1998) e Gomes (2005) também destacam que a escola, apesar do caráter democrático que tem se revestido, de espaço de reconhecimento social e de inclusão, é uma das instâncias em que as representações pejorativas dos negros são difundidas. Pode-se, dessa maneira, inferir que essa cautela é oriunda do receio às críticas contundentes das representações desses sujeitos, o que poderia inviabilizar a venda desses manuais, pois como Bittencourt (2015) ainda sustenta, a problemática da ilustração dos livros está relacionada ao contexto mercadológico e técnico, em que a história do livro didático sugere como os autores, paulatinamente, foram perdendo o poder sobre a ilustração de suas obras e as escolhas de seus personagens e memórias.

Os livros didáticos, geralmente, trazem imagens de corpos negros em completa harmonia com outros corpos brancos, destacando a satisfação do convívio, seja pela ancestralidade ou pela perspectiva de um futuro melhor. Um repertório visual e cultural de cada indivíduo que

permite diferentes olhares, inferências da realidade experimentada a ser decodificada. São imagens, que se observadas atentamente, reportam a um campo visual de satisfação para o seu passado, podendo pensar que a imagem mais sugere orgulho e valorização de sua ancestralidade do que de revolta pela escravidão. Assim, é possível apreender a contemplação pelas lutas que os seus antepassados empreenderam para se libertar e vislumbrar as muitas lutas que deverão se desenvolver para alcançar uma vida digna, pois o espaço onde ela está inserida se encontra praticamente vazio, carente, apenas preenchido por suas memórias e expectativas.

Um dado interessante é que os manuais, quando fazem uma exceção e protagonizam uma narrativa com personagem negra – que aceita a sua identidade e vê beleza em seus traços físicos identitários, superando a carga de preconceito que envolve todo esse processo –, não fazem jus a uma projeção imagética significativa dessa protagonista no cenário. Diferente da autora Regina Luz, em ALIKA, quem traz a imagem de uma personagem negra para sua linguagem infanto-juvenil rememorando as memórias de Luiz Gama, contribuindo para destacar a importância e valor do cidadão negro invisibilizado, que agora se destaca em narrativas de fácil acesso, contado a partir dessa personagem, que sentindo na pele a discriminação e desvalorização por ser negra, resolve apresentar Luiz Gama, que estava apagado na memória de seus coleguinhas de classe.

Outro ponto a ser discutido, também, a partir dos documentos oficiais do Brasil, são os desafios da implementação da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos das escolas de educação básica, onde percebemos que a diversidade étnico-racial se apresenta cotidianamente nas relações interpessoais, no pertencimento étnico-racial da comunidade escolar, nas brincadeiras, nas diferentes formas de linguagens corporais e artísticas, nas práticas docentes, na arquitetura e localização da escola.

A escola não é uma instituição isolada da sociedade, portanto, produz e/ou reproduz contradições históricas, sociais, raciais e econômicas, bem como seus livros didáticos veiculados para "ensinar". Por isso, que, a afirmação da identidade e marcação da diferença

implicam sempre nas operações de "incluir e excluir", ou seja, "nós" e "eles"; o que somos e o que não somos; quem está incluído e quem está excluído, o que indica a posição dos indivíduos nas relações de poder numa forte demarcação de fronteiras. Consequentemente, isto é uma forma de classificar as pessoas, dividi-las e atribuir diferentes valores aos grupos e assim classificá-los para hierarquizá-los.

Observemos que o currículo e os livros didáticos não são um elemento neutro e desinteressado na transmissão de conteúdos do conhecimento social. Eles estiveram sempre imbricados em relações políticas de poder e de controle social sobre a produção desse conhecimento. Por isso, ao transmitir visões de mundo particulares, reproduz valores que irão participar da formação de identidades individuais e sociais e, portanto, de sujeitos sociais. O currículo e os livros didáticos vivenciados pelos alunos vão além dos conteúdos escolhidos para serem ministrados pelos professores. A existência, na experiência escolar, de um "currículo oculto" ao lado do currículo oficial está confirmada por vários estudos sobre o tema.

O conceito de "currículo oculto" como o conjunto de experiências não explicitadas pelo currículo oficial nos permite ampliar a reflexão sobre o tipo de mensagens cotidianas – traduzidas pelas páginas dos livros escolares, pelo preconceito racial entre colegas e entre professores e alunos – que são levadas ao conjunto dos alunos negros e mestiços. Ele inclui conteúdos não ditos, valores morais explicitados nos olhares e gestos, apreciações e repreensões de condutas, aproximações e repulsas de afetos, legitimações e indiferenças em relação a atitudes, escolhas e preferências. Alguns relatos de trabalhos, produzidos nesta linha, revelam o nível de exclusão traduzido no plano da violência simbólica a que estes alunos estão submetidos na sua experiência escolar.

A crença de que o negro africano era inferior na escala humana foi a base do preconceito racial. O racismo científico assim explicava as diferenças culturais, como inferioridade racial, então, o preconceito racial expressa o sentido histórico de inferioridade gestado a partir das relações de dominação e subalternidade entre senhores e escravos durante quase quatrocentos anos de escravidão no Brasil que, como modelo econômico e social, fundou a sociedade brasileira - tanto no escravizado quanto no escravocrata.

No caso brasileiro, como nos aponta muito bem o antropólogo Roberto DaMatta (1987) é o preconceito racial de marca – isto é, aquele vinculado à aparência física, manifestações gestuais, etc. – que permite, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, decidir a sua inclusão ou exclusão na categoria de negro. Isto é o que se torna impossível frente ao preconceito racial de origem vivido nos Estados Unidos, como nos aponta DaMatta, segundo o qual a definição étnica está dada pela hereditariedade, independente do fato do indivíduo trazer ou não traços do fenótipo negro.

O preconceito racial se manifesta também na escola, não apenas pelas expressões racistas entre alunos ou entre professores e alunos, mas também pela omissão e pelo silêncio quando essas situações ocorrem ou, ainda, pelo mesmo silêncio e ocultamento da imagem do "negro" como imagem positiva e, ao contrário, pela valorização da imagem do "branco" dentro dos livros e do currículo.

É essa questão, entre atitudes, conteúdos, abordagens e materiais que precisa ser urgentemente transformada na prática pedagógica da escola brasileira em respeito, reconhecimento e valorização da competência e dignidade de uma das matrizes fundadoras da nossa nação: a matriz negro-africana. Por isso, não podemos afirmar a ideia de uma cultura africana única ou mesmo "pura". Em se tratando de cultura, não há uma essência. O que existe é um processo dinâmico de construção, que agora tentamos construir a partir da próxima seção para que a história, a cultura, os saberes e conquistas negras não sejam apagados dos currículos escolares, mas sim, reescritas e anunciadas em sua capacidade de visibilizar o que antes lhes foi negado, se possível em livros didáticos.

Portanto, comecemos pelas memórias e a biografia de Luiz Gama que tem sido objeto de estudos, aproximações e leituras ficcionais. São leituras e escritas traduzidas e interpretadas com as dificuldades de acesso a documentos e registros da época. No entanto, nenhum desses fatores retira o brilho daquele que foi o único intelectual negro que passou pela experiência de ter sido escravizado, sendo ele baiano; filho de uma africana livre e de um pai branco que o vendeu como escravo. Foi a primeira voz negra na literatura brasileira a denunciar os paradoxos sociais durante o período da escravatura, sendo protagonista

de uma história que precisa ser conhecida pelos brasileiros e outras nações.

Gama lutou arduamente pelos direitos dos negros, 100 anos antes de Martin Luther King ser um líder nos Estados Unidos. A sua história, especialmente a experiência de ter vivenciado a escravidão, tem uma correspondência com a história de Frederick Douglass (1818-1895), ativista negro que foi um abolicionista e escritor nos Estados Unidos. Depois de escapar da escravidão em Maryland, ele se tornou um líder nacional do movimento abolicionista em Massachusetts e Nova York. Entretanto, nos Estados Unidos, não há um negro, um ativista, um intelectual que não conheça a história de Douglass. Aqui no Brasil, Gama ainda é profundamente desconhecido e invisibilizado.

Esse fato não coloca uma linearidade temporal de desprestígio à história de Luiz Gama, mas retrata que sempre houve, entre outros fatores, pesquisadores e pesquisadoras, que lutaram e continuam lutando na resistência, através de suas militâncias sociais com caráter identitário e seus objetivos sobre o campo da produção acadêmica de negros, indígenas, mulheres, contrariando paradigmas que tentam invisibilizar a história do negro, silenciando-o diante de regimes totalitários e coloniais.

Gomes (2010), em Intelectuais negros e produção de conhecimento, irá exemplificar bem os caminhos percorridos de intelectuais negros que vêm lutando para apresentar formas de como alguns percursos da história étnico racial tem sido compreendida e apresentada com sequelas de apagamento:

> São intelectuais, mas outro tipo de intelectual, pois produzem um conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências. (Gomes, 2010, p. 495)

Esse desconhecimento diz respeito à invisibilidade do pensador negro. Diante da singularidade dele como autor negro, nós vemos o peso da sua cor, vemos que o preconceito foi maior do que a vontade

de enxergar o que ele era. Mas isso continua sendo perpetuado nos dias de hoje. Basta olhar para as nossas oligarquias em 2018, e ver que elas ainda são representadas pelos mesmos grupos com seus filhos, netos e bisnetos. Essa velha oligarquia é duradoura. Ela faz de conta de que está ouvindo as pessoas, mas não está. Esse não reconhecimento de Luiz Gama, entre outros intelectuais negros passa, obviamente, pelo racismo estrutural e institucional do Brasil e pela rejeição de movimentos populares.

Atualizar Luiz Gama em nossa contemporaneidade e incluí-lo nos livros didáticos e nos currículos escolares é buscar a configuração de outro perfil intelectual negro, visto que as tensões, os poderes, as reflexões invadem cenários acadêmicos e sociedade civil, indagando quem é esse intelectual negro hoje. Ele necessita identificar sua relação com a produção de um conhecimento dito engajado.

Gama fez isso muito bem em sua época, sendo advogado autodidata e profundo conhecedor jurídico, fazendo uso de diversas leis para lutar por justiça. Em sua saga abolicionista, "desenterrou" uma lei que não estava sendo colocada em prática. Sancionada em 1831, a Lei Feijó proíba a importação de escravos no Brasil, além de declarar livres todos os escravos trazidos para terras brasileiras a partir daquela data. A lei ainda estabelecia multas aos traficantes, além de oferecer um prêmio em dinheiro a quem denunciasse o tráfico. Utilizou de sua intelectualidade e sabedoria para, em posse de descobertas e brechas na lei, defender, como forma de ativismo político, a negras e negros escravizados que o buscavam para a conquista de sua liberdade. Era sua luta revolucionária e incansável que se entrelaçava entre o fazer prático de sua profissão e a produção intelectual que viabilizaria a soltura de negros escravizados.

Em dezembro de 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil deu a Gama o título póstumo de "profissional da advocacia". Na ocasião, seu tataraneto Benemar França, de 68 anos, recebeu a homenagem. No dia 17 de janeiro de 2018, ano que marca os 130 anos da abolição da escravatura, a Lei 13.629 declarou o advogado Patrono da abolição da escravidão do Brasil.

Assim, relembrar o legado do intelectual negro, Luiz Gama, é pensar também nas dificuldades que o próprio enfrentou para desfazer

as injúrias e injustiças, cometidas pelos brancos e poderosos, diante de uma população grandiosamente negra. Ou seja, pensar no legado que a escravidão deixou para os negros é reviver os terrores de um tempo que não queremos lembrar.

Os benefícios concretos e simbólicos são visíveis, evitando-se caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil, como expressa Gama em uma de suas cartas:

> Meu pai, não ouso afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas, neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas: (...) [ele] pertencia a uma das principais famílias da Bahia de origem portuguesa. Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome.

Esse silêncio e cegueira relegados aos brancos permitem não prestar contas, não reparar, compensar, não indenizar os negros – se é que é possível, ou seja, são interesses econômicos que estão em jogo, superando essa consciência. Por essa razão, ainda hoje no Brasil, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra.

Poeta, jornalista, advogado e maçom, Gama cumpriu um destino incomum numa época impiedosa para pessoas de sua cor e condição. Desempenhou um papel pioneiro em vários campos. Na literatura, universo exclusivo de brancos, introduziu em 1859 uma voz até então ausente ao publicar sua obra única, as **Primeiras Trovas Burlescas**(PTB), coletânea de poemas satíricos nos quais um autor que se assume "negro" denuncia os paradoxos políticos, éticos e raciais da sociedade imperial.

Gama percorreu esse caminho, descobrindo brechas e argumentações que pudessem suscitar discussões que não só convenceram as autoridades da jurisprudência, mas que despertaram em muitos intelectuais de seu momento histórico, mobilizações a seu favor, desejando por parte de muitos, integrar essa luta. A prova disso é que, segundo jornais da época, o seu funeral em 24 de agosto de 1882 foi o maior já havido na cidade e movimentou a população paulistana, que lhe prestou as mais diversas homenagens. Entre os presentes,

havia pessoas de diversas posições e classes sociais: do escravizado a personalidades ilustres, inclusive políticos adversários.

Luiz Gama foi esse intelectual, que, em função de seus poemas, nos quais satirizava a aristocracia e os poderosos de seu tempo, tornou possível o "não silenciamento". Um dos seus mais expressivos trabalhos é o poema "Quem Sou Eu?", que discutirá a temática da ridicularização do negro diante da sociedade e da sátira utilizada por Gama para expressar seu descontentamento com os critérios de valorização e desvalorização entre negros e brancos. Para ele, a miscigenação era algo tão complexo que os termos negro, branco ou mestiço parecem não resolver ou dar conta dessa complexidade. Daí a insurgente indagação: Quem sou eu?, ao mesmo tempo em que responde às ofensas ridicularizadoras dos escravocratas, chamando-os de bodes.

Quem Sou Eu?: (...) Se negro sou, ou sou bode/Pouco importa. O que isto pode?/ Bodes há de toda casta/ Pois que a espécie é muito vasta.../Há cinzentos, há rajados,/Baios, pampas e malhados,/Bodes negros, bodes brancos,/E, sejamos todos francos,/Uns plebeus e outros nobres./Bodes ricos, bodes pobres,/Bodes sábios importantes,/E também alguns tratantes...

Por mais estratificada que fosse a sociedade paulistana, ninguém escapava da bodarrada. Esse poema quer demonstrar que os papéis e as relações sociais entre os indivíduos não poderiam ser sustentados pela superioridade/ inferioridade racial, uma vez que a cor se apresenta como um significante vazio. Há, aqui, um chamamento social para se repensar o lugar do preconceito de cor com base em purezas raciais numa sociedade miscigenada.

Mas também que saibamos lutar pela construção de campos de coexistência, em lugar de campos de batalha, como o resultado do trabalho intelectual, que fazemos e que Luiz Gama utilizou-se, em forma de poesia, revertendo determinados contextos à sua condição, usando de imagens satíricas ao se retratar a sociedade branca, em: o "Orfeu de carapinha"**.** Lembrando a figura do poeta grego Orfeu, e aludindo ao seu cabelo crespo, Gama foi chamado de "Orfeu de carapinha", e dominava tanto a poesia lírica, quanto satírica.

Sua poesia vem, assim, a destruir, denunciar e deformar o mundo de injustiças que o cerca. São análises de suas narrativas poéticas, onde ele próprio usava os conceitos de raça, identidade, modernidade e memória da escravidão para mediar a realidade social e as relações étnico-raciais, sendo a sátira social e política uma marca de sua personalidade.

Sendo assim, a invisibilidade e memórias de Luiz Gama nos livros didáticos brasileiro, leva-nos a relembrar que entre muitas batalhas vencidas, algumas marcaram como suas sucessivas vitórias nos tribunais na libertação de cativos, muitos escravizados ilegalmente, ultrapassaram as fronteiras de São Paulo, atraindo a atenção de muitas pessoas que sequer conheciam Luiz Gama, a quem talvez o reconhecesse apenas como abolicionista, sem considerar sua vertente poética literária para proclamar a justiça diante das injustiças sociais. A escolha da poesia satírica como estilo e recurso literário para ridicularizar a hipocrisia de uma sociedade letrata, intelectualizada, autoritária e escravocrata, apresentou-se como mais próxima do seu pensamento e luta social, visto que, em uma sociedade marcada pelas hostilidades raciais, ter acesso à sociedade letrada pressupunha provar ter uma razoável instrução humanista e científica. A escrita poética em Gama também era uma arma, um exercício que procurava responder às injunções da sociedade escravista marcada pela hierarquização racial.

Ainda hoje, a sua história é pouco falada e conhecida, assim como a de muitos outros negros. A comparação entre o quanto ele era conhecido naquela época e hoje é um abismo, pois esse desconhecimento diz respeito à invisibilidade do pensador negro e da ausência de personagens negros nos livros didáticos.

A necessidade de ver nos livros didáticos brasileiros a história de Luiz Gama demonstra a necessidade de cuidarmos das representações sociais imagéticas da África e da diáspora nos manuais didáticos, porque muitas vezes perpetuam estigmas que precisam ser abolidos, sejam intencionais ou "acidentais". Ao representarmos esses sujeitos e trazer as memórias deles nos manuais, deveríamos ter presente sempre as memórias ancoradas em experiências dos que só têm no corpo e em

suas formas de comunicação heranças de seus antepassados e marcas de suas histórias.

Dessa forma, faz-se necessário possibilitar aos indivíduos compreender e explicar determinadas realidades; a função de identidade, que garante a marcação de fala, revelando os espaços de poder e projeção na sociedade contemporânea, a partir da releitura de personagens como Luiz Gama.

Os livros didáticos brasileiros ainda assumem um papel relevante nesse processo, pois, sob o debate de uma educação que contemple a diversidade, muitas representações sociais, mesmo ressignificadas, ainda tendem a enquadrar os negros e afrodescendentes numa situação de não igualdade de condição e oportunidade. Uma constatação derivada das observações a partir dos livros didáticos é a necessidade de seus autores se atentarem para textos e imagens inseridos, pois, muitas vezes, os discursos em textos e imagens se prestam a dubiedades ou a invisibilidade, sendo necessário o estabelecimento de critérios de seletividade em torno do que deve e de quais personagens vão compor os manuais didáticos.

Precisamos de currículos e de livros didáticos com autores que sejam mais comprometidos e responsáveis, com reflexões e atualizações intelectuais negras. Luiz Gama precisa chegar aos professores e alunos, ser conhecido pela população brasileira que encontrará nele e em outros intelectuais negros, inspiração e um exemplo a ser seguido, fundamental nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elciene de. **Orfeu de Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In:_____ BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2015.

CÂMARA, Nelson. **O advogado dos escravos - Luis Gama**. São Paulo: Lettera, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação: São Paulo, 1998.

DAMATTA, Roberto. **Digressão**: **a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira in Relativizando**, uma introdução à Antropologia Social, Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FERREIRA, Ligia Fonseca. **Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas.** Organização, apresentação e notas. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

GAMA, Luiz. **Primeiras Trovas Burlescas e outros poemas**. Introdução e organização de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOMES, Nilma Limo. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabemgele (org.) **Superando o racismo na escola**. Brassília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados na implementação da Lei 10.639/03**, Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, NilmaLino. **Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, Petrópolis: Vozes, 2010.

LUZ, Regina. **Alika** – Literatura infanto-juvenil brasileira, 1ª. Ed. Salvador: FB Publicações, 2019.

Sankofa. **Revista** de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano X, NºXX, dezembro/2017.

LUIZ GAMA – O ADVOGADO DOS ESCRAVOS

Nelson Câmara
Mestre em Direito do Trabalho/USP
Graduado em Direito/Mackenzie
Procurador Legislativo da Câmara Municipal/SP

"Eu disse, uma vez, que a escravidão nacional nunca havia produzido um Terêncio, um Epitecto, ou sequer, um Spártaco. Há, agora, uma exceção a fazer: a escravidão, entre nós, produziu Luiz Gama, que teve muito de Terêncio, de Epitecto e de Spártaco".

SILVIO ROMERO (1851-1914)
História da literatura brasileira. Ed. 2003.

Resumo
Apresenta-se a vida e a obra do rábula, jornalista e poeta Luiz Gama. Sua trajetória de menino escravo na Bahia, passando pelo Rio de Janeiro, Campinas até chegar a São Paulo. Tendo como principal atividade a prática do Direito, torna-se personagem destacado na luta contra a escravatura, em especial pela causa da liberdade dos escravos.
Palavras-chave: Escravatura, escravos, Direito, *Habeas Corpus*, Lei, Jornalismo, Maçonaria.

Abstract
The life and work of the rabula, journalist and poet Luiz Gama is presented. His trajectory as a slave boy in Bahia, passing through Rio de Janeiro, Campinas and arriving in São Paulo. Having as main activity the practice of law, he

becomes a prominent character in the fight against slavery, especially for the cause of the freedom of slaves.
Keywords: *Slavery, slaves, Law, Habeas Corpus, Law, Journalism, Freemasonry.*

Ilustração de Luiz Gama, em bico de pena por Angelo D´ Agostini.

Luiz Gonzaga Pinto da Gama surgiu de maneira impactante e mais profunda, quando iniciei uma extensa pesquisa sobre as causas e origens da escravidão negra no Brasil. Investiguei boa parte do que até então havia sido escrito aqui, e mesmo fora do Brasil, resultando no livro Escravidão, Nunca Mais, cuja primeira edição, veio a público no ano de 2009. Foi um extenso trabalho de História e Sociologia, abrangendo fontes primárias e secundárias, que mereceu um magnífico prefácio do Senador Paulo Paim (RGS). Até então sobre a sua destacada participação no campo da arte poética a qual, diga-se, também foi rica decidi, de imediato, realizar uma inédita pesquisa sobre o talento jurídico e cultural desse fascinante personagem, utilizado no Tribunal de Apelação de São Paulo (cuja denominação foi alterada para Tribunal de

Justiça, após a proclamação da República). Tomava corpo o livro, editado por Luiz Gama – O Advogado dos Escravos editado pela primeira vez, em 2010 (hoje em sua 3ª edição), com prefácio do jurista e professor Miguel Reale Júnior; conjuntamente com o lançamento em 2011 do romance histórico, A Camélia Branca – 1882, com apresentação de Ignácio de Loyola Brandão, membro da academia Brasileira de Letras, formam uma trilogia sobre a história da escravidão no Brasil. Conhecer a totalidade da obra do ilustre personagem e, mais precisamente, sobre seu perfil de eloquente e eficiente advogado, dedicado majoritariamente à causa da liberdade de escravizados, causou impacto.

Verdade que minha condição de advogado militante no Estado de São Paulo, e conhecido nos Tribunais, muito facilitou o atendimento pelo Presidente do TJ/SP, para que tivesse acesso ao Arquivo Histórico do Tribunal, onde pude localizar as petições manuscritas de *habeas corpus* impetradas pelo combativo erudito Luiz Gama.

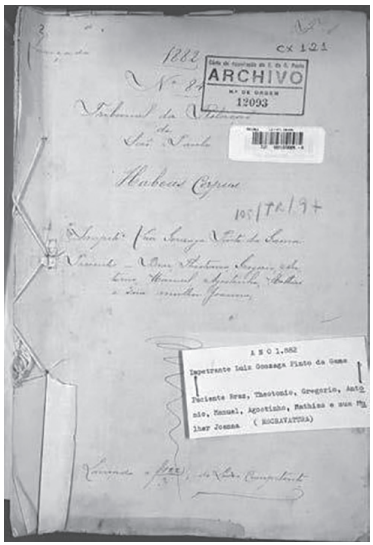
Fui prontamente atendido pela então encarregada da seção, que se emocionou pelo ineditismo de nosso interesse pelo personagem e, com as mãos devidamente calçadas por luvas apropriadas, trouxe-me envelhecidas pastas por mais de século, com inúmeras petições manuscritas de habeas corpus e seus correspondentes acórdãos do Tribunal. O passo seguinte foi, com esse material, dar continuidade à pesquisa na Biblioteca da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, observando como os antigos penalistas do Império discorriam sobre o instituto do *habeas corpus*, que, à época de Luiz Gama, era ainda muito recente. E pude, então, analisar e compreender cada pedido de *habeas corpus*, apreciando, à luz da vasta legislação do Império o extraordinário raciocínio jurídico de Luiz Gama para, aplicando o ordenamento jurídico então existente, ter logrado tanto sucesso em seus *habeas corpus,* a ponto de, em sua vida profissional ter escravos libertados, o impressionante número de quase mil escravos! Mas a vida desse importante herói brasileiro não teve sucesso somente na área jurídica, o que já seria mais do que suficiente. Luiz Gama foi também um dos pioneiros na criação da imprensa satírica em São Paulo, na qual, parceria com um jovem amigo italiano (também contrário à escravidão), Angelo D´Agostini, ridicularizavam personagens, nascendo assim os periódicos **O Cabrião, o Mequetrefe,** e outros. Foi também autor de importante um livro de poesias, **O Bodarrada.**

Luiz Gama nasceu em Salvador-Bahia, onde, infortunadamente, ainda menino, foi vendido como escravo e posto numa embarcação, rumo ao Rio de Janeiro. Da capital do Império, com passagem pelo Vale do Paraíba, de onde foi, por sua vez, para finalmente, ser colocado à venda no mercado de escravos. Comprado por um senhor da capital do estado de São Paulo, para que fosse pajem de seus filhos menores, o próprio Luiz Gamas escreveria, mais tarde, nunca ter sido maltratado naquele ambiente, onde, ao contrário, sua vida passaria uma profunda transformação.

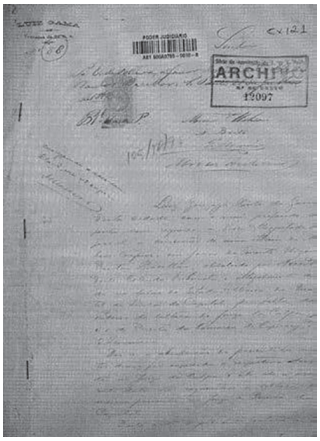
Alí, já adolescente, tornou-se amigo de um jovem de idade próxima, sobrinho de seu senhor, que viera do interior disposto a se preparar para o ingresso no Curso de Direito. Esse jovem amigo era radicalmente contrário à escravidão e repassava a Luiz Gama, dia a dia, conhecimentos de Português, História, Latim, entre outros, ficando impressionando com a velocidade de raciocínio e inteligência de Luiz Gama. Adulto, Luiz Gama refletiu que, sendo filho de negra livre, como o era sua mãe Luiza Mahin (procedente do Norte da África e que sabia ler e escrever) não poderia ser ele escravo. Argumentou sobre isso junto ao governo da Província de São Paulo e obteve não só sua alforria, como pública, na função de amanuense, cargo hoje correspondente ao de escrevente. Admirado por jovens estudantes das Arcadas do Largo de São Francisco, como os baianos Rui Barbosa e por Castro Alves, e pelo pernambucano Joaquim Nabuco e tantos outros, passou a exercer intensa atividade advocatícia, como rábula licenciado, como jornalista e também como maçom empreendedor, ingressando na Loja Maçônica Piratininga, no centro da cidade de São Paulo. Como é sabido, a maçonaria combatia a escravidão com ênfase, formalizando até um projeto, proposto pelo jovem Rui Barbosa, que criava uma escola no centro da cidade de São Paulo para filhos de escravos. Com forte acuidade jurídica Luiz Gama argumentava junto ao Tribunal de Apelação de vários modos e fundamentos, em seus pedidos de *habeas corpus* para o escravo, seu especial cliente.

O instituto do *habeas corpus,* então com pouco tempo no ordenamento jurídico brasileiro, foi nele estabelecido formalmente, pelo artigo 340 do Código de Processo Criminal do Império de 1832, em decorrência da aceitação desse instituto inglês denominado *writ*

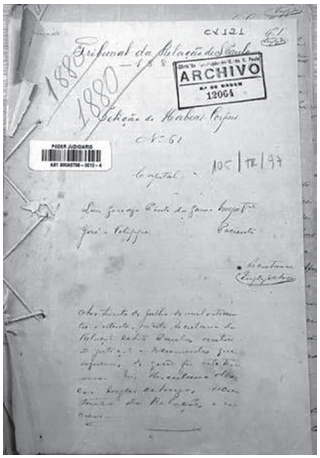
off habeas corpus, ou seja, uma expressão inglesa cunhada com uma expressão latina, que significa **corpo livre**. Com acuidade jurídica já notória, Luiz Gama argumentava com toda a legislação sobre o assunto, ainda que esparsa. Com a Lei de 26/01/1818, que proibia o tráfico nas possessões portuguesas; com a Lei de 07/11/1831, proibindo a importação de africanos; com a de Bill Palmerston-24/08/1839 (autorização para os navios britânicos aprenderem os navios negreiros); com a de Bill Aberdeen - 08/08/1845 que submetia os navios negreiros brasileiros à jurisdição britânica); Lei Euzébio de Queiróz - 04/09/1850 (proibição definitiva da importação de africanos); Lei nº2040/1871- chamada do **Ventre Livre***,* que veio após a Lei **dos Sexagenários** (que colocou os velhos escravos fisicamente inúteis na "rua da amargura").



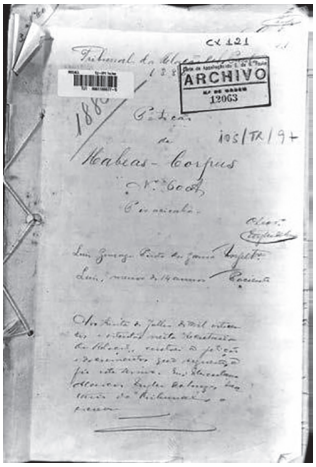
Habeas corpus 84, de março de 1882, a favor de oito escravos alforriados e presos indevidamente na cadeia de Pindamonhangaba.



Habeas corpus 88, de julho de 1882. Pedido de soltura a um tenente, não escravo, ilegalmente detido em um quartel em razão de mera questão burocrática do Poder Judiciário.



Habeas corpus 61, de julho de 1880. Ratificação para a liberdade de dois africanos criminosamente postos em ilegal cativeiro, embora fossem livres.



Habeas corpus 60, de julho de 1880. Defesa de um menino negro menor de 14 anos de idade, libertado conforme a lei e indevidamente detido na cadeia.

A **Lei do Ventre Livre** suscitou, quase na sua totalidade por fazendeiros e escravagistas, no entanto, a voz valente e culta do Senador Joaquim Nabuco (que havia sido contemporâneo de Luiz Gama nas Arcadas e na Loja Maçônica) acabou prevalecendo na argumentação jurídica. Os escravagistas argumentavam, invocando o retrógrado princípio de direito romano *partas sequitur ventrem,* mas Nabuco contra argumentava com o princípio mais nobre do direito feudal *partusseu iturpat*, que em latim significa **o produto do parto** é outra coisa. Portanto, filho de escravo não o é. Luiz Gama, de maneira sagaz, explorava esses argumentos. Por diversas vezes, o advogado utilizava certidão da paróquia onde fora batizado, para comprovar a data de seu nascimento. Luiz Gama desafiava a elite escravagista, fazendo publicar nos jornais de São Paulo anúncios do tipo:

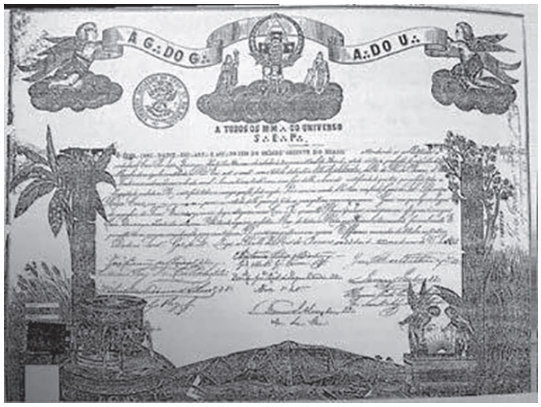
Defende-se gratuitamente escravos - escritório Rua da Sé, 75.

Além de seu intelecto, possuía o apoio da intelectualidade abolicionista, composta de advogados, jornalistas, maçons, e de professores da então Escola de Direito do Largo de São Francisco, na pessoa de seu Diretor, José Bonifácio, o Moço, sobrinho do Patriarca da Independência. Luiz Gama publicou várias poesias suas no jornal satírico **O Diabo Coxo***,* e todas elas foram posteriormente reunidas no livro **Primeiras Trovas Burlescas, de 1904.Colaborou também em outros órgãos de imprensa, como O Mequetrefe, O Coaraci, o Ipiranga, o Jornal Correio Paulistano***,* dirigido por seu irmão de maçonaria, o abolicionista Américo de Campos, irmão de Bernardino de Campos, que viria a ser Governador da Província de São Paulo. Luiz Gama também foi redator do **Jornal Radical Paulistano** e colaborador assíduo do **Jornal Correio Paulistano**. No jornal satírico **O Polichinello** criticava a postura da Igreja Católica no primeiro período da escravidão e a sua demora em acompanhar os abolicionistas na luta pela liberdade. As charges eram sempre elaboradas pelo jovem italiano D´Agostini, seu grande amigo que, anos após a sua morte, de Luiz Gama tornou-se importante artista e professor de pintura na cidade do Rio de Janeiro. Luiz Gama, advogando em São Paulo, capital da província, tornou-se uma referência nacional, não bastasse o imenso prestígio e respeito que gozava nas hostes paulistas. Influenciou decisivamente gerações de estudantes na Escola de Direito (depois Faculdade) do Largo de São Francisco. Residia com sua esposa e único filho (posteriormente respeitado engenheiro formado no Rio de Janeiro) numa modesta casa no bairro do Brás.

Página do primeiro jornal ilustrado humorístico de São Paulo, batizado de Diabo Coxo (edição de dezembro de 1864), fundado por Luiz Gama e Angelo D´Agostini.

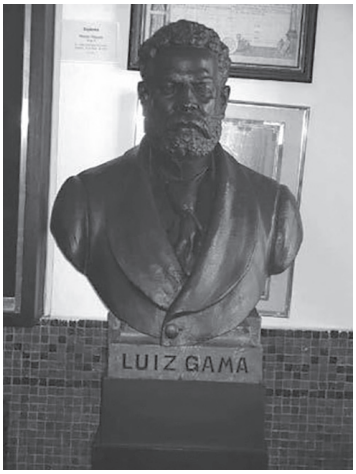
Quando faleceu, em 24 de agosto de 1882, tristemente seis anos antes da proclamação da Abolição, seu funeral pode ser considerado proporcionalmente um dos maiores da História do Brasil. Inicialmente, a multidão de negros, brancos, pardos, intelectuais e homens do povo, aglomerou-se para lhe prestar as devidas homenagens. Embora seu corpo tivesse sido depositado num esquive, em carruagem, o povo retirou dela o corpo, para que toda a população pudesse ter a honra de conduzi-lo nos ombros, a pé, do bairro do Brás ao Cemitério da Consolação, a quilômetros de distância. Nas ruas, nas casas, as sacadas e janelas se abriam, para que as pessoas lhe atirassem flores! No ato do sepultamento. Os discursos ao pé da cova ficaram famosos pela participação da intelectualidade. Hoje Luiz Gama está imortalizado: em busto de bronze, em herma no Largo do Arouche, em São Paulo; nomeia uma Loja Maçônica; na mesma Capital é nome de rua no bairro do Cambuci, está figurado tela a óleo no salão de exames de teses da Faculdade do Largo de São Francisco, Escola que, ironicamente, não chegou a frequentar: num primeiro momento, pela hostilidade de

alguns filhos de escravagistas, mas, depois, já consagrado, por vontade própria, apesar da insistência de outros para que dela participasse.



Diploma maçônico, de 23 de abril de 1868, no qual o Supremo Conselho do Grau 33 confere a Luiz Gama o grau 18 – Soberano Príncipe Rosa-Cruz –, um dos mais importantes do rito escocês antigo e aceito (gentileza da Loja Luiz Gama).

Herma de Luiz Gama, da escultora Yolanda Mallozzi, inaugurada no Largo do Arouche, São Paulo, em 24 de agosto de 1930.



Busto de Luiz Gama exposto no Museu do Grande Oriente de São Paulo (GOSP), na rua Conde de São Joaquim, 457, no bairro da Liberdade.

Rui Barbosa , décadas após , com escritório no Rio de Janeiro, Capital do país, mas com respeitabilidade em todo território nacional, no discurso ao assumir a presidência do Instituto dos Advogados do Brasil, em 1911, recordaria emocionado sua juventude em São Paulo, quando estudante nas **Arcadas** e como membro da Loja Maçônica, tecendo comentários saudosos sobre a grandeza de Luiz Gama. Naquele momento, para descrever a imagem que ficara dele como homem, invocou, na língua francesa, uma expressão do magistral poeta Victor Hugo, em seu poema *Les Chants du Crépuscule: De verre pour gémir; d'airaim pour resistir***.** (De vidro para gemer, de bronze para resistir).

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) **Vida Privada e Ordem Privada no Império**.

In: História da Vida Privada no Brasil. v. 2: Império: a corte e a modernidade

nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 11-95.

_____. **Vida Privada e ordem privada no Brasil Império**. *In:* História da Vida Privada no Brasil. Vl. (org) Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ALONSO, Ângela. **Joaquim Nabuco: os salões e as ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 26-27.

AMARAL, Raul Joviano do. **Os Pretos do Rosário de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: João Scortecci, 1991. p. 35.

AZEVEDO, Elciene. **A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo**. Campinas: UNICAMP, 1999.

BARBOSA, Ruy. **A Imprensa e o Dever da Verdade**. São Paulo: Paraguio, 2004a, p. 7, 113.

_____. **Obras Completas de Rui Barbosa**. Discursos Parlamentares. V. XXXIV, Tomo I, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1062.

_____. **Discursos no Instituto dos Advogados Brasileiros**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **O Papa e o Concílio. Versão e Introdução de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Elos, v. 1-II, s.d. p. 353, 357-358.

BERARDI, Maria Helena Petrillo. **História dos bairros de São Paulo: Santo**

Amaro. São Paulo: Departamento de Cultura, 1969, p.159.

BRAZ, Júlio Emílio. **Luís Gama: de escravo a libertador**. São Paulo: FTD, 1991.

CABRIÃO, Edição fac-similar – **Convênio IMESP/DAESP** – São Paulo: 1982, p. 95

CÂMARA, Nelson. **Escravidão nunca mais!: um tributo a Luiz Gama**. São Paulo: Lettera. doc. 2009.

CAMARGO, Mônica Ovinski de. **O Habeas Corpus no Brasil Império: Liberalismo e escravidão**. Revista Sequência, nº 49, p. 71-94, dez. 2004.

CARVALHO, José Murilo. **Perfis Brasileiros: D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 189.

CASTELLANI, José. **Os Maçons e a Abolição da Escravatura**. Londrina: Editora Maçônica A Trolha Ltda., 1998.

Luiz Gama O advogado dos escravos

_____. **Os Maçons que Fizeram a História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1972.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Global, 1982. p. 66

COSTA E SILVA, Alberto da. **Castro Alves: um poeta jovem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 154, 238, 515.

FERREIRA, Lígia Fonseca. **Luiz Gama, Primeiras Trovas Burlescas e Outros Poemas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRANCHETTI, Paulo. **Orfeu da Carapinha**. Correio Popular de Campinas, São Paulo, 09 de dez. 2000.

FREITAS, Afonso Antônio de. **Tradições e reminiscências paulistanas**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1985. p. 13.

GAMA, Luiz. (1830-1882) **Primeiras Trovas Burlescas**. Edição Preparada por Getulino. 3. ed. São Paulo: Typ; Bentley Júnior, 1904.

HUGO, Victor. **Poema – Les Chants du crépuscule**(1834).

LÉVAY, Emeric. **Luis Gama: do cativeiro infame à prestigiosa tribuna do juri**.

Carta Forense. São Paulo: História do Direito, ano II, nº 18, out. 2004.

LIMA, Oliveira. **O Império Brasileiro: 1822-1889**. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

MENEZES, Raimundo. **Histórias da História de São Paulo**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.

MOCAMBOS e Comunidades da Senzalas no Rio de Janeiro, Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 213.

MORAES, Evaristo de. **A Campanha Abolicionista (1879-1888)**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1924.

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Habeas corpus: antecedentes históricos, hipóteses de impetração, processo, competência e recursos, modelos de petição, jurisprudência atualizada**. Barueri, SP: Manole, 2008.

MILLIET, Sérgio. **Diário Crítico de Sérgio Milliet**. 2. ed. São Paulo: Martins, 1981.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967**. Tomo V, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967.

SILVA, J. Romão da. **Luiz Gama e suas Poesias Satíricas**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1954.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, T. II, 2003, p. 447.

RAMOS, Arthur. **O Negro na Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956, p. 88.

SALIBA, Elias Thomé. **O inventor do deboche, do grotesco, do risível**. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 6 mar. 2005. Caderno 2.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. **O pincel polêmico e a pena tensa**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 3 abr. 2005.

TAUNAY, Affonso de E. **História da Cidade de São Paulo sob o Império (1831-1842)**. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1961, v. V. p. 115, 252.

TOLEDO, Roberto Pompeu. **A Capital da Solidão**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

RAMOS, Arthur. **O Negro na Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil. 1956.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil:** A História do Levante dos Malês, em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 301-303.

MENUCCI, SUD. **O Precursor do Abolicionismo no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

SANTOS, José Maria dos. **Os Republicanos Paulistas e a Abolição**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

Documentos oficiais

BRASIL. **Todas as constituições do Brasil**. Compilação dos textos, notas de revisão e índices: Adriano Campanhole e Hilton LôboCampanhole. São Paulo: Atlas, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura.

REVISTA DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. Ano XLVIII, novembro de 1998, nº 112. KMK Gráfica e Editora.

ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. **Edição especial 70 Anos**. 27 de novembro de 1979.

Luiz Gama O advogado dos escravos

ATA DE FUNDAÇÃO CLUBE RECREATIVO LUIZ GAMA- São João da Boa Vista/SP.

FAC-SIMILES DE PROCESSOS DE HABEAS CORPUS – MUSEU HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

Jornais

REALE JR. Miguel. **Ainda a escravidão**. O Estado de S.Paulo,06/03/2010, p. A2.

Diversas publicações dos jornais A Provincia de São Paulo, Correio Paulistano e o Estado de São Paulo, conforme transcrições (diversos capítulos)

Sites

Disponível em www.rochanegra.com.br/principal.html. Acesso em: 7 ago. 2008.

_____. Onde a liberdade nasceu. Site www.novomilenio.inf.br/santos. Acesso em 27/01/2010.

http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/sequencia/article/viewFile/1262/1258 (acesso 28/01/2010).

ASPECTOS E ALTERAÇÕES AMBIENTAIS DA BACIA DO RIO PARAGUARI: A EMERGÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE TEMÁTICO NA "PERIFERIA" FERROVIÁRIA DE SALVADOR-BA

Prof. Jémison Mattos dos Santos
Doutor em Geografia e Coordenador do Grupo de Pesquisa: Ciência, Tecnologia em Evolução da Paisagem, Solos e Planejamento/GEOLANDS/UEFS

Lina María Hurtado Gómez
Doutora em Geografia e Pesquisadora do Lab. de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades/LEMTO/UFF

Resumo
O artigo visa chamar à atenção para a necessidade da construção de um parque temático no bairro de Periperi, em Salvador, dadas as condições socioambientais preocupantes, carência de espaços de lazer e diversão, que afetam diretamente a qualidade de vida nas periferias das grandes cidades e dos pequenos municípios brasileiros. Fundamenta-se a discussão a partir das características físico-naturais, dos aspectos e alterações ambientais da bacia do rio Paraguari, objetivando-se iluminar pontos cruciais da interação complexa entre as intervenções socioespaciais e o ambiente. Considera-se emergente que gestores públicos compreendam a adequação, à importância da ciência, dos contextos e da aplicabilidade, para que possam tomar decisões apoiadas em conhecimentos científicos consistentes, gerando transformações urbano-ambientais sustentáveis positivas, ou seja, definam medidas que contemplam a totalidade aberta e diversa dos espaços urbanos (mulheres, homens, sociedade, natureza).
Palavras-chave: Periferia ferroviária, Parque temático, Alterações ambientais, Intervenções socioespaciais

Abstract
The article aims to draw attention to the need to build a theme park in the neighborhood of Periperi, in Salvador, given the worrying socio-environmental conditions, lack of leisure and amusement spaces, which directly affect the quality of life in the peripheries of large cities and small Brazilian municipalities. The discussion is based on the physical-natural characteristics, aspects and environmental changes of the Paraguari River basin, aiming to illuminate relevant points of the complex interaction between socio-spatial interventions and the environment. It is considered emerging that public managers understand the adequacy, importance of science, contexts and applicability, so that they can make decisions based on consistent scientific knowledge, generating positive sustainable urban-environmental transformations, that is, define measures that contemplate the open and different from urban spaces (women, men, society, nature).
Key words *Railway periphery, Theme park, Environmental changes, Socio-spatial interventions*

As cidades brasileiras e baianas enfrentam cotidianamente uma grave crise urbano-ambiental, principalmente, em face ao rol de problemas que afetam as comunidades e os bairros inteiros da periferia, que, visivelmente, não apresentam condições satisfatórias de habitabilidade.

A Periferia[1] Ferroviária de Salvador não foge à regra, pois, ao serem consultados os meios de comunicação e as universidades, é possível obterem-se dados, informações referentes às condições ambientais, tais como: deficiência e/ou ausência de saneamento

1 Tomo emprestadas as ideias dos pesquisadores Fonseca e Silva (2017), visando aclarar a concepção de periferia também como um espaço dinâmico e precário socio espacialmente, no qual seus direitos continuam sendo subtraídos. Para ressignificar a ideia de subúrbio, que seguia adotando, até iniciar a escrita deste artigo, quando me referia ao Subúrbio Ferroviário de Salvador. Portanto, corroboro com estes pesquisadores que afirmam "**o subúrbio já não é mais uma área distante da cidade**". "Por esse motivo, **é oportuno repensar o seu conceito, visto que este valoriza demais o caráter de distância e do modo de transporte**". "Parece-nos conveniente **adotar o conceito de periferia ao invés de subúrbio,** tendo em vista que o primeiro é mais abrangente e tem caráter dinâmico do ponto de vista socioespacial". E completa "**a periferia além de indicar distância, aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado** em termos de serviços públicos e infraestrutura".

básico e iluminação pública; ocorrência frequente de deslizamentos e alagamentos; assentamentos humanos precários; elevação da criminalidade, ocorrência de doenças ectoparasitárias, cada vez mais comuns nas comunidades carentes etc (SANTOS, 2014; TÔRRES, 2014; SANTOS, 2004). A este cenário socioespacial preocupante, infelizmente, ainda devemos adicionar a ausência de espaços de lazer, socialização e de diversão.

Em relação à Periferia Ferroviária, um estudo recente intitulado VLT do Subúrbio revela que ao citar "as zonas especiais no percurso do VLT, identificam os grandes problemas que ainda existem no território do subúrbio ferroviário de Salvador", a saber:

> A degradação ambiental e econômica foi expressiva nesta região, praias calmas foram sendo contaminadas pela ocupação desordenada, em quase toda sua extensão. A ocupação da parte mais bonita da Baía de Todos os Santos, infelizmente, ocorreu com forte degradação ambiental, sendo hoje ocupada por uma população com níveis de renda significativamente menores do que os das demais áreas de praia de Salvador (BAHIA, 2015, p. 109).

Por conta das vivências e impressões em 20 anos de estudos geoambientais desenvolvidos em áreas urbanas e rurais do nosso Estado, ousamos tecer uma leitura apressada, na tentativa de elucidar alguns atratores estranhos[2] da problemática socioambiental supracitada.

Desse modo, é oportuno assinalar que a crise urbano-ambiental está intrinsecamente articulada com o modelo de desenvolvimento capitalista, que tem fome incessante de terra e capital, somando-se a isso a ausência secular de políticas urbanas e habitacionais, voltadas para áreas periféricas, bem como a total exclusão da população nos processos decisórios de planejamento, de gestão dos espaços urbanos e rurais do nosso país e da cidade do Salvador[3].

2 Estabeleço aqui uma analogia com o termo **atrator estranho**, no qual um sistema flutua de forma contínua caótica, que está associado à noção de sistemas complexos, tal qual a periferia, no meu entendimento.

3 Salvador possuía 2.953.986 habitantes em 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os geógrafos Fonseca e Silva iluminam a assertiva acima, ao se referirem à Cidade do Salvador:

> Consequentemente ocorre, a nível urbano, uma relação "centro-periferia", sendo que as áreas "nobres" Pituba, Itaigara, Barra e Avenida Tancredo Neves – de recente dinamismo- transformaram-se em locais de trabalho e de serviços especializados, enquanto que Paripe e **Periperi** continuam mantendo o seu papel periférico (FONSECA & SILVA, 2017, p.7).
>
> A segregação espacial é uma das principais materializações da lógica de acumulação em nossa realidade socioeconômica (Op.cit).

Ademais é notória a falta de interesse e de visão ambiental integrada, por vezes, à incapacidade de grande parte dos administradores públicos na elaboração e gerenciamento de políticas públicas embasadas em conhecimentos científicos sólidos, que assegurem serviços e infraestrutura urbana básica para os citadinos. Sobremaneira, é impossível esquecer os inúmeros casos de omissão e ineficiência dos poderes públicos federal, estadual e municipal, em suas tentativas de gestão e urbanização dos espaços em nossas cidades.

> Observa-se uma série de descompassos em relação ao espaço e lazer. O crescimento de nossas cidades é relativamente recente, caracterizando-se pela aceleração e imediatismo. (...) para aquelas que se constituem em polos de atração, não foi acompanhado (...) de habitação e serviços urbanos, gerando desníveis e diferenciações na ocupação do solo, de um lado as áreas centrais, cheia de benefícios e, de outro, a periferia, verdadeiro depósito de habitações (MARCELLINO, 2002; 2007).
>
> O espaço, na concepção de Santos (2007) é um espaço que perduram desigualdades, afigura estar repleto por não-cidadãos, uma vez que o planejamento político, progressivamente, atende às propensões do mercado e, parcamente, as demandas

> da vizinhança. Por esse ângulo, inúmeros fixos (p.ex.: empreendimentos, equipamentos) são introduzidos no território por empresas e Estado, mas quem se beneficiará com o resultado financeiro de tais inversões?

É neste contexto que se pretende acenderem os holofotes em uma área periférica de Salvador (bairro de Periperi), onde, notadamente, a tônica do debate sobre o direito a cidade emerge com mais força e vozes, diante das mazelas da exclusão social que se estendem por décadas, fruto do planejamento da ausência[4] (**processo que subtrai das pessoas as benesses dos investimentos públicos (poder): moradia, lazer, educação, saúde, trabalho, transporte, dentre outros**), dinamizado por gestores que buscam acumular capital e desacumular ambiente, impondo aos citadinos a ocupação dos piores locais da cidade, para sobreviver; pensemos, por exemplo, sobre a questão dos riscos ambientais enfrentados pelas populações da periferia das nossas cidades.

> [...] "Periperi e demais bairros suburbanos, como áreas de segregação residencial implantada pela classe dominante, assumiram um papel importante na cidade do Salvador, reproduzindo as relações sociais de produção" (FONSECA & SILVA, 2017, p.3).
>
> Aliás, a deficiência de serviços urbanos afetava todos os bairros suburbanos, **inclusive Periperi**, que assumia uma função atrativa, polarizando os aglomerados próximos como Paripe, Escada, Terezinha, Plataforma e outros. Evidentemente que esta possível hierarquização, tendo como centro o bairro de Periperi, não isenta o caráter segregacionista do subúrbio. A hierarquização se deu nos moldes da reprodução das relações sociais dentro da cidade de Salvador que, na essência, tinha

4 Não consideramos lógico afirmar que há ausência de planejamento, predominantemente, nas cidades brasileiras. Mas, sim, há existência de um planejamento precário, ineficiente e, por vezes, realizado (pensado) para excluir e não incluir pessoas, lugares, bairros, etc, no referido processo, ou seja, **há o planejamento da ausência**, que não deseja criar circunstâncias favoráveis para a melhoria da qualidade socioambiental, nas periferias do nosso país.

> como função perpetuar a exploração da classe operária e do exército industrial de reserva (Op. cit., p.6).

Esses aspectos, apresentados anteriormente, produzem um conjunto de dificuldades, limitam a existência de uma vida feliz e equilibrada, dada a quase total ausência de áreas e espaços urbanos planejados nas áreas periféricas, que proporcionem aos cidadãos habitarem dignamente, se realizarem em ambientes saudáveis, prenhes de cultura, lazer e diversão.

Ao se parar, por alguns segundos, para se fazer rápida reflexão, sobre comparar espaços e opções de lazer que existem atualmente nas periferias de Salvador (apenas 02 décadas passadas), chegaremos à quase óbvia conclusão. Não ocorreram melhorias, ou seja, estamos na mesma! Exato ou estamos muito piores? Sobretudo quando se evidencia a carência expressiva de espaços sociais e de lazer em áreas específicas de nossa cidade.

Um desse locais, em especial, é o bairro de Periperi, que se constitui "o mais comercial do Subúrbio Ferroviário" (BRASIL, 2015, p 80), assentado sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguari (BHRP), e regionalmente se inserindo na vertente que deságua na Baía de Todos os Santos (BTS), entre as localidades de Periperi, Alto de Coutos e Praia Grande. Denominada, também, de Bacia de Periperi, enquadrada na Região Administrativa da Águas do Recôncavo Norte.

O topônimo Periperi é oriundo do termo tupi piripiri (ou piripirim), que indicava um tipo de junco. Uma espécie vegetal típica de áreas úmidas (brejos, lagoas etc.), que era muito abundante em Periperi, principalmente devido a características físico-naturais bastante particulares.

Aspectos físico-naturais da bacia do rio Paraguari

O Paraguari é o rio principal da referida bacia e tem sua nascente principal nos contrafortes da reserva florestal do Cobre, a sudeste desta, em uma altitude de 90 metros aproximadamente, formando-se em

aquífero livre, nos sedimentos do Grupo Barreiras, no qual se observa nítido controle estrutural. Instalou-se em um vale, encaixado, em de de forma alongada e estreita que coalesce em uma ampla bacia de captação, traçando uma direção para SE, até desembocar na BTS.

No que tange aos aspectos (geo)morfológicos, o sistema fluvial da BHRP apresenta extrema fragilidade, que repercute em seu equilíbrio dinâmico, tornando-o suscetível às alterações ambientais, que se dão, respectivamente, direta ou indiretamente por meio de um conjunto duradouro e expressivo de intervenções socioeconômicas, a exemplo de das obras hidráulicas (**retilinização, artificialização de canais)** e de ocupação urbana em áreas da planície fluvial (décadas de **desmatamentos e aterramentos**). Ambas antropizações modificaram severamente a morfologia dos canais, da área brejosa e produziram o desajustamento do sistema como um todo.

> [...] as alterações no comportamento natural dos canais fluviais (rios) influenciam os processos que se registram nas encostas. Obras de acentuado entalhe e aprofundamento dos leitos, no sentido de reduzir a ocorrência de enchentes, são exemplos que alteram o nível de base local, gera a retomada progressiva nas encostas e a consequente formação de ravinas e voçorocas (GUERRA, 1996).

No baixo curso da bacia, observava-se uma planície extensa e, também, um vale muito alargado e enorme área brejosa que, desde a década de 80, se reduz drasticamente, ao longo dos anos. Local este de onde o rio Paraguari se desloca sinuosamente, até desembocar na BTS, na antiga área privativa, conhecida popularmente como oficina da Leste - RFSSA ou Fazendinha, que atualmente é denominada Comunidade Guerreira Zeferina.

A planície fluvial do rio Paraguari se distribuía por uma faixa expressiva da bacia, ao longo dos canais que a drenam e apresenta forma alongada, conectada aos vales, com largura variável, em função da importância dos seus cursos d'água. Mas, hoje, nota-se que a atual planície vem sendo ocupada de forma desordenada, o que ocasiona a população, como paredes de casas muito umedecidas e rachadas, por

conta do encharcamento do solo (lençol freático raso). Em alguns setores das vertentes, conectadas com a planície, ocorre o processo geomorfológico denominado *creep* ou rastejamento do solo), causando risco de desabamento das construções espontâneas, levantadas sem nenhum controle técnico.

A planície coalesce com os baixos terraços, onde se verifica a sinuosidade do rio. Essas áreas, do ponto de vista da geomorfologia, apresentam problemas de inundação que, em alguns trechos, varia entre permanente e periódica, condicionada aos períodos das cheias e apresentando excedente de água durante quase durante o ano todo.

Devido à intensa dissecação do relevo e a natureza friável dos sedimentos, o **ambiente é caracterizado como instável**, logo pode sofrer maiores desequilíbrios, se o manejo realizado na BHRP não for adequado. Os riscos potenciais de erosão e, consequentemente, o assoreamento do rio Paraguari conduzem à acentuação das enchentes e nível de vazantes, causando prejuízos expressivos para a população que mora próximo ao canal fluvial principal (a exemplo da Rua do Canal), bem como nos setores topograficamente menos elevados da bacia (conjunto residencial da Urbis) ou seja, o rol de problemas afeta negativamente, em especial, a área brejosa (Figura 1).

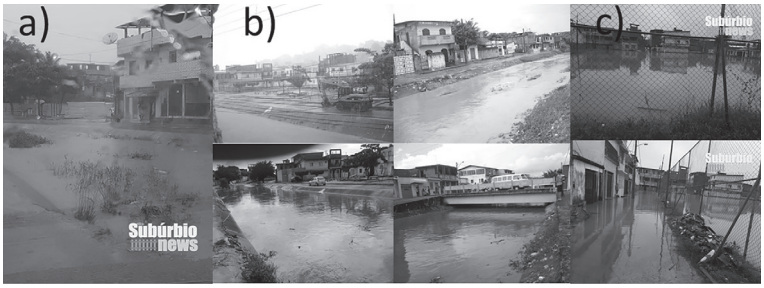


Figura 1: a) "Nesta sexta-feira (20) moradores do bairro de Periperi, tiveram suas casas alagadas decorrente da forte chuva Vale do Paraguari" em 20-04-2018; **b)** "Chuva que durou cerca de 45 minutos alagou algumas casas que ficam na parte do canal onde o rio não foi drenado" em março de 2011; **c)** "Alagamento no Conjunto Habitacional da Urbis - Periperi" em 20-04-2018. Fontes: https://www.suburbionews.com.br/ruas-do-bairro-de-periperi-ficam-completamente-alagadas-nesta-sexta/; semprenaluta39.blogspot.com/2011/03.

"Nós moradores do Conjunto Urbis do bairro de Periperi e de todas as ruas próximas ao Conjunto, toda as vezes que chove é este sofrimento, são dezenas de pontos de alagamentos devido a situação do brejo, as águas do brejo não tem passagem para o canal do Rio Paraguari, queremos uma intervenção da prefeitura, do governo do estado e do governo federal para a construção do dique do canal complementa para dá a saída as águas do brejo com destino ao canal do Paraguari. Querendo solução, desabafou o líder comunitário[5]."

Aspectos e alterações ambientais na bacia do rio Paraguari

As intervenções sociais inadequadas em bacias hidrográficas, ou seja, as ingerências ambientais (urbanização, mineração, atividades agropecuárias e industriais, dentre outras) têm provocado uma série de desequilíbrios nos subsistemas de ar, água e solo, consequentemente, produzindo alterações ambientais negativas, tais como: poluição do ar (redução da capacidade de fotossíntese), perda da capacidade biológica de autodepuração das águas, empobrecimento dos solos, diminuição da variedade de espécies vegetais, dentre outros.

Nota-se uma relação sinérgica, na qual essas intervenções socioeconômicas podem ocasionar o aumento da pressão ambiental[6] sobre o sistema natural, podendo conduzi-lo a cambiar (transformar) sua estrutura original para um nível de maior complexidade, resultando no desenvolvimento de um **novo processo** de integração dos subsistemas (fator de adaptabilidade), visando evitar o colapso ambiental, ou seja, as condições de bloqueio do sistema da bacia hidrográfica, a exemplo da BHRP.

A ocupação urbana desordenada, descontrolada, em Periperi, que é dinamizada por intervenções socioeconômicas às margens dos corpos d'água, compromete os subsistemas ambientais (ecológicos) que integram a BHRP e causa desequilíbrio nos canais fluviais, reduzindo

5 Fonte de consulta do depoimento do morador, https://www.bahiamunicipios.com.br/video-lider-comunitario-desabafa-nas-redes-sociais-apos-alagamento-do-conjunto-urbis-em-periperi/

6 Pressão ambiental é entendida como as manifestações perturbadoras que podem a ocasionar a ruptura do limiar de equilíbrio em um dado sistema ambiental.

a capacidade de prestar serviços ecossistêmicos, como resultado da obstrução e assoreamento dos meandros, retirada da mata ciliar e colmatação da área brejosa e de lagoas.

Consultamos uma importante contribuição científica, um estudo internacional, que nos chamou a atenção para a necessidade de conservação ambiental dos recursos naturais. Trata-se de texto este produzido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (2003), que se refere, também, a políticas e programas de ação para a ordenação eficaz das bacias hidrográficas e de outras atividades-chave, relacionadas com às florestas.

Merece destaque no documento, anteriormente citado a indicação de ações adequadas de planejamento que visam otimizar a economia dos recursos hídricos e, ao mesmo tempo, prevenir ou mitigar as catástrofes, que deveriam incluir:

- Incluir conservação em boas condições da cobertura florestal (vegetação) nas bacias hidrográficas (...) sujeitas a chuvas torrenciais; elaboração de programas que combinam a proteção florestal com o zoneamento, ordenação das zonas inundáveis e obras de engenharia para protegerem as pessoas dos deslizamentos de terras, dos desmoronamentos de pedras e das inundações; sistemas agroflorestais para as bacias hidrográficas (...) para se aproveitarem os benefícios hidrológicos das matas (da vegetação), potencializando, a alimentação e a proteção dos recursos naturais; incentivos para todos os cidadãos que se dediquem à melhoria dos bosques e de outra utilização do terreno que limite perdas dos cursos d'água.

A lista de indicações acima se une como a mão e a luva, em relação ao local de estudo em questão, pois se observa que a área central (úmida) da bacia do Paraguari é composta fundamentalmente de vegetação higrófila ou hidrófila, em faixas de terras que margeiam os rios, lagos e área brejosa (plantas submersas ou na superfície d'água).

Esses locais permanecem constantemente cobertos d'água ou periodicamente inundados. As espécies higrófilas desenvolvem-se nos arredores das "wet lands" ou em ambientes encharcados (brejos) (ex: tabua (Typha sp); aninga (Montrichardia linifera Schott); araticum de brejo (Anonna sp.), bem como vegetam na superfície d'água, geralmente

associadas aos ambientes eutrofizados. Como exemplos têm-se: o junco (Eliocharis sp.); a baronesa (Eichhornia sp.); a vitorinha (Nymphea sp), o chapéu-de-couro (Echinodorus sp.).

Na BHRP constatou-se esse tipo de vegetação ao longo dos canais fluviais e da extensa área brejosa, no centro da bacia (atrás do Conjunto Residencial Dom Eugênio Sales - Urbis). Porém o entulhamento e/ou aterramento dessa área de brejo deve-se aos descartes sucessivos de restos de construções, resíduos sólidos e efluentes líquidos (esgotos domésticos e despejos de pequenas oficinas), que paulatinamente reduz, de forma significativa, ano após ano, o espelho d'água.

O aterro de áreas brejosas, nascentes e margens de rios se tornou corriqueiro pelas pessoas que ocupavam da bacia do rio Paraguari, pois visavam demarcar seu local de posse e/ou moradia. A eliminação de áreas de preservação permanente (APPs) e da enorme área brejosa ocorreu durante muito tempo (e ainda continua ocorrendo), seguramente pela ausência de conhecimento da sua importância ecológica, sendo vista como área deletéria, sem valor algum. Isto sem desconsiderar a inexistência da atuação das autoridades públicas, principalmente, aquelas ligadas à proteção do ambiente.

Ressalte-se que a referida área brejosa deve ser apreciada como um recurso natural e não como local para aterramentos, dragagem, despejos de dejetos urbanos e industriais, fatos/ações estas que se constituem em **passivo ambiental**, pois causam perda crescente da qualidade ambiental e de vida no bairro de Periperi.

> As **áreas de brejo, do ponto de vista físico e biológico, desempenham importantes funções ambientais,** tais como: retêm águas das chuvas - **reduzindo a severidade das inundações** (que são constantes nessa localidade); servem como tampões hidrológicos para reservatórios subterrâneos; auxiliam a mitigar os efeitos da poluição via trapeamento, retardamento e transformação (de silte, pesticidas, metais pesados e matéria orgânica); **desempenham funções ecológicas críticas na reprodução, alimentação e descanso das aves aquáticas, como, também, na proteção da ictiofauna**. Calcula-se que os benefícios advindos das funções ambientais desempenhadas pelas áreas úmidas custariam cerca de US$ 120.000 por hectare, se tivessem de ser reproduzidas artificialmente (DOMINGUEZ, 1995).

É possível afirmar que o processo de urbanização na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguari, em especial na área brejosa e em seu entorno pode ser qualificado a partir do conceito de Oke (1980):

> [...] que o entende como "processo de alteração do meio físico-natural para o assentamento humano, acompanhada de drásticas e irreversíveis mudanças do uso do solo, gerando uma nova configuração da superfície aerodinâmica e das propriedades radioativas, da umidade e da qualidade do ar" (BRANDÃO, 2001 apud OKE, 1980).

As ideias acimas se coadunam com as condições da urbanização na BHRP, uma vez que revela a elevada densidade de população, que se acentuada devido ao intenso processo de ocupação espontânea nos diversos setores da bacia, a partir da década de 90, exercendo, por conseguinte, maior pressão sobre o sistema ambiental.

Praticamente, verificam-se taxas elevadas de ocupação em quase toda a bacia (215 a 321 hab/ha), principalmente, nos bairros de Periperi, Coutos e Praia Grande. Os valores percentuais mais expressivos variam em torno de 322 a 491 hab/ha e ocorrem na localidade de Mirantes de Periperi e no pequeno núcleo próximo ao conjunto habitacional Vista Alegre.

> Santos (1988) ao se referir à criação de um meio geográfico artificial, diz que: as mudanças são quantitativas, mas também qualitativas. Se até mesmo nos inícios dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, isso vai se tornando mais raro: o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo.
>
> Neste sentido, Periperi, que tinha 2.251 habitantes no começo da década de 40, passou a concentrar 8.024 no início de 1950 e, na década de 70, já possuía 25.528 hab. Consequentemente, ocorreu a expansão do bairro tendo em vista que se inicia a construção de novas casas, chegando a quase 700, ou seja, aproximadamente 65% acima das já existentes (FONSECA & SILVA, 2017).

O bairro de Periperi, nas décadas de 70, 80 e 90, mostrou um crescimento desordenado da população, ampliando a ocupação das áreas de morro e da área central alagadiça da BHRP.

A Periferia Ferroviária abrange 22 bairros,[7] onde moram 24,55% da população soteropolitana, ou seja, lá estão cerca de 600 mil habitantes. Dados extraídos do IBGE para 2011, no entanto, "mostram uma estabilização das migrações, mas algumas regiões são muito dinâmicas, como **Periperi** e Pirajá, cuja população cresceu 1,36% a.a. e 1,50% a.a. respectivamente", ou seja, **Periperi** possuía **73.278** habitantes (2000), passando para **83.886** habitantes (2010) (BAHIA, 2015, p 83). A projeção da população residente em domicílios, para o bairro de Periperi, em 2020, é algo em torno de **89.196 habitantes** (Op. cit, p.105).

> Os domicílios particulares permanentes cresceram em todos os subdistritos analisados, **mais expressivamente em Periperi (3,30% a.a.)** (...), principalmente devido ao crescimento da população, mas preponderantemente pelas melhorias das habitações (BAHIA, 2015, p 85), ou seja, foram evidenciados valores para o ano **2000 (18.575)** e **2010 (25.689)** domicílios (Op. cit.).

Ao se analisar o processo de urbanização acelerada em Periperi, evidencia-se a escassez de terras urbanas e a ocupação desordenada de espaços protegidos por lei (vertentes declivosas, margens dos rios, áreas úmidas (brejo), cabeceiras de drenagem, dentre outros). Seguramente esses aspectos ambientais, intensificarão a problemática ambiental na bacia, podendo causar sérios danos à população, principalmente, à mais carente.

Além disso, o tipo de cobertura vegetal e o uso do solo são especialmente importantes, pois a problemática ambiental em bacias hidrográficas, a exemplo daquela verificada no Rio Paraguari, resulta *a priori* do processo desregulado de expansão urbana.

---

7 A prefeitura de Salvador na publicação do Plano Diretor (PDDU, 2007) considera a subdivisão de Salvador em 22 subúrbios os quais são subdivididos em bairros.

Nos estudos ambientais contemporâneos têm-se utilizado a percentagem de impermeabilização do solo como indicador do grau de desenvolvimento urbano. Áreas residenciais com elevada densidade de ocupação apresentam taxa de impermeabilização do solo variando entre 40% e 70%. Já as áreas comerciais e industriais possuem taxas de impermeabilização que oscilam em torno de 70% a 90%[8]. Mas, até que ponto este indicador é útil para nossas cidades?

Descrições qualitativas de uso e ocupação do solo são transformadas em índices quantitativos do potencial de escoamento superficial. Pode-se observar que áreas comerciais (C= 0,75) têm um coeficiente de deflúvio maior que áreas residenciais (C= 0,3), que, por sua vez, são maiores que as áreas de floresta (C= 0,15). Conclui-se que o potencial de escoamento superficial é intensificado à medida que ocorre o processo de urbanização da bacia hidrográfica em análise[9].

A impermeabilização de bacias também se dá nos canais naturais (rios), para aumentar a capacidade de escoamento da seção transversal, removendo as águas pluviais rapidamente. Mas tal processo tem sido criticado, porque este tipo de intervenção hidráulica transfere o problema das enchentes de áreas à montante do canal para áreas à jusante e causa, literalmente, a morte do rio, a exemplo do rio Paraguari.

É crucial explicitar que as inúmeras obras de engenharia definidas para os rios urbanos, por gestores públicos estaduais e municipais que atuam na cidade do Salvador, a exemplo das realizadas em Periperi, estão equivocadas e prejudicam o ambiente em sua totalidade. São decisões de planejamento que andam na contramão das medidas mundiais de proteção e conservação de rios, em áreas urbanas. Um dos métodos mais aplicados por inúmeros países europeus e asiáticos, que assumiram o compromisso e respeito com a sustentabilidade ambiental, é denominado cientificamente RENATURALIZAÇÃO OU REVITALIZAÇÃO DE RIOS, DE CANAIS NATURAIS.

Renaturalização significa recuperarem-se os rios por meio de manejo regular, evitando-se os usos antrópicos que anulam suas

8 Notas de aula, curso de Hidrologia Básica. Departamento de Hidráulica e Saneamento da UFBA, 2000.

9 Idem.

funções ecológicas, de modo a regenerar-se o ecossistema, bem como restabelecer-se a biota natural e a conservação das áreas naturais de inundação, onde é importante levarem-se em conta os aspectos da teoria ecológica que podem ser usados para melhorar a eficácia da restauração de riachos (BINDER, 2001; RILEY, 1998).

Sobre maiores detalhes de práticas sustentáveis para recuperar rios urbanos, sugere-se a leitura da obra de Yochum (2016), que contempla o "desenvolvimento de orientações para o fluxo restauração e reabilitação. Os recursos disponíveis são diversos, refletindo amplas e variadas abordagens aplicadas e conhecimentos necessários para desenvolver projetos de restauração".

Outro aspecto fundamental a ser considerado na gestão do uso e ocupação do solo, em bacias hidrográficas urbanas, a exemplo da bacia analisada, refere-se à conservação e garantia dos espaços naturais, no que tange à distribuição espacial dos assentamentos humanos, na tentativa de conformação de um ambiente mais orgânico, para possibilitar uma possível interação e/ou integração e aumento da capacidade de resiliência dos diversos subsistemas ambientais (ecológicos).

É fato a necessidade expressa de arborização urbana na área BHRP, pois se constata a relevância não apenas do ponto de vista estético, mas, também, no que concerne à ecologia urbana, uma vez que aves e insetos utilizam as árvores para alimentar-se e nidificar.

A planície litorânea e as planícies fluviais (depósitos quaternários) da referida bacia são influenciadas pela forte pressão demográfica que, conseqüentemente, tem afetado os sistemas ambientais, ocasionada, principalmente, pela ocupação espontânea desordenada, crescente a partir das últimas décadas no bairro de Periperi e seus arredores.

Atesta-se que as intervenções sociais no modelado da BHRP têm provocado alterações ambientais insatisfatórias e indesejáveis do ponto de vista físico, higiênico, estético e legal e intensificado a deterioração dos recursos naturais continentais e costeiros (a área brejosa, as nascentes, a praia e o estuário do Rio Paraguari, dentre outros). Esses ambientes naturais são protegidos por lei e possuem notória importância, tanto do ponto de vista ecológico quanto do econômico.

Em virtude da problemática ambiental, anteriormente descrita, faz-se necessária a criação de: um programa de monitoramento dos recursos hídricos, de um plano de manejo, da adoção de ações mitigadoras e aplicação efetiva da legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal, visando-se a garantia de proteção das áreas de nascentes e do brejo do rio Paraguari, preservando-se a biodiversidade local, consequentemente, com efeitos positivos na sustentabilidade do ambiente.

Diante desta complexa e preocupante realidade ambiental descortinada acima, anuncia-se a emergência da criação de um projeto urbanístico amplamente debatido com a população local, para a instalação de um parque temático, na área brejosa do rio Paraguari. Para tanto algumas questões científicas devem ser observadas.

A emergência da construção de um Parque Temático na periferia ferroviária de Salvador

Desde duas décadas já se evidenciavam discussões a respeito da construção de um parque na Periferia Ferroviária de Salvador, como verificado na citação mais abaixo.

Em 1988, foi elaborado o Plano Urbanístico da Região Administrativa XVI - Subúrbio Ferroviário, que aprofunda estudos sobre a área, nos diversos setores de atividades / necessidades e reelabora suas funções, identificando suas tendências num sub-centro de bairro em Periperi, promovendo uma nova dinâmica interna, com transporte integrado por três modos, o rodoviário, o ferroviário e o hidroviário; tratamento ambiental com criação de espaços coletivos como o Parque das Lagoas; relocação da população das áreas de riscos; indução da ocupação por habitação dos espaços vazios de sul para norte e oeste para leste, melhorando a infraestrutura urbana preexistente (BAHIA, 2015, p.168).

Logo referendado cientificamente, a partir de dados e informações apresentadas anteriormente sobre as características geoambientais e urbanas da área em discussão, afirma-se seguramente que o processo de ocupação do brejo para a constituição de habitações ocasiona prejuízos

incalculáveis do ponto de vista ambiental (afeta negativamente a dinâmica do rio, da área brejosa e da praia de Periperi etc.) e do social, para o bairro de Periperi e adjacências (repetidas inundações e alagamentos, ao longo de mais de quatro décadas, total desatenção por parte dos poderes públicos frente aos danos materiais e psicológicos causados aos moradores, tais como prejuízos financeiros oriundos desses alagamentos sucessivos no conjunto da Urbis e na localidade conhecida como Barreiro etc).

> Em toda a região do Subúrbio Ferroviário de Salvador existe alta densidade populacional. São identificados diversos impactos sócio ambientais que provocam a degradação ambiental (O Caminho das Águas em Salvador, 2010) (BAHIA, 2015, p.108).
>
> A identificação de muitas Zonas Especiais de Interesse Social se justifica pela ocupação desordenada desta região, sendo que a Bacia do Rio Paraguari, que se localiza neste subúrbio recebe em seu curso lançamento de esgotos sanitários diuturnamente. Nesta área, a ZEIS - Nova Constituinte- há várias edificações em cima da calha inundável e edificações em áreas ocupadas pelo Rio Paraguari (Op cit., p.108).

Para frear o processo insidioso de ocupação descontrolada e promover a melhoria das condições ambientais (como diminuição dos efeitos decorrentes dos alagamentos e inundações) do que restou da área brejosa no bairro de Periperi, se faz necessária urgentemente a *construção, em curto prazo, do **Parque Temático**, a exemplo do **Dique do Tororó** ou do **Parque dos Ventos** (recém construído, na orla marítima da cidade de Salvador), ao longo do que ainda sobrou da área brejosa do **Rio Paraguari**; pois certamente essa intervenção urbana proporcionará efetivos ganhos ambientais e sociais.

Visando-se demarcar uma possível área de construção do parque temático supracitado (por exemplo, pode ser um Parque Linear, focando no tema das águas), para proteger a população de novos alagamentos e o que ainda sobrou de áreas brejosas, que seguem sendo aterradas, foi traçada uma poligonal, que nos revelou a existência de uma **área de 0,24 km² e perímetro de 2,68 km**. E ao traçar um círculo no centro,

do que sobrou, da área brejosa do Rio Paraguari, observou-se uma **área circular em torno de 0,13 km²**, o que equivale a uma **circunferência de 1,27 km** e a um **raio de 0,20 km** (dados extraídos por meio das imagens do *Google Earth*, de 01-18-2019). Estes são valores preliminares e deve ser feito um estudo mais detalhado, para definição exata da área útil, caso seja definida a implantação do parque temático pelo poder público.

Foram listados alguns equipamentos que nos parecem essenciais para definição do projeto estrutural e arquitetônico do parque, tais como: pista para prática de corridas e caminhadas ao ar livre; pista para ciclismo; áreas com equipamentos infantis e de adultos; espaços de lazer, de leitura e para piqueniques; a edificação de um espaço contendo auditório grande; biblioteca pública; sala de projeção de filmes e salas amplas (para desenvolvimento de trabalhos e atividades voltadas para arte, educação, cultura e ambiente), lago despoluído (espelho d'água) que poderá servir para prática de esportes e contemplação da natureza.

Diante do contexto apresentado, chega-se à conclusão de que restou uma área brejosa muito restrita[10], para se realizar a construção do parque, aspecto geográfico que revela a redução crescente da planície fluvial, comprometimento da qualidade das águas, perda da diversidade biológica e do potencial paisagístico, ou seja, o avanço da degradação ambiental reforçando a urgência de tal desta intervenção., uma vez que irá salvaguardar o patrimônio ambiental e proporcionará a melhoria da qualidade de vida da população.

Como já referido, é notório que os espaços de lazer e diversão são quase inexistentes, principalmente na Periferia Ferroviária de Salvador, que também é bastante carente de infraestrutura urbano-ambiental.

No contexto mundial e nacional verifica-se uma mudança de postura das pessoas, das instituições públicas e privadas frente às questões ambientais e sociais. E o paradigma da responsabilidade social e da sustentabilidade tem sido a palavra de ordem dessa transformação.

---

10 No corpo do texto de SANTOS, J. M. dos (2004) encontra-se uma imagem de satélite colorida contendo um limite (poligonal) para a área de construção do PARQUE TEMÁTICO DO RIO PARAGUARI, que deve ser atualizada, pois com o passar dos anos muitas áreas brejosas foram sendo aterradas. A dissertação impressa pode ser encontrada na Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA- Campus de Ondina, Salvador-Ba.

Posto isso, é crucial que os agentes produtores do espaço urbano da cidade de Salvador se comprometam com mais essa assertiva contemporânea, de cuidado com o planeta e os seres que nele habitam e se desenvolvam alternativas tecnológicas sustentáveis, para tornar mais eficiente o ordenamento do território, bem como se adote a premissa da participação popular na tomada de decisões, com vistas a assegurar uma gestão democrática e justiça espacial.

Reflete-se mais profundamente, com intuito de provocação, inspirado no escopo geral do artigo, aliado às ideias de Santos (2007) "Há cidadãos neste país?" e completa-se, há cidadãos na Cidade do Salvador e no bairro de Periperi? Qual a verdadeira situação dos direitos sociais nos bairros da periferia ferroviária, sob um modelo econômico que torna pobres milhões de pessoas em prol de um suposto progresso coletivo, mas que fica na mão de poucos?

Por que a maioria dos gestores urbanos de nossa cidade insiste em seguir atuando de forma despreocupada, por vezes, omissa? Gestores públicos e até privados que atuam como aprendizes de feiticeiros, sem conhecer, sem saber? São os mesmos que também desprezam a noção essencial de consciência social e política, especialmente de uma atitude ética!

Doravante, ao se considerar que **a emergência do século XXI é a transparência**, então sejamos transparentes. Periperi é um bairro que foi conhecido por ser importante estância para veraneio e moradia para aposentados, mas que se vai convertendo em um espaço cada vez mais adensado, sendo depredado, desprezado, desprovido de natureza e lazer para seus moradores; diante daqueles que se intitulam representantes do povo, em defesa de seus direitos (a moradia digna, a ambiente ecologicamente equilibrado, a educação, a trabalho, a lazer), que estão disciplinados nas diversas leis que regem o País, o Estado e a Cidade. Mas a realidade das nossas periferias mostra claramente o descaso, a desatenção e o abandono por grande parte dos representantes dos poderes públicos estadual e municipal.

Por tudo isso, penso que não é mais possível permitir esse modelo perverso e excludente de cidade, empurrado forçosamente pelos gestores urbanos; pois notoriamente está formatado para privilegiar bairros nobres da cidade de Salvador e desprestigiar as periferias!

Além disso, a sociedade civil organizada deve deixar claro que qualquer gestor que adotar o **planejamento da ausência nos espaços periféricos** não contará, jamais, com apoio político da comunidade; pois outro enorme desafio deste século é a crítica ao sistema político concentrador de riquezas e combate aos políticos e gestores que destroem a cidadania.

Por fim, confirma-que a expansão do tecido urbano não levou em conta o uso racional das Áreas de Preservação Permanente, portanto é evidente que este processo histórico de ocupação desordenada só será contido com a construção de um Parque Temático, no reduzido espaço que sobrou da área brejosa da bacia do rio Paraguari.

Somente por meio da adoção urgente de uma intervenção urbano-ambiental de tamanha importância, seguramente se encerrarão novos aterros para construção de moradias, evitando-se a ocorrência de futuros desastres ambientais (p. ex: alagamentos, inundações), que tendem a se manifestar com mais intensidade e causar danos materiais, psicológicos irreparáveis à população.

Quiçá também este projeto tão almejado possa servir como exemplo de melhoria de qualidade ambiental e de vida para outros bairros da periferia de Salvador, pois ao entregar à comunidade de Periperi uma área de proteção ambiental, de lazer e diversão, que servirá contra a depredação dos recursos naturais em bacias hidrográficas urbanas, reforça-se-á a retomada do direito à cidade, inserida em uma baía que é de todos, dos Baianos e de Todos os Santos.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Governo do Estado. Anteprojeto do VLT, VLT do Subúrbio. **Programas e ações de transporte e mobilidade urbana. Tomo I**. 2015. Disponível em: http://www.sedur.ba.gov.br/arquivos/File/Anexo4ApendiceAVLTTomoIEstudoSocioeconomico.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BINDER, Walter et al. **Rios e córregos: preservar-conservar-renaturalizar: a recuperação de rios: possibilidades e limites da engenharia ambiental**. In: Rios e córregos: preservar-conservar-renaturalizar: a recuperação de rios: possibilidades e limites da engenharia ambiental. 2001. p. 44-44.

BRANDÃO, A. M. P. M. **Clima urbano e enchentes na cidade do Rio de Janeiro**. In GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.53.

DOMINGUEZ, J.M.L, **Utilização da geologia no planejamento territorial. In: Problemas chave do meio ambiente**. LEITE, J.L.(Org.). 2 ed. Salvador: Instituto de Geociências da UFBA: Espaço Cultural EXPOGEO, 1995. 199 - 219 p.

FAO, **Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação**. Madri/Geoscópio. Disponível em: www.ces.fau.edu/www.agroflorestal.geoscópio.com Acesso em: 19 mar. 2020.

FONSECA, Antônio. A. M. da.; SILVA, Sílvio C. B. de M. **A Produção do Subúrbio Ferroviário de Salvador: os Exemplos de Paripe e Periperi**. 2017. Disponível em: https://atelie5faufba2017.files.wordpress.com/2017/06/periferia-subc3barbio-ferrovic3a1rio.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

GUERRA, A. T. J. & CUNHA, S. B. (orgs**.). Geomorfologia e meio Ambiente**. 1 ed. RJ: Bertrand Brasil, 1996. 472 p.il.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. **População e Desenvolvimento - Sistematização das medidas e indicadores sociodemográficos oriundos da Projeção (preliminar) da população sexo e idade, método demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o período 1991/2030**. DPE/Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeto UNFPA/BRASIL (BA/02/P02).

YOCHUM, Steven E. **Guidance for stream restoration and rehabilitation**. US Department of Agriculture, Forest Service, National Stream and Aquatic Ecology Center. Technical Note no. TN-102.2, 2016.

RILEY, Ann L. **Restoring streams in cities: A guide for planners, policymakers, and citizens**. Island Press, 1998.

SANTOS, Jémison. M. dos. Análise Geoambiental a partir da Estruturação e Integração de Dados no Contexto da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguari,

Salvador-Ba. **Dissertação** (Pós-Graduação em Geoquímica e Meio Ambiente). Salvador: UFBA, 2004.

SANTOS Milton, O Espaço do Cidadão Universidade de São Paulo, 7. ed, 2007. i 76 p.;

_____- Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, Nilton M. O saneamento e a questão social em Periperi (Salvador/BA): um olhar sob o enfoque da drenagem urbana 1989 a 2013. **Dissertação** (Mestrado) - UCSAL. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, 2014.

TÔRRES, Ogvalda D. de S. Assistência à saúde disponibilizada às famílias do subúrbio de Periperi, Salvador-Bahia, nas décadas de 1960 a 2010: resgate histórico Elaine Pedreira Rabinovich. **Tese** (Doutorado). UCSAL. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa Interdisciplinar Família na Sociedade Contemporânea,2014.

MARCELLINO, N. C. **Equipamentos de lazer e esporte - relações do público e dos profissionais: subsídios para políticas públicas em cidades sede de regiões metropolitanas. Relatório final de pesquisa**. 2007. Disponível em: http://www.unimep.br/facis/gpl/documents/relatori ofinaldepesquisa2007.pd Acesso em: 21 mar. 2020.

------- Estudos do lazer: uma introdução. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

UFBA. **O caminho das águas em Salvador, Bacias Hidrográficas Bairros e Fontes**. Elisabete Santos, José Antônio Gomes de Pinho, Luiz Roberto Santos Moraes, Tânia Fischer- Organizadores. Salvador. CIAS UFBA CEMA 2010, 486P. Coleção Gestão Serial

ANNA JUSTINA FERREIRA NERY: Exame microscópico da biografia e pós-passamento

Fernando Porto
Pós-doutor e Doutor em Enfermagem/USP
Enfermeiro e Historiador

Resumo
Os objetivos do estudo foram apresentar o exame microscópico de alguns elementos da composição da biografia Anna Justina Ferreira Nery, delimitado nos elementos: grafia do seu nome, coroa recebida no Rio de Janeiro e a fotografia de Anna Nery e as órfãs, e; discutir alguns elementos pós-passamento de Anna Nery, delimitados no momento do descerramento do quadro em sua homenagem na Cruz Vermelha Brasileira – Órgão Central (Rio de Janeiro), datado de 1924, mediante as suas circunstâncias e à pintura de autoria de Presciliano Silva exposta no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em Salvador (1933). Os resultados apontaram para trabalhos desatualizados frente ao avanço das pesquisas no campo da história da enfermagem. Enfim, temos muito a desvelar fatos/acontecimentos, bem como os artefatos que ela recebeu, a saber: o álbum de madrepérola e a medalha militar dada por D. Pedro I pelos seus feitos na Guerra do Paraguai.
Descritores: História da Enfermagem, Guerra do Paraguai e Biografia.

Abstract
The objectives of the study were to present the microscopic examination of some elements of the composition of the biography Anna Justina Ferreira Nery, delimited in the elements: spelling of her name, crown received in Rio de Janeiro and the photograph of Anna Nery and the orphans, and; discuss some post-passing elements of Anna Nery, delimited at the moment of unveiling

the painting in her honor at the Brazilian Red Cross - Central Organ (Rio de Janeiro), dated 1924, according to her circumstances and the painting by Presciliano Silva exposed at the Geographical and Historical Institute of Bahia, in Salvador (1933). The results pointed to outdated work in view of the advancement of research in the field of nursing history. Anyway, we have a lot to reveal facts / events, as well as the artifacts she received, namely: the mother-of-pearl album and the military medal given by D. Pedro I for his achievements in the Paraguayan War.
***Keywords**: History of Nursing, War of Paraguay and Biography.*

O presente artigo não irá apresentar a biografia de Anna Justina Ferreira Nery, pois esta já foi descrita por diversos autores clássicos e contemporâneos. A abordagem a ser adotada será sobre alguns dados na linha da microanálise referente aos ditos biográficos da Mãe dos Brasileiros. Para tanto, terei por base estudos já realizados e publicados em periódicos e livro de minha autoria em parceria com alguns colegas, a saber:

- Da Romaria ao Túmulo de D. Anna Nery: Uma Tradição inventada para a Enfermagem Brasileira (1924-1926) (PORTO, F.; SANTOS,2005);
- Museu Nacional da Enfermagem Anna Nery e a importância da preservação histórica da enfermagem brasileira (PORTO, 2010);
- Nome da Mãe dos Brasileiros (PORTO, OGUISSO, 2011);
- Os elementos simbólicos do monumento a Anna Nery no Rio de Janeiro (Brasil) (PORTO, OGUISSO, 2011);
- Anna Justina Ferreira Nery. In: História da Enfermagem – identidade, profissionalização e símbolo (PORTO, OGUISSO, 2013) e;
- Rito institucional em homenagem a Anna Nery: Salvador (BA), no século XIX (PORTO, OGUISSO, NETO, NASSAR, MIRANDA, 2013).

A redação a ser apresentada, trata-se de síntese, em especial, com o conteúdo das fontes primárias e as devidas referências, quando realizei o pós-doutoramento, em 2009, na Escola de Enfermagem, da Universidade de São Paulo, tendo por tutora a Profa. Dra. Taka Oguisso.

Nesse sentido, o artigo foi organizado em dois momentos. O primeiro em apresentar o exame microscópico de alguns elementos da composição da biografia Anna Justina Ferreira Nery, delimitado nos elementos: grafia do seu nome, coroa recebida no Rio de Janeiro e a fotografia de Anna Nery e as órfãs, e: o segundo é discutir alguns elementos pós-passamento de Anna Nery, delimitados no momento do descerramento do quadro em sua homenagem na Cruz Vermelha Brasileira – Órgão Central (Rio de Janeiro), datado de 1924, mediante as suas circunstâncias e à pintura de autoria de Presciliano Silva exposta no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em Salvador (1933).

Pensar nessa perspectiva, requereu examinar com cautela os elementos propostos pela microanálise. Esta tem por base os vestígios, indícios e os rastros, conforme aponta Carlo Ginzburg (1989), quando o pesquisador precisa ser um Sherlock Home na busca de pistas em prol de desvelar o fenômeno a ser esclarecido, que, ao final pode apontar que ainda, não achou. Assim sendo, esta foi a estratégia para a discussão traçada, quando os verbos: buscar e argumentar. Eles foram priorizados em prol ao desenvolvimento do campo da história, especialmente, da enfermagem.

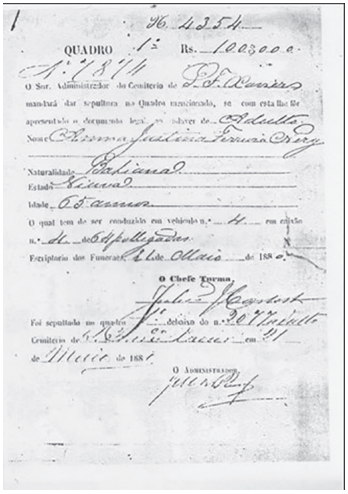
Grafia do nome da heroína

Anna Nery ficou conhecida com vários pseudônimos, dentre eles, o mais popular, o de "Mãe dos Brasileiros", assim denominada pelos soldados brasileiros que lutaram na Guerra do Paraguai (1864 -1870).

Durante anos o nome dela apresentou distintas grafias, tais como: Ana Neri, Ana Nery, Anna Neri, Anna Nery, que até os dias atuais podemos encontrar, em especial, nas redes sociais, placas públicas e em periódicos científicos ou não. Para tanto, a pesquisadora Maria Manuela Vila Nova Cardoso na dissertação de mestrado, intitulada Anna Nery: a trajetória de uma heroína (1996) evidenciou a grafia do nome na certidão

de óbito (figura n.1). Contudo, certa dúvida entre alguns pesquisadores da área ocorreu, em virtude da datação do seu passamento (1880) mediante a possibilidade de o registro ter sido equivocado, bem como a pesquisa não ter localizado a certidão de nascimento pela ratificar a grafia para triangular a fonte.

Figura n. 1 – Certidão de Óbito de Anna Justina Ferreira Nery


1

76. 4354

QUADRO 15 Rs. 100$000

N. 7814

O Sor. Administrador do Cemiterio de S. F. Xavier mandará dar sepultura no Quadro especificado, se com esta lhe for apresentado o documento legal do obito de Adulto

Nome Anna Justina Ferreira Nery

Naturalidade Bahiana

Estado Viuva

Idade 65 annos

O qual tem de ser conduzido em vehiculo n.º 4 em estado n.º de sobrepellizado

Escriptorio dos Funeraes, Rio Olivio de 188 0

O Chefe Turma,

Foi sepultado no quadro 2º debaixo do n.º 207 Inteiro

Cemiterio de S. Francisco Xavier em 21

de Maio de 188 0

O Administrador

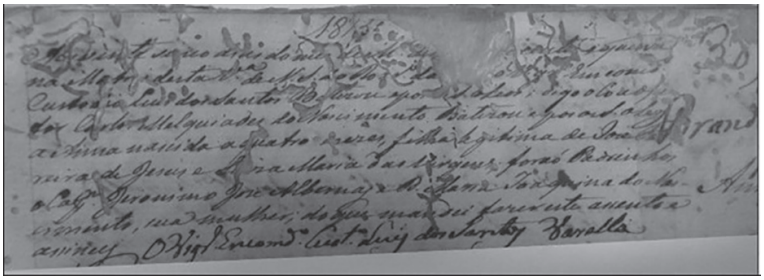
Fonte: Livro de Registro de Óbitos, localizado no Arquivo do Cemitério São Francisco de Xavier, Rio de Janeiro (RJ)

Na busca da certidão de nascimento, identifiquei na literatura que à época o documento seria o assentamento de batismo de mesmo valor do que conhecemos no tempo presente. Neste sentido, após perscrutar diversos arquivos e acervos, o documento foi localizado no arquivo da Universidade Católica do Salvador, Salvador (BA).

Destaco que o registro de nascimento foi introduzido em Roma, no tempo do Império, por Marco Aurélio, quando confiava o erário aos prefeitos e magistrados municipais e das províncias. No Brasil, do período

Colonial ao Império, o registro eclesiástico era de responsabilidade da Igreja Católica. Este era concedido de acordo com o Direito Canônico pautado o artigo 844, parágrafo primeiro "Os ministros católicos só administram licitamente os sacramentos aos fiéis católicos...", bem como com o artigo 877, parágrafo primeiro: "O pároco do lugar em que se celebra o batismo deve anotar cuidadosamente e sem demora os nomes dos batizados, fazendo menção do ministro, pais, padrinhos, testemunhas, se as houver, do lugar e dia do batismo, indicando também o dia e o lugar do nascimento". Logo, ele era denominado, exclusivamente aos católicos, como assentamento de batismo, dito como registro paroquial ou registro eclesiástico (PESSOA, 2006).

Figura n.2: Assentamento de Batismo de Anna



Fonte: Livro de Batismo da Igreja da Matriz de Cachoeira com localização no Arquivo da Universidade Católica do Salvador

A transcrição Paleográfica e Diplomática[1] do assentamento de batismo ocorreu, devido a caligrafia e as condições do documento *in natura*, o que resultou em:

1 De acordo com as normas da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia, item 2.1 das convenções: "As palavras que se apresentam parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, serão impressas entre colchetes". Ver linhas, 01,02 e 06. Ainda de acordo com ASBRAP, item 2.3 das convenções: "As linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, rasgaduras ou corroídas por insetos ou animais serão indicadas, por exemplo, pela

"Aos vinte sinco dias do mês de M(ar)co de [mil oito] centos e quinze na Matris desta v(il)a de N(ossa) S(senhora) do Ros(a)r(i)o da [palavra corroída] o Vig(a) r(i)o Encom(enda)do Custodio Luis Batizou e pos os S(antos) óleos; digo o Coadjutor Carlos Melquiades do nascimento Batizou e pos os S(antos) oleos 5 a Anna[2] nascida a quatro mezes, filha legitima de Joze Ferreira de Jesus e L[ui] za Maria das Virgens, forão Padrinhoso Cap(ita)m Jerônimo Joze Albemas e D(ona) Maria Joaquina do Nascimento, sua mulher; do que mandei fazer este assentamento e assiney O Vig(a)r(i)o Encom(enda)do Cust(odi)o Luis dos Santos Varella."

Como podemos identificar, no assentamento de batismo o nome encontra-se com a grafia de "Anna". Contudo, para melhor ratificá-la, fomos em busca do registro de casamento, mas sem sucesso até o momento. Por outro lado, a busca prosseguiu por outros caminhos, quando foi localizada ata da Câmara Municipal de Salvador (1873), referente ao descerramento do quadro pintado por Victor Meirelles (figura n3). A tela foi em homenagem a heroína de guerra, quando o Vereador Frederico Lisbôa verbalizou com registro, as seguintes palavras:

A Câmara Municipal desta Leal e Valorosa Cidade do Salvador, julga pagar um tributo de merecida gratidão collocando hoje n'uma das salas de seu Edifício o retrato da Exam. Senhora D. Anna Justina Ferreira Nery (Ata da Sessão Extraordinária, em 28 de setembro de 1873, 130).

expressão corroída entre colchetes e grifada a menção aproximada de seu número: [corroída +/- 6 linhas]". Ver linha 02.

2 Grifo dos autores.

Figura n. 3 - Tela Anna Nery

Localização: Câmara Municipal de Salvador

À época outras autoridades presentes se pronunciaram na presença da homenageada, inclusive seu filho– Isidoro Antonio Nery. A ata foi lavrada pelo Secretário Interino da Câmara Municipal de Salvador, Manuel Rodrigues Júnior e assinada pelas autoridades Silvesttre Cardozo de Vasconcellos P., Dr. Cícero Emiliano de Alcamim, F. de Freitas e Dr. Frederico Augusto da Silva Lisboa.

Mas afinal, qual a explicação para a variação do nome no decorrer dos tempos? Com o passar dos tempos a ortografia mudou. Na língua portuguesa (Portugal), ela passou por três estágios: o fonético, o etimológico ou pseudo-etimológico e o simplificado (ARAÚJO, 2000, 79). Em outras palavras, no ano de 1924 a Academia das Ciências

de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras firmaram um acordo preliminar (1931), adaptaram a ortografia portuguesa, de 1911, mesmo assim, algumas divergências permaneciam. Em 1943, em Lisboa, uma convenção ortográfica foi realizada, dando origem ao Acordo Ortográfico Português em 1945. Por outro lado, o Brasil não adotou, permanecendo com a regulamentação de 1943, ao manter a grafia de Melo e não Mello e Ivonne e não Ivone e a substituição da letra y pela letra i, como Maia e não Maya e Cíbele e não Cybele e as letras consonânticas dobradas sofreram simplificação, exceto as letras S e R (ARAÚJO, 2000, 86-87). Isto é uma das explicações para a variação de Anna, Ana, Néri e Nery encontrada em textos biográficos, dentre outros documentos.

Coroa de flores

A coroa recebida por Anna Nery, atada com um laço, foi um presente das suas conterrâneas, residentes na cidade no Rio de Janeiro, na chegada da Guerra do Paraguai, em 1870. O artefato é descrito por muitos pesquisadores como coroa de "ouro cravejada de brilhantes", "coroa de 18 quilates" ou de "louro cravejadas de brilhantes". Mediante a evidência presencial ao artefato e seu registro técnico, foi identificada a ausência de vestígios, especialmente, de brilhantes.

Figura. 4: Coroa

Localização: Museu de Artes da Bahia

A ficha técnica do artefato descreve como:

> Coroa de folhetos dourados, ofertada a Ana Nery quando do seu regresso da guerra do Paraguai, sem data. Atada por grande laço de fita acetinada, verde esmaecido, tendo nas pontas, em letras douradas, a dedicatória: "A Heroína da Caridade, as Bahianas agradecidas"
> Homenagem das senhoras bahianas. Domiciliadas no Rio de Janeiro, naquela ocasião, cerca de 1870 (Ficha técnica n. 33.19 – Museu de Artes de Salvador).

A coroa de flores e não de louros, como alguns podem pensar, que compõe o artefato, infiro revelações. À primeira vista, nos faz remeter a rosas por serem atribuídas aos feitos históricos em diversos momentos, com significação de regeneração, piedade, pureza, dentre outros, dependendo da sua finalidade. Elas ornamentam à coroa de folhetos dourados, recebida por Anna Nery, o que nos levou a algumas inferências pelo contexto à época.

Na obra "As Camélias do Leblon e a Abolição da escravatura: uma investigação de História Cultural", o autor depreendeu que a camélia era um dos símbolos a favor da abolição dos escravos no Brasil (SILVA, 2003).

Em outro estudo, intitulado "Camélias e Revista Ilustrada: o movimento abolicionista em litografias de Ângelo Agostini", o autor evidenciou a estratégia de como àquela flor era, sutilmente, articulada nas páginas da Revista Illustrada, como símbolo de uma das vertentes do Movimento Abolicionista ao se referendar a defesa da liberdade dos escravos ao final do século XIX (SILVA, 2008).

Destaco, por exemplo, que a Princesa Isabel, após assinatura da Lei Áurea recebeu um buquê de camélias, considerada por Rui Babosa como "a mais mimosa das oferendas populares" (SILVA, 2003; e SILVA, 2008). Logo, no contexto de 1870, quando Anna Nery recebeu a coroa ornamentada de flores, inferimos a possibilidade de serem camélias, pois a homenageada, em campo de batalha, teria cuidado sem distinção dos feridos.

Este artefato foi doado, em 24 de maio de 1933, pelos familiares de Anna Nery - Azarias Heráclito Nery e seus filhos: Antonio Carlos Nery e Gilberto Xavier Nery – para a antiga Pinacoteca do Estado

da Bahia, atual Museu de Artes da Bahia. A motivação da doação foi que o artefato deveria ter um lugar de guarda que salvaguardasse a memória de sua ancestral, que suas conterrâneas a teriam ofertado no Rio de Janeiro. Tratou de momento emblemático, o que observamos ser próxima a datação de seu passamento – 20 de maio - sendo, à época, exposta para visitação pública (SILVA, 1942).

Retrato de Anna Nery e Órfãs

O retrato posado de Anna Nery e seis órfãs que as ladeiam, trata-se de outro elemento em sua biografia que, ainda, requer esclarecimentos. Sobre este fato, deposito a possibilidade que ocorreu na mesma datação que ela recebeu a coroa de suas conterrâneas baianas, no Rio de Janeiro. Contudo, há dúvida, pois ela apresenta indícios de ter sido vista em Montevidéu. Por outro lado, a argumentação é frágil, pois a retratada ostenta a coroa, o que me conduz acreditar que a fotografia foi realizada no Brasil, podendo até não ter sido realizada no Rio de Janeiro, na mesma data que recebeu a homenagem.

Figura n.5: Fotografia de Anna Nery e as órfãs

Fonte: Localizada no Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Na foto (fig. n.4) que Anna Nery ostenta a coroa de folhetos dourados, ela se encontra com as órfãs, filhas de soldados mortos nos campos de batalha, mas que pouco se sabe delas (RODRIGUES, 2004, 7). Neste sentido, apesar do autor do registro afirmar ser filhas de soldados brasileiros, sou descrente da possibilidade por falta de documentação que possa comprovar ou até mesmo de indícios ou vestígios que sustentem tal assertiva.

Isso se articula com o artigo intitulado "Anna Justina Ferreira Nery: um marco na história da enfermagem brasileira". As autoras suscitam alguns questionamentos sobre as órfãs que não é possível responder, mas cabe sua transcrição para que outros pesquisadores possam desvelar: "Alguns fatos que instigam esclarecimentos ainda não desvelados: O que faziam crianças em campo de batalha? Como se deu o encontro de Anna Nery com tais órfãs?" (CARDOSO e MIRANDA, 1999, 344).

Os questionamentos se articulam a minha posição como pesquisador na temática, pois as glórias oriundas da homenageada poderia ser uma das estratégias para escamotear a dura realidade em que várias mulheres – viúvas e mães - encontraram-se pós o conflito, como por exemplo, Maria Cerqueira de S. Pedro, que perdeu na guerra dois filhos, sendo obrigada a se sustentar, recorreu ao auxílio destinado às famílias dos voluntários da pátria (RODRIGUES, 2004, 9). Isto apresenta aderência ao contexto das condições sociocultural da mulher no século XIX (LEITE 1993).

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA – Órgão Central (Rio De Janeiro) e suas circunstâncias (1924-1925) no descerramento da tela de Anna Nery

Em 1924, o professor, historiador e jornalista Luiz Gastão d'Escragnolle Doria, conhecido como d'Escragnolle Doria, em matéria publicada na Revista da Semana, sob título "D. Anna Nery" escreveu a sua biografia com ênfase na Guerra do Paraguai. Ao final do texto, ele

faz um apelo à sociedade de que havia anos que o túmulo da biografada apenas conhecia a frieza dos mármores. Mediante ao apelo, Doria sugeriu às associações de caridade e socorro à enfermos que cobrissem de rosas o túmulo da venerada brasileira nos meses de maio no dia de seu passamento (DORIA, 1924, 3).

Dois meses da publicação, na Revista da Semana, a Cruz Vermelha Brasileira sensibilizada toma para si à incumbência da homenagem à beira de seu túmulo (Revista da Cruz Vermelha Brasileira, 1924, 20).

Nesse mesmo ano, Maria Rennotte, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, proferiu discurso em apologia a Anna Nery.

> Antes de iniciar a minha despretensiosa palestra seja-me permitido estender os meus agradecimentos às pessoas que aqui vieram levadas, movidas pelo mesmo sentimento de união, de reconhecimento e affecto, a fim de render o preito de sua respeitosa admiração à Ilma. Senhora que a classe militar consagrou, baptisando-a de: "Mãe dos Brasileiros" (RENNOTE, 1924, 3).

No discurso, ela ressaltou as qualidades da homenageada, como mulher brasileira, que no hospital de campanha na Guerra do Paraguai (1864-1870) foi voluntária. Afirmou que Anna Nery cuidou dos feridos sem perder o espírito patriótico, seguindo em missão de aliviar os feridos daquela hecatombe, mesmo após o falecimento de seu filho (RENNOTTE, 1924, 3-4).

Rennotte, ao prosseguir no discurso, relatou que na Inglaterra não se teria levado tantos anos após o passamento de Florence Nightingale[3] para se erguer um monumento a ela e que o mesmo deveria ser feito em homenagem à memória de Anna Nery, em São Paulo (RENNOTTE, 1924, 4).

Ademais, Rennotte ao traçar sucinto paralelo entre Florence Nightingale e Anna Nery fez os presentes refletirem sobre o seu codinome "Cornélia do Brasil", trazendo a memória seu significado.

3 O monumento em homenagem a Florence Nightingale foi erguido em 1915, Waterloo, em Londres.

O significado de Cornélia, para os gregos, se deu por uma passagem histórica em Roma, quando numa reunião de mulheres aristocratas exibiram suas joias. Cornélia apresentou seus filhos com a mesma ideia, o que fez com que os gregos imortalizassem sua figura esculpida no bronze ou granito, representando a grandeza da alma, a nobreza de caráter, a elevação de sentimentos incorporados de desinteresse e amor à pátria, que deveria ser seguido pela mocidade (RENNOTTE, 1924, p.4 e 5).

O momento em homenagem a Anna Nery foi erguido muitos anos depois (1956) na Praça da Cruz Vermelha Brasileira, tendo na liderança da luta em prol de sua memória o peruano Guillermo Fernandez Dávila[4].

Em 1925, seguindo a sugestão de Doria de revitalizar a memória de Anna Nery, a Cruz Vermelha Brasileira fez a visita ao túmulo da homenageada, cobrindo-o com flores e discursos de aclamação de seus feitos à beira do túmulo no cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro, conhecido popularmente como cemitério do Caju – nome do bairro. A visita ao túmulo teve repercussão na impressa escrita[5]. Neste sentido, foi descrito a cerimônia ritualística que contou com a presença de algumas autoridades, dentre eles: Marechal Dr. Ferreira do Amaral – Presidente da Cruz Vermelha Brasileira; Dr. Getúlio dos Santos – Secretário Geral da instituição e diretor da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira do Rio de Janeiro e ao final da matéria jornalística uma nota, intitulada "A Solenidade de hoje na Cruz Vermelha Brasileira", que versava sobre o descerramento de uma tela pintada a óleo em homenagem à Anna Nery. Isto implica em reafirmar que a primeira ritualística nessa modalidade ocorreu por meio da Cruz Vermelha Brasileira – Rio de Janeiro, considerando que nos anos seguintes a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, atual Escola de Enfermagem Anna Nery, tomou para si à continuidade do ritual de visitação sob a denominação de romaria, até que os restos mortais fossem transferidos para a Bahia na década de 1970 (PORTO e SANTOS, 2004).

---

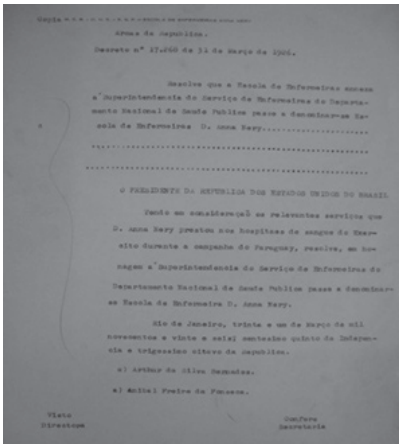
4 Para saber, ler o: PORTO, F; OGUISSO, T. O rito institucional e o efeito simbólico do descerramento a Anna Nery. In: História da Enfermagem: identidade, profissionalização e símbolos. PORTO, F., AMORIM, W. (orgs.). São Caetano (SP); Yendis, 2013, p.313-335.

5 Documento sem nome do jornal. CDocEEAN. Doc. 60. Cx 07.

Destaco aqui que em artigo denominado “Anna Justina Ferreira Nery: patrona da enfermagem brasileira”(LEMOS, 2019), a autora registra que em 1926, a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública passou a ser denominada Escola de Enfermeiras D. Anna Nery, por meio do Decreto n. 17.268 de 31 de março, bem como o artigo “Anna Nery Ferreira Nery” (NUNES, 2019).

Ambos os artigos devem ter considerado os dados de pesquisas antigas, pois, por exemplo, a dissertação de mestrado, intitulada “O Dia da Enfermeira’ nas páginas da Revista da Semana (1929-1930): Anna Nery e os lucros simbólicos” (NASCIMENTO, 2013) relata que o Decreto n. 17.268/1926 não foi publicado no Diário Oficial da União com o conteúdo encontrado no Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery (figura n.5), sendo a denominação oficial da instituição concedida em 1931 pelo Decreto n. 20.109.

Figura n. 6: Minuta do Decreto n. 17.268/1926.



Armas da República.

Decreto nº 17.268 de 31 de Março de 1926.

Resolve que a Escola de Enfermeiras annexa a Superintendencia do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saude Publica passe a denominar-se Escola de Enfermeiras D. Anna Nery.....

.....

.....

O PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Tendo em consideração os relevantes serviços que D. Anna Nery prestou nos hospitaes de sangue do Exercito durante a campanha do Paraguay, resolve, em homenagem á Superintendencia do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saude Publica passe a denominar-se Escola de Enfermeiras D. Anna Nery.

Rio de Janeiro, trinta e um de Março de mil novecentos e vinte e seis; sexagesimo quinto da Independencia e trigesimo oitavo da republica.

a) Arthur da Silva Bernardes.

a) Antonio Freire da Fonseca.

Visto
Director

Confere
Secretario

Fonte: Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery

Figura n. 6b: Revogação por Arthur Bernardes do ato.

DEC 17.268/1926 (DECRETO DO EXECUTIVO) 31/03/1926

Ementa:	RESOLVE QUE A ESCOLA DE ENFERMEIROS ANEXA A SUPERINTENDENCIA DO SERVIVO DE ENFERMEIRAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAUDE PUBLICA PASSE A DENOMINAR-SE ESCOLA DE ENFERMEIRAS D. ANA NERY
Situação:	REVOGADO
Chefe do Governo:	ARTHUR BERNARDES
Origem:	EXECUTIVO
Fonte:	
Link:	Estamos em processo de inclusão retrospectiva dos atos em nosso acervo. Enquanto isso, acesse o ato pesquisado clicando aqui.
Referenda:	MINISTERIO DA SAUDE - MS. REVOGADO PELO DEC. S/N - 05/09/1991
Alteração:	
Correlação:	
Interpretação:	
Vote:	
Assunto:	
Classificação de Direito:	
Observação:	

Fonte: Legislação Federal do Brasil6

Invisto na argumentação do dado equivocado, em virtude de consulta em uma obra clássica para a enfermagem, sob título "Associação Brasileira de Enfermagem (1926-1979) – Documentário" (CARVALHO, 2008), quando a autora registra a mesma informação. Isto ocorre em virtude de as pesquisas no campo da historiografia da enfermagem terem avanço, como tivemos a oportunidade de verificar. Isto nos impõe novas versões e interpretações.

Voltando ao rito anunciado pela imprensa sobre o descerramento da tela em homenagem a Anna Nery ocorreu nas dependências da Cruz Vermelha Brasileira – Rio de Janeiro – no Salão Nobre da instituição foi no periódico institucional, denominado "Um culto victorioso", que contou com diversas autoridades, conforme aponta a legenda da figura n.6:

Vêem-se na gravura o Exmo. D Miguel Calmon, Ministro da Agricultura, ex-Presidente da Cruz Vermelha Brasileira e actual membro de seu Conselho Director, Mne Souza Queiroz e Dra Rennotte, Presidente e Thesoureira da Cruz Vermelha de São Paulo, Deputados Drs Octavio Mangabeira, Braz do Amaral, Wanderley Pinho, Liborio de Albuquerque, da Bancada Bahiana, Marechal Dr Ferreira do Amaral, Presiddente da Cruz Vermelha Brasileira, Dr. Getúlio dos Santos, Secretário Geral, Drs Alfredo Niemeyer, Estellita Lins e outros convidados (CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, 1925, 5).

6 Consultar em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/b2394d7e1ab9a970032569b9004e148d/0dd74f9239110a1c032569fa0076c340?

A figura n. 6, apesar da má qualidade da imagem, mas em outra figura n. 7 em outro ângulo, veiculada na Revista Careta em matéria, intitulada "Comemoração à memória de D. Anna Nery" (1925), é possível visualizar os presentes e próximo ao centro imagético, provavelmente, a tela pintada a óleo em homenagem a Anna Nery.

Figura n. 7: Imagem da ritualística do descerramento do quadro em homenagem a Anna Nery

Fonte: Revista da Cruz Vermelha Brasileira (1925, 5)

A tela foi pintada pelo artista brasileiro Thimoteo Costa. Sobre este assunto, mais uma vez o artigo "Anna Justina Ferreira Nery" (NUNES, 2019), relata que:

> A Colônia baiana, residente no Rio de Janeiro, mandou fazer pelo artista Victor Meireles o seu retrato em tamanho natural, que foi exposto na sede da Cruz Vermelha Brasileira, oferecendo-o depois à Província da Bahia, cujo governo o colocou no edifício do Paço Municipal no dia 28 de setembro de 1873, onde até hoje se encontra (p. 299).

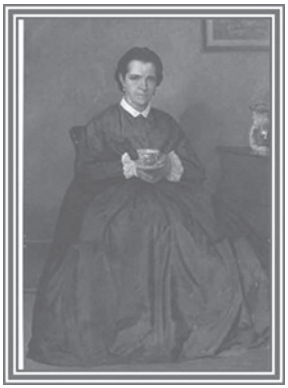
O excerto do texto da pesquisadora requer discussão. O retrato pintado de tamanho natural de Anna Nery, de fato, é de autoria de

Victor Meireles (figura n. 3) e se encontra em tempos atuais no Paço Municipal, localizado em Salvador (BA), com descerramento em 1873. Contudo, afirmar que ele foi exposto na sede da Cruz Vermelha Brasileira, trata-se de equívoco. Isto se deve, em virtude de a datação da instituição ter sido criada em 1908, no Rio de Janeiro.

Pintura de Presciliano Silva exposta no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em Salvador

A pintura de Anna Nery (figura n. 8) localizada nas dependências do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em Salvador (BA), de autoria de Presciliano Silva é outro elemento que merece discussão pela microanálise.

Figura n. 8: Pintura de Anna Nery, de autoria de Presciliano Silva



Localização:Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em Salvador (BA)

Dados técnicos:Data de criação: 1933; Técnica utilizada para produzir a obra; óleo sobre tela e; dimensões 150.00 cm x 100.00 cm (ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras, 2020)

A pesquisadora Ana Maria D'Errico Gantois (2005, 28) ao estudar as obras de Presciliano Silva, identificou que a tela sobre Anna Nery foi retratada em trajes da época, postada como uma senhora de muita dignidade, e não como uma guerreira. Sua altivez foi expressa em seu olhar, que não voltada para o infinito, mas para um determinado ponto. Por outro lado, a autora identificou que a senhora pintada foi de uma mulher semelhante a Anna Nery, que foi solicitada a posar para o pintor. Além disso, ela afirma haver certa veracidade na semelhança e na retratação.

Entendo a assertiva da pesquisadora sobre a veracidade na semelhança e na retratação, pelo olhar da estética, que o pesquisador Arthur Freitas (2004) explica na vertente da análise imagética de fotos, pinturas, desenhos, caricaturas e outros. A explicação é que, elas devem ser analisadas pela lógica do pensamento plástico/figurativo, da mesma maneira que é realizado para o pensamento verbal e matemático.

Em outras palavras, a pintura não é, de fato, Anna Nery, mas sim uma representação, como bem cita Ernst Hans Gombrich (2007) ao mencionar que não se trata de registro fiel da experiência visual, mas sim a construção de um modelo relacional. Logo, a imagem retratada em óleo por Presciliano Silva, possivelmente, era proporcionar ao observador a sugestão que a pintura era Anna Nery, o que significa a ilusão de quem o vê, ou seja, uma estratégia de projeção dirigida pelo artista, especialmente, quando quem observa não tem o repertório suficiente para o ver o que não é visto.

Como podemos identificar, no decorrer da leitura com a proposta de examinar alguns elementos microscópicos da biografia de Anna Nery, bem como o que fizeram para se ter lucros simbólicos em seu nome, o exame evidenciou dados, talvez, para alguns antes não pensados ou se quer perscrutados para a construção de suas narrativas históricas. As pesquisas em torno de Anna Nery, ainda, têm muito a ser desvelada. Alguns desvelamentos já foram feitos, mas são pouco aplicadas às pesquisas. Isto, possivelmente, se deve em virtude da crença estabelecida que "tudo" tenha sido escrito sobre a trajetória da biografada, puro engano.

Isso me faz a historiadora Maria Lúcia Mott, que não está entre nós, que também dedicou um artigo a Ana Nery, com o título "Anna Néri: uma personagem muito festejada, mas pouco conhecida" (2002).

Enfim, estaciono por aqui o exame proposto, mas na certeza que temos muito a desvelar fatos/acontecimentos sobre suas memórias e os artefatos que ela recebeu, que não sabemos a destinação, por exemplo, o álbum de madrepérola recebido junto com a coroa e a medalha militar recebida por D. Pedro I pelos seus feitos na Guerra do Paraguai.

REFERÊNCIAS

ANNA Nery. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra7191/anna-nery>. Acesso em: 17 de mar. 2020. Verbete da Enciclopédia.

ARAUJO, E. **A Construção do Livro**. 4a Tiragem da 1a Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Pró-memória do Instituto Nacional do Livro: 2000.

CARDOSO, Maria Manuela Vila Nova; MIRANDA, Cristina Maria Loyola. Anna Justina Ferreira Nery: um marco na história da enfermagem brasileira. **Revista** Brasileira de Enfermagem. Brasília, vol.52, n.3, p.339-348,1999.

CARDOSO, MMVN. Anna Nery – A trajetória de uma heroína. 1996. **Dissertação** (Mestrado) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

Careta. Comemoração à memória de D. Anna Nery. Revista Careta, Rio de Janeiro, n.885,6 de junho, p. 6, 1925 6. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1925/careta_1925_885.pdf. Acesso em: 18 de out 2008.

CARVALHO. A. C.. Associação Brasileira de Enfermagem (1926-1979) – **Documentário**. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem Nacional, 2008.

Coroa de folhetos dourados pertencente à Anna Justina Ferreira Nery e ficha técnica do artefato: coroa de folhetos dourados, n. 33, ficha19.

Cruz Vermelha Brasileira. D. Anna Nery. In. **Revista** da Cruz Vermelha Brasileira. Rio de Janeiro, v.20, junho-julho, 1924.

Cruz Vermelha Brasileira. Um culto victorioso. **Revista** da Cruz Vermelha Brasileira. Rio de Janeiro, maio-junho, p. 1-7, 1925.

Doria, ED. Anna Nery. In: **Revista** da Semana. Rio de Janeiro, ano 25, n 22, p. 13, 25/05/1924.

GOMBRICH, E. R. **Arte e Ilusão – um estudo da psicologia da representação pictórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREITAS, A. História e imagem artística: por uma abordagem tríplice. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, n. 34, p. 3·2, julho-dezembro de 2004.

GANTOIS, Ana Maria D´Errico. Um Estudo sobre Presciliano Silva. **Revista** Ohun, ESCOLA DE BELAS ARTES DA UFBA, Salvador, v. 2, p. 01-50, 2005.GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEITE, M.M.. A condição feminina no Rio de Janeir, século: XIX. São Paulo: Edusp, 1993.

LEMOS, M.J.J.N. Anna Nery Ferreira Nery: patrona da enfermagem brasileira". **Revista** do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, v 114, p.337-3342, 2019.

Livro de Atas. Câmara Municipal de Salvador, p.129 -132, 1873.

MOTT, L. Anna Néri: uma personagem muito festejada, mas pouco conhecida. **Revista** do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, abril/junho, v.163, n.415, p. 203-207, 2002.

NASCIMENTO, S. A..'O Dia da Enfermeira' nas páginas da Revista da Semana (1929-1930): Anna Nery e os lucros simbólicos. 2013. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Rio de Janeiro, 2013.

NUNES, A.A..Anna Nery Ferreira Nery". **Revista** do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, v 114, p.297-301, 2019.

PESSOA, JLL. Registro Civil de Nascimento: direito fundamental e pressuposto para o exercício da cidadania – Brasil, 1998-2006. 2006. **Dissertação** (Mestrado) - Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2006.

PORTO, F. Museu Nacional da Enfermagem Anna Nery e a importância da preservação histórica da enfermagem brasileira. **Revista** de Pesquisa: cuidado fundamental online, Rio de Janeiro, n.2, v. 3, p. 1191-1196,2010.

PORTO, F. OGUISSO, T..Nome da Mãe dos Brasileiros. **Revista** Enfermagem em Foco. Brasília, v.2 (supl), p. 77-80, 2011.

PORTO, F. SANTOS, TCF. A Romaria ao Túmulo de D. Anna Nery: Uma Tradição inventada para a Enfermagem Brasileira (1924-1926). **Revista** Enfermería Global, Espanha: v. 7, 2005.

PORTO, F.; OGUISSO, T.. Anna Justina Ferreira Nery. In: **História da Enfermagem – identidade, profissionalização e símbolo.** PORTO, F. e AMORIM. W. (orgs.). São Caetano do Sul (SP); 2013, p. 1-14.

PORTO, F.; OGUISSO, T.. Os elementos simbólicos do monumento a Anna Nery no Rio de Janeiro (Brasil). **Revista** Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre v. 4, 719-726, 2011.

PORTO, F.; OGUISSO, T.; NETO, M.; NASSAR, P.; MIRANDA, D. Rito institucional em homenagem a Anna Nery: Salvador (BA), no século XIX. **Revista** de Pesquisa: cuidado fundamental online, Rio de Janeiro, n.5, v. 2, p. 3572-79, 2013.

PORTO, F.; SANTOS, T. C. F.. **A Romaria ao Túmulo de D. Anna Nery: Uma Tradição inventada para a Enfermagem Brasileira (1924-1926).** Enfermería Global, Espanha, v. 7, 2005.

RENNOTTE, M. D. Anna Nery – discurso pronunciado pela Exma. Sra. Marie Rennotte, no Instituto Histórico e Geographico de São Paulo. Rio de Janeiro (RJ), **Revista** da Cruz Vermelha Brasileira, agosto-setembro, p. 3-5,1924.

RODRIGUES, MS. Mulheres sertanejas na Guerra do Paraguai. Maringá, **Anais** Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC, p.1-8,2004.

SILVA, , P.C. Ana Neri. **Revista** do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, v 68, p.12-19, 1942.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura - uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, R.S. Camélias e **Revista** Ilustrada: o movimento abolicionista em litografias de Ângelo Agostini. Universos da História, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, p. 7-18, 2008.

ANÁLISE DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL DE SALVADOR: UM SUBSÍDIO AO PLANEJAMENTO E À GESTÃO TERRITORIAL DA CIDADE

Nilton Sousa Santana
Doutor em Geologia/UFBA
Mestre em Geografia/UFBA
Licenciado em Geografia/UCSAL
Professor de Geografia Física/IFBA

Resumo
O Sítio da cidade de Salvador é fruto da interação entre agentes climáticos e a dinâmica geológica que, a partir de eventos tectônicos extensivos, conferem importantes desníveis topográficos, resultando em direcionar o fluxo das águas superficiais, na determinação do balanço morfogenético e na morfodinâmica. Associado aos condicionantes naturais, o processo de uso do solo da Cidade também contribui para o aumento da vulnerabilidade ambiental. Nesse contexto, este estudo objetivou analisar a vulnerabilidade ambiental de Salvador e os movimentos de massas, para contribuir no planejamento e na gestão da Cidade. Para essa análise, a Cidade foi compartimentada em três sistemas ambientais: o sistema da Costa Atlântica, o sistema do Alto Salvador e o sistema da costa da Baía de Todos os Santos. Dessa maneira, foi possível obter a carta de vulnerabilidade ambiental que associada aos deslizamentos de terra apresentou as áreas de maior propensão aos efeitos erosionais e risco a população soteropolitana.

Palavras-chave: Sistemas Ambientais; Vulnerabilidade à erosão; Deslizamentos de terra.

Abstract
The site of the city of Salvador is the result of the interaction between climatic agents and the geological dynamics that, from extensive tectonic events, confer important opographical unevenness, resulting in directing the flow of surface waters, in determining the morphogenetic balance and in morphodynamics. Associated with natural conditions, the city's land use process also contributes to an increase in environmental vulnerability. In this context, this study aimed to analyze the environmental vulnerability of Salvador and the mass movements, to contribute to the planning and management of the City. For this analysis, the City was divided into three environmental systems: the Atlantic Coast system, the Alto Salvador system and the coast system of the Todos os Santos Bay. In this way, it was possible to obtain the letter of environmental vulnerability that associated with landslides presented the areas most prone to erosion effects and risk to the population of Salvador.
Key words: Environmental Systems; Erosion vulnerability; Landslides.

A vulnerabilidade pode ser entendida como a fragilidade de um determinado ambiente, pessoas ou grupo de pessoas a um ataque ou a um impacto, sendo a condição socioeconômica determinante para o agravamento ou mitigação dos seus efeitos (MENDONÇA, 2008). Na perspectiva climática, pode ser definida como a extensão em que as mudanças climáticas podem danificar ou prejudicar um sistema, dependendo não só da sensibilidade do sistema, mas também da sua capacidade de se adaptar às novas condições (KLEIN et. al, 2001).

Para Capra (2005), sistemas são totalidades integradas, suas propriedades não podem ser reduzidas às unidades menores, e seu princípio básico é a organização. Com base nesses princípios, como também visando compreender a evolução, a dinâmica e o funcionamento dos sistemas naturais e suas modificações pelo sistema socioeconômico, Christofoletti (1999) propôs uma categoria analítica denominada de sistema ambiental, a fim de melhor entender o resultado dessas interações.

Os sistemas ambientais caracterizam-se por conter uma espacialidade, onde os processos envolvidos adquirem uma organização específica, com dinâmica, características e estruturas próprias. Eles cada vez mais estão sujeitos a mudanças deliberadas, principalmente

no nível econômico, sendo fundamentais os estudos que considerem em suas análises, a percepção, seja individual ou de grupo, dentro do contexto social, para que a comunicação científica entre em sintonia com a percepção política, já que é nesse nível que ocorrem as tomadas de decisões (MONTEIRO, 2001).

As características geomorfológicas de Salvador são bastante condicionadas pelos componentes geológicos e pela ação dos agentes climáticos. As forças geológicas endógenas, responsáveis pela tectônica global, resultaram na configuração topográfica da Cidade, implicando no direcionamento do fluxo das águas superficiais, na determinação do balanço morfogenético e na configuração do modelado. As diversidades litológicas, associadas às condições climáticas e ao tipo de ocupação do solo são fundamentais na definição de morfodinâmica e da vulnerabilidade ambiental a eventos erosivos. Por sua vez, a presença de construções em áreas vulneráveis pode configurar importante situação de risco a pessoas e propriedades.

Esta pesquisa objetivou analisar a vulnerabilidade ambiental de da Salvador à erosão e aos movimentos de massa, especialmente aos deslizamentos de terra, com o intuito de contribuir para o planejamento e gestão territorial da Cidade.

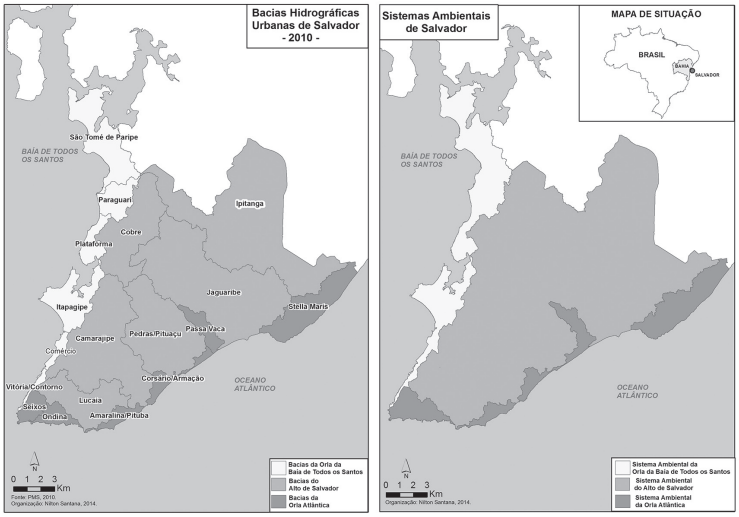
Métodos e técnicas

Para a análise da vulnerabilidade ambiental, a cidade de Salvador foi compartimentada em três sistemas ambientais, de acordo com as características geomorfológicas, a partir da junção das seguintes bacias hidrográficas (Figura 1):

- Sistema Ambiental Orla da Baía de Todos os Santos: compreendendo a junção da Bacia da Vitória-Contorno, Bacia do Comércio, Bacia de Itapagipe, Bacia de Plataforma, Bacia do Paraguari e Bacia de São Tomé de Paripe;
- Sistema Ambiental do Alto de Salvador: compreendendo a junção da Bacia do Lucaia, Bacia do Camarajipe, Bacia de Pedras-Pituaçu, Bacia do Cobre, Bacia de Jaguaribe e Bacia do Ipitanga;

- Sistema Ambiental da Orla Atlântica: compreendendo a junção da Bacia da Barra-Seixos, Bacia de Ondina, Bacia de Amaralina-Pituba, Bacia do Corsario-Armação, Bacia da Passa-Vaca e Bacia de Stella Maris.

Figura 1: Localização da área de estudo e a divisão em sistemas ambientais



O grau de vulnerabilidade dos sistemas ambientais de Salvador foi definido, com base no método de Crepani e colaboradores (2001), a partir dos dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador (SALVADOR/PDDU, 2004), utilizando as seguintes variáveis:

- Litologia: considerando que o grau de coesão das rochas é uma condição necessária para compreender a sua susceptibilidade à erosão, uma vez que em rochas pouco coesas podem prevalecer os processos erosivos, modificadores das formas de relevo (morfogênese), enquanto que nas rochas bastante coesas devem prevalecer os processos de intemperismo e formação de solos (pedogênese), foi estabelecida uma escala de 1 a 3, conforme mostra a Tabela 1.
- Declividade: considerando que quanto maior a inclinação das vertentes, mais expressiva é a ação dos agentes erosionais, logo mais intensa é a dinâmica do escoamento da água, foi estabelecida uma escala de 1 a 3, conforme mostra a Tabela 2.
- Vegetação: desta variável definiu-se a tipologia e a densidade da cobertura vegetal, considerando a sua contribuição na dinâmica tanto da infiltração (pedogênese) como do escoamento superficial (morfogênese), também associando valores de 1 a 3, conforme é apresentado na Tabela 3.
- Uso do solo/urbanização: nesta variável associou-se a densidade da cobertura vegetal à densidade de ocupação urbana. Desse modo foi possível distinguir níveis de paisagens: naturais (maior densidade de vegetação) e paisagens antropizadas (maior densidade de ocupação urbana). Nesta categoria, para áreas urbanizadas foi associado o valor 3,0.
- Clima: quanto maior a intensidade pluviométrica/mês, mais expressiva é a capacidade de erosão que a chuva adquire, havendo um predomínio dos processos morfogenéticos, e, quanto menor a sua intensidade, maior é a possibilidade de atuação dos agentes pedogenéticos. Assim, com base em Palma (2010), foi considerada a média pluviométrica para Salvador, para o período entre 1949-2008, obtendo uma média mensal de 163,71 mm, ao qual foi associado o valor 1,5 da escala de erosividade, de acordo Crepani e colaboradores (2001).

Tabela 1 - Escala de vulnerabilidade à denudação das rochas no Sistema Ambiental da Orla da Baía de Todos os Santos (modificado de Crepani e colaboradores, 2001)

DOMINIO GEOLÓGICOS	LITOLOGIA	ESCALA DE VULNERABILIDADE DAS ROCHAS À DENUDAÇÃO
Rochas Cristalinas	Granitos e Gnaisses	1,3
Grupo Barreiras	Sedimentos Inconsolidados	3,0
Formação Pojuca	Siltitos argilosos, folhelhos interestratificados e arenitos	2,8
Formação Salvador	Conglomerados	2,5
Quaternário	Sedimentos arenosos, argilosos, sílticos e matéria orgânica	3,0
Depósito Eólico	Sedimentos Arenosos	3,0

Tabela 2 - Classes de Declividades e suas respectivas escalas de vulnerabilidade (modificado de Crepani e colaboradores, 2001)

CLASSES MORFOMETRICAS	DECLIVIDADE (%)	VALORES DA ESCALA DE VULNERABILIDADE
Muito Baixa	< 2	1,0
Baixa	2 – 6	1,5
Média	6 – 20	2,0
Alta	20 – 50	2,5
Muito Alta	>50	3,0

Tabela 3 – Escala de vulnerabilidade da vegetação (modificado de Crepani e colaboradores, 2001)

TIPO DE VEGETAÇÃO E URBANIZAÇÃO	ESCALA DE VULNERABILIDADE	CLASSIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO EM RELAÇÃO ESTABILIDADE/ VULNERABILIDADE
Floresta Ombrófila em Estágio Inicial	1,0	Cobertura Vegetal Estável
Floresta Ombrófila em Estágio Médio		
Floresta Ombrófila em Estágio Avançado	1,5	Cobertura Vegetal Moderadamente Estável
Manguezal	1,7	
Restinga		
Brejo	3,0	Cobertura Vegetal Vulnerável
Vegetação Antropizada		

O cruzamento entre os dados referentes à litologia, clima, declividade, vegetação e o uso do solo/urbanização foi feito através de técnicas de geoprocessamento, com a utilização do software ArcGis e permitiu a identificação, com base no recorte espacial dos sistemas ambientais, dos diferentes graus de vulnerabilidade ambiental da Cidade e sua cartografia.

A determinação da vulnerabilidade ambiental foi feita a partir da adequação da metodologia de Crepani e colaboradores (2001) com a proposta de Tricart (1977), considerando que, onde predominar a pedogênese há uma estabilidade natural do sistema ambiental, caso predomine a morfogênese há uma instabilidade na dinâmica e equilibro desse meio natural. Assim, foi considerada a seguinte quantificação:

- Áreas estáveis ou com grau muito baixo de vulnerabilidade à erosão, quando a pedogênese foi predominante – valores compreendidos entre 1,0 e 1,3;
- Áreas moderadamente estáveis ou com baixo grau de vulnerabilidade, também predominando o equilíbrio entre a pedogênese e a morfogênese – valores compreendidos entre 1,4 e 1,7;
- Áreas medianamente estáveis/vulneráveis ou com grau médio de vulnerabilidade, quando prevaleceu o equilíbrio entre a pedogênese e a morfogênese – valores de 1,8 a 2,2;
- Áreas moderadamente instáveis ou com grau forte de vulnerabilidade, quando prevaleceu a morfogênese – valores de 2,3 a 2,6.
- Áreas instáveis ou com grau muito forte de vulnerabilidade, quando também prevalece a morfogênese – valores de 2,7 a 3,0

Sistema Ambiental da Orla da Baía de Todos os Santos

Com 3.832,13 hectares, este sistema ambiental limita-se no sentido Norte-Sul entre São Tomé de Paripe e a Vitoria, respectivamente. No sentido Leste pela Falha de Salvador e pela Baía de Todos os Santos, no setor oeste (Figura 1).

No aspecto geológico, no sistema ambiental da Orla da Baía de Todos os Santos predominam as rochas da Bacia Sedimentar do Recôncavo. As litologias da Formação Pojuca correspondem a 53,19% da área total do sistema ambiental, enquanto as rochas da Formação Salvador ocupam um total de 2,51%. Além destas, as rochas do embasamento cristalino correspondente a 7,46% desse sistema; os sedimentos inconsolidados do Grupo Barreiras ocupam 9,57% da área total e os depósitos sedimentares inconsolidados quaternários, correspondente a 27,27% de toda área do sistema.

Em relação às características da declividade do sistema da Orla da Baía de Todos os Santos, 56,50% da área possuem declives acima

de 6%, que é classificada como de média a muito alta propensão à erosão; enquanto 43,50% da área possuem declives abaixo de 6%, sendo classificada como área de baixa a muito baixa susceptibilidade aos agentes erosionais.

A vegetação também é outro componente natural utilizado nesta análise, tendo em vista que a sua presença ou ausência em um ambiente possibilitam dinâmicas distintas, principalmente nas áreas urbanas, onde a sua supressão vem provocando problemas socioambientais relevantes às populações envolvidas. Neste sistema ambiental, a área de vegetação, independente da sua tipologia, ocupa somente 19,07% da área total do sistema ambiental, estando o restante do sistema, correspondente a 80,93%, como área urbanizada.

Sistema ambiental do Alto de Salvador

Com 21.136,38 hectares, o sistema ambiental do Alto de Salvador é o maior em extensão espacial. Este sistema localiza-se sobre o Horst de Salvador, onde se limita a oeste pela Falha de Salvador e na porção leste até o encontro com os depósitos quaternários que formam a planície oceânica (Figura 1).

O sistema ambiental do Alto de Salvador está inserido sobre cinco domínios geológicos distintos: o embasamento cristalino, com a maior extensão espacial entre os domínios geológicos, correspondendo a 67,0% da área do sistema ambiental; os sedimentos inconsolidados do Grupo Barreiras, o segundo em extensão espacial, ocupando 26,38% da área total deste sistema; os depósitos sedimentares inconsolidados quaternários, correspondendo a 4,34% da área; depósitos eólicos, que correspondem a 1,82% da área deste sistema ambiental e, por fim, rochas sedimentares da Formação Salvador (Bacia do Recôncavo), que ocupam apenas 0,46% da área total desse sistema.

As características geomorfológicas deste sistema ambiental, são condicionadas pelos agentes geológicos e climáticos da Cidade, que influenciam a dinâmica topo-morfológica da área, com a presença de um complexo sistema de falhas e fraturas que contribuem para os aspectos

da sua topografia, bastante acidentada, com encostas, geralmente, de declives acentuados e pelo espesso manto de alteração encontrado. A análise das variações de declividade desta área, indicou que 65,19% da área possui declividade acima de 6%, consideradas como de média a muito alta propensão à erosão; os outros 34,81% da área se enquadram nas classes de muito baixa a baixa declividade, que compreende de 0% a 6%.

Nesse sistema ambiental, 67,44% da área já se encontra urbanizada. Deve-se considerar que, a intensa urbanização desempenha forte influência nos fatores condicionantes da perda de estabilidade a eventos erosivos e movimentos de massa. A área de vegetação existente corresponde a 32,56% da área total, sendo que a Floresta Ombrófila em Estágio Inicial, Médio e Avançado ocupam, respectivamente, 13,14%, 11,24% e 3,44% da área; a Vegetação Antropizada ocupa 1,94%; a Vegetação de Brejo ocupa 1,50% e a Vegetação de Restinga ocupa 1,30% da área desse sistema.

Sistema Ambiental da orla Atlântica

Localizado na porção leste de Salvador, com uma área de 2.904,17 hectares, este sistema ambiental ocupa a menor extensão espacial da Cidade (Figura 1).

Em relação aos aspectos geológicos, este sistema ambiental está inserido sobre quatro domínios geológicos: as rochas do embasamento cristalino, com a maior extensão espacial entre os domínios geológicos, correspondente a 41,40% da área; depósitos eólicos, com 35,91% da área do sistema, os depósitos sedimentares inconsolidados quaternários, correspondente a 20,24% da área e os sedimentos inconsolidados do Grupo Barreiras, que possui a menor extensão espacial, ocupando somente 2,45% da área total deste sistema ambiental.

No tocante à declividade, 54,97% da área possui declividade baixa a muito baixa (inferiores a 6%); 26,70% da área apresenta declividade média (6 a 20%) e 18,33% desse sistema apresenta declividade alta a muito alta (acima de 20%).

Nesse sistema as áreas urbanizadas correspondem a 71,86% e as áreas com ecossistemas de restinga correspondem a 19,33% do total. Ocorrem ainda alguns trechos com Floresta Ombrófila em Estágio Avançado, com 5,23% do total, e outras coberturas vegetais com expressões inferiores a 1% do total da área deste sistema.

Análise da vulnerabilidade ambiental

Os resultados obtidos, com base na escala de vulnerabilidade proposta por Crepani e colaboradores (2001), a partir da média aritmética das variáveis analisadas (litologia, declividades, cobertura vegetal e urbanização), possibilitaram identificar 5 (cinco) classes com graus distintos de vulnerabilidade ambiental para Salvador, conforme as características ambientais e socioespaciais dos seus respectivos sistemas ambientais (Figura 2).

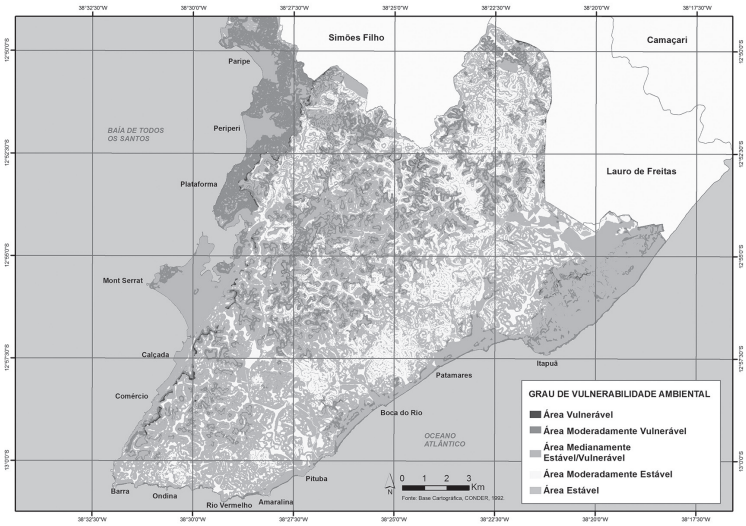
- Área Instável (Grau Muito Forte de Vulnerabilidade – Valores de 2,7 a 3,0): com 132,80 hectares, que corresponde a 0,48% da área da Cidade, este ambiente, encontrado somente no sistema ambiental do Alto de Salvador, é classificado como de grau muito forte de vulnerabilidade ambiental ou área vulnerável, sendo um meio ecodinâmico instável.
- Área Moderadamente Instável (Grau Forte de Vulnerabilidade – Valores de 2,3 a 2,6): com 3.974,34 hectares, que corresponde a 14,26% da área da Cidade, são ambientes de grau forte de vulnerabilidade ambiental ou moderadamente vulnerável, como também se enquadram como um meio ecodinâmico instável, porém com variáveis menos susceptíveis à erosão do que a área anterior. Áreas moderadamente vulneráveis ocorrem em todos os três sistemas ambientais de Salvador, com as seguintes extensões espaciais: i) no sistema da Orla da BTS, este ambiente possui 1.405,00 hectares, equivalente a 36,66% da área; ii) no sistema do Alto de Salvador, a área ocupada é de 2.293,49 hectares, correspondente a 10,85% do

sistema; iii) no sistema da Orla Atlântica, este meio ocupa 275,85 hectares, que corresponde a 9,50% da área do sistema.

- Área Medianamente Estável/Vulnerável (Grau Médio de Vulnerabilidade – Valores de 1,8 a 2,2): com 16.027,17 hectares, correspondente a 57,50% da área da Cidade, este ambiente, o maior em extensão espacial, caracteriza-se pela transição entre as áreas de muito baixa a muito alta vulnerabilidade ambiental. Sendo considerada, segundo a proposta de Tricart (1977), como um meio ecodinâmico intergrade, já que se enquadra como área de média vulnerabilidade ambiental ou medianamente estável/vulnerável. Com relação aos sistemas ambientais, este meio ecodinâmico ocupa as seguintes dimensões espaciais: i) no sistema ambiental da Orla da BTS a área ocupada é de 2.273,18 hectares, correspondente a 59,32% de todo o sistema; ii) no sistema ambiental do Alto de Salvador a área ocupada é 11.551,32 hectares, equivalente a 54,65% da área do sistema; iii) no sistema da Orla Atlântica a área ocupada é de 2.202,67 hectares, que corresponde a 75,84%, deste sistema.
- Área Moderadamente Estável (Grau Baixo de Vulnerabilidade – Valores de 1,4 a 1,7): com 6.880,30 hectares, correspondente a 24,68% da área da Cidade, este ambiente se enquadra como uma área de baixa vulnerabilidade ambiental ou área moderadamente estável, como também é classificada como meio ecodinâmico estável. Estas áreas moderadamente estáveis são encontradas i) no sistema ambiental da Orla da Baía de Todos os Santos, com 153,95 hectares, que corresponde a 4,02% da área deste sistema; ii) no sistema ambiental do Alto de Salvador, com uma área de 6.340,95 hectares, correspondente a 30,0% da área do sistema; iii) no sistema ambiental da Orla Atlântica, a área ocupada é de 385,40 hectares, que equivale a 13,27% da área do respectivo sistema.
- Área Estável (Grau Muito Baixo de Vulnerabilidade – Valores de 1,0 a 1,3): com 858,07 hectares, que corresponde a 3,08% da área da Cidade, este ambiente é encontrado nos sistemas ambientais do Alto de Salvador e da Orla Atlântica. O percentual de ocupação desta área em cada sistema é de 3,87% (817,82 hectares) e 1,38% (40,25 hectares), respectivamente.

Essa área também se enquadra como um meio ecodinâmico estável, que se caracteriza pela predominância da pedogênese sobre a morfogênese, condições que tornam esse meio ambientalmente equilibrado.

Figura 2: Vulnerabilidade ambiental a eventos erosivos e movimentos de massa em Salvador



Os fundamentos teóricos e metodológicos utilizados na pesquisa ofereceram o suporte necessário à análise dos fatos e a sua interpretação. A concepção dos sistemas ambientais de Christofoletti (1999) contribuiu para a visão de totalidade de Salvador, a partir da análise dos elementos naturais e socioespaciais de cada sistema ambiental. A metodologia de vulnerabilidade à erosão de Crepani e colaboradores (2001) foi o eixo balizador da pesquisa e direcionou na escolha das variáveis trabalhadas, mostrando-se adequada, pois permitiu integrar os elementos naturais

e socioespaciais, além de possibilitar a quantificação e o cruzamento das variáveis, contribuindo assim, para a análise da vulnerabilidade ambiental de Salvador. Além disso, com base em Tricart (1977), foi possível estabelecer uma relação entre as áreas vulneráveis da Cidade e as categorias ecodinâmicas identificadas e representadas nas cartas temáticas.

A relação entre as variáveis permitiu estabelecer as cinco áreas distintas de vulnerabilidade ambiental em Salvador, distribuída diferentemente em cada sistema ambiental. A maior parte da Cidade (57,5%) foi, de acordo com os métodos empregados, considerada como de grau médio de vulnerabilidade. Cerca de 15% da área total de Salvador foi enquadrada como de alta a muito alta vulnerabilidade, sendo considerada como instável a moderadamente instável, e cerca de 28% foi considerada estável a moderadamente estável. Os valores mais altos de vulnerabilidade foram associados a declives acentuados, especialmente no sistema ambiental do Alto de Salvador.

Estudos posteriores devem verificar como os aspectos socioeconômicos da população de Salvador, a sua densidade demográfica e a sua organização no espaço da cidade influenciam nos riscos ambientais associados aos eventos erosivos e movimentos de massa. Além disso, é necessário analisar os registros de ocorrências de deslizamentos e outros movimentos de massa e confrontá-los com os dados encontrados.

REFERÊNCIAS

CAPRA, F. - **O Ponto de Mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Tradução Álvaro Cabral. 25ª edição, Ed. Cultrix, SP, 2005, 448p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher, 1ª edição, 1999, 200p.

CREPANI, E; MEDEIROS, J. de S.; FILHO, P.H; DUARTE, V; BARBOSA, C.C.F - **Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento Aplicados ao**

Zoneamento Ecológico-Econômico e ao Ordenamento Territorial. São José dos Campos: INPE, 2001

KLEIN, R.J.T., NICHOLLS, R.J., RAGOONADEN, S., CAPOBIANCO, M., ASTON, J., and BUCKLEY, E.N. (2001) **Technological options for adaptation to climate change in coastal zones.** Journal of Coastal Research, 17 (3), 531-543.

MENDONÇA, F. **Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos.** Revista GeoTextos, vol. 4, n. 1 e 2, 145-163, 2008, Curitiba, PR.

MONTEIRO, C. A. de F. Derivações Antropogênicas dos Geossistemas Terrestres no Brasil e Alterações Climáticas: Perspectivas Urbanas e Agrárias ao Problema da Elaboração de Modelos de Avaliação. In: RA' E GA: O espaço Geográfico em Análise. Nº 5, ano V. 2001 – Editora UFPR – Curitiba, PR.

PALMA, J. dos S. **Variabilidade das Chuvas em Salvador e suas Tendências Espaço-Temporais.** Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

SALVADOR/PDDU – **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador**. Salvador, 2004.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. IBGE, SUPREN-Diretoria Técnica, Rio de Janeiro, 1977, 91 p.

ANÍSIO TEIXEIRA, 120 ANOS. ANÍSIO, SEMPRE ATUAL

José Nilton Carvalho Pereira
Membro Benemérito e 1.º Vice-Presidente
do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
Membro Benemérito da Academia Baiana de Educação
Fundador e sócio-mantenedor do Colégio Apoio
Professor de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Redação

Anísio e seu discípulo, o Prof. Hildérico Pinheiro de Oliveira

Não conheci, pessoalmente, o mestre Anísio Spínola Teixeira. Entrei na Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia, em março de 1971, ano da fatídica e misteriosa morte de Anísio Teixeira, encontrado sem vida num poço de elevador no Rio de Janeiro. Não conheci Anísio, pessoalmente, mas convivi, por quase 10 anos, no Conselho Estadual de Educação, com um dos seus principais discípulos, o professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, a quem o saudoso Edivaldo Machado Boaventura chamava "engenheiro-educador", além de reconhecê-lo como um *alter ego* do mestre: "Ensina-se pela experiência", repetia Hildérico, habitualmente, relembrando o mestre Anísio.

Integrei o Conselho Estadual de Educação durante 15 anos (1991-2006). Ali conheci pessoalmente muitos mestres, entre eles

Edivaldo Machado Boaventura, Hildérico Pinheiro de Oliveira e Rômulo Galvão de Carvalho, e inúmeros outros que ainda transitam nessa existência, inclusive muitos educadores integrantes da Academia Baiana de Educação. Nessa época, o CEE-BA funcionou no prédio da governadoria, mais uns 10 anos no palacete Bernardo Martins Catharino (Rua da Graça) e, num prédio alugado, no Rio Vermelho.

Muito aprendi sobre Anísio Teixeira com o prof. Hildérico Pinheiro de Oliveira (água comprida, atual Simões Filho, 12/6/1921 – Salvador, 5/9/2000). Hildérico, professor de engenharia, presidente do CEE-BA, fundador e primeiro presidente do Instituto Anísio Teixeira (IAT). Muito aprendi com o prof. Hildérico, inclusive sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), um tipo de escola integral (teoria e prática), com feições mais humanas e laicas, que vem a se materializar, também, em Salvador, em 1950, com a criação da Escola Parque no bairro da Caixa D'água, ao final do governo Mangabeira, mas por iniciativa de Anísio Teixeira, mais uma vez Secretário Estadual da Educação.

De forma vestibular – com ensinamentos do prof. Hildérico - assimilei um axioma de Anísio, que explica grande parte de sua obra. Anísio dizia e reiterava, segundo Hildérico: **"O maior inimigo do bom é o ótimo."** Eis aí um mantra antiburocracia, pragmático, de um pensador que se afastou o suficiente do cartesianismo francês e abraçou-se, de corpo e alma, com o pragmatismo americano, de origem anglo-saxônica, espelhado por pensadores e educadores como William James e John Dewey, este último de quem Anísio era discípulo-escudeiro.

Esse pragmatismo já havia sido reverenciado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), quando Anísio Teixeira era Secretário da Educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro). O movimento escolanovista inspirava-se no pragmatismo norte-americano, sob a influência – vale repetir - de pensadores como John Dewey, Wlliam James e, antes - muito antes - Émile Durkeim (1858-1917), pensador francês, criador da Sociologia da Educação. O ano de 1932 era simbólico: comemoravam-se os dez anos iniciais da Semana de Arte Moderna em São Paulo (13, 15 e 17 de fevereiro de 1922), a semana de três dias, que implicou o início da libertação da literatura e arte no Brasil.

Entre os redatores do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com 26 signatários, lideravam Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Almeida Júnior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima, Carneiro Leão e, em último, jamais por último, a doce, suave e abstrata Cecília Meireles, que era professora de ofício, mesmo após ter sido expulsa da Escola Normal do Rio de Janeiro, "por insubordinação mental", a mando de um arcaico diretor alemão, que a surpreendeu recitando poemas eróticos de Olavo Bilac (acredite!). Resultado: o diretor é que foi transferido. O baiano Afrânio Peixoto assumiu a direção da escola e Cecília concluiu o curso normal.

É essencial acrescentar que o incansável mestre Anísio Teixeira participou, também, do "Manifesto dos Educadores" (1/7/1959), mais uma vez convocados, em reafirmação ao "Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova" (1932), com a reivindicação de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita, em oposição ao pensamento de setores da igreja católica, sob a liderança do político Carlos Lacerda, o "língua de fogo", um homem que sabia falar com eloquência, portanto um homem perigoso, acompanhando aqui o pensamento do genial Demóstenes, o maior orador grego da antiguidade.

Anísio Teixeira sempre associava teoria e prática. Talvez, por isso, tenha afirmado numa carta ao também educador baiano – prof. Edivaldo Machado Boaventura – que, no Brasil, até os anos sessenta do século XX, somente a Faculdade de Medicina tinha alcançado nível internacional. Anísio fazia oposição ao ensino meramente burocrático. Pra Anísio, o maior inimigo do "bom" é o "ótimo". Realmente, o burocrata quase nada faz porque espera construir o ótimo: o pragmático não perde tempo, vai construindo.

Sabe-se que Anísio acolhia a ciência da Estatística, sem se apaixonar por ela na prática educativa. E o engenheiro-educador Hildérico Pinheiro de Oliveira afirmava, certamente como *alter ego* de Anísio: "Estatística é a ciência que nos ensina como é que um homem de 1 metro e 80 se afoga num rio de um metro e quarenta. Ele se afoga pela média, se não souber nadar e se estiver acompanhado de crianças pequenas que também desconheçam a natação. O que ele quer dizer é que a estatística apenas coleta e analisa os dados que já

foram produzidos na fonte primária da escola. E que não é a essência do processo educativo.

Anísio Teixeira e seu livro O ensino no Estado da Bahia

Eis, agora, uma grande obra: "O Ensino no Estado da Bahia". É um livro-relatório de Anísio Teixeira - um resumo do que ele produziu de 1924 a 1928, quando foi "Diretor de Instrução Pública", hoje "Secretário Estadual de Educação", no governo de Góes Calmon. Sabe-se que Anísio não criou a escola pública no Brasil, mas ajudou a estruturá-la, a desenvolvê-la, a penetrar na alma do processo de ensino e aprendizagem. Em substituição às antigas aulas régias pombalinas, a escola pública foi criada pela Lei Geral do Ensino (15/10/1827) e, por isso, 15 de outubro é o Dia do Professor.

A Lei Geral de ensino, de 1827, mandava abrir escolas em todas as vilas e lugares populosos do país, mas se esqueceram de que era preciso pagar ao professor. Como não havia dinheiro, cada província manteve, apenas duas... três... raríssimas escolas, e as aulas, muitas vezes eram ministradas em salões de grandes fazendas e até em igrejas, ainda com muita herança das aulas pombalinas. Colocando em prática essa lei do ensino - quase 100 anos depois -, Anísio foi, em seu tempo, o grande construtor inicial de escolas na Bahia, tendo sido auxiliado, algumas décadas depois pelo já citado discípulo-educador, prof. Hildérico Pinheiro de Oliveira.

E, como eram as escolas do mestre Anísio? Ainda existe uma, em minha terra, Araci-BA, entre Serrinha e Tucano. Araci, antiga Vila do Raso, encravada no Sertão de Cima ou sertão dos índios Tocós (Índios que dormiam em tocas ou grutas, e não em palhoças, índios mais antigos que os tupis – segundo a saudosa tupinóloga Consuelo Pondé de Sena. Índios que foram empurrados pelos tupis do litoral ao mundo inóspito do interior, onde a lama do massapé cede espaço ao sertão do espinho ("pindá") com árvores tortuosas. Índios tocos, que receberam, posteriormente, pelo seu atraso, o apelido pejorativo de "tapuias".

De modo reiterativo, como era uma escola física de Anísio Teixeira? Para início de conversa, o colégio ficava na frente, e a

residência - geralmente da professora - ocupava o fundo do prédio, guardando a devida distância. Os móveis escolares, de madeira, permitiam que dois alunos convivessem e dialogassem lado a lado. Já existia quadro de giz e janelas, para arejar o ambiente. Ponto de honra: no tempo de Anísio Teixeira, até mesmo quando foi Secretário da Educação do governo Otávio Mangabeira (10/4/1947-31/1/1951), o professor recém-formado não começava ensinando na capital. É o que ainda se faz até hoje com os juízes de direito. No interior, o professor, até por comparação, multiplicava seus conhecimentos e ampliava sua visão da realidade. Como exemplo, a famosíssima mestra Anfrísia Santiago começou dando aulas em Santo Estêvão.

Acrescente-se que Anísio tinha "carta branca" do governador Mangabeira. Daí, suas grandes realizações à época: a) implantou concurso público para professor; b) criou e implementou a Escola Parque (Centro Educacional Carneiro Ribeiro); c) criou os ginásios de bairro (seções): em Nazaré, Colégio Severino Vieira (1948); na Liberdade, o Colégio Duque de Caxias (1948, como ginásio); c) em Itapagipe, o Colégio João Florêncio Gomes, e mais: o Colégio Estadual da Bahia, na av. Joana Angélica - renovado - passou a se chamar Central. Curioso é que o modelo foi copiado, posteriormente, tendo surgido a seção do Rio Vermelho (Colégio Manoel Devoto), em Brotas, o Colégio Góes Calmon; em São Caetano, o Colégio Pinto de Carvalho e uma seção do Instituto Normal da Bahia na idade baixa: o Colégio Alípio Franca. Na mesma gestão, o governador criou o Estádio Otávio Mangabeira (Fonte Nova), construiu o Hotel da Bahia (o mais luxuoso de Salvador, em 1950) a Av. Otávio Mangabeira, ligando o Farol da Barrra a Itapuã. e, mais uma vez, por influência de Anísio criou a Biblioteca Central de Educação e realizou um salão de belas-artes.

Fora da Bahia, entre outras atividades e realizações, Anísio foi Conselheiro da UNESCO para o Ensino Superior (1945-1946). Fundador da Universidade Federal de Brasília (21/4/1962), sob a liderança de Darcy Ribeiro. O próprio Darcy, quando criou os CIEPS no Rio de Janeiro (governo Brizola), reconheceu em mais de uma oportunidade, a influência recebida da Escola Parque, criada por Anísio.

Integrou o Conselho Federal de Educação, deixou acentuadas marcas no INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e na

Universidade do Brasil, futura UFRJ. Após a criação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Decreto n.º 29741/5, de 11/7/1951), o baiano e ministro da Educação, Ernesto Simões Filho levou Anísio para presidir a instituição (1952-1964). Com o advento da Lei n.º11.502/2007, a CAPES ampliou sua missão: passou a fomentar, também, aperfeiçoamento de professores da Educação Básica.

Em 1981, dez anos após sua trágica morte, foi criado o prêmio Anísio Teixeira, que continua a ser oferecido a cada cinco anos. Entre os vencedores (Educação Superior), elevam-se os nomes de Carlos Chagas Filho, Adib Domingos Jatene, Antônio Candido, Darci Ribeiro, João Calmon e, p*ost mortem*, Florestan Fernandes e Milton Santos. Em 2016, na abertura da premiação (Educação Básica), foram contemplados Magda Becker Soares (UFMG/MG), Carlos Roberto Jamil Cury (PUC/MG) e Dermeval Saviani (UNICAMP/SP).

Urge retornar ao livro "O Ensino no Estado da Bahia", com arquivos de inúmeras fotografias da época e dados estatísticos que comprovam a visão de Anísio - de escola integrada -, associando teoria e prática. São fotos de prédio escolar construído em Inhambupe, Santana dos Brejos, Serrinha, Canavieiras, Camisão (Ipirá), Muritiba, Caculé, Cachoeira, Condeúba, Alagoinhas, Santo Amaro, Nazaré das Farinhas, Miguel Calmon, Conceição do Coité, Bom Jesus da Lapa, Pojuca, Bonfim, Itabuna e diversas escolas da capital, em especial, fotos da antiga Escola Normal, quando funcionava na Av. Joana Angélica, onde é hoje o Ministério Público Estadual.

"O Ensino no Estado da Bahia (1924-1928)", cuja cópia rara me foi entregue pelo prof. Hildérico Pinheiro de Oliveira, resultou no último pedido que me fez o mestre, já nos meses finais desta existência. Faleceu no dia 5 de setembro de 2000, no Hospital Português, e o livro só pôde ser republicado em 2001, em edição fac-símile, com a nossa colaboração, com a arte-finalização e patrocínio do Colégio Apoio. Prometi a Dona Jove (esposa) e a Maria Clara, filha de Hildérico e nossa ex-professora, relançar o volume, principalmente para arquivo no Instituto Anísio Teixeira.

Na abertura do livro em fac-símile, uma preciosidade: a apresentação da prof.ª Anna Christina Monteiro de Barros, presidente do Instituto Anísio Teixeira, em setembro de 2000:

> "Pensei, então, em utilizar-me desta oportunidade como forma de homenagear o saudoso professor Hildérico, ressaltando sua trajetória de lutas pela Educação e sua lealdade ao companheiro educador, na defesa intransigente do legado de Anísio Teixeira. E logo percebi que, se pudermos contribuir para divulgação deste Relatório, estaremos todos prestando a ambos, Anísio e Hildérico, uma homenagem póstuma."

Anísio Teixeira e Edivaldo Machado Boaventura: convívio e correspondência

Quase ao final do governo baiano de Luís Viana Filho (1967-1971), o prof. Edivaldo foi Conselheiro Estadual de Educação (desde 1968) e Secretário Estadual da Educação (1970-1971), ano da morte de Anísio Teixeira. Mas houve tempo para uma real aproximação e encontros no Rio de Janeiro, após um rápido conhecimento, em Salvador, na Secretaria de Educação, por iniciativa de Navarro de Brito. De forma sintética, relato aqui duas esclarecedoras correspondências do mestre Anísio ao prof. Edivaldo e indagações do educador feirense:

1. Ao final de 1968, Anísio enviou-lhe a seguinte epístola, em que valoriza a prática do aprender e de como estudar. É um verdadeiro guia prático de ensino e aprendizagem. Era a resposta essencial sobre o livro de Edivaldo, **"Problemas didáticos do ensino superior".**

Rio, 13 de dezembro de 1968.

Meu caro Prof. Edivaldo,

Para que não fiquem dúvidas sobre o nosso primeiro encontro, deixe-me que lhe diga que considero de suma importância os assuntos que feriu em seu trabalho sobre Problemas Didáticos do Ensino Superior, que teve a bondade de me oferecer.

Não há professor de ensino superior que não deva estar familiarizado com todas aquelas ideias, métodos, técnicas, processos e recursos do ensino superior.

O meu ponto de vista é que tudo isso ele, se se destina a ser professor, deve procurar saber e aprender. Mas, como candidato ao magistério superior, é pessoa que já adquiriu uma cultura avançada, devendo dominar, perfeitamente, os métodos de aprender por si – *self learning*. Não há necessidade de um *curso* para isto. A convivência com o ensino (pelos cursos que fez) e o hábito do estudo o habilitam a adquirir por si tudo que o livro pode dar e o restante é questão de prática e de exemplo e de *dotes* pessoais. Como sua carreira vai de *auxiliar* de ensino até *professor pleno* - toda essa carreira é seu curso de como ensinar e como estudar.

Considerando o ensino como algo de paralelo à clínica médica, se ele dominar a sua disciplina, a arte de ensinar lhe virá pela prática; a prática lhe exigirá muita leitura, muitos estudos, muita experimentação e muito interesse pelos exemplos de bom ensino que lhe deem outros professores. Sou mais, e não menos ambicioso, do que v. quando considero o curso especial de didática. Julgo o curso dispensável e, talvez, perigoso, porque pode pretender *formar* professor de ensino superior e este somente se forma pela prática longa e interminável de toda a sua vida de professor.

Hoje todos reconhecem que só se ensina o *como aprender*, ficando *o que deve o aluno aprender* entregue aos seus cuidados e seus esforços. Se assim é, todo o ensino é um ensino de didática, da didática do conhecimento que estiver ensinando. Como posso eu cuidar de didática em si mesma? É evidente que há um sem número de conhecimentos especiais que comporiam a didática – mas esses conhecimentos, como os de filosofia e lógica, são conhecimentos gerais que o professor adquiriu pelos seus estudos. Meu ponto de vista, pois, é simples: se alguém deseja ser professor é que resolveu devotar sua vida a estudar e como estudante é que vai ensinar. Como sua luta por *aprender* fez-se a sua própria vida, não há problema relativo a como aprender de que não tenha experiência. Essa experiência é que o vai guiar na tarefa de transmitir o conhecimento. Em rigor, o que ele transmite é sua experiência de ter aprendido e, dentro dela, a de *como* aprendeu. Tudo isso, portanto, é tão amplo, envolve de tal modo toda a sua atividade, que seu método de ensinar é resultado de sua vivência em aprender e, depois, de tentar ensinar.

Um "curso" poderá lhe dar concentradamente, muito de informação, mas prefiro que a busque por si, estudando. Há toda uma biblioteca para nutri-lo. O mais, o seu hábito de autodidata, palavra que precisamos reabilitar, lhe virá dar.

O seu trabalho, considero-o uma contribuição a cursos de extensão sobre o assunto, que lhe seriam, por certo, muito úteis, mesmo para professores

experimentados. Cursos de extensão são cursos de informação. De vulgarização, de atualização, todos hoje indispensáveis, dentro da explosão de conhecimentos em que estamos envolvidos.

Com os agradecimentos pela sua visita e o abraço do colega e admirador,

Anísio S. Teixeira."

2. Em 22 de março de 1969, outra carta de Anísio a Edivaldo, tratando agora sobre a essência da organização acadêmica, associada à gentileza de chamar o educador feirense de colega:

"Meu caro colega Edivaldo Boaventura:

Estou realmente em falta com o prezado amigo. Sumamente atarefado com tradições, preparo de livros para publicação e – o pior - revisões de traduções alheias, que me dão, às vezes, mais trabalho do que as minhas próprias, retardei-me em responder à primeira remessa do seu índice de "Universidade, Estrutura e Método", que me veio acompanhando do seu trabalho sobre Ordenamento das Ideias na Comunicação Humana.

Agora, recebo sua carta de 19 de abril, pela qual vejo que desejava minha opinião e apreciação. Lembra-se que em sua primeira carta dizia-me que esperava "rever-me quando aí for". Confesso que me reservava, que imaginava utilíssima, pois, hoje também venho pensando muito em nossa universidade.

Acho que o plano do seu livro extraordinariamente interessante. Está claro que não se pode julgar um livro pelo seu índice, mas parece tratar-se de algo compreensivo e particularizado quanto à situação brasileira. Por este lado, é que a sua obra me interessa, pois não me satisfaz apenas o plano ideal do que *deve* ser, mas o de que *pode* ser dentro das condições reais e práticas e, verdadeiramente, *culturais* do país. A imaginação está em desenvolver as potencialidades do possível...

Bem sei que tudo isto parte de um substrato de ideias lúcidas e básicas, as quais, entretanto, não são ideais, mas deverão estar incorporadas *built in*, no comportamento cultural brasileiro. Isto me leva a não ser tão apaixonado quanto muitos pela *simples* mudança de *estrutura*, concebida antes como forma de organização do que como forma de distribuição do poder dentro da organização.

Como sabe, no Brasil, a própria terminologia do ensino superior é ambígua e confusa. "Faculdade" é aqui o mesmo que escola, quando faculdade é, creio que em todo mundo, "colégio de professores de um campo de estudos". Não chegamos também à ideia do currículo, substituindo-o por matérias, cursos e programas, mas tudo rígido, uniforme e imposto por lei, alheio, portanto, à experiência de um processo continuado, a ser concebido e estudado em cada caso. Cada *matéria* hoje envolve uma infinidade de *custos*, a ser definido em cada caso e o *currículo* é que seria a continuação articulada e detalhada desses cursos, cada um dos quais, em seu currículo, teria seu programa ou "sílabas".

A ideia de *departamento*, como setor da faculdade, está a nos chegar, mas receio bem que nos venha com deformações decorrentes de não termos experiência desse órgão como é concebido na organização americana. A institucionalização de nossa vida é toda feita de fora para dentro, daí a sua alienação e consequente deformação. No Brasil, a *real experiência* do ensino superior é a escola ou "faculdade", de medicina que, a despeito de ser isolada, profissional e sujeita à desorganização local, logrou criar a cultura científica médica. Para ela, para seus defeitos e qualidades, é que devíamos olhar para saber o que *poderíamos* fazer com o restante da universidade. Em vez disto, misturamo-la com as outras e estamos em caminho de destruí-la, dentro de planos ideais, que não sei como atuarão na prática.

Nada disto, por certo, afeta o seu trabalho que terá outro caráter. Mas como estou dentro desse empirismo, pensando que a reforma da universidade só pode ser uma mudança nas formas existentes e não *das* formas existentes, não posso me entusiasmar apenas pela formulação do seu plano. A curiosidade imensa provém do que V. puder achar, descobrir e da análise que fizer. Creia-me que serei o mais curioso e devotado leitor do seu livro. Se merecer lê-lo, antes de ser publicado, creio que me interessarei mesmo pela sua publicação, pois o assunto está em cheio dentro das minhas preocupações.

Meu entusiasmo, contudo, com planos ideais e reformas por meio de leis é espantosamente moderado. As ideias são extraordinariamente importantes, mas para ser atuantes têm de estar incorporadas nos modos de ação, nos hábitos de compreensão e sentimento para se transformarem em *motivações* do comportamento individual. Todas que são operantes são isto e daí as chamarmos de preconceitos, prejuízos. Os novos conceitos e juízos têm de se fazer pré-conceitos e pré-juízos para daí mudarem de novo. Isto representa tempo, trabalho, experiência.

Anísio Teixeira, a UNESCO e o Relatório Jacques Delors (Educação Para O Século XXI)

O economista e professor francês - Jacques Delors – foi presidente da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (1992-1996), com iniciativa e patrocínio da UNESCO, o que resultou no livro "Educação, um tesouro a descobrir", de ampla circulação no Brasil, a partir de 1997. Assim, surgiram os quatro pilares com saberes e competências para a educação do século XXI, o que reafirma o pensamento de Anísio Teixeira de associar teoria e prática num processo contínuo de reflexão crítica.

PRINCÍPIO 1: APRENDER A APRENDER: A aprendizagem é um processo continuado de construção e reconstrução do conhecimento, fluindo como um rio em direção ao mar da existência. É preciso reconstruir os modelos do passado, de forma crítica, com roupagem nova e visão de futuro.

PRINCÍPIO 2: APRENDER A FAZER FAZENDO (Ex.: A Escola Parque, de Anísio Teixeira): A contínua evolução das profissões e a atualização do conhecimento tornam essencial abraçar informação e prática, o que já acontece, hoje, habitualmente, nesse nosso universo técnico-digital, em que as aulas híbridas e aulas *online* convivem com a realidade presencial objetiva.

PRINCÍPIO 3: APRENDER A SER: Aqui a educação do século XXI retorna ao mundo grego e aos princípios socráticos do "conhece-te a ti mesmo". É claro: quem não conhece a si mesmo como poderá interpretar o mundo e a realidade exterior?

PRINCÍPIO 4: APRENDER A CONVIVER: O homem jamais será um lobo solitário. Logo, a convivência é essencial, na interação, permuta e reconstrução de sentimentos e valores socioemocionais. É indispensável desenvolver a percepção de cooperação e interdependência para administrar conflitos e participar de projetos coletivos. Há muito, o ser humano deixou de ser apenas o "Penso, logo existo" (*Cogito, ergo sum*), de Descartes. Uma reconstrução atual desse pensamento seria: "Penso, tenho emoções, sou capaz de realizações pessoais objetivas, logo existo." É o homem quântico de Einstein.

Anísio Teixeira e as Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio

Implementadas pela Resolução CNE-3, DE 21/11/2018, as novas diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio refletem a essência do pensamento de Anísio Teixeira ao longo de sua existência de quase 71 anos. Apenas a título de exemplo, consultem-se trechos do art. 5.º e do art. 6.º dessa Resolução:

"Art. 5º O ensino médio em todas as suas modalidades de ensino e as suas formas de organização e oferta, além dos princípios gerais estabelecidos para a educação nacional no art. 206 da Constituição Federal e no art. 3º da LDB, será orientado pelos seguintes princípios específicos:
I - Formação integral do estudante, expressa por valores, aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais;
II - Projeto de vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante;
III - pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos conhecimentos;
IV - Respeito aos direitos humanos como direito universal;
V - Compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas;
VI - Sustentabilidade ambiental; (novidade)
VII - Diversificação da oferta de forma a possibilitar múltiplas trajetórias por parte dos estudantes e a articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, científico, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho;
VIII - Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo;
IX - Indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.
Art. 6º Para fins de obtenção de maior clareza de exposição, ficam definidos os seguintes termos utilizados na presente Resolução:
I - FORMAÇÃO INTEGRAL: é o desenvolvimento intencional dos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais do estudante por meio de processos educativos significativos que promovam a autonomia, o comportamento cidadão e o protagonismo na construção de seu projeto de vida;"

Em sentido conclusivo, convém lembrar a todos os acadêmicos que já integramos o quase bicentenário Conselho Estadual de Educação que, neste ano comemorativo dos 120 anos do nascimento de Anísio Teixeira e em que se reafirma a contínua atualidade de suas ideias relativas do mundo educacional, o CEE-BA aprovou - em 13/7/2020 – a Resolução n.º 43/2020, que concede a Anísio Teixeira o título de Patrono do Conselho Estadual de Educação. Relembre-se que essa Resolução é do dia 13 de julho, ato contínuo ao 12 de julho, data aniversária dos 120 anos de nascimento do sempre festejado mestre.

Acreditamos que a melhor maneira de encerrar esta resenha, seja a bem refletida imagem que a querida filha mais nova Babi (Ana Cristina Teixeira Monteiro de Barros) reitera do pai imortal, Anísio Teixeira:

> O que todo mundo diz (...) e é que os educadores têm que discutir muito as questões que ele levantou e ainda não estão resolvidas. Seja a questão universitária, a da formação do professor, a valorização do magistério ou a questão da escola pública, que ainda não foi superada.

Em tom meio fúnebre, mas que credenciamos como um "PORTAL DA IMORTALIDADE", é essencial recordar que Anísio morreu recolhendo apoio para sua ascensão à Academia Brasileira de Leras, no tempo em que era presidida pelo professor e ensaísta pernambucano, o jornalista Austregésilo de Athayde. Foi encontrado sem vida no poço de um elevador em março de 1971, três dias depois de seu desaparecimento. Isso aconteceu após uma visita à residência do mestre filólogo, lexicógrafo e semanticista que virou nome de dicionário, o multilembrado Aurélio Buarque de Holanda.

REFERÊNCIAS

TEIXEIRA, Anísio. **O ensino no estado da Bahia (1924-1928).** Salvador, 2001, ed. fac-símile, produção e patrocínio: Colégio Apoio, 123pp.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. O Anísio Teixeira que eu conheci. **Revista** da FAEBA. Salvador, n. 5. Seção Depoimento, jan./jun. 1996, p. 5-16

OLIVEIRA, Hildérico Pinheiro de. Anísio Teixeira – cem anos e o direito à educação. **Revista** da Bahia. Salvador, v. 32, n. 31, jul. 2000, p. 92-104.

TEIXEIRA, José Antônio. Anísio Teixeira: 100 anos de pensamento vivo. **Educação**. *Rio de Janeiro, v. 32, n. 101, abr/jul. 2000, p. 5-11*

GONDRA, José. **ANÍSIO TEIXEIRA** – lugares de lembrar. *Núcleo de Comunicação e Educação (Nucom), Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [s/d].*

CEE-BA, **Resolução** n.º 43, de 13 de julho de 2020.

https.//pt.wikipédia.org/wiki/Anisio_Teixeira.

https.//www.capes.gov.br/história e missãp

https.//www.wikipédia.org./wik/Prêmio Anísio Teixeira.

https.//www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro11, p.26.htm

https.//www.google.com/search?wq=manifesto+dos+educadores+de+1959

https.//www.google.com/search?q=inep&rtz=1C1AMFC_enBR877&oq=inep&aqs=chrome.

AS DISPOSIÇÕES PIAS E O BEM MORRER NA AMÉRICA PORTUGUESA (CACHOEIRA, SEC. XVIII)

Tânia Maria Pinto de Santana
Doutora e Mestre em História Social
Professora da UFRB

Resumo
Este artigo analisa as disposições pias dos moradores da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e dos seus termos. As fontes sobre as quais nos debruçamos foram os seus testamentos, redigidos ao longo do século XVIII. Busca-se, através desta análise, compreender as práticas de bem morrer observadas nos testamentos – especificamente os legados pios (pedidos de mortalhas, procissões, missas fúnebres, sepulturas e sufrágios). Investigamos o registro das suas últimas vontades, relativas à salvação de suas almas e à abreviação do tempo de purgação delas no Purgatório. Através da análise dos legados pios solicitados pelos moradores da vila e dos seus termos, também pretendemos analisar o papel desempenhado pela comunidade paroquial nas relações estabelecidas por tais sujeitos em seu processo de inserção social, tendo em vista que é no espaço das igrejas matrizes e das capelas filiais que tais legados pios são realizados.
Palavras-chave: Morte; catolicismo; legados pios; América Portuguesa; Cachoeira.

Abstract
His article analyzes the lay provisions of the residents of the Village of Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira and its terms. The sources on which we dealt with were his wills, written throughout the eighteenth century. Through this analysis, it is sought to understand the practices of well-being observed in the wills - specifically the legacies pious (requests for shrouds, processions, funeral masses, graves and suffrages). We investigate the record of their last wills concerning the salvation of their souls and the abbreviation of their

purging time in Purgatory. Through the analysis of the legacies pios requested by the villagers and their terms we also intend to analyze the role played by the parish community in the relations established by these subjects in their process of social insertion, considering that it is in the space of the parish churches and the chapels branches such pious legacies are realized.
Keywords: *Death; Catholicism; legacies pios; Portuguese America; Cachoeira.*

A Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira pertencia à região denominada como Recôncavo, que estava situada ao redor da Baía de Todos os Santos, um grande braço de mar que adentra a linha costeira tropical, formando uma baía de cerca de oitenta quilômetros de comprimento (SCHWARTZ, 1988, p. 77). A vila, pertencente à capitania da Bahia, era um importante entreposto do comércio inter-regional em meados do século XVIII. Boiadeiros vindos do sertão passavam por seus arredores a caminho de Salvador. Seu porto mantinha-se em intensa atividade. Navios e barcos atracados no rio Paraguaçu recebiam cargas de açúcar, fumo, algodão, couro e ouro vindo de regiões mais distantes. Ali também se descarregavam mercadorias vindas da Europa, como tecidos, ferramentas e outras manufaturas que os comerciantes da vila enviavam para o interior da região (BARICKMAN, 2003, p. 102). A proximidade de Salvador, o mais importante centro do comércio colonial até o século XVIII - ponto de convergência e irradiação de rotas marítimas e terrestres do Atlântico Sul e sede do poder político na colônia até meados deste século - ampliou, ainda mais, o prestígio de Cachoeira. Na segunda metade do século XVIII a expansão do comércio de exportação do fumo favoreceu o desenvolvimento econômico da vila. Ali se produzia e se embarcava o tabaco exportado para a Europa, especialmente para Gibraltar, Lisboa, Porto, Marselha, Hamburgo, Liverpool e, principalmente, para a costa da África (REGINALDO, 2005, p. 66).

A região vinculada à Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira compunha-se de oito freguesias ou paróquias. Freguesia e paróquia são termos equivalentes no século XVIII, em Portugal e nos seus domínios ultramarinos. Designam um território subordinado à jurisdição de um pároco ou vigário. Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, os territórios subordinados à jurisdição de um

pároco são designados de paróquias e os fiéis a eles vinculados são designados fregueses (BLUTEAU, 1789, 1789, tomo 1, p. 636; tomo 2, p. 161; VIDE, 2010, p. 127-128). A Vila de Cachoeira pertencia à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira (fundada em 1668). Os seus termos[1] abrangiam as freguesias de São Tiago Maior do Iguape (séc. XVI), de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo (1682), de São Pedro do Monte da Muritiba (1705) ,de São Gonçalo dos Campos da Cachoeira (1618), de São José das Itapororocas (1657),de Santa Ana do Camisão (1751) e de Santo Estevão do Jacuípe (1751) (SILVA, 2000, p. 67-73; BLUTEAU, 1789, tomo 2, p. 454). Nessas freguesias, essencialmente rurais, residia uma parte significativa da população livre e liberta, em diferentes unidades produtivas, com seus escravos e agregados (BARICKMAN, 2003, p. 38). A atividade agrária das freguesias, pertencentes ao recôncavo, era voltada para três tipos de lavouras: cana – destinada à produção do açúcar em seus engenhos -, fumo e mandioca. Nas freguesias do sertão de baixo – as três últimas citadas acima - a pecuária foi atividade essencial (BARICKMAN, 2003, p. 40; SANTANA, 2016; SILVA, 2015).

Neste artigo a proposta é a análise de testamentos de moradores dessa região para compreender as práticas de bem morrer nelas observadas, em especial o registro das últimas vontades daqueles sujeitos, relativas à salvação de suas almas e à abreviação do seu tempo de purgação no Purgatório. O testamento esteve, desde as suas origens vinculado à partilha da herança do testador. Ao longo da história do Ocidente, as regras de sucessão e de herança foram definidas pelo direito sucessório que, progressivamente, diminuiu o poder dos defuntos sobre os seus bens, evitando a fragmentação do patrimônio familiar, através do direito de testar sobre parte dos seus bens, que lhe era facultado pela lei. Dentre as mudanças observadas, Herminia Vilar destaca a definição de uma quota da qual o testador poderia dispor livremente, sem pôr em risco a sobrevivência dos vivos. A instituição dessa prática teria sido anterior à cristianização e visava a consagração do direito individual à utilização livre de parte do patrimônio, representando "um compromisso entre a vinculação patrimonial germânica e a plena disposição dos bens no direito romano". Em Portugal, a quota destinada à livre disposição do testador já aparece restrita à terça parte dos bens

desde a Baixa Idade Média, sendo denominada como terça (VILAR, 1995, p. 115-117). A cristianização teria promovido uma reorientação dos seus objetivos, "transformando aquela [quota] num meio de assegurar o sufrágio eterno por alma e o cumprimento do princípio cristão da caridade para com os mais necessitados", através dos legados pios que consistiram num conjunto de práticas destinadas à salvação da alma do testador. A enunciação dos legados pios dividia-se em duas partes. A primeira remete aos ritos fúnebres do testador: mortalha, exposição, acompanhamento, cerimônia religiosa e enterro; a segunda às missas por intenções e devoções, esmolas a instituições ou pessoas (CARDOSO, 2010, p. 2).

A comunidade paroquial, os legados pios e a busca pela salvação da alma

A proximidade da morte e a busca pela salvação da alma parecem ter sido a preocupação maior que resultou na redação de testamentos nas sociedades da Europa Moderna (ARIÈS, 2012; VOVELLE, 1997; LE GOFF, 1995). No que diz respeito a Portugal, temos os trabalhos de Ana Cristina Araújo (1997, p. 442) e de Manuela Martins Rodrigues (1997, p. 73), dentre outros – a primeira analisando os testamentos de Lisboa, e a última, os testamentos do Porto – que remetem à importância do testamento enquanto instrumento para a salvação da alma, nas sociedades por elas estudadas. Costa (2007, p. 339) pesquisou os testamentos da Ilha de São Miguel, nos Açores, onde esta função foi igualmente identificada, assim como constatou Norberto em estudos relativos a Braga (2014, p. 130). Testamentos redigidos na América Portuguesa, ao longo dos séculos XVI e XVIII, apresentam as mesmas motivações (REIS, 1991; RODRIGUES, 2005; MATTOSO, 1979). Naqueles documentos destacavam-se fundamentalmente as disposições relacionadas à salvação da alma do testador - relativas às cerimônias fúnebres, aos sufrágios, a legados pios - e foram secularmente incentivadas pelo clero.

Segundo Rodrigues (2005, p. 101), "a instituição eclesiástica procurava insistir em que o testamento estivesse subordinado aos objetivos soteriológicos, ainda que fosse um instrumento de transmissão de herança". Manuais de "bem morrer", eram redigidos no Ocidente, visando preparar o fiel para o momento da morte. A crença de que, nesse momento ocorria o julgamento da alma do fiel e o combate entre demônios e anjos pela posse da mesma espalhava um certo clima de agonia, e os manuais insistiam na necessidade de tal preparação através dos sacramentos, orações e ritos realizados pela Igreja. A partir do século XVI - sob a influência do Concílio de Trento, que estimulou a conduta piedosa ao longo da vida como pré-requisito para a salvação -, os manuais de "bem morrer" tendem a insistir na necessidade da preparação para a morte antes da "hora da agonia" e não apenas nos derradeiros momentos de vida. Eles passaram a preparar o fiel através de práticas realizadas ao longo de sua vida, como a meditação sobre a morte pela visualização de imagens e leitura de livros de horas, a realização de sufrágios ainda em vida e a redação de testamentos como forma de preparação da alma através da disposição dos seus bens visando beneficiá-la. Esses manuais forneciam o roteiro e as normas necessárias à "boa morte" (RODRIGUES, 2005, p. 53-6). Um dos manuais mais populares em Portugal foi o do Padre Estevão de Castro, breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão (CASTRO, 1627). Segundo Araújo (1997, p. 164) este manual teve onze reedições entre 1621 e 1724, o que revela sua ampla aceitação e divulgação. Os testamentos dos moradores da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e dos seus termos, que compõem a nossa amostragem, seguem, em sua maioria, o modelo proposto pelo Padre Estevão de Castro (SANTANA, 2016, p. 90).

As disposições relativas aos legados pios, feitas pelos testadores da Vila da Cachoeira e dos seus termos, fornecem importantes pistas sobre as relações estabelecidas por esses sujeitos nas suas comunidades paroquiais, pois era nelas que tais legados eram cumpridos. Os testamentos que serão analisados neste texto integraram o *corpus* principal da minha pesquisa de doutorado, na qual desenvolvi a análise de um conjunto de 93 testamentos de moradores da vila de Cachoeira e dos seus termos, entre 1701 e 1800[2]. Sermões, obras de caráter doutrinal

como os catecismos, cartilhas e manuais utilizados na catequese, bem como outras destinadas à devoção e à espiritualidade, datadas entre os séculos XVII e XVIII, também foram utilizados como fontes para este trabalho voltado para o estudo da pedagogia da caridade cristã e de sua disseminação no contexto da América Portuguesa, mais especificamente da Vila da Cachoeira e dos seus termos (SANTANA, 2016).

Os sujeitos das sociedades coloniais vivenciaram experiências significativas em seu cotidiano, a partir da comunidade paroquial. No século XVIII, na Bahia, a vida social dos sujeitos se iniciava e se encerrava na paróquia, que não existiu sem as suas capelas para o culto, onde a pia batismal e o cemitério marcavam a entrada e a partida dos fiéis desta comunidade local, respectivamente. Através das paróquias ou freguesias, o clero prestava, no contexto da cristandade, assistência ordinária às necessidades dos fiéis nela inseridos. Organizadas enquanto espaços menores, subordinadas à diocese, as paróquias permitiram à Igreja um controle hierárquico das populações locais, ao mesmo tempo em que proporcionavam aos leigos um viver eclesial através da participação, obrigatória, nos ritos sacramentais (SILVA, 2000, p. 50-1). Em suas matrizes e capelas filiais, também funcionaram inúmeras irmandades – instituições destinadas à devoção aos santos e à prestação de assistência aos seus membros. Um sentido de pertencimento a uma comunidade local foi sendo construído, sob a mediação do clero paroquial, representado pelo pároco e seus auxiliares, dentro dos limites espaciais das freguesias. Segundo Silva (2000, p. 51), a relação clero e fiéis corporifica a Igreja, e a paróquia é o lugar onde esta relação se exercita. Ela também ocupou um lugar de destaque na mediação das relações entre Estado e sociedade, no mundo moderno. Segundo Paiva (2006), a rede paroquial funcionou como instrumento de mediação entre o centro político e as sociedades a ele subordinadas. Para este autor, a Igreja e seus bispos possibilitaram a afirmação da autoridade do centro político não apenas através do seu sistema de crenças, como também através da "capacidade de penetração espacial que a rede de paróquias possibilitava," transformando a Igreja, através do seu aparelho diocesano, num "instrumento fundamental de mediação da comunicação na época moderna" (PAIVA, 2006, p. 172). A despeito do uso da paróquia enquanto instrumento de reforço à hierarquia

e ao controle social, ela esta teve uma importância significativa na consolidação do lugar dos sujeitos nas suas comunidades locais, na construção das suas referências sociais e culturais, nas suas ideias de pertencimento e identidade. O desejo de continuar a pertencer, de se manter na comunidade se fez presente - mesmo quando o destino era a transcendência - através da realização dos seus legados pios, bem como da conquista de uma sepultura nas suas igrejas matrizes e capelas filiais.

O direito ao enterro cristão e aos sufrágios era reconhecido pela monarquia portuguesa, que assegurava aos seus súditos o cumprimento das disposições pias em favor da sua alma, mesmo quando o seu testamento fosse anulado pelo não enquadramento em algum aspecto da legislação (Ordenações Filipinas, 1985, p. 1056)[3]. O sepultamento dos fiéis em sua respectiva freguesia, acompanhado do seu pároco, estava prescrito nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, assim como os demais rituais que compunham este ato, como as missas e ofícios de corpo presente (VIDE, 2010, p. 432-450). Caberia ao pároco encomendar, acompanhar e enterrar o defunto, sob pena de pagarem multa de 1000 réis, quando não o fizessem ou não nomeassem outro sacerdote para fazê-lo, em caso de legítimo impedimento. Mesmo em caso de sepultamento em outra igreja que não fosse da sua freguesia ou em mosteiro religioso, caberia ao pároco fazer o ofício de encomendação, como os demais de acompanhamento do corpo (VIDE, 2010, p. 435).

Os legados pios dos moradores da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e dos seus termos

Em sua maioria, os testadores de Cachoeira e dos seus termos manifestaram desejos muitos específicos, relativos aos seus legados pios, informando sobre o local e a forma como pretendiam ser acompanhados até à sepultura, bem como as missas a serem celebradas. Em seguida, apresentaremos alguns dados relativos aos legados pios dos moradores da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e dos seus termos. Os dados remetem à escolha das vestimentas (mortalha), a composição do cortejo fúnebre (procissão), aos locais de

sepultamentos, às missas e ofícios de corpo presente, assim como aos sufrágios – missas em favor da alma - solicitados pelos testadores.

No que diz respeito ao tipo de mortalha, verificamos que 89 (95,7%) dos 93 testadores da vila e dos seus termos pesquisados determinaram o tipo de mortalha com a qual pretendiam que seu corpo fosse envolvido no momento da morte. Apenas três testadores não fizeram menção a esse procedimento e um delegou essa escolha ao seu testamenteiro, totalizando quatro testadores (4,3%). Do total, 56 testadores (60,2%) escolheram ser amortalhados no hábito de São Francisco. A predominância da mortalha franciscana pode ser explicada, segundo João Reis, pela tradição que acompanha o seu uso em Portugal. Suzana Costa observou, por exemplo, a sua predominância entre os testadores da Ilha de São Miguel, nos Açores, Ana Cristina Araújo a identificou entre os de Lisboa e Tiago Norberto a observou em Braga. (COSTA, 2007, p. 403; ARAÚJO, 1997, p. 310-311; NORBERTO, 2014, p. 135). A iconografia franciscana disseminou a crença no poder do santo para resgatar almas do Purgatório, o qual visitava periodicamente, com essa finalidade (REIS, 1991, p. 117).

O hábito de Nossa Senhora do Carmo foi o segundo mais escolhido, 21 testadores (22,6%) fizeram essa opção, mas é preciso salientar que os testadores que o escolheram eram membros da Ordem Terceira do Carmo da Vila de Cachoeira ou mantinham algum vínculo com o Convento de Nossa Senhora do Carmo. Alguns testadores, quatro deles (4,3%), deram a opção de uso de um desses dois hábitos. Ser envolto num lençol branco foi o desejo de outros cinco testadores (5,4%). Dentre os que manifestaram tal desejo, três eram libertos – dois crioulos e um africano, daí o uso do lençol branco poder estar relacionado à manutenção da sua cultura ancestral[4]. Um outro testador que fez essa opção, José Rodrigues de Amorim, um ourives morador na vila da Cachoeira, sofria com uma doença contagiosa, o que pode ter influenciado sua escolha[5]. Três testadores (4,3%) solicitaram vestes ligadas à sua atuação em vida. Dois eram padres que pediram para serem enterrados com suas vestes sacerdotais. Juiz de fora da vila de Cachoeira, entre julho de 1770 e fevereiro de 1777 – data da sua morte -, João da Mota Magalhães solicitou ser enterrado com o corpo envolto no hábito da Ordem de Cristo, da qual era professor[6].

As informações relativas ao cortejo fúnebre nos testamentos de Cachoeira remetem à importância dada à presença do pároco, às presenças dos demais sacerdotes e das irmandades naquela sociedade. Mais da metade dos testadores pediu para ser acompanhada à sepultura pelos párocos ou vigários[7] da sua freguesia). A solicitação da presença de outros sacerdotes foi ainda maior, com 86 testadores (80,4%) assim a requerendo. O número de sacerdotes solicitados variou entre 03 e 12, foram requeridos membros do clero paroquial, mas também do clero regular, principalmente os carmelitas do Convento do Carmo, da vila de Cachoeira. A presença de irmandades foi solicitada, em Cachoeira, em 39,8% dos cortejos fúnebres – totalizando 43 testadores -, o que evidencia a sua importância na organização da sociabilidade nessas comunidades. A assistência no momento da morte se constituiu numa das funções mais importantes dessas instituições. A Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios dos Homens Pretos da Nação Gege, ereta na igreja do Convento do Carmo da Vila de Cachoeira, determinava, no capítulo XIV, o seu compromisso de que todos os irmãos fossem obrigados a acompanhar os irmãos falecidos em seu cortejo fúnebre, com suas velas ou tochas, e com suas capas. Este direito era estendido aos filhos dos irmãos, até a idade limite de 12 anos, sem necessidade de pagamento de esmola. Pessoas que não fossem membros da irmandade também poderiam ser por ela acompanhados, se assim quisessem, mas era preciso que se pagasse previamente ao tesoureiro 2$000 réis de esmola[8]. A Irmandade de Santa Ana, ereta no mesmo convento, fazia as mesmas recomendações em relação ao acompanhamento de seus defuntos, mas, no caso dos filhos dos irmãos, esse direito seria concedido apenas aos que tivessem até sete anos, e aos demais se cobraria a esmola costumada, assim como às pessoas que não fossem irmãs da confraria[9].

A presença dos padres nos cortejos fúnebres, em Cachoeira, foi requerida por 10 (9,7%), dos 93 testadores pesquisados. Os testadores de Cachoeira que nada informaram sobre o seu cortejo fúnebre e os que deixaram sua organização a critério dos seus testamenteiros totalizam 18 (17,2%). No geral, os testadores de Cachoeira demonstraram grande preocupação com os seus rituais fúnebres, solicitando em seus cortejos o acompanhamento do pároco, de vários sacerdotes – o número de

sacerdotes variava entre três e doze - e de irmandades. Essa preocupação com o cortejo fúnebre pode ser associada ao temor em relação ao destino da sua alma. Segundo a doutrina da Igreja, os padres velavam o corpo para salvar a alma do Inferno, se possível do Purgatório (REIS, 1991, p. 142), e assim, quanto maior o seu número, mais seguros se sentiriam os testadores. Esses pedidos também evidenciavam a importância da crença na intercessão dos eclesiásticos junto aos santos, em favor das suas almas. Os padres, por outro lado, não gozavam do mesmo prestígio em Cachoeira, a despeito da a própria Igreja insistir na importância da sua intercessão pelas almas dos defuntos. Também não desfrutavam de prestígio nos cortejos fúnebres da Ilha de São Miguel, nos Açores, onde eram pouco requisitados, enquanto os párocos, por outro lado, eram significativamente solicitados. Em Braga, de onde vieram muitos portugueses que se fixaram no recôncavo baiano, Norberto (2014, p. 163; 167) identificou um padrão semelhante, entre 1701 e 1780, com raras solicitações da presença dos padres nos cortejos fúnebres – sobretudo a pedido dos mais ricos – e significativa solicitação da presença dos sacerdotes. Segundo Suzana Costa (2007, p. 407-408) "se a mediação eclesiástica é imprescindível, é melhor que ela resulte de quem conhece os segredos íntimos e não daqueles com quem não há um passado em comum [...]". Segundo Ariès (2014, p. 218-219) "a procissão solene do cortejo tornou-se, desde o século XIII, a imagem simbólica da morte e dos funerais", e os padres adquiriram o monopólio remunerado do transporte do corpo.

No que diz respeito ao local do sepultamento, do total de 93 testadores analisados, 41 (44%) de Cachoeira pediram para ser inumados na igreja matriz da sua freguesia (Tabela 3). Outros 19 testadores (20,4%) recomendaram capelas filiais de suas freguesias. Estes dados podem ser um indício da importância dessa presença física da Igreja, através da paróquia, no cotidiano daqueles sujeitos e do papel dos párocos na propagação do discurso relativo à salvação da alma. Os conventos -franciscano, no Paraguaçu; carmelita, na vila, e o Seminário de Belém, dos jesuítas, foram escolhidos, juntamente com a Ordem Terceira do Carmo, como local de sepultamento, por 21 testadores (22,5%). Apenas 12 testadores (12,9%) não informam ou deixam a escolha do local do sepultamento ao encargo de seus testamenteiros.

A solicitação de sepulturas em locais distintos das igrejas matrizes e de suas capelas filiais, ou fora da sua paróquia, não foi proibida. Mas as pessoas que faziam essa opção eram obrigadas a solicitar a licença do pároco e também a pagar o que lhe era devido. Entre os testadores analisados encontramos Manoel da Silva Teixeira, que solicitou que seu corpo fosse sepultado no Convento de Santo Antônio do Paraguaçu. Manoel sabia que a realização desse ritual, da forma como se estabelecia, dependia da prévia autorização do pároco da sua freguesia, então ele solicitou ao testamenteiro que àquele pedisse licença prévia, pagando-lhe também os seus direitos paroquianos[10]. Estas últimas escolhas remetem à penetração das ordens regulares nessa região. O papel daquele clero regular foi igualmente significativo na propagação dos legados pios na América Portuguesa, tendo em vista a sua atuação entre os leigos das localidades próximas aos seus conventos.

As missas de corpo presente foram tão importantes quanto o cortejo fúnebre e o enterro. Segundo Ariès (2014, p. 228) "durante meio milênio, do século XII ao XVIII, a morte foi essencialmente oportunidade de missas". Nos testamentos de Cachoeira, as missas e ofícios de corpo presente foram rituais litúrgicos amplamente solicitados. Entre os testadores, 82 (88,2%) solicitaram essas missas e 11 (11,8%) não informaram ou as deixaram ao encargo do testamenteiro. Os que solicitaram, no geral, não determinavam o número de missas a serem celebradas, mas pediam que fossem realizadas por todos os sacerdotes. presentes em seu funeral. Manoel de Araújo Mota foi um dos poucos testadores que fixaram o número de missas de corpo presente. Ele pediu que fossem celebradas 100 missas, além de um ofício de corpo presente[11].

A segunda parte da enunciação dos legados pios - que remete às solicitações de missas por intenções e devoções, esmolas a instituições ou pessoas -, também esteve intensamente presente nas disposições dos testadores de Cachoeira. Os pedidos de missas em favor das almas foram significativos. Estes dados indicam a importância dada à salvação da alma naquela sociedade e, principalmente, à preocupação em abreviar o tempo de purgação dos pecados no Purgatório, adentrando assim o Paraíso. A salvação era uma dádiva que o homem apenas poderia garantir em vida, a partir do ingresso na comunidade cristã, através

da justificação da sua alma pelo sacrifício de Cristo. O homem salvo era identificado pela prática do amor a Deus e ao próximo, sinais da presença de Cristo nesses sujeitos – manifesta pelos dons da fé, da esperança e da caridade. Porém, embora com justificativa o cristão não era liberado do julgamento final, momento em que as suas obras terrenas seriam avaliadas por Cristo. O Purgatório seria o destino de todos aqueles cujos pecados ainda precisariam ser totalmente remidos e, por isso, a intercessão dos vivos e dos santos era um importante meio de diminuição desse tempo de purgação. Nem sempre era possível, ao cristão, em vida, garantir a passagem direta para o Paraíso. Deixar intercessores na terra era fundamental, pois suas preces - juntamente com a intercessão dos santos -, serviriam para abreviar o tempo de purgação dos pecados.

A solicitação de missas em favor da própria alma se manteve como um dos instrumentos mais recorrentes na busca pela salvação, em Cachoeira, ao longo de todo o século XVIII. Além das solicitações de missas em favor da própria alma, outro gesto igualmente significativo no conjunto dos legados pios foi a solicitação de missas em favor da alma de outros cristãos. Este gesto - recomendado na sétima obra de misericórdia espiritual -, para além de contribuir na diminuição do tempo de purgação dos pecados das almas contempladas, também favorecia a diminuição do tempo de purgação da alma do próprio testador, concessor da dádiva.

Verificamos uma grande incidência de solicitações de missas em favor das almas dos pais dos testadores. Este tipo de solicitação superou, inclusive, as destinadas às almas do Purgatório, na segunda metade do século XVIII. Entre os mais próximos dos testadores, não apenas os pais foram lembrados. Cônjuges, parentes consanguíneos e espirituais, escravos e outras pessoas – amigos, antigos senhores, credores ou os genericamente identificados como "seus defuntos" - que integravam a comunidade local também foram alvos de tais solicitações. Somados, eles superaram as almas do Purgatório nas solicitações de preces em favor de suas almas, perfazendo um total de 74,6% dos pedidos feitos ao longo de todo o século. Na segunda metade do século, o decréscimo no pedido de missas pelas almas do Purgatório foi acompanhado de crescimento dos pedidos pelas almas dos mais próximos.

Uma das características da instituição de legados pios em Cachoeira foi a sua longevidade. Os dados aqui apontados – tanto os relacionados à redação do testamento, quanto à composição dos legados pios neles instituídos – remetem à manutenção, naquela sociedade, das práticas relacionadas à busca pela salvação da alma, ao longo do século XVIII. Rodrigues (2005, p. 101) e Martins (2009, p. 261-262) constataram o mesmo comportamento nos testamentos do Rio de Janeiro. Estudos desenvolvidos por Mattoso (1979, p. 29) e Reis (1991, p. 92) identificaram a preservação dessas práticas em Salvador, em testamentos do século XIX, inclusive naqueles redigidos por libertos. A manutenção da função religiosa dos testamentos não significou, porém, a sua imutabilidade. As transformações que marcaram o Império Português, especialmente na segunda metade do século XVIII, relacionadas, principalmente, às ligações entre poder civil e o poder religioso, exerceram influência significativa sobre o ato de testar. Araújo (1997, p. 304-305), Tiago Norberto (2014, p. 168-169) e Costa (2007, p. 478) identificaram, inclusive, uma diminuição da instrumentalização religiosa dos testamentos redigidos em Portugal e nas Ilhas dos Açores, nas últimas décadas do século XVIII, que associaram a tais transformações.

O século XVIII foi um século de transformações nas relações entre o poder civil e o poder religioso em Portugal, provocando, de certo modo, o desprestígio das ordens regulares e uma maior intervenção do poder civil sobre a vida religiosa dos leigos, visíveis nas várias partes do Império Português e também em Cachoeira. Mas este foi, igualmente, o século da intensificação da vida paroquial em Cachoeira, com o surgimento de novas paróquias e o crescimento das irmandades, que foram instituições muito importantes para o cumprimento dos legados pios. Talvez este seja mais um dentre os vários fatores que ajudam a explicar a longevidade da solicitação dos legados pios nos testamentos de Cachoeira, ao contrário do que aconteceu nas sociedades europeias, onde a transformação do testamento em exclusivo instrumento de transmissão da herança acelerou-se no século XVIII.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Cristina. **A morte em Lisboa:** atitudes e representações (1700-1830). Lisboa: Editorial Notícias, 1997

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano:** açúcar, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLUTEAU, Padre Rafael. **Dicionário** da língua portuguesa. [Reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva / natural do Rio de Janeiro]. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeu Ferreira, 1789.

CARDOSO, Cristiano. Legado pio e esmola na testamentária da freguesia de Alvarenga (Lousada): 1745-1799. In **Revista** do Município de Lousada (Suplemento do Patrimônio). Ano 11, nº 75, maio/ 2010.

CASTRO, Estevão. **Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão**, com recopilação das matérias de testamento e penitência, várias orações devotas, tiradas da Escritura sagrada e do Ritual Romano de N. S. P. Paulo V. Lisboa: Matheus Pinheiro, 1627.

COSTA, Suzana Goulart. **Viver e morrer religiosamente:** Ilha de São Miguel, século XVIII. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2007.

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**. Lisboa: Estampa, 1995.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX:** uma fonte para o estudo de mentalidades. Salvador: UFBA, 1979.

MARTINS, William de Souza. **Membros do corpo místico**: ordens terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700-1822). São Paulo: EDUSP, 2009.

NOBERTO, Tiago Gonçalves Ferraz. A morte e a salvação da alma na Braga setecentista. **Tese** de doutorado em História apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal, 2014.

Ordenações Filipinas (OF). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Fac-simile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870.

PAIVA, José Pedro. **Os bispos de Portugal e do Império 1495-1777**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

REGINALDO, Lucilene. Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidade africana na Bahia setecentista. **Tese** de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além:** a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Manuela Martins. Entre o temor e a confiança: o medo da agonia e a presença do Purgatório nos discursos testamentários portuenses 1650-1749. In: Os "últimos fins" na cultura ibérica (sec. XV-XVIII). **Revista** da Faculdade de Letras – Línguas e Literatura. Universidade do Porto. Anexo VIII. Porto, 1997.

SANTANA, Tânia Maria Pinto de Santana. Charitas et misericórdia: as doações testamentárias em Cachoeira no século XVIII**.** 2016. **Tese** de doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SILVA, Cândido da Costa e. **Os segadores e a messe:** o clero oitocentista na Bahia. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Livro IV, Título XLV, n. 812-815. Estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. **A vivência da morte no Portugal medieval**: a Estremadura Portuguesa (1300-1500). Cascais: Redondo, 1995.

VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História:** fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997.

COLONIZAÇÃO BRANCA NA BAHIA MONÁRQUICA

Antonietta d´Aguiar Nunes
Profª Adjunta de História da Educação – FACED/UFBA
Historiógrafa do Arquivo Público da Bahia

Resumo
O artigo pretende relacionar como se deram as tentativas de colonização europeia no Estado da Bahia, durante o período abrangido pelo Brasil Reino e Brasil Imperial. As primeiras colônias - a Leopoldina e a do rio da Salsa -, fundadas em 1818, no sul do Estado, e a vinda do suíço Auguste-Frederic Meuron a Salvador, onde fundou, em 1819, uma fábrica de rapé, foram as estabelecidas durante o Brasil Reino (1815-1822). Já no Brasil Império tivemos duas colônias sob d. Pedro I, um grupo de açorianos e italianos chegados durante o período regencial e outras colônias no governo de d. Pedro II. No final do período, em 1888, surgiu a Inspetoria de Terras e Colonização, que criou um burgo agrícola na ilha de Itaparica, com colonos estrangeiros e nacionais. Todas essas tentativas, infelizmente, acabaram não prosperando e não deixaram marca relevante na história baiana.
Palavras-chave: Colonização; Brasil reino; Brasil Imperial; Colonos; História baiana.

Abstract
The article intends to point the attempts of European colonization in Bahia during Brazil Reign and Brazil Empire. During Brazil Reign (1815-1822) were founded the two first colonies: Leopoldina and Rio da Salsa in 1818 at the south of Bahia, and the swiss Auguste-Frederic Meuron came to Bahia and founded a snuff fabric in 1819. In the imperial period, with D. Pedro I (1822-1831) there two colonies and some others during the government of D. Pedro II. In 1888 surged the Land and Colonization Inspectorate that created an agricultural

colony at the island of Itaparica with national and foreigns colonists. All these attempts, unfortunately, did not prosper and they did not left a relevant mark in bahian history.
***Keywords**: Colonization; Brazil kingdom; Imperial Brazil; Settlers; Bahian history*

Com as frequentes rebeliões escravas de início do sec. XIX, com as ideias constitucionalistas e liberais cada vez mais discutidas naquele século, com a reprovação moral que o país vinha sofrendo por parte da Inglaterra e outros países, por ainda manter o regime escravista de produção, o governo brasileiro começou a pensar na possibilidade de incentivar a colonização do país por elementos europeus que substituíram o trabalho escravo pelo trabalho livre em nossa agricultura e indústria.

Houve algumas primeiras tentativas, nem sempre bem sucedidas, e com as secas que assolaram o Nordeste, a partir da segunda metade do mesmo século, pensou-se também em estabelecer colônias, onde fossem alocados os refugiados da seca. Tivemos, portanto, como bem lembra Amaral (1918, p.93), duas espécies de colonização tentadas pelo governo: a de estrangeiros e a de nacionais.

Início de colonização europeia na Bahia

A primeira colônia de imigrantes europeus fundada na Bahia foi a chamada **Colônia Leopoldina**, na margem do rio Peruíbe, em Vila Viçosa (atual Nova Viçosa), comarca de Canavieiras. Para ela foram trazidos, em 1818, colonos alemães e suíços, para plantarem café. Só que, sete anos depois de criada, em 1825, as terras dessa colônia foram repartidas em lotes particulares e seus donos passaram a utilizar a mão de obra escrava, como era hábito na época, para produzirem e exportarem o café. Por utilizar mão de obra escrava, foi descaracterizada como colônia europeia de trabalhadores livres, por volta de 1850. Existiam então, ali, 43 fazendas de café que pertenciam a alguns brasileiros, a suíços, a prussianos, a hanoverianos etc. Em 01/03/1861, o então presidente da província baiana, Antonio da Costa Pinto, informou em sua Fala à Assembleia Legislativa Provincial que: “A Colônia

Leopoldina, no Sul, não existe mais, pois está toda transformada em fazendas de café de ricos proprietários, quase todos estrangeiros; aí nessas fazendas trabalham seguramente 2.000 escravos". Sabe-se que depois da Abolição, em 1888, os antigos escravos, mais maltratados por aqueles senhores brasileiros, não quiseram ficar na terra: foram-se das plantações, e a falta de mão de obra arruinou os proprietários, que também acabaram por abandonar a região.

Por volta de 1818 foi também estabelecida a **Colônia do Rio da Salsa,** com o objetivo de promover a navegação do rio Salsa, afluente do rio Pardo, estabelecendo-se povoações para a manutenção de relações comerciais com a província de Minas Gerais. (O Rio Salsa localiza-se no município de Canavieiras, sul da Bahia, e liga o rio Pardo ao rio Jequitinhonha, em Minas Gerais). Aos colonos do Rio Salsa juntaram-se soldados brasileiros, casados, para proteção ao núcleo. Em 1826 já haviam desaparecido os colonos estrangeiros restando a tropa que constituía o "Destacamento de São Francisco de Palma", que por sua vez 1839 terminaria por desaparecer.

Sobre essa colônia, fundada em 1818, o presidente da província baiana, João Maurício Wanderley, diz em sua **fala**, no ano de 1855:

> No ano de 1818, com o fim de povoarem-se as margens do rio da Salsa entre o Jequitinhonha e Pardo, resolveu-se, por portaria do governo, de 20 de agosto de 1818, e instruções da mesma data, aprovadas por carta régia de 18 de novembro do dito ano, o estabelecimento de uma colônia naquele lugar servindo-lhe de núcleo um destacamento composto de soldados casados, outorgando-se-lhes diversas isenções. Até o ano de 1827 há idéia de ter ali permanecido alguma gente inválida da má que foi escolhida; porém dessa época em diante não pode ser encontrado documento que provasse a extinção legal da colônia, que completamente desapareceu.

Em suma, durante o Brasil Reino, tivemos na Bahia duas tentativas de colonização europeia: a Colônia Leopoldina, em Vila Viçosa, de início com colonos suíços e alemães, mas que, depois, embora tenha prosperado, passou a utilizar o braço escravo, descaracterizando-se como colônia estrangeira de trabalhadores livres, e a Colônia do Rio da Salsa, com colonos estrangeiros não especificados, e também com

famílias de soldados brasileiros que deviam proteger aquele núcleo que, entretanto, em 1839 já havia desaparecido.

Um outro registro, ainda no Brasil Reino, também é importante para a Bahia: no fim de janeiro de 1817, chegou a Salvador o suíço de Neuchatel, Auguste-Frederic Meuron (1789-1852) que, em 1819, associando-se ao francês Antoine Saint-Valery Scheult, criaram a razão social Meuron & Cª com uma fábrica de rapé, que denominaram de Areia Preta. Esta fábrica, que depois teve filiais no Rio de Janeiro (1832, no Andarí Pequeno) e em Pernambuco (1836, em Chora-Menino, bairro de Recife), foi a origem da grande fortuna posterior de Meuron que, ao voltar para a Suíça, em 1837, deixou boa verba para instituições de caridade baiana. Muitos suíços que chegaram depois dele à Bahia contaram com o decidido apoio da firma Meuron & Cª, onde muitos trabalharam, como Gabriel Frederic Jules von May chegando ao sul da Bahia em 1819, estabeleceu-se na fazenda Vitória, localizada à margem da estrada que liga, atualmente, Ilhéus a Itabuna passando depois a residir em Salvador, onde ingressou naquela firma, o mesmo acontecendo com Meuron & Cª e Henri Borel, em 1827, que dela se tornou sócio em 1830.

Colonização europeia na Bahia durante o reinado de Pedro I

Depois das primeiras tentativas de colonização europeia na Bahia, durante o período do Brasil Reino, temos notícia de outras que continuaram a ser feitas no período do governo do imperador Pedro I. No ano de 1822, chegaram a Ilhéus alguns alemães e, em 1823, mais outros vindos de Roterdam. Foram 28 casais, com 161 indivíduos, alguns com ofícios mecânicos. Vieram conduzidos por Pedro Weyll e seu sócio Sancraker e foram estabelecidos em sesmaria que para tanto fora concedida, em 1818. A colônia se desorganizou, pois nada fora preparado para abrigo e obtenção de instrumentos para os recém vindos; os colonos se retiraram para Ilhéus, onde a Câmara pediu ao imperador um auxílio, recebendo uma verba para pagamento de diárias

a cada família, por um certo tempo. Muitos desses antigos colonos se estabeleceram no local chamado Cais, enquanto outros começaram a plantar cacau em Ilhéus. (AMARAL, 1923, p.68).

O presidente da província da Bahia em 1847, Antonio Ignacio de Azevedo, conta em sua **fala** à Assembleia Legislativa que

> Antes de 1822 veio de Francfort para a vila dos Ilhéus uma colônia de alemães convidados por certo fazendeiro da mesma nação. Estes infelizes foram abandonados em pouco tempo e a maior parte deles sucumbiu à fome e à miséria, apesar de ter S.M. a finada Imperatriz, de saudosa memória, mandado socorrer com dinheiro estes desgraçados, quando soube do triste estado a que foram reduzidos (Fala em 02/02/1847, p.19)

Braz do Amaral, no Capítulo II (nota 9) de sua obra História da Bahia do Império à República (1923, p. 68) nos informa que, por Aviso de 29 de fevereiro de 1828, foi enviada do Rio de Janeiro para a Bahia uma turma de colonos irlandeses aqui chegados no dia 28 de março daquele ano; eram 222 indivíduos formando 101 famílias, que foram estabelecidas no lugar denominado Rio do Engenho, em Taperoá, como colônia à qual se deu o nome de Santa Januária, que acabou desbaratada e arruinada, apesar da boa situação e salubridade do clima.

Antonio Ignacio de Azevedo, presidente da província da Bahia em 1847, menciona que, entre 1829 e 1830, tentou-se estabelecer outra colônia no termo da Nova Boipeba, com colonos irlandeses, mas que as facilidades oferecidas pela província não foram suficientes e eles acabaram na miséria. PEDREIRA (1981, p.148), em seu Pequeno Dicionário dos municípios baianos, informa que a sede do antigo município de Nova Boipeba foi transferida para Taperoá, pela Resolução provincial nº 284, de 29 de maio de 1847, sendo instalada no ano seguinte, que, aqui, o presidente Antonio Ignacio de Azevedo possa ter se referido à mesma colônia Santa Januária mencionada por Braz do Amaral. Este mesmo presidente frisou, em 1847, que a única colônia que prosperara até então, na província, fora a Leopoldina, estabelecida em 1818, no termo de Caravelas. Mas sobre esta colônia, especificamente, diz, à p. 19:

[...] chegou a formar 30 fazendas de café montadas em grande escala, que já exportaram até o ano passado para esta capital e para a do Império 80:000 arrobas de café e dez mil alqueires de farinha. Faz pena que tudo isso não seja unicamente produzida por braços livres, e que os suíços ali estabelecidos tenham ultimamente feito amarguradas queixas da Justiça territorial e desgostado-se com ela a ponto de dizerem que a colônia há de ir sendo pouco a pouco abandonada.

Wanderley, presidente da província baiana em 1855, refere-se, à p. 41 de sua **fala** à Assembleia Legislativa neste ano, à colônia de alemães em Ilhéus mencionada em 1847 pelo seu antecessor, Antonio Ignacio de Azevedo, dando mais informações:

Em 1822 chegaram à vila de S. Jorge dos Ilhéus alguns alemães, e no seguinte outros, vindo diretamente de Roterdam na galera hamburguesa Ana Luiza, constante de 28 casais com 161 indivíduos de ambos os sexos, entre os quais alguns ferreiros, padeiros, relojoeiros, alfaiates, carapinas e maquinistas. Ambas estas expedições vieram às custas de Pedro Weyll e seu sócio Sancraker, para se estabelecerem na sesmaria que para esse fim lhes fora concedida em 1818. Era pela mor parte gente morigerada e que trouxe ferramentas, algum dinheiro e meios de estabelecer-se. Não tendo, porém, feito os preparativos necessários para recebe-los e ocupada a cidade pelas tropas portuguesas. Viram-se os colonos privados de todos os objetos de importação e de exportarem os produtos de sua indústria. Abandonaram por isso a colônia pela vila de Ilhéus, onde muitos sucumbiram de enfermidade e à falta de recursos. Comovida deste estado, dirigiu a Câmara de Ilhéus uma representação ao Imperador, que sendo remetida à Assembleia Legislativa Constituinte, consignou esta a quantia de 4.384$300 rs para, por espaço de dois anos, suprir-se a cada um indivíduo com uma diária de 170 rs, e a cada chefe de família com a de 300 rs no 1º ano e metade da dita quantia no 2º. Com esta providência e com outras, como a de mandar-se derrubar matas e preparar roçados à margem esquerda do rio Cachoeira, 3 a 4 léguas distante da vila, conseguiu-se salvar o resto da colônia, e estabelece-la definitivamente no terreno, que extremando a fazenda da Vitória, segue até o lugar denominado Caes na extensão de uma légua pouco mais ou menos. Atualmente acha-se ocupada por plantações de cacau e outros gêneros de cultura. Ignora-se também o número de estrangeiros aí residentes, mas pequena tem sido a emigração e quase todos os fazendeiros são brasileiros ou descendentes dos antigos colonos.

Logo adiante, na mesma página deste texto, João Maurício Wanderley menciona a colônia Santa Januária:

Colônia de Santa Januária – Outra tentativa de colonização estrangeira fez-se em 1828. Por Aviso de 29 de fevereiro do mesmo no, preveniu-se à presidência que do Rio de Janeiro veriam alguns / (p.42) colonos irlandeses, os quais com efeito aqui aportaram em 28 de março seguinte no brigue português Victória em número de 222 indivíduos formando 101 famílias. Por deliberação do Conselho do governo foram mandados para o sítio denominado Rio do Engenho, quatro léguas acima da povoação hoje vila de Taperoá, encarregando-se a direção da colônia a uma comissão presidida pelo ouvidor da comarca. A localidade era saudável, de terras férteis, ótimas águas, com cachoeiras ou quedas próprias para o movimento de máquinas; mandou-se derrubar matas, fazer roçados, construir um pequeno engenho para ralar mandioca, edificar suficiente quantidade de casas para todos os colonos, uma para botica e residência do cirurgião, outra para o capelão e uma capela separada; deu-se ferramenta para lavoura, e enquanto esta não oferecesse meios de subsistências, uma ração diária a cada indivíduo. Nada bastou para contrastar a má escolha dos colonos os quais, dados à imoralidade, à embriaguez e a todos os vícios, abandonaram a colônia, vendendo as ferramentas e espalhando-se por diferentes lugares apenas se lhes suspendeu a diária. De uma semelhante colônia resta, pois, somente a triste lembrança de sua existência.

Em resumo: durante o reinado do imperador Pedro I (1822-1831), tivemos, então, outras duas tentativas de colonização estrangeira: a primeira, no ano de 1822, uma colônia de alemães em Ilhéus, que se desbaratou por não lhe ter sido preparada uma recepção adequada com alojamentos, ferramentas, etc. Mas, ainda assim, alguns dentre eles começaram a plantar cacau, outros se estabeleceram no local chamado Cais. A segunda, de irlandeses, denominada Santa Januária, instituída a partir de 1828, em Nova Boipeba (a sede do município foi transferida para Taperoá em 1847), onde houve a devida preparação, mas na qual, parece, os colonos não se adaptaram ao clima ou à diferença de condições em relação à sua terra e acabaram abandonando a colônia.

Colonização branca na Bahia, durante o período regencial

Em janeiro de 1836, quando governava a província da Bahia Joaquim Marcelino de Brito governou (de novembro de 1837 a abril de 1838), chegaram a Salvador 149 açorianos vindos, da ilha de São Miguel pelo patacho português Cometa, que ficaram hospedados no prédio do Trem dos Aflitos. Arnold Wildberger (1949, p.181), que forneceu esta informação, nada disse, porém, sobre o destino que eles tiveram posteriormente.

Em 1837, foram exilados 62 presos políticos do Estado Pontifício. Eram italianos que, por acordo feito através de Vicenzo Savi, foram indultados e enviados para o Brasil. Chegaram à Bahia pela nave *Madonna dele Grazie* no dia 22 de abril, mas a Sociedade de Colonização não reconheceu as providências do seu representante alegando que encarregara Savi de recrutar lavradores lombardos e este extrapolara, recrutando condenados políticos e alguns lavradores livres todos provenientes do Estado Pontifício. O comandante do navio, em vista da não receptividade na Bahia, convenceu, contudo, os colonos a desembarcarem no 4º dia após a chegada, acomodando-os em precário alojamento e fornecendo alguns víveres que tinha a bordo. Exauridos os recursos, veio em socorro deles a generosidade de alguns italianos residentes em Salvador (o prof. Majola, o dr. Persiani, o comerciante Bernardo Sanmichele e outros), que deram emprego a alguns deles, os quais, assim ajudados, foram se ajustando ao novo ambiente. Esses italianos podiam, com facilidade, conseguir empregos, pois possuíam habilitações profissionais de que o meio carecia: eram sapateiros, ferreiros, marceneiros, tintureiros, açougueiros, cocheiros, padeiros, alfaiates, amoladores, pedreiros, barbeiros, chapeleiros, ourives, farmacêuticos, lavradores, maquinistas, agrônomos, livreiros, despachantes, douradores, ebanistas, pintores... Uma observação interessante sobre eles foi o fato acontecido no final de 1837: quando irrompeu em Salvador o movimento federalista conhecido por Sabinada, vários dentre eles, adeptos de ideias liberais, a ele aderiram e dele participaram (03 foram feridos em combate, 01 foi morto). Vencido o movimento pelas forças legais, alguns voltaram à Itália, outros se

mudaram para o Rio de Janeiro, e, naturalmente, depois disso, falharam outros entendimentos já iniciados para a vinda de uma leva de presos políticos de Nápoles. Quando o Pio IX assumiu o poder pontifício, alguns emigrados obtiveram anistia e retornaram à pátria. (AZEVEDO, 1989, p.19-22).

Colonização por iniciativa governamental, de 1840 a 1850

Em 23 de julho de 1840, com o golpe da Maioridade, começou o governo de Pedro II, nosso segundo imperador. Costuma-se dividir seu longo governo (1840-1889) em 03 períodos distintos: 1º) o de lutas internas e paz externa, de 1840 a 1849; 2º) o de lutas externas e paz interna, de 1850 a 1870) e 3º) o do ocaso do Império, de 1870 a 1889) (AVELLAR, 1970, p.227) .

Durante o início de administração de D. Pedro II (1840-1850), ainda persistiam alguns remanescentes de lutas republicanas vindas do período regencial (Revolta dos Balaios, no Maranhão, e República de Piratini ou Farroupilha, no sul do país), concluídas, no período, com a última, a Revolução Praieira, em Pernambuco, em 1848.

O presidente da província baiana, Francisco José de Souza Soares d´Andrea, nomeado pelo Imperador governou (de 22/11/1844 a 04/08/1846), pretendendo fundar estabelecimentos na região sul da Bahia, enviou uma expedição para a região do rio Mucuri com o juiz de Direito de Caravelas, Caetano de Almeida Galeão, e o missionário capuchinho, frei Caetano de Troina, para explorarem o rio Mucuri , procurando se aproximar dos índios com o fim de aldeá-los. Subiram em canoas o rio Mucuri, descobriram e nomearam a cachoeira de Santa Clara em 12 de agosto de 1845 e escolheram o local ou sítio para a colônia militar que se pretendia fundar (WILDBERGER, 1949, p.282). O presidente que o seguiu foi Antônio Ignácio de Azevedo (governou de 27/08/1846 a 22/09/1847) e este, na p.12 da **fala** que apresentou à Assembleia Legislativa Provincial, em 02/02/1847, afirmou que:

Foi organizado por meu antecessor o **Regulamento das colônias militares** e nomeado um Oficial reformado para comandante da que se havia de estabelecer à margem do rio Mucuri para proteger os habitantes de Caravelas da invasão dos índios bárbaros e ir chamando à sociedade civil as hordas errantes destes indígenas, merecedores de melhor sorte. Foram tantos os embaraços que encontrou em sua missão apostólica Fr. Caetano de Troina encarregado da catequese dos índios que habitam as margens do Mucuri, houve tanta dificuldade em achar indivíduos que servissem para a colônia militar projetada, que o religioso capuchinho pediu sua demissão a meu antecessor, e este apesar do afã com que se empenhara em tão útil estabelecimento declarou no ato de largar a presidência desta província que desesperava de tal empresa, que tinha sido impossível realizar por falta de cooperação que é necessário achar no povo para levar ao fim semelhantes estabelecimentos. Certo dos desejos que mostra o Juiz de Direito de Caravelas de ver estabelecida a colônia de Mucuri, encarreguei-o de dispor indivíduos de sua comarca para nela se alistarem e determinei ao comandante da dita colonia que para ali fosse quanto antes com os poucos indivíduos que aqui pôde matricular para de acordo com o dito Juiz de Direito dar começo ao estabelecimento. Acaba de partir o Comandante com 30 praças, e 40 pessoas de família desta Colonia. A falta mais sensível é a de um missionário que se dedique à catequese d´alguns índios sem reparar nos obstáculos.

A colônia militar do Mucuri, criada em 1846. tanto para benefício da navegação do rio, como para chamar a aldeamento os índios Giporoca, que, em grande quantidade, habitavam aqueles lugares, já em 1848 se achava em mau estado. O então presidente da província baiana, João José de Moura Magalhães, relata nas págs.43/44 de sua **fala** à Assembleia Legislativa sobre sua transferência para a vila de Porto Alegre:

Segundo as informações que tenho do Juiz de Direto de Caravelas, foi ela assentada junto à Lagoa da Arara, lugar pouco salubre e sujeito a febres endêmicas, de modo que em menos de dois meses faleceram cinco homens, duas mulheres e nove crianças, tendo igualmente sucumbido o Comandante da Colônia. Insta o juiz que seja transferida para o lugar das Queimadas, perto da cachoeira de Santa Clara, como o mais apropriado. Cumpre observar que tendo adoecido o cirurgião da colônia que para lá fora e quase todos os colonos, o juiz os fez transferir para Porto Alegre; mudança esta que concorreu para diminuir a intensidade do mal, não estando, porém todos os colonos perfeitamente bons. Tendo nomeado um tenente coronel para comandante da

colônia, foi ele encarregado da transferência indicada, depois do mais sério exame e informações indispensáveis. Existem na colônia 32 choupanas muito acanhadas; tem-se feito algumas plantações, em diminuta escala, de mandioca, feijão e cana; as terras cultivadas não excedem a três tarefas. A população compunha-se de 36 homens, 28 mulheres e 49 crianças, mas hoje está diminuída pelos óbitos que tem havido.

Francisco Gonçalves Martins, que governou a província baiana de 12/10/1848 a 03/05/1852, enviou uma Comissão para estudar o estado da Colônia Mucuri, mas esta em seu relatório final acabou afirmando que:

Tudo quanto resta da colônia são poucas ferramentas estragadas, inválidos e velhos, e talvez três indivíduos aptos para o trabalho! Se o governo quer, prossegue ela, continuar a empresa, deve novamente começar por que nada se há feito (**fala** apres. 04/07/1849, p.13)

Como resultado dessa Comissão, a Colônia foi finalmente dissolvida por ato de 06 de junho de 1849, segundo relata o 2º vice-presidente da província que estivera em exercício, João dos Reis de Sousa Dantas, à p.84 do relatório com que passou a administração da província ao Cons. Pedro Luiz Pereira de Souza, em 29 de março de 1882. Neste primeiro período do reinado de Pedro II a única iniciativa ocorrida em relação à colonização foi o Regulamento para as colônias militares e a tentativa de criação de uma delas nas proximidades do rio Mucuri.

Colonização branca na Bahia, entre 1850 e 1870

Em março de 1857, o presidente da província da Bahia, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (governou de agosto 1856 a maio 1858), celebrou com Higino Pires Gomes um contrato, para que este introduzisse e empregasse, em alguma de suas propriedades, um certo número de colonos europeus. Adiantou-lhe um empréstimo de

30:000$000 sem juros, o contrato foi modificado em maio de 1858 e somente em dezembro de 1859 começaria a ser posto em prática, com a introdução dos colonos. Ele, o presidente, obtivera, por transferência que lhe fizera o Major Bernardino José de Magalhães, 19 famílias de nacionalidade alemã, compostas de 100 pessoas, o que Higino Pires Gomes participou, em 29 de julho de 1861, ao vice-presidente José Augusto Chaves, em exercício na província (de 1º/06 a 24/12 de 1861). Pouco depois esse governante recebeu, por parte dos colonos, uma representação em que se queixavam do mau tratamento que, desde a viagem até aquele presente momento haviam recebido, ressaltando a falta de observância às promessas feitas e às condições estipuladas no respectivo engajamento. E ainda o vice-cônsul da Saxônia oficiou-lhe documento reclamando providências a bem dos mesmos colonos. José Augusto Chaves nomeou uma comissão de inquérito composta de três pessoas, inclusive o engenheiro André Przewodowski , que seguiu para o local, a fim de investigar a veracidade dos fatos. Autorizado por Aviso do Ministério do Império de 20/06/1857, o presidente da província baiana que se seguiu, Francisco Xavier Paes Barreto, celebrou em nome do Governo Imperial um contrato com Tomás Pedreira Geremoabo, em que este se obrigava, mediante um empréstimo de 20:000$000, a mandar vir da Europa 70 trabalhadores com suas famílias e estabelecê-los em sua fazenda denominada Engenho Novo, pelo sistema de parceria. Em março de 1859, esses colonos já se encontravam na província. Anteriormente a isso, Geremoabo havia recebido em sua fazenda 40 colonos que mandara contratar em Portugal, mas, dentro de pouco tempo, esses colonos, com exceção de dois, abandonaram o estabelecimento, sem terem pago as dívidas que haviam contraído (certamente referentes à passagem de vinda, a instrumentos de trabalho e gêneros de alimentação).

Em agosto de 1857, achava-se já estabelecida uma Colônia Agrícola Nacional às margens do Rio de Contas, com o título de Nossa Senhora da Conceição, que tinha 54 famílias, com um total de 271 pessoas. No anexo à **fala** do Presidente João Lins Vieira Cansanção do Sinimbu, apresentado em 1º de setembro de 1857, temos informações sobre aquela colônia, sobre os colonos que para lá seguiram:

[...] deram início aos trabalhos e se abrigaram em ranchos provisórios por eles construídos. A colônia sofreu oposição nos distritos de Maraú, Barcelos e Rio de Contas por acharem que o diretor dela vinha fazer um rigoroso recrutamento mandando-os algemados para a capital. O diretor solicitou ao presidente da província que se comunicasse com as autoridades para desfazerem tais persuasões para não sofrer a colônia qualquer alteração que pudesse impedir sua continuidade. O diretor pediu ao colono Manuel Euzebio da Rocha que lecionasse os primeiros rudimentos da língua aos meninos nas horas vagas, o que ele tem feito. Ele foi aluno da Escola Normal tendo freqüentado somente um ano, mas não acabou o curso por falta de meios; julgando-o habilitado em alguma coisa, o diretor pedia a nomeação interina do mesmo. Muitas pessoas vizinhas à colônia e de outros distritos pediam ao diretor para levantar casas junto à capela que se tem de levantar, sujeitando-se a pagar os foros completos e para isto o diretor pediu autorização ao presidente da Província.

Em 1859, na **fala** que apresentou perante a Assembleia Legislativa, o presidente Francisco Xavier Paes Barreto (governou de set.1858 a abril 1859) afirmou que a Colônia Nacional do Rio de Contas nenhum incremento tinha tido (p.14). Em seguida contou que, para facilitar as comunicações dessa colônia com a vila que ficava à beira-mar, mandara para lá o engenheiro André Przewodowski, a fim de proceder aos estudos preliminares da estrada que deveria ser aberta entre aquelas duas localidades.

Já em 1862, o presidente da província, Joaquim Antão Fernandes Leão (governou de dez.1861 a set.1862) afirmava à p.72 de sua **fala:**

Os colonos que para ali foram mandados preferiram entregarem-se ao corte de madeiras que lhe proporcionava meios mais prontos de satisfazer as suas precisões do que o penoso trabalho da cultura das terras, que além de demandar despesas do primeiro estabelecimento e de empate até que pudessem os produtos ser levados ao mercado, ainda deveria ser onerada com o transporte. Acresce que ainda não está resolvida a questão da propriedade do terreno em que é situada a colônia e nem distribuído ele com lotes a cada uma das famílias, como era mister para que nascesse daí o estimulo para o trabalho. O capelão que para lá foi voltando imediatamente por lhe parecer desnecessária a sua presença, enquanto não houvesse capela e a população não se fixasse.

Mais uma Colônia que não deu certo como tal, infelizmente.

Em 1858, a Cia. de Minas de ouro do Assuruá mandou vir da Alemanha 150 colonos trabalhadores com suas famílias para os seus serviços de mineração. De início, tudo correu bem, mas em 1859, o presidente da província, Francisco Xavier Paes Barreto, soube que alguns dos trabalhadores alemães haviam se rebelado contra o engenheiro, também alemão, que os dirigia. Na **fala** que apresentou à Assembleia Legislativa, em 1º de março de 1861, o presidente da Província baiana, Antônio da Costa Pinto, informou à p. 93/4, a respeito daqueles colonos:

> [...] foi a Companhia malograda em suas esperanças, pois que começou a minerar quando a seca principiava a devastar esta província, a ponto de se ver ela obrigada a todo serviço, abandonar para abrir poços artesianos que ficaram inutilizados por não terem os encarregados dessa obra conhecimentos precisos e adequados. 18 meses depois subia já a despesa a Rs. 118:063$149. Uma das causas, senão a principal, do mau sucesso da Companhia metalúrgica, foi a impossibilidade em que se viu ela de encanar as águas do rio Verde para o lugar da mineração. Isso que a outra empresa fora exeqüível não pode ela conseguir, em razão da pouquidade de seus fundos. Continuando a seca, decidiu a Companhia transportar para a vila dos Lençóis os seus trabalhadores, a fim de empregá-los na mineração de diamantes. Mas havendo eles sido licenciados para se retirarem provisoriamente para as margens do rio S. Francisco, apenas puderam levar 7 para aquela vila. A despesa com essa viagem importou em 2.000$000 rs. Entretanto os trabalhadores não quiseram mais sujeitar-se a nenhum serviço, de modo que a Companhia ficou completamente dissolvida. / Empreguei esforços para povoar com essa gente a Colônia do Rio de Contas, mas nada consegui em razão de andar ela dispersa. Eis, pois, como principiou e terminou a Companhia Metalúrgica do Assuruá.

No dia 04 de outubro de 1859, foi fundada em Salvador a "Associação Baiana de Colonização", com o capital de 500 contos, em ações de 100$000, tendo fracassado a tentativa, por insuficiência do capital levantado.

Em 14 de dezembro de 1860, o presidente Antônio da Costa Pinto celebrou um contrato com Joaquim de Araujo Azevedo para fundação de uma colônia no rio Pardo, que se denominou Colônia do Salto. Em 1861, o terreno em que estava estabelecida essa colônia terminou de ser medido e demarcado, tendo ali já se edificado um cemitério. Nela se achavam a ocasião, 53 famílias com 238 pessoas no total.

Colonização europeia na Bahia, entre 1870 e 1889

Em fevereiro de 1868, servia de alojamento em Salvador, para os colonos recém-chegados, um imóvel de propriedade da União, em Monteserrate, por ter sido dali transferido o lazareto para a Fazenda Bom Despacho, na ilha de Itaparica. Até então, segundo informou o presidente da província baiana, José Bonifácio Nascentes de Azambuja (governo de 1867 a 1868), na fala que apresentou perante a Assembleia Legislativa Provincial em 1º de março de 1863, a despesa com colonização era feita, na província, às expensas dos cofres gerais. No entanto, conforme comprova o Barão de São Lourenço (Francisco Gonçalves Martins), quando presidiu a província baiana (governo de 1868 a 1871, com duas pequenas interrupções) e apresentou seu Relatório à Assembleia Legislativa, em 1º/03/1871, menciona à p. 46, o Império já pretendia transferir tais despesas para o âmbito das várias províncias:

> O Governo Imperial se mostra com razão muito empenhado em que as províncias cuidem nos meios de suprir os braços que escasseiam para o serviço da lavoura e neste emprenho expediu a Circular de 30 de janeiro do corrente ano que recomenda que os presidentes promovam pelos meios a seu alcance a organização de associações de lavradores que, assim como na província de São Paulo, se proponham a introduzir no Império o maior número possível de trabalhadores úteis, conhecedores do serviço a que se destinarem. O Governo se compromete a auxiliar essas associações, facilitando a vinda dos emigrantes e concorrendo para as despesas do transporte. Entende que sob as vistas de agentes da confiança das associações, dependentes delas e interessadas no feliz êxito de sua comissão, os receios de que se contratem indivíduos sem habilitações e garantia devem muito diminuir. Também é opinião do Governo que a situação atual da Europa promete resultados felizes de empresas que darão imediato destino aos emigrantes, assegurando-lhes logo os meios de adquirir pelo trabalho uma posição isenta de privações.

Em 29 de março de 1882, João dos Reis de Souza Dantas, ao passar a administração da província para o Cons. Luiz Pereira de Souza, relatou que. no ano de 1870. fora fundada a Colônia Cachoeira, em Ilhéus, para estabelecimento dos imigrantes do norte (refugiados da seca, certamente). Na ocasião foi nomeado como diretor da colônia

o religioso capuchinho frei Luiz de Grava. A colônia prosperou, produzindo abundantemente os recursos alimentícios para seus habitantes e para os recém-chegados. Seis anos depois de sua fundação, infelizmente, faleceu o diretor, frei Luis de Grava, e não lhe tendo sido dado substituto, a colônia ficou abandonada, apesar dos terrenos serem férteis, o clima excelente e possuir edificações, terrenos medidos e preparados e os colonos já se poderem manter com o produto de suas plantações. O Barão de São Lourenço transmitiu o governo ao 4º vice-presidente, Francisco José da Rocha (governo de abril a outubro de 1871). Ao passar o governo ao presidente seguinte, João José de Almeida Couto, este último conta (à p.65 de seu relatório), no que se refere à colonização:

> Mandei publicar o aviso do ministério dos negócios da Agricultura, comércio e obras públicas de 11 de abril, e bem assim o contrato a que se refere o mesmo aviso, que o governo imperial celebrou com o dez. Bernardo Avelino Gavião Peixoto para a introdução de colonos europeus nos seus estabelecimentos agrícolas na província de São Paulo. Dei conhecimento oficial do aviso e do contrato ao Imperial Instituto Baiano d´Agricultura e à Associação Comercial; mas até agora não se nota nesta província movimento algum para aquisição de colono europeus. / (p.66): Alguns esforços em outras épocas empregados para tal fim, e infrutíferos, parecem ter causado desanimo relativamente a essa necessidade tão palpitante em uma província quase exclusivamente agrícola, e que não pôde deixar de preocupar-se dos meios de substituir os braços escravos. Aumentam as dificuldades o nosso clima, a prevenção contra a febre amarela, e sem dúvida as nossas leis. Contudo é minha convicção que os maiores embaraços são a mesma escravidão e a falta de estradas que liguem mais imediatamente os pontos produtores com as praças comerciais. Creio muito na vantagem do aldeamento de índios, e da colonização de nacionais, que por ai andam dispersos no interior das matas, segregados da sociedade e para bem dizer sem as noções precisas de seus direitos e deveres para com o país; passando as maiores misérias, sujeitos às pestes, e principalmente à varíola; inúteis portanto e somente pesados à província. Enquanto não se estabelecer por aqui a corrente de emigração espontânea pelas facilidades que para o futuro se lhe possa oferecer, me parece que são estes os auxiliares que de preferência devemos procurar, preparando assim no presente o futuro dessas gerações, que de outro modo serão perdidas para a comunhão. Entretanto penso que também seria da maior conveniência excitar os esforços dos interessados e auxiliá-los ainda com sacrifício, para aquisição de colonos europeus, mas nada pude fazer em tão importante assunto, por me faltar o tempo necessário para preparar planos gigantescos com o desenvolvimento que eles devem ter, alem de não serem asfixiados.

Francisco José da Rocha não acreditava muito na prioridade a ser dada aos colonos europeus, em função das tentativas fracassadas anteriores, das dificuldades do clima, dos problemas de prevenção contra a febre amarela, que facilmente atingia vários colonos estrangeiros ao chegarem,, mas sobretudo, a co-existência com o regime escravista, e da falta de estradas ligando pontos produtores às praças comerciais. Pensava ser melhor se cuidar do aldeamento de indígenas e da colonização de nacionais. Já o seu sucessor, João José de Almeida Couto (1º vice-presidente, em exercício no mês de junho de 1872 a 10/06/1873) nos comunica, à p. 45 da **fala** apresentada à Assembleia Legislativa Provincial em 1º/03/1873, que:

> Por decreto nº 5.117 de 19 de outubro do ano próximo passado [1872] foram autorizados o Cons. Policarpo Lopes de Leão e o com. Egas Moniz Barreto de Aragão a importarem por si ou por uma companhia que organizassem até dez mil emigrantes agricultores e trabalhadores rurais, de procedência do norte da Europa, em execução do respectivo contrato que celebraram com o Governo Geral em 5 de fevereiro daquele ano e da lei provincial nº 1247.
> Aprouve ao governo nessa ocasião fazer uma pequena alteração no referido contrato de 5 de fevereiro, no intuito de melhor garantir o tratamento e acomodações dos emigrantes a bordo e de desvanecer o preconceito que se tem apoderado do ânimo dos governos europeus a respeito dos contratos de parceria neste Império. Os empresários comunicaram à Presidência que, de acordo com importantes casas de Hamburgo e Antuérpia, já bem conhecidas do Governo Geral, estabeleceram as primeiras colônias na comarca de Porto Seguro, no rio Comandatuba e lugar denominado Porto do Mato, à margem do rio Poxim. A 1ª expedição de colonos alemães partiu de Antuérpia a bordo no navio *Wangerland* em número de 155, acompanhando-os um sacerdote, um mestre-escola, um médico, um boticário e um enfermeiro. Deram-se as providências necessárias a fim de que aquele navio não sofra demora alguma em nosso porto, onde tocará apenas para receber empregados da alfândega e um prático para levá-los ao seu destino.

Barros (1934, p.458), em sua obra À margem da História da Bahia falando das colônias criadas na Bahia, menciona que, em 1873, fora celebrado um contrato com o Governo Imperial, em virtude do decreto de 24 de maio daquele ano e o conselheiro Polycarpo Lopes de Leão e

o comendador Egas Moniz Barreto de Aragão terem fundado os núcleos coloniais intitulados Moniz, Theodoro e Rio Branco, anexando-se-lhes depois o Carolina e o Poço. Eram compostos por colonos alemães e poloneses, mas não produzindo eles resultados, o Governo Imperial, por decreto de 31 de julho de 1874, rescindiu o contrato, passando para o Estado todos os bens imóveis e semoventes. Em 1882, João dos Reis de Souza Dantas relata sobre esse contrato que:

> Em 1873, e em virtude do contrato celebrado com o Governo Imperial nos termos do decreto nº 5.291 de 24 de maio do dito ano, o conselheiro Polycarpo Lopes de Leão e o comendador Egas Moniz Barreto de Aragão fundaram as colônias Muniz, Theodoro e Rio Branco para alemães, tendo a *Muniz* anexo o núcleo Carolina e a Theodoro o do Poço.

Rescindido o mencionado contrato em virtude do decreto nº 5.703 de 31 de julho do ano seguinte [1874], passaram ao domínio do Estado não só as colônias fundadas por aqueles cidadãos, com todos os prédios, embarcações, gado de qualquer espécie, instrumentos agrários ou outros próprios para o trabalho, plantações e outras benfeitorias e bens de qualquer natureza existentes nos ditos estabelecimentos, mas também o contrato que celebraram com Jorge Adolpho Stolze para a introdução de 50 famílias no lugar denominado Carolina, e o direito que tinham os mesmos de exigir dos imigrantes estabelecidos naquelas colônias pagamento do preço das terras que lhes foram distribuídas e dos adiantamentos feitos, quer para seu transporte da Europa até as mesmas colônias, quer para seu sustento, tratamento e vestuário, ficando os imigrantes responsáveis para com o Governo Imperial pela indenização de todas as despesas realizadas com o seu estabelecimento. Foram tais colônias fundidas em uma só, a *Rio Branco*, extinta por ato da presidência de 1878, seguindo para o Rio de Janeiro os colonos alemães que a constituíam, em número de 76 entre homens, mulheres e meninos, conforme o seu pedido.

De 10 de junho a 22 de outubro de 1873 governou a Bahia o seu 4º vice-presidente, José Eduardo Freire de Carvalho que, ao passar a administração ao presidente nomeado, Com. Antonio Candido da Cruz Machado, no dia 22/10/1873, relatou existirem na província quatro

colônias, sendo duas de nacionais e duas de estrangeiros, a cargo de uma empresa contratada pelo governo imperial. As colônias nacionais eram a Comandatuba, dirigida pelo Juiz de Direito da Comarca de Ilhéus, e a da *Cachoeira,* sob a direção do capuchinho frei Luiz de Grava, ambas em estado apreciável. As colônias de estrangeiros, de que eram empresários o conselheiro Polycarpo Lopes de Leão e o comendador Egas Moniz Barreto de Araújo, eram: a Moniz, localizada também em Comandatuba, e a Theodoro, na margem do rio Una. Para ambas já tinham vindo um número crescido de imigrantes. Sobre estas duas últimas, porém, ressalta:

(p.26): Para ambas já tem vindo um número crescido de imigrantes. Podendo-se calcular aproximadamente em 1600 colonos os que já nelas existem. Em sua maior parte são de nacionalidade alemã, no entanto, um grande número de polacos. O estado destas colônias, se não é por ora satisfatório, não é também desanimador; elas tendem a prosperar, segundo as informações obtidas. Devo, no entanto ponderar que a introdução dos imigrantes polacos não tem produzido bom resultado, visto que são eles demasiadamente exigentes e turbulentos. Nelas se tem dado conflitos, quer entre eles mesmos, quer entre eles e os nacionais ali empregados. / (p.27): Logo que tive notícia do conflito dado na colônia *Moniz* em data de 10 de julho, fiz seguir o dr. Chefe de polícia para ali com 100 praças de linha e do corpo de polícia, o qual, com as acertadas providências que deu, conseguiu, de acordo com os diretores, acalmar os ânimos exaltados, sendo despedidos os que mais se tinham excedido. Os acontecimentos que ultimamente tiveram lugar na colônia Theodoro são mais lamentáveis, tendo deles resultado a morte de um colono. Reconhecendo eu a necessidade de manter-se a tranqüilidade naquela colônia, fiz seguir para ali um destacamento de polícia determinando que se instaurasse o procedimento judicial que coubesse no caso e lembrando ao dr. juiz de direito de Ilhéus a conveniência de sua presença no lugar. Ordenei também que voltassem os colonos, os quais tinham vindo presos para esta capital. É de esperar que, depois de tais providências cessem semelhantes conflitos e aquelas colônias preencham o fim para que foram estabelecidas, correspondendo aos sacrifícios feitos pelos cofres gerais e provinciais. Por Aviso de 21 de setembro findo, comunicou-me o governo imperial ter sido nomeado o conselheiro Augusto Nascentes de Azambuja para, em comissão, vir examinar o estado em que se acha a colônia *Moniz* e verificar o modo como tem sido cumpridas pelos empresários as cláusulas do contrato que celebraram com o mesmo governo, ao qual se refere o decreto nº 5291 de 21 de maio deste ano [1873], em novação dos anteriores. Tendo chegado a esta capital, e apresentando-se-me aquele

comissário, prestei-lhe prontamente todos os esclarecimentos ao meu alcance relativos à dita colônia, e pus à disposição do mesmo, para o auxiliar nos trabalhos de sua comissão, o empregado adido ao arsenal de marinha Manuel Pedreira de Cerqueira, e o oficial da comissão censitária anexa à secretaria desta presidência, João Antonio de Goes Tourinho. Por ofício de 2 do corrente, expedi ordem à companhia baiana para que tivessem eles passagem para Comandatuba, e nesta mesma data oficiei ao dr. juiz de direito de Ilhéus e aos diretores da mesma colônia, recomendando-lhes que prestassem ao referido comissário todos os auxílios e mais esclarecimentos de que carecesse para o bom desempenho da missão a seu cargo. Efetivamente no dia 4 seguiu a dita comissão para Comandatuba no / (p.28): vapor S. Francisco e por ofício do 9 comunicou-me o conselheiro comissário haver chegado na tarde do dia 5, encontrando o maior interesse da parte do comendador Egas Moniz, diretor da colônia, em habilitá-lo com os esclarecimentos de que podia dispor, e acrescentando que no dia 11 partia para a colônia Theodoro.

Já em 1876 achavam-se extintas as colônias Muniz e Theodoro, e também a colônia que existira no extinto aldeamento denominado São Fidelis, em Valença, ficando conservada apenas a colônia Rio Branco, para a qual foram transferidas as famílias alemãs restantes daqueles núcleos. Sobre esta informa o presidente Luiz Antonio da Silva Nunes, na p.107 de seu **Relatório** à Assembleia Legislativa, em 1º/05/1876:

A colônia Rio Branco acha-se em estado próspero trabalhando os colonos com ardor, boa vontade e notável êxito, contando-se já plantações em grande escala, lotes discriminados e casas provisórias. O Governo Imperial mostra-se resolvido a manter esta colônia, dando-lhe os meios de que carece para o seu desenvolvimento e a fim de que alcance o futuro que parece prognosticar-lhe a uberdade do seu solo e a salubridade do seu clima.

Em 1877 aconteceu uma grande seca em quase todo o norte e nordeste brasileiro, e muita gente desceu para a Bahia, em busca de melhores condições, especialmente vindos da província do Ceará. O Governo Imperial determinou que muitos flagelados fossem encaminhados para Jequiriçá, onde se formou uma colônia, dirigida por padres capuchinhos do convento da Piedade, em Salvador. O 1º diretor foi frei Carlos de Bagnone substituído depois por frei Estevam Maria da Hungria, que ficou até a colônia ser extinta, quando não mais se precisou da direção e assistência pública (MARINO,1950, v.IV, p.544).

No ano de 1878, a colônia Rio Branco foi extinta, seguindo os 76 colonos alemães que a constituíam para o Rio de Janeiro, em 21 de abril do mesmo ano, conforme seu pedido. O então presidente da província baiana, cons. Barão Homem de Mello [Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello], pretendeu, na ocasião, estabelecer naquela colônia os retirantes cearenses flagelados pela seca, que se encontravam abrigados no Arsenal de Marinha, desde que com isso concordassem. O presidente Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, em sua **fala** perante a Assembleia baiana, em 1º/05/1880, menciona às p.42/43 a criação de uma Colônia Agrícola:

> Sendo mui crescido o número de menores que vagam pelas ruas desta cidade em completo abandono, e quase todos expostos ao vicio, foi pelo Dr. Chefe de Polícia [desembargador José Antonio da Rocha Viana] criada uma Colônia agrícola para nela serem empregados os ditos menores. Para levar a efeito seu desejo obteve aquela autoridade que o Dr. /(p.43) Domingos Carlos da Silva estabelecesse a colônia em suas fazendas denominadas Tobá, Fazendas Pequena e Grande, na Ilha dos Frades em distancia de duas horas de viagem. Nelas pode ser empregado número superior a 200 menores. Na última das ditas fazendas existe já uma escola primária e estão em andamento as principais edificações nas quais trabalham 12 menores remetidos para ali pelo Dr Chefe de Polícia. O estabelecimento é destinado não só à agricultura como à indústria.

A colônia agrícola foi estabelecida e montada gradativamente, pois todas as despesas eram por conta do particular Dr. Domingos Carlos, seu proprietário e diretor, e ia prestando resultados, pois já havia algumas oficinas e trabalhos em que se empregavam os menores que foram para lá remetidos. Lá recebiam alimentação regular e vestuário próprio para o trabalho, e eram tratados de suas enfermidades. O Chefe de Polícia que se seguiu Dr. Virgílio Silvestre de Faria, ao assumir, teve com o Dr. Domingos Carlos uma conversa em que lhe mostrou a necessidade de se tornar completamente oficial a colônia sob sua direção, no que ele concordou, tendo ido à Corte para tratar deste assunto. Na sua volta, comunicou ao chefe de polícia, sem explicitar as razões, ter tomado a resolução de extinguir a colônia, embora ela continuasse a existir por algum tempo, para se ver que providência poderia ser tomada. Alguns meses apenas passados, o chefe de polícia

recebeu um ofício do Juiz de Órfãos da Capital um ofício, ao qual vinha anexada a cópia de um parecer do Curador Geral dos Órfãos, onde ficava claro que ambos receberam mal a instituição dessa colônia e pediam prontas providências no sentido de extingui-la. Os 11 menores então existentes na colônia foram postos à disposição do Juiz de Órfãos, que lhes foi dando destino.

Amaral (1918, p.97) menciona ainda a instituição em Salvador, no ano de 1888, de uma Inspetoria de Terras e Colonização. Pouco depois o Governo criou um burgo agrícola na ilha de Itaparica, nas fazendas, adquiridas pela província, Boa Vista, Gago, Pinto e Vera Cruz, que foi denominado burgo Virgílio Damásio. Para lá foram enviados colonos estrangeiros (polacos e franceses) e nacionais, mas que mais pareciam gente de cidade do que agricultores. Construíram-se para eles casinhas cobertas de zinco, que esquentavam muito no verão, ou de barro, que eram inundadas em épocas de grandes chuvas. O impaludismo devastou severamente a colônia e, quando terminou a verba para ela consignada, deixaram de ser pagos salários por algum tempo. Quando, finalmente, foram pagos os salários atrasados, os colonos estrangeiros resolveram ir embora, levando instrumentos agrícolas e o que mais puderam carregar. Os colonos nacionais foram menos atingidos pelo impaludismo e, por estarem mais afeitos ao clima, gozavam de melhor saúde, realizando trabalho agrícola mais a contento do que os estrangeiros. Os arados e aparelhos agrários mais sofisticados, empregados pelos colonos estrangeiros, se quebravam e se estragavam facilmente nos terrenos da ilha, enquanto que os nacionais, trabalhando com a simples enxada, obtinham melhores resultados. Certamente muitos deles continuaram morando e trabalhando na própria ilha de Itaparica.

Conclui-se que, apesar das inúmeras tentativas de colonização europeia - e mesmo nacional, para estabelecimento dos flagelados pela seca - ao longo do Império, tais núcleos acabaram não prosperando e não deixando uma marca considerada relevante na história baiana, como ocorreu em outras províncias do Império. Por esta razão temos poucos registros não oficiais a respeito deles, e o tema não é considerado efetivamente relevante e digno de uma atenção mais minuciosa pela maioria dos historiadores que trataram do período monárquico baiano.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Braz do. Colonização na Bahia in p.93-98 da **Revista** IGHB Ano XXIV nº 43, 1918.

AZAMBUJA, José Bonifácio Nascentes de. **Relatório** com que o presidente da província abriu abrir a Assembleia Legislativa da Bahia em 1º/03/1868, Bahia: Tipografia de Tourinho & Comp., 1868. 64 p.

AZEVEDO, Antonio Ignacio d´. Fala ao abrir a sessão da Assembleia Legislativa Provincial em 02/02/1847. Bahia: Tipografia do *Gaycuru* de D. Guedes Cabral 1847.

BARRETO, Francisco Xavier Paes. Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província em 15/03/1859. Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra, 1859. 37 p. e anexos

BULCÃO, Antonio de Araújo de Aragão. Fala ao abrir a sessão da Assembleia Legislativa Provincial em 1º/05/1880. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia, 1880. 99 p. e Anexos.

CARVALHO, José Eduardo Freire de, 4º vice-presidente. **Relatório** com que passou a administração da província ao Com. Antonio Candido da Cruz |Machado em 22/10/1873. Bahia: Tipografia do Correio da Bahia, 1873. 46 p.

CHAVES, José Augusto. Fala que recitou na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia o Vice-Presidente da Província José Augusto Chaves no dia 1º/09/1861. Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra, 1861. 100 p. e anexos

COSTA PINTO, Antonio da. Fala ao abrir a sessão da Assembleia Legislativa da Bahia em 1º/03/1861. Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra, 1861. 126 p. e anexos.

COUTO, João José d´Almeida. Fala ao abrir a sessão da Assembleia Legislativa Provincial em 1º/03/1873. Bahia, Tipografia do Correio da Bahia 1873. 65 p. e anexos

DANTAS, João dos Reis de Souza, 2º vice-presidente. Relatório com que passou a administração da província para o Cons. Pedro Luiz Pereira de Souza em 29 de março de 1882. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia, 1882. 131 p. e anexos.

HOMEM DE MELLO, Cons. Barão. [Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello] Fala ao abrir a sessão da Assembleia Legislativa Provincial em 1º/05/1878. Bahia: Tipografia do Diário. 1878. 80 p. e anexos.

MAGALHÃES, João José de Moura. Fala com que abriu a sessão da Assembleia Legislativa Provincial em 25/03/1848. Bahia: Tipografia de João Alves Portela – 1848, 77 p. e Anexos.

MARINO, Gregorio de S., frei. Os capuchinhos na Bahia. Contribuição ao 1º Congresso de História da Bahia. In **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950. Vol.IV, p.509-586.

MARTINS, Francisco Gonçalves. Fala com que abriu a Assembleia Legislativa Provincial em 04/07/1849. Bahia: Tipografia de Salvador Moitinho 1849. 51 p. e anexos

MARTINS, Francisco Gonçalves. Fala com que abriu a Assembleia Legislativa Provincial em 1º/03/1852. Bahia: Tipografia Constitucional de Vicente Ribeiro Moreira. 1852.

MEURON, Guy de. **Histoire d´une famille neuchâteloise (La Famille Meuron)** Hauteville-Suisse: Editions Gilles Attinger, 1991. 193 p.

NUNES, Luiz Antonio da Silva. **Relatório** com que abriu a Assembleia Legislativa da Bahia em 1º/05/1876. Bahia: Tipografia do Jornal da Bahia, 1876. 165 p, e documentos anexos.

ROCHA, Francisco José da, 4º vice-presidente. **Relatório**. apres ao Dr. Dez. João José d´Almeida Couto, 1º vice-presidente, ao passar-lhe a administração da província em 17/10/1871. 72 p.

SÃO LOURENÇO, Barão de [Francisco Gonçalves Martins]. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa da Bahia em 1º/03/1871. Bahia: Tipografia do Jornal da Bahia, 1871. 93 p. e Anexos.

SINIMBU, João Lins Vieira Cansanção do. Fala com que abriu a sessão da Assembleia Legislativa Provincial em 01/09/1857.

WILDBERGER, Arnold. **Os presidentes da Província da Bahia**: Efetivos e Interinos, 1824-1889. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949. 861 p.

Endnotes

1 A palavra termo refere-se ao espaço que abrange a jurisdição dos juízes de uma cidade ou vila.

2 Os testamentos analisados foram pesquisados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e no Arquivo Municipal de Cachoeira (APMC). Em sua maioria encontram-se anexos aos inventários *post mortem* dos testadores.

3 Lei testamentária, de 25 de junho de 1766, parágrafo 5.

4 Foram eles os testadores: Ana Cardoza (APEB, Judiciário, Livro de registro de testamentos, nº 5, Cachoeira), Manoel Barbosa Ribeiro (APMC, caixa 87, doc. 858, Testamento de Manoel Barbosa Ribeiro, anexo ao seu inventário *post mortem*) e Tomé Alves de Souza (APEB, Judiciário, Notificação para conta de testamento, doc. 08/3448/14).

5 APMC, caixa 2, doc. 16. Testamento de José Rodrigues de Amorim, anexo ao seu inventário *post mortem*.

6 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Feitos findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, maço 19, Doc. 1, fl. 25v. Auto de habilitação da sua mãe Ana de Magalhães.

7 O pároco foi, recorrentemente, designado nos testamentos como vigário.

8 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Códice, nº 1666.

9ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, D. Maria I, Livro 16, Compromisso da Irmandade de Santa Ana do Convento do Carmo da Vila de Cachoeira. Prov. de sua confirmação. 12/6/1786, fl. 65-68v.

10 APMC, caixa 59, doc. 562. Testamento Manoel da Silva Teixeira, anexo ao seu inventário *post mortem*.

11 APMC, caixa 49, doc. 498. Testamento de Manoel d Araújo Mota, anexo ao seu inventário *post mortem*.

Palestra

LUIZ GAMA: ENTRE AS LEIS E AS LETRAS

Jair Cardoso dos Santos
Mestre em Crítica Cultural/UNEB
Graduado em História e Bacharel em Direito UFBA

Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu na Rua do Bângala, no bairro de Nazaré, em Salvador, em 21 de junho de 1830, e construiu grande parte da sua trajetória de vida na capital paulista, cidade que já começava a despontar como uma das mais prósperas do império brasileiro, naqueles idos do século XIX.

Em carta autobiográfica feita a pedido de Lúcio de Mendonça, em 25 de julho de 1880, ele revela ser filho de Luíza Mahin, africana livre da Costa Mina que, segundo ele, fora presa por diversas vezes, como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de pessoas escravizadas.

A sua biografia é absolutamente surpreendente, pois, depois de viver os primeiros dez anos de sua vida na capital baiana, com os seus genitores, Luiz Gama foi vendido como escravo pelo próprio pai, conduzido no Patacho Saraiva pelos mares da criminalidade, naquele período de intenso comércio interprovincial de pessoas escravizadas, entre o Nordeste açucareiro e o Sudeste cafeeiro, sendo recusado nesta região, por ser baiano. É oportuno de bom alvitre salientar que a Bahia colacionou um grande número de insurreições negras nas primeiras décadas do século XIX, culminando com a mais importante delas, a Revolta dos Malês, em 1835, da qual participou a mãe de Luiz Gama.

A partir desse importante fato, em várias províncias do Império, "ser baiano", (ou seja, ser negro procedente da Bahia) passou a ser sinônimo de revolucionário e insubordinado, originando-se daí a recusa dos mercadores de carne humana em comprar Luiz Gama.

Desembarcando no Rio de Janeiro e Santos e, logo após, andando desta cidade portuária até Campinas, Luiz Gama segue escravizado como refugo para a propriedade do comerciante Antonio Pereira Cardoso, na cidade de São Paulo, onde se alfabetiza aos 17 anos de idade, com a ajuda de um estudante de Humanidades de nome Antonio Rodrigues do Prado Júnior. Como uma fênix, no ano seguinte conquista a sua liberdade e, parafraseando o filósofo Giorgio Agamben, na linguagem e através da linguagem, passa a constituir-se como sujeito da sua própria história.

Dos 18 aos 24 anos de idade, quando exerceu o seu primeiro trabalho assalariado, na função de soldado, após ser julgado, condenado e preso por ato de suposta insubordinação, abandona a carreira militar, passando a servir como amanuense da Secretaria de Polícia de São Paulo. Depois de doze anos de serviço nessa função, no ano de 1869, se deparou com mais um conluio dos "homens da lei" contra um escravizado africano de prenome Jacinto. Partindo em defesa deste e se chocando, frontalmente, com os despachos e decisões do juiz Rego Freitas, chamando-o de incompetente, e com as determinações do chefe de polícia, Furtado de Mendonça foi, por isso, demitido do serviço público, acusado de ser turbulento e sedicioso.

Interessante o fato de ser um servidor público negro, sem diploma, sem verniz e ex-escravizado, o subversor do *status quo* naquele momento, o autor de um ato que afrontava aqueles que ostentavam anéis de brilhante nos dedos. Até porque, ao fazê-lo, o ex-escravizado colocou em risco iminente o único bem econômico que possuía: o seu emprego, que garantia, além do respeito, o seu sustento, de sua esposa Claudina Fortunata Sampaio e de seu filho, Benedito Graco Pinto da Gama.

Antes de se tornar um homem das leis, Luiz Gama apresentar-se-á *et urbi et orbi* como um homem das letras. No ano de 1859, o poeta diaspórico publicou o livro Primeiras Trovas Burlescas de Getulino, com trinta e nove poesias (lançando a segunda edição na capital do

Império, em 1861) e, posteriormente, continuou publicando seus poemas em jornais paulistanos.

Salientar-se-á que a publicação das Trovas Burlescas, no ano de 1859, reveste-se de especiais e distintos significados, sendo um deles o fato de se tratar de um feito absolutamente inédito na cena cultural brasileira, pois o país conhece, nesse ano, o primeiro trabalho publicado por um ex-escravizado. Assim, destacamos, aqui, o lugar de fala e o teor da linguagem de Luiz Gama nesse contexto. Trata-se da voz e da pena de alguém que percebe a realidade sócio-histórica brasileira, a partir de uma dupla consciência: social e racial, forjada na experiência, na memória da diáspora e na escravidão, conforme leciona o pai do pan-africanismo, W. E. B Du Bois. Ao contrário de inúmeros posicionamentos vistos na nossa literatura oitocentista – que, por vezes, reforçavam o preconceito e a existência de estereótipos racistas –, Gama usa uma linguagem pautada na sua própria experiência de negro e ex-escravizado: ela é direta, dura, intransigente e, por isso, Coelho Neto disse que "[...] seu verso é leve como a flecha: Silva, vai direto ao alvo, crava-se e fica vibrando" (BERND, 1988, p. 51). E é nessa vibração que o poder da palavra confere que sua linguagem é usada como denúncia, na desconstrução de discursos de subalternidade e na construção de um sentido positivo para a pessoa negra.

O poeta baiano é um autodidata que entrou no campo literário lançando mão de uma dupla metáfora da cultura grega e da estética negra, para afirmar a sua pertença étnicorracial no poema *Lá vai verso!*, no qual, além de ironizar e denunciar o preconceito racial do cânone da época, se apresenta como o Orfeu de Carapinha:

> [...] Quero que o mundo me encarando veja
> Um retumbante Orfeu da carapinha,
> Que a Lira desprezando, por mesquinha,
> Ao som da Marimba augusta.
>
> (GAMA, 2011, p. 15).

Entrando no teatro social e no mundo da poesia como o poeta de cabelos crespos, o filho da "mais linda pretinha" (GAMA, 2011, p.

152), ao desejar igualar-se a Orfeu, personagem da mitologia grega, também acrescenta a expressão "de carapinha". Exigindo o estatuto da igualdade para o talento negro, o poeta assume, de forma pioneira, uma pertença, uma identidade negra em terras brasileiras e, "[...] ao desprezar a 'lira', por ser 'mesquinha', faz a crítica à literatura do branco por ser ela a negação da alteridade" (CUTI, 2010, p. 67). Trata-se da desconstrução da própria lira estatuída pelo cânone e da exigência, da tentativa de construção de uma outra literatura, na qual o talento seja aceito e prestigiado independente da cor da pele de quem a escreve.

A respeito dessa literatura igualitária e identitária, vale recitar aqui alguns versos do poema *Quem sou eu*, também conhecido como Bodarrada, através dos quais o poeta dirige a sua lança sarcástica contra o poder judiciário e as elites brasileiras, supostamente brancas:

Não tolero o magistrado,
Que do brio descuidado,
Vende a lei, trai a justiça,
– Faz a todos injustiça –
Com rigor deprime o pobre
Presta abrigo ao rico, ao nobre,
E só acha horrendo crime
No mendigo, que deprime.
E que os homens poderosos
Desta arenga receosos
Hão de chamar-me tarelo,
Bode, negro, Mongibelo;
Porém eu que não me abalo,
Vou tangendo o meu badalo
Com repique impertinente,
Pondo a trote muita gente.
Se negro sou, ou sou bode
Pouco importa. O que isto pode?
Bodes há de toda casta,
Pois que a espécie é muito vasta...
Há cinzentos, há rajados,
Baios, pampas e malhados,
Bodes negros, *bodes brancos*,
E, sejamos todos francos,
Uns plebeus, e outros nobres,
Bodes ricos, bodes pobres,
Bodes sábios, importantes,
E também alguns tratantes...
Aqui n'esta boa terra,
Marram todos, tudo berra;
Nobres, condes e duquesas,
Ricas damas e marquesas.
Gentes pobres, *nobres gentes*
Em todos há *meus parentes*.
Entre a brava *militança* –
Fulge e brilha alta *bodança.*
Pois se todos têm rabicho,
Para que tanto capricho?
Haja paz, haja alegria,
Folgue e brinque a bodaria;
Cesse, pois, a matinada
Porque tudo é bodarrada! –

(GAMA, 2011, pág. 115 a 120).

Segundo Nelson Câmara, autor de O advogado dos escravos, por nós entrevistado na cidade de São Paulo, o nome 'Bodarrada' vem da palavra 'bode', que, na gíria da época, significava mulato, negro e era também a forma como os maçons eram chamados na capital paulista. A autora do livro Com a palavra Luiz Gama, Lígia Ferreira, por seu turno, informa que essa palavra era aplicada aos mestiços de pele mais escura. Observa-se que, na maior parte das situações, o termo "bode" era um estereótipo comumente usado para depreciar a população negra.

Na Bodarrada, ao afirmar que *"*Bodes há de toda a casta/ Pois que a espécie é muito vasta", o seu autor coloca todos os que se consideravam brancos como bodes, na mais absoluta condição de igualdade com os negros.

Na interpretação desse poema, em versos como "Aqui n'esta boa terra/Marram todos, tudo berra" ou "Em todos há meus parentes/Entre a brava militância/Fulge e brilha alta bodança", há também o discurso da equiparação étnica. Quanto à pretensão de Luiz Gama nesse poema, no qual, naturalmente, não fazia a arte pela arte, a professora Elciene Azevedo afirma que "[...] o fim último dessa argumentação era defender uma origem comum que sustentasse seu ideal de igualdade entre negros e brancos" (AZEVEDO, 2005, p. 63). Tal fato permite-nos afirmar que o seu autor "[...] reverte o esquema tradicional, destronando as elites e abolindo a desigualdade" (BERND, 1988 p. 53). O Orfeu de carapinha, ao tempo em que desconstrói discursos racistas que desigualam as raças, faz emergir a figura do negro igualado, quiçá empoderado, em oposição à ideia de inferiorização deste. O poeta diaspórico quebra as hierarquias, por dessacralizar aqueles que o cânone tinha por superiores.

O verso "Pois se todos têm rabicho/Para que tanto capricho?/ Cesse, pois, a matinada,/Porque tudo é bodarada!" também reforça o pensamento de igualdade racial, pois o desmonte que ele provoca cria uma dubiedade, na qual a aplicação pejorativa da palavra "bode" passa a ser aplicada a todos os extratos étnicos e (sociais) do país, em uma clara proposta de nivelação.

Vale ressaltar, ainda, que, além de abrir caminho para Lima Barreto, Cruz e Sousa e outros escritores de carapinha, nos poemas Meus Amores, A Cativa e Lá vai verso, Luiz Gama mais uma vez desvela um absoluto ineditismo: trata-se da primeira voz literária

brasileira a desconstruir os critérios de estética para a beleza feminina e incluir a mulher negra nos padrões de beleza a serem cultuados por aquela sociedade. No poema *A Cativa*, enaltecendo a sua mãe, o poeta coloca a mulher negra na condição de soberana, de rainha, ou seja, de igualdade com a mulher branca:

> Como era linda, meu Deus!
> Não tinha da neve a cor,
> Mas no moreno semblante
> Brilhavam raios de amor.
> (...) Não te afastes, lhe suplico,
> És do meu peito rainha;
> Não te afastes, n'este peito
> Tens um trono, mulatinha!...
>
> (GAMA, 2011, p. 136-137).

Nestes versos da escrita de Luiz Gama notamos a desconstrução, o desmonte da lógica dominante e a ressignificação da estética negra. Trata-se de uma linguagem que, ao desconstruir uma ideia, um estereótipo, contribui para construir um novo conceito.

No poema *A cativa*, o intelectual diaspórico traduz a mulher negra com a mesma formosura com que o cânone o faz em relação à suposta beleza da mulher branca. Assim, também nesse quesito da estética feminina, trata-se da desconstrução do discurso da desigualdade e da inferioridade, em uma imagem de positivação e empoderamento da mulher de tez negra.

Nota-se, além da beleza da mulher "cor de azeviche", o realce que o poeta diaspórico dá ao poder dessa beleza, capaz de silenciar poderosos de tez branca, na metáfora que ele faz usando a figura do leão, que o senso comum tem confundido como o rei da selva, conforme se observa nestes versos do poema "Lá vai verso":

[...]
Oh! Musa de Guiné, cor de azeviche,
Estátua de granito denegrido,
Ante quem o Leão se põe rendido,
Despido de atroz braveza

(GAMA, 2011, p.14)

Dessa forma, a história contada sob a ótica do negro brasileiro, alterando o papel atribuído a este pelos grupos hegemônicos, cria a vertente literária na qual ele, de "objeto do discurso" passa a ser "sujeito de discurso", narrador da sua própria epopeia.

Assim construía Luiz Gama a sua trajetória na arena racista, denunciando sarcasticamente o racismo e desmontando as representações que a sociedade brasileira fazia de uma suposta superioridade branca. Com o seu exemplo e trajetória de intelectual, ele se insurgiu contra os estereótipos em sua obra literária, deixando evidente que o negro poderia desempenhar qualquer atividade de cunho não-braçal. Note-se que, além de ser um exemplo de vida, ele usa o domínio da palavra também para atuar como intelectual orgânico, militante, ao qual faz referência Stuart Hall. Inspirando-se nas lições de Gramsci, esse representante dos estudos culturais vê o intelectual na dupla função de pensador e cidadão engajado com as causas humanas.

A pena do autodidata da diáspora afro-baiana deixa patente uma pertença negra, a começar pela referência sempre presente da sua mãe, homenageada como patronesse onomástica de uma praça na Freguesia do Ó, na capital paulista. Na sua carta autobiográfica exposta no trabalho intitulado Com a palavra, Luiz Gama, de Lígia Ferreira, ele a descreve:

> Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação) de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.
>
> Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

> Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito. Era dotada de atividade (FERREIRA, 2011, p. 199).

Nesta e em outras escritas de si, o poeta discorre sobre a sua mãe com a maior proximidade e identidade, como alguém que tem orgulho da sua ascendência materna negra. Ao contrário do pai português que o vendera, e a quem o Orfeu de carapinha disse "[...] poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa" (FERREIRA, 2011, p. 200), ocultando o seu nome. Contudo, por Luíza Mahin, ele nutria sentimentos de amor, admiração e orgulho, como se evidencia da leitura do verso abaixo, do poema "Minha mãe":

> Era mui bela e formosa,
> Era a mais linda pretinha,
> Da adusta Líbia Rainha,
> E no Brasil pobre escrava!
> Oh, que saudades que eu tenho.
> Dos seus mimosos carinhos.
>
> (GAMA, 2011, p. 152).

Do lugar de fala do intelectual diaspórico, percebe-se, *prima facie*, qual é o lugar do seu campo literário-linguístico, pois ele demonstra ter uma contundente posicionalidade negra. A escravidão a que fora submetido, o racismo, o discurso segregador que desigualizava negros e brancos o fez perceber-se como negro. Assim, sabendo-se "diferente" e disputando espaços do poder que a palavra confere a alguém que domina o seu uso, ele desconstrói os padrões culturais estabelecidos, jogando luzes para um posterior empoderamento da população negra.

Por ser diferente do padrão estatuído, o poeta de carapinha tinha consciência de qual era o lugar que o racismo havia reservado para ele. Foi o seu enfrentamento a este que enssejou, em grande estilo, o discurso da igualdade racial em terras brasileiras. E, dessa forma, com originalidade e autenticidade, o Orfeu Negro ia desafiando o destino que lhe fora imposto, construindo o seu nome e insculpindo o seu lugar nas margens da literatura brasileira.

A sua poesia engajada, enunciando vários eus líricos negros, denunciando, ironizando, desmontando a lógica das relações de poder e dominação, além de criar laços identitários, possui o condão de colocar o negro como agente, em condição de igualdade, como pessoa com capacidade cognitiva e mesmo com uma história intelectual. Apesar (e por causa) das duras e conflituosas condições de relações de poder impostas pelo sistema escravista brasileiro, das suas próprias entranhas e margens, surgiu o discurso identitário e paritário de Luiz Gama, a sua reação e de tantos outros seus iguais. A abolição da escravidão será também obra deles, ao contrário do que pensam alguns, que a veem como obra apenas de brancos.

E a epopéia do Orfeu de carapinha não acaba no campo da literatura. Ele, sempre usando da linguagem para se constituir como sujeito e agente da História, continuará a construir a sua trajetória na Província de São Paulo e sua fama chegará aos ouvidos de toda a elite escravocrata, em todos os rincões do Império Brasileiro. O motivo: o "pretinho da Costa", apagado e silenciado como poeta pelo cânone cultural, além de atacar o poder do Imperador e a Santa Igreja Católica, pregando de forma escancarada a ideia republicana e a abolição da escravidão, resolveu afrontar as elites de vez, defendendo uma ideia de vanguarda: a absolvição do escravizado que mata o seu senhor, caracterizando tal fato como legítima defesa.

Tratava-se de mais uma desconstrução da desigualdade entre as raças e cujo objetivo era promover a própria igualdade racial. Como aquela sociedade da dissimulação e do conluio teria entendido tamanha pretensão?

E ele, Luiz Gama, que emergiu das margens do tecido social como uma fênix, triunfando sobre a História, além de poeta, advogado, líder maçônico e jornalista, peticionando na Justiça e para diversos jornais, prepara-se para novas tessituras que colocarão em xeque lógicas e desmontarão outras construções. Não apenas os saraus literários, mas os espaços do poder judiciário, dos comícios de rua e todos os espaços se constituirão em arenas do tenso jogo das relações raciais, para fazer ecoar e potencializar a força da sua voz, que clamava e exigia justiça. Afinal, trata-se de um homem das leis e das letras, que possui várias faces, mas um só discurso: o da igualdade entre negros e brancos.

Em finais do ano de 1869, depois de Luiz Gama ser vítima do racismo, sendo recusado como colega pelos alunos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, na capital paulista, ele ingressa com o pedido de Provisão para advogar no Tribunal da Relação de São Paulo (processo tombado sob o nº 28/1869, que se encontra no lote 201007000098, caixa 322, do Arquivo Público do Estado de São Paulo), sendo esse pedido deferido em sete dias:

> Luiz Gonzaga Pinto da Gama, desejando solicitar no fôro d'esta cidade, interinamente, vem requerer a V. E. que, satisfeitos os requisitos legais, manda passar-lhe a provisão respectiva; e P. a V. benigno deferimento (São Paulo, 20/12/1869)

A pesquisa que fizemos no Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo e no Arquivo Público do Estado de São Paulo, para a escrita da dissertação de mestrado **Entre as Leis e as Letras: escrevivências identitárias negras de Luiz Gama,** que defendemos na Universidade do Estado da Bahia, trouxe a lume alguns processos judiciais nos quais atuou o advogado baiano. Além de nos dar a percepção de resistência da população negra pela via judicial e de como Luiz Gama, enquanto operador do direito, atribuía um novo significado jurídico e político à pessoa do negro, esses processos revelam, também, que, para este, a cor da sua pele o colocava sob suspeição, razão pela qual a liberdade de negros e "pardos" alforriados estava sempre precária, por um fio, como bem acentua o pesquisador Sidney Chalhoub no seu trabalho intitulado **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista.** O estado permanente de exceção fazia com que a pessoa negra pudesse ser presa por diversas situações banais, inclusive por andar na rua à noite. Essas prisões ocorriam ao arrepio da própria Lei do estado de exceção monarquista. A justificativa para tais ações era a prevenção de crimes que poderiam acontecer, recorrendo-se a pressupostos epistemológicos e racistas da criminologia brasileira, sob a ótica da Antropologia Criminal.

Segundo Lílian Moritz Schwarcz, no trabalho intitulado **O espetáculo das raças,** a adoção, por intelectuais brasileiros, de teorias raciais inspiradas nessas ideias e no pensamento de Charles Darwin

e de Arthur de Gobineau, a adoção dava foros de ciência ao racismo no Brasil e impregnava instituições em geral, as produções culturais e, dentre estas, a literatura, o campo jornalístico, jurídico, entre outros. Enquanto esses representantes da *sciencia* discutiam e propagavam suas ideias, a poesia oitocentista de Luiz Gama denunciava: "a ciência é de encomenda" (GAMA, 2012, p. 131), desqualificando-a. Até porque Gama percebia que essa ciência com forte viés racista era um dos dispositivos usados para ajudar a propiciar o ambiente ideal para a atuação de delegados de polícia e juízes, que efetuavam e chancelavam as prisões daquele considerado "criminoso nato", ou seja, o negro.

Naquele contexto escravagista e racista, até mesmo integrantes negros do próprio aparato policial poderiam ser presos por seus colegas de profissão. Um desses casos implicou *habeas corpus* requerido no Tribunal da Relação de São Paulo, por Luiz Gama, no processo nº 74/1881. Da sua análise percebe-se que o ex-praça do Corpo Policial Permanente, transferido para a Companhia-Militar de Guardas-Urbanos, Francisco Sant'Anna dos Santos, mesmo alforriado, fora preso como "negro fugido".

Inobstante a força do conluio jurídico, que o colocava em constantes choques com juízes e curadores de escravizados, o advogado da diáspora baiana fazia publicar anúncios nos jornais, oferecendo-se para defender gratuitamente as causas de liberdade, como se observa no anúncio:

> São Paulo
>
> LUIZ G. P. DA GAMA, continua a tratar cauzas de liberdade. Outro sim, responde consultas para fóra da capital, tudo sem retribuição alguma (FERREIRA, 2011, p. 132)

No final dos anos 1860, o novel advogado, pobre e desempregado, fazia da sua própria residência, na hoje conhecida e popular Rua 25 de Março, o seu escritório, e ali atendia seus clientes.

Essas centenas de ações de liberdade propositadas, individuais ou plúrimas em comarcas paulistas pelo advogado diaspórico, tinham como instrumento jurídico principal o *habeas corpus*, atualmente insculpido no inciso LXVIII do artigo 5º da Constituição Federal. Esse

instituto jurídico surgiu no Brasil através do Código Criminal de 1830 e passou a ser utilizado na justiça brasileira, depois da edição da sua norma processual: o Código de Processo Criminal, de 29 de novembro de 1832. Observe-se que os advogados, a exemplo de Luiz Gama, ao utilizarem a ação do *habeas corpus* como instrumento para auferir liberdade a pessoas escravizadas, estavam ressignificando o ser negro, pois isso o incluía na esfera do "cidadão", no rol dos portadores de direitos.

Salientar-se-á, entretanto, que a Constituição de 1824 se referia a cidadão, mas a pessoa escravizada não era considerada cidadã, e sim um bem semovente. Essa era a concepção do direito positivo brasileiro, e muitos juízes de direito negavam essas ações de *habeas corpus* usando esse argumento.

Talvez por essas características elitistas e excludentes da lei fundamental do país, o causídico Luiz Gama a tenha desprezado, não fazendo qualquer menção direta aos seus dispositivos, nos processos nos quais atuou. É o poeta que, bem à maneira do seu habitual sarcasmo, faz uso de uma corruptela da palavra Constituição para, sem nenhuma reverência, referir-se à chamada lei maior, na poesia Sortimento de gorras:

> [...] Se a Lei Fundamental – Constipação,
> Faz o papel de falaz camaleão,
> E surgindo no tempo de eleições,
> Aos patetas ilude, aos toleirões [...]
>
> (GAMA, 2011, p. 24)

Observe-se que, através de um trocadilho, o poeta substitui a palavra Constituição pela palavra Constipação, para equipará-la à doença de prisão de ventre, profanando a lei que os juristas têm como sagrada e intocável, caracterizando-a como uma norma que ilude o povo e cuja interpretação muda ao bel prazer dos interesses políticos.

O maior número de processos nos quais advogou o causídico diaspórico, por nós localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,

foi de autores escravizados ou alforriados negros, evidenciando a relação de alteridade e proximidade desse advogado com os infortúnios e angústias daqueles que ele, de alguma forma, considerava serem os seus pares.

O processo da africana Luíza é uma das primeiras causas aceitas por ele, depois da concessão da sua provisão. Na primeira página dos autos de nº 71/1870, o seu advogado conta a história dessa africana boçal que, entre os anos de 1843 a 1846, fora importada, contrariando a lei de 7 de novembro 1831, sendo este, aliás, um dos maiores fundamentos jurídicos das ações de liberdade impetradas por Gama.

Uma causa do advogado, que não apenas evidencia alteridade, mas contribui também para dar um novo significado à condição jurídica do negro, é o processo 60/1880, do menor Luiz, de 14 anos de idade. Em petição de *habeas corpus* assinada e protocolada no Tribunal da Relação de São Paulo, em 29 de julho de 1880, Luiz Gama informa que, mesmo alforriado, o seu cliente fora penhorado pelo credor do seu ex-senhor. Para garantir a execução processual, o menor foi posto na cadeia, a título de depósito, mas Luiz Gama conseguiu fazer com que o juiz da causa o transformasse em terceiro embargante, reconhecendo personalidade jurídica ao menor e determinando a sua libertação até o julgamento da ação principal.

Uma causa emblemática foi a prisão de Felipe e João Ricardo, enquadrados pelas polícias paulistas como suspeitos de serem escravos fugidos. Em 11 de junho de 1877, Luiz Gama ingressa na Segunda Instância Criminal paulista com a petição de habeas corpus visando a soltura desses dois pacientes, tombada por aquele juízo sob o número 26/1877 e hoje arquivada na caixa 482 (registro 29.2010.0700.616) do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Essa peça processual é um libelo de denúncias das ações da polícia brasileira contra a população negra e ela reflete o lugar de fala do seu autor – um ex-escravizado, que ressignificou a sua própria existência tornando-se advogado, e que usou a linguagem jurídica, o talento profissional e sua militância como instrumentos de ressignificação da imagem de outros tantos negros escravizados e livres. A história que ela, a peça processual, conta parece ter um eco de infinitas proporções: ultrapassando as barreiras de tempo e de espaço, milhões de negros espalhados pelo Brasil se vêem nela

porque provavelmente já passaram pela mesma situação de insegurança jurídica por que passaram João Ricardo e Felipe.

A indignação e a perplexidade do advogado Luiz Gama, que escreve a ação de habeas corpus, são percebidas, de imediato, através dos pontos de exclamação que insculpe exatamente nas linhas em que expõe sobre o autor da prisão, o motivo e o tempo da sua duração. Segundo o causídico diaspórico, os seus clientes João Ricardo e Felipe estavam presos há três anos em um ato de "bárbara violência" da polícia paulista, pelo simples fato de serem negros e, portanto, suspeitos de terem fugido do cativeiro. Eles foram presos para "averiguações policiais", em um país onde a Constituição, em seu artigo 179, inciso VIII, dizia que "ninguém poderá ser preso sem culpa formada [...]" (CAMPANHOLE, 1989, p. 768) e cujo artigo 148 do Código de Processo Criminal dizia que "a formação da culpa não excederá o termo de oito dias, depois da entrada na prisão" (CÂMARA, 2010, p. 190).

Provavelmente essas vítimas do racismo institucional ficariam *ad infinitum* no cárcere e teriam morrido na cadeia, se não fosse a ação libertária do advogado. O artigo 353 do mesmo estatuto jurídico processual, por sua vez, previa ser ilegal a prisão "quando o réu esteja na cadeia sem ser processado por mais tempo do que marca a lei" (CÂMARA, 2010, p. 191), razão pela qual o advogado negro, estupefato com a duração de três anos de prisão, informa a sua ilegalidade.

Quais eram os critérios da suspeição? Ser negro e ter cicatrizes de castigos, ao que tudo indica, foram a senha para a polícia ver no cliente de Luiz Gama ,de prenome João, um negro fugido, conforme se percebe às fls. 14 dos autos, logo no início das informações prestadas ao tribunal pelo chefe de polícia de São Paulo, Elias Antonio Pacheco e Chaves, em 19 de junho de 1877:

> Em officio de 8 de Dezembro de 1875, participou a Delegacia de Policia da Cidade de São José dos Campos que mandária recolher à prisão um homem de côr preta, que vagava naquelle Termo sem saber de donde vinha e para onde ia, parecendo ser captivo, em vista dos signaes que mostrava o corpo, desde os hombros até as nadegas, alem de um signal em forma de S, sobre o lado direito das costas, feito a ferro e fogo.

Através do documento acima, notamos que a Polícia, após dois dias de ter visto o "homem de cor preta" e com sinais de tortura, o recambiou para a capital paulista, onde ele não teria apresentado "[...] documento algum que abonasse seo estado livre, seo meio honesto de vida". Observe-se que o estado de exceção via o negro na condição de escravizado fugido ou criminoso, por isso exigia dele não apenas a carta de alforria provando que era livre, mas também prova de que não era ladrão. Se parte do relatório policial escrito pelo chefe Elias Antonio indignava o advogado Luiz Gama, não menos repugnante deveria ser a leitura das informações prestadas no dia 18 de junho de 1877 pelo juiz de primeira instância, Bellarmino Peregrino da Gama, explicando o porquê das prisões e afirmando estar amparado legalmente em um regulamento provincial de 20 de julho de 1856:

> [...] são arrecadados, como bens do evento,pelas autoridades judiciárias, os escravos e animaes, cujos donos não apparecem á reclamal-os dentro do prazo dos annuncios, mandados fazer pela Policia; e arrematados se no decurso de 60 dias dos editaes para a arrematação, não se apresenta alguem que justifique serem seus esses bens, assim arrecadados, que quando escravos, são recolhidos á cadeia [..].

Chama a atenção do leitor a representação da pessoa negra no discurso do magistrado, que a vê sem dignidade, desprovida de humanidade, a quem o tratamento dispensado era o mesmo dado aos animais, no momento em que discorre sobre os procedimentos de recolhê-lo das ruas e mandá-lo às prisões. Contudo, a ignorância sobre a existência dos artigos da Lei do Ventre Livre, editada em 1871 e que, por ser uma lei de abrangência nacional derrogaria qualquer norma provincial, o coloca em igual desconforto, quer seja por desconhecimento dessa lei ou por parcialidade nas suas decisões.

Estando o advogado Luiz Gama e os representantes do estado de exceção em lugares de fala diametralmente opostos, percebe-se a representação humanizada dos negros presos na linguagem do causídico: tidos como bárbaros e violentos pela sociedade imperial, são exatamente eles as vítimas do "enorme atenttado" da polícia, em uma inversão da lógica. Na voz e na pena do advogado, os sentimentos

daquelas pessoas podiam ser expressados com alguma fidelidade pelo simples lugar de fala de ambos: de negros, de ex-escravizados.

Interessante é perceber como os argumentos do defensor de João Ricardo e Felipe ressignificam a sua condição de bens semoventes, ao usar a expressão "homem" e ao referir-se a eles invocando o direito natural à liberdade que tem todo ser humano, pois "todo o homem se presume livre". João Ricardo e Felipe poderiam até ser escravizados fugidos e ter mudado de nomes, como se percebe nas sustentações do delegado de polícia, até porque esses fatos tornaram-se comuns na segunda metade do século XIX. Todavia, Luiz Gama informa no habeas corpus que eles são "livres perante o direito" e estão "illegalmente presos". Mas livres perante qual direito? Quais são os fundamentos jurídicos dessa alegação? Se fossem realmente negros fugidos, não haveria, para a pretensão deles, amparo no ordenamento jurídico brasileiro. Provavelmente o advogado tinha uma ampla estratégia em sua argumentação a favor do direito à liberdade de seus clientes. Caso não ficasse provado que eles eram fugidos, até porque o advogado invoca a presunção de inocência, seriam postos em liberdade. E também por que, a quem caberia provar as razões da prisão de alguém: ao próprio preso ou a quem o prende em nome do dispositivo jurídico? Obviamente que à autoridade autora da prisão, à qual Luiz Gama, em um sarcasmo – também presente na sua linguagem poética e jurídica – diz que "resolveu o problema, arvorando a suspeita em fundamento legal, e estatuindo o systhema das indagaçoens perpetuas", para uma suposta garantia do direito.

A uma Polícia que exigia a apresentação da carta de alforria à pessoa negra presa, Luiz Gama informa e cobra a inversão do ônus da prova. Observe-se que esse profissional do Direito alega que ninguém "[...] é obrigado a provar essa condição [de livre], que é intuitiva", logo, cabe ao órgão policial provar a condição de não livre. Como durante três anos (!), este não tinha conseguido provar tal condição, pretendendo indagar e aprisionar *ad eternum* aqueles dois homens negros, o advogado exigia as suas solturas.

Saindo das razões de fato para as suas razões de direito, o advogado negro exibe linguagem didática e lucidez jurídica, inclusive

grifando e colocando as ideias mais relevantes em flagrante evidência, para chamar a atenção dos julgadores da causa.

Partindo da hipótese de que o Tribunal da Relação entendesse que João Ricardo e Felipe fossem escravizados não procurados por seus donos e que pudessem ser colocados em leilão, o habilidoso advogado pergunta: "como seriam elles vendidos em hasta-publica, sem exhibição da matricula especial?" Logo em seguida ele articula nova interrogação ao Juízo: "como se dará a Fazenda Nacional, na segunda hipothese, por proprietaria ou dona de escravos, aliás sem donos, e abandonados pelos senhores, em favor do artigo 6º da Lei N. 2040 – de 28 de Settembro de 1871?"

Nesse questionamento o advogado está a se referir à lei do Ventre Livre pois, após ela, a matrícula de escravizados passou a ser obrigatória. Tal dispositivo legal reclamou a edição desse decreto regulamentar de número 4835, citado por Luiz Gama (CÂMARA, 2010, p. 189). Ora, se não existem provas nos autos sobre a possibilidade de João Ricardo e Felipe serem negros fugidos, restaria a hipótese de terem sido abandonados pelos senhores, o que ensejaria, também, as suas solturas, à luz do parágrafo 2º do artigo 87 desse decreto citado pelo advogado, que diz: "os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados à matrícula até um ano depois do encerramento desta, serão por esse fato considerados libertos" (CÂMARA, 2010, p. 189).

Eles não tinham matrícula (pelo menos a existência dela não foi citada nos autos) e, como a Lei deu o prazo de um ano, a partir de 1871, para os senhores matricularem as pessoas por eles escravizadas, sob pena de perder o senhorio, em tese, estando no ano de 1877, eram livres. Colocá-los em leilão seria ir contra a Lei, pois escravizados abandonados são livres.

Não podendo a Fazenda Nacional vendê-los, porque eles, além de abandonados, não tinham matrícula, Luiz Gama lança, nas linhas seguintes, novo questionamento sobre o poder do Governo em cuidar e manter o domínio de filhos de filhas de escravas, sendo este poder reservado às associações, casas de expostos e particulares.

Em seguida, o advogado faz nova provocação aos julgadores, dessa vez colocando a saia justa que uma hipotética e contraditória

decisão desfavorável aos seus clientes poderia causar ao próprio governo: "Como se-harmonisará tudo isto com o parecer do Exmo. Procurador da Corôa e Soberania Nacional?". Ou seja: diante da falta absoluta de provas e de tantos questionamentos jurídicos, aos quais o tribunal não poderia responder, qual seria o parecer do procurador sobre o caso em tela?

Com todas essas perguntas, Luiz Gama quer fazer perceber aos julgadores da segunda instância paulista que, diante da falta de provas, não restará a eles outra alternativa a não ser declarar ilegal a prisão de João Ricardo e Felipe e determinar as suas solturas.

Em outra estratégia de defesa, para a hipótese no caso de, no curso do processo surgissem provas, indícios ou presunções de que os seus clientes eram negros fugidos, quais alegações teriam o condão de convencer os integrantes do Tribunal da Relação a lhes dar a liberdade? Para essa hipótese, Luiz Gama invoca um princípio do Direito Romano (que ele entendia ser universal): o direito natural. Invocar essa criação do contraditório Império que criou o Direito e procurou legitimar a escravidão foi a solução encontrada pelo advogado para conseguir a vitória do seu múnus advocatício.

A defesa da teoria do direito natural não foi algo novo na vida de Luiz Gama, pois, em 1859, quando ele lançou as *Trovas*, escreveu o seguinte verso no poema Que mundo é este?:

> **[...]** Vejo-o livre feito escravo
> Pelas leis da prepotência;
> Vejo a riqueza em demência
> Postergando a natureza [...]
>
> (GAMA, 2011, p. 130).

Percebe-se na expressão "postergando a natureza" a concepção do direito natural à liberdade, que um dia viria, segundo o poeta. Infere-se, também, que Luiz Gama vê a escravidão como um instituto criado por dispositivos tirânicos e que ninguém nasce escravo, é tornado escravo pelo sistema opressor.

A invocação de argumentos fundamentados em uma suposta lei natural na linguagem jurídica de Gama evidencia, além de um novo sentido de positivação da população negra, também um curioso esforço jurídico do advogado, no sentido de invocar algum parâmetro filosófico ou legal que servisse de esteio para dar guarida a sua causa, em suas várias estratégias de defesa. Prova disso é, também, o que se observa no 5º parágrafo do seu libelo em defesa dos suplicantes: a despeito de ter decorrido mais de meio século da independência do Brasil e da criação do seu sistema político-jurídico, até mesmo um dispositivo editado em 1680 pela antiga metrópole – e, portanto, peça fora do ordenamento jurídico do país – fora utilizado para convencer o tribunal de que são "[...] mais fortes, por serem mais racionais e conformes ao direito-natural, as rasões em favor da liberdade" (*sic*).

Por fim, em 19 de junho de 1877, em um rito sumário que durou oito dias, da sua propositura até a sua decisão final, às fls. 25 dos autos o Tribunal da Relação exarou o seu acórdão, determinando a soltura de João Ricardo e Felipe: "Accordão em Relação que vistas as informações [ilegível) concedem a soltura requerida, visto não haver justa cauza para continuarem os pacientes na prizão em que se achão". No mesmo dia os autos foram entregues ao cartório "e feitas as diligências ordenadas" pelo tribunal.

A constatação dessa linguagem de ruptura que ressignifica possui o seu clímax, não se sabe exatamente quando, porque, conforme fora anteriormente assinalado, as palavras ditas ao vento (sobretudo por quem os cânones não dão a devida importância), nem sempre se perpetuam. Mas diversos autores dão realce a esse momento histórico, no qual um ex-escravo, ressignificado na figura de homem da Lei, defende o instituto da legítima defesa do escravizado contra aquele que se apropriou da sua vida, arvorando-se a um suposto direito/poder de propriedade sobre o outro.

Alguns autores silenciam sobre esse possível ato de ousadia e ruptura do advogado negro no Tribunal do Júri da cidade de Araraquara. Entretanto, sobre essa mesma ideia jurídica e também sobre esse linchamento de quatro homens escravizados que mataram o filho do seu senhor, o próprio Luiz Gama os registra em um único documento escrito: uma carta endereçada ao seu amigo e jornalista Ferreira de

Menezes, que fora publicada na edição do Jornal Província de São Paulo, em 18 de dezembro de 1880, na qual ele afirma:

> [...] Acabo de ler na *Gazeta do Povo* o martirológio sublime dos quatro Espártacos que mataram o infeliz filho do fazendeiro Valeriano José do Vale. [...] o escravo que mata o senhor, que cumpre uma prescrição inevitável de direito natural, e o povo indigno, que assassina heróis, jamais se confundirão. Eu, que invejo com profundo sentimento estes quatro apóstolos do dever, morreria de nojo, por torpeza, achar-me entre essa horda inqualificável de assassinos (FERREIRA, 2011, p. 153-154).

Em qual ato estaria o crime, na concepção de Gama? No primeiro, do escravizado que mata para se livrar do seu algoz que o escraviza e o oprime ou no ato de assassinato cometido pela multidão?

Vale salientar que, apesar de o Código Criminal de 1830 ter trazido a possibilidade de a legítima defesa ser justificável, o estatuto da escravidão continuava a representar o escravizado apenas como um "bem que se move", desprovido de quaisquer direitos. O artigo 14 desse código informa que a ação da legítima defesa não terá punição nas hipóteses de o assassino ter tirado a vida de alguém para evitar o mal maior (ou seja, a sua própria morte ou de alguém de sua família), mas esse dispositivo não valia para o escravizado.

Gama, através da ideia do direito de legítima defesa ao escravizado, reclamava a igualdade perante a lei penal para este. Os quatro escravizados que mataram o filho do seu senhor, aos quais Gama se refere na carta publicada no jornal A Província de São Paulo, teriam agido "por uma força invencível, por um ímpeto indomável, por um movimento soberano do instinto revoltado" (FERREIRA, 2011, p. 154). O belo escrito jornalístico no qual Gama expõe a polêmica ideia é um verdadeiro libelo da liberdade e da igualdade. No final, ele conclui:

> Esses quatro negros, espicaçados pelo povo, ou por uma aluvião de abutres não eram quatro homens, eram quatro ideias, quatro luzes, quatro astros; em uma convulsão sidérea desfizeram-se, pulverizaram-se, formaram-se uma nebulosa. Nas épocas por vir, os sábios astrônomos, os Aragos do futuro hão de notá-los entre os planetas: os sóis produzem mundos (FERREIRA, 2011, p. 156).

A proposição da radical e inovadora ideia coloca Luiz Gama como um pensador de vanguarda. A admiração do advogado diaspórico por jovens oriundos das elites brancas evidenciava uma forma de ressignificação da imagem do negro no imaginário de parte dessas elites. Luiz Gama surgia como o advogado empoderado, cuja trajetória de vida, ideias e atuação militante eram aplaudidas por muitos. Espelhar-se no negro oriundo da diáspora africana, ser um advogado altivo como ele, passou a ser o desejo de muitos jovens brancos. Nesse aspecto, também, identificamos a ressignificação identitária, considerando o contexto histórico brasileiro, que era impregnado pelo racismo científico.

A linguagem de positivação do negro entoada em seu discurso jurídico era o outro lado da moeda: se, de um lado, o advogado empoderado se afirma como negro (e se torna respeitado) naquela sociedade que o negava e se esforçava para ser branca, as suas ideias e a sua atuação militante também favorecem esse empoderamento da população negra escravizada e livre. A sua atuação e a sua linguagem favorecem essa afirmação identitária negra, pois aflora uma nova concepção que exalta o ser negro.

Note-se que os fios que tecem essa linguagem escrita nas páginas do jornal são os mesmos da petição judicial de João Ricardo e Felipe que informam ser "o captiveiro contrario á natureza" e, portanto, um obstáculo à cidadania negra. E são, também, os mesmos fios do discurso exarado por sua verve poética, através da qual o Orfeu de Carapinha afirma: "Vejo a riqueza em demência/Postergando a natureza".

Entrelaçando os fios da sua linguagem poética e jurídica, Luiz Gama atribui um novo significado ao ser negro no Brasil.

Ao tomar posse na presidência do Instituto dos Advogados, no Rio de Janeiro, em 1911, Ruy Barbosa afirmou: "Para não nomear vivos, lembrarei apenas Luiz Gama... (aplausos repetidos). Uma das raras fortunas de minha vida é a de ter cultivado intimamente sua amizade, em lutas que nunca esquecerei" (CÂMARA, 2009, p. 273). E, logo depois se referiu a ele como "[...] um espírito genial; uma torrente de eloquência, de dialética e de graça" (CÂMARA, 2009, p. 273).

Silenciado pelo cânone hegemônico por mais de um século, nos últimos anos Luiz Gama vem sendo reconhecido e homenageado:

a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil lhe outorgou o título de advogado e a Faculdade de Direito do Largo São Francisco convidou um seu descendente para descerrar a fita do quadro com o seu retrato, que fora colocado em uma das salas da respeitada instituição. E, em 16 de janeiro de 2018, as leis federais 13.628 e 13.629 foram sancionadas, declarando Luiz Gonzaga Pinto da Gama Patrono da Abolição da escravidão do Brasil e fazendo inscrever o seu nome no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Como a lua do poeta Fernando Pessoa, esse baiano viveu alto!

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de**. O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BROOKSHAW, David. **Raça & cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CÂMARA, Nelson. **O advogado dos escravos**: Luiz Gama. São Paulo: Lettera.doc, 2010.

CAMPANHOLE, Adriano e outro. **Constituições do Brasil.** São Paulo: Editora Atlas, 1989.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: companhia das letras, **2009**.

CUTI. Literatura **Negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FERREIRA, Ligia Fonseca. **Com a palavra, Luiz Gama**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

GAMA, Luiz. **Primeiras trovas burlescas de Getulino**. Salvador: P55 Edições, 2011.

HALL, Stuart. **Estudos culturais e seu legado teórico.** In: Da diáspora: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaide La Guardiã Resende ... (Et al). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MENNUCCI, Sud. **O precursor do abolicionismo no Brasil:** Luiz Gama. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

SANTOS, Jair Cardoso. **Entre as Leis e as Letras**: escrevivências identitárias negras de Luiz Gama. Salvador: Editora Quarteto, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Editora Schwarcz, 2015.

SUMARIVA, Paulo. **Criminologia**: teoria e prática. Niteroi, RJ: Impetus, 2015.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

Discurso

O IGHB OU CENTRO PERMANENTE DE RENOVAÇÃO

Joaci Góes
Orador Oficial/IGHB

É possível que o nosso IGHB possa ser considerado o modelo síntese da reação da sociedade brasileira à ação predatória do Corona Vírus, que veio impor ao Mundo uma alteração, de certo modo uniforme, em sua conduta existencial, ao romper, dolorosa e desconfortavelmente, com sua natural vocação gregária e adotar, compulsoriamente, o isolamento social como imperativo de sua sobrevivência, neste pandêmico ano de 2020. Como acontece em toda parte, o IGHB ajustou suas ações ao novo momento, optando pelos encontros virtuais, *on-line*, na realização de sua programação, sem perder, porém, o alcance de sua elevada missão como agente promotor dos valores mais altos da cultura baiana. Como prova de sua permanente capacidade de adaptação a novos ambientes, é possível que a rica agenda de encontros promovidos pelo IGHB tenha sido a de mais amplo alcance entre as entidades culturais da Bahia e do Nordeste Brasileiro, ao longo de toda a quarentena.

É verdade que ainda nos meses iniciais do ano, antes da quarentena, a Casa da Bahia realizou dois importantes eventos presenciais. No dia 29 de janeiro, demos início às atividades anuais do Instituto com o lançamento do livro Consuelo Pondé de Sena*, in memoriam*, obra organizada pelo saudoso polímata Edivaldo Machado Boaventura, nosso insubstituível Orador Oficial, que nos deixou em 22/8/2018, e editada pela Assembleia Legislativa da Bahia. A historiadora Consuelo Pondé de Sena continua sendo, em nosso imaginário coletivo, a eterna Presidente. O segundo grande evento aconteceu no dia 06/02, quando

o antropólogo Luiz Mott discorreu com sua notória autoridade sobre o "Roteiro Histórico da Bahia Sodomítica: ruas, igrejas, casas e palácios relacionados aos personagens LGBT da antiga Salvador."

Por razões óbvias, algumas solenidades, rotineiramente integrantes das festividades do dia 13 de maio, foram transferidas para a agenda de 2021, como a posse de novos associados e a outorga da Medalha e Diploma do Mérito Bernardino de Souza.

Lamentavelmente, porém, nem tudo são flores, em nossas vidas, independentemente da ocorrência de fatos imprevisíveis, como a Covid 19. Em 2019, perdemos a professora Daniela Sarno, no dia 18 de maio e, uma semana depois, no dia 25, o renomado economista Victor Gradin. Além de sua marcante colaboração ao planejamento estratégico das ações de Governo, em nosso Estado, Victor Gradin foi um dos mais bem-sucedidos empresários baianos, como dirigente e acionista do Grupo Odebrecht. Em junho, no dia 12, despedimo-nos do Conselheiro Adhemar Martins Bento Gomes, cuja simpática silhueta de ébano, inteligente e culta, compôs por décadas o cenário cultural de Salvador. No corrente 2020, ainda em curso, nossas perdas já foram mais numerosas. No dia 02 de fevereiro, foi a vez do professor Lourisvaldo Valentim da Silva, seguido do conhecido político Fernando Schmidt, ex-deputado, secretário de estado e presidente do Esporte Clube Bahia. João Carlos Teixeira Gomes, o Pena de Aço, um dos maiores intelectuais do País, membro da Academia de Letras da Bahia, deixou-nos no dia 18 de junho, seguido, quatro dias depois, pelo notável historiador Luis Henrique Dias Tavares, também membro da ALB, reconhecido, nacionalmente, como o autor da mais completa história da Bahia. O historiador português Joaquim Veríssimo Serrão, nosso associado, faleceu no dia 31 de julho. O escritor e mestre de capoeira Jair Moura ampliou nossas perdas, no dia 19 de agosto, seguido, no dia 21, pela professora Ellen Melo dos Santos Ribeiro. E a 30 de agosto, a Bahia perdeu o grande patrocinador da cultura, o culto Délio José Ferraz Pinheiro.

A Casa da Bahia pranteou, ainda, três grandes personalidades do mundo cultural baiano: o professor e escritor Jorge Portugal, falecido no dia 3 de agosto; o historiador, escritor e professor Jaime Sodré, no dia 6 de agosto e o notável médico e pesquisador de renome

internacional, Elsimar Coutinho, no dia 17 de agosto. Jorge Portugal era frequentador assíduo e admirador da Casa da Bahia. De 2015 a 2017, durante a sua gestão na Secult-BA, muito contribuiu e colaborou para o engrandecimento das ações do IGHB, através do Programa de Apoio a Instituições Culturais - Fundo de Cultura do Estado. Jaime Sodré também era frequentador e um amigo da Casa da Bahia. Em várias ocasiões, compartilhou seus conhecimentos da história da Bahia e do Brasil, sobretudo, da cultura afro-brasileira.

Diz-se, com grande propriedade, que viver muito significa testemunhar a crescente procissão do féretro de nossas perdas afetivas. Também nessa dimensão, a Casa da Bahia ergue-se aos olhos do passado, do presente e do futuro como o mais densamente rico ponto de visão panorâmica entre todas as nossas instituições. Daí sua imperiosa necessidade de renovar-se, sempre, o que vem fazendo de modo exemplar através de sua dinâmica diretoria, presidida pelo descortino e espírito público do Presidente Eduardo Morais de Castro.

Biografia

A (AUTO)BIOGRAFIA DE LUIZ GAMA (1880): ORIGENS DE UMA NARRATIVA CONSTRUÍDA A QUATRO MÃOS

Ligia Fonseca Ferreira
Pós-doutorado no Instituto de Estudos Brasileiros/IEB-USP
Doutorado em Estudos Portugueses e Brasileiros/
Université de Paris 3 – Sorbonne
Mestrado em Análise do Discurso/Universidade de Paris 13
Bacharel em Letras Francês/Português/Linguística/USP
Professora do Departamento de Letras/UNIFESP

Resumo
Texto icônico de uma notável figura do século XIX, a "Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça" (1880) traz a história de vida, narrada por ele mesmo, do único ex-escravizado brasileiro que se tornou homem de letras e líder dos movimentos abolicionistas e republicano em São Paulo, desde os anos 1860. Desconhecido de seus contemporâneos, esse documento só foi divulgado no século XX, quase cinquenta anos depois de ser produzido para servir a um nobre projeto do destinatário. O objetivo deste artigo é apontar novas possibilidades interpretativas de um texto em geral lido de forma isolada. Raramente se tem levado em conta a rede intertextual, tecida a quatro mãos, na qual a carta de Luiz Gama, motivada por uma mensagem anterior, encerra elementos de cunho autobiográfico que se reelaboram e se ampliam sob a pena de Mendonça, autor da primeira biografia do abolicionista publicada naquele mesmo ano.
Palavras-chave: Luiz Gama; Lúcio de Mendonça; biografia; autobiografia; abolicionismo; campanha republicana.

Abstract
Iconic text of a notable figure of the 19th century, the "Letter from Luiz Gama to Lúcio de Mendonça" (1880) brings the life story, written by himself, of the only former Brazilian slave who, self-taught, became a writer and a leader of the abolitionist and republican movements in São Paulo since the 1860s. Unknown to the contemporaries, this document was published in the 20th century, more than forty years after it was produced to serve a noble project of the recipient. The purpose of this article is to point out new possibilities for reading a text in general read in isolation. The intertextual network, woven in four hands, has rarely been taken into account, in which Luiz Gama's letter, motivated by a previous message, contains autobiographical elements that are reworked and expanded by Mendonça, author of first biography of the abolitionist, published in that same year.
Keywords: *Luiz Gama; Lúcio de Mendonça; biogeraphy; autobiography; abolitionism; republican campaign*

A célebre carta de Luiz Gama (1830-1882), endereçada a Lúcio de Mendonça, com data de 25 de julho de 1880, tornar-se-ia um de seus textos mais conhecidos, citados e parafraseados desde a década de 1930. É inegável o valor documental (e literário) deste documento que traz a história de vida, narrada por ele mesmo, do único ex-escravizado brasileiro que se tornou homem de letras e renomado líder abolicionista e republicano desde os anos 1860, ou seja, mais de vinte anos antes da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República.

Considerando-se a natureza dessa publicação, parece-nos de grande interesse evocar a história de um documento que permaneceu desconhecido por mais de cinquenta anos e, provavelmente, circulou por outras mãos que não apenas a de seu destinatário, a quem se deve a produção, logo, a própria existência da carta destinada a um nobre fim. Mendonça solicitara a Luiz Gama informações sobre sua história de vida no intuito de redigir, uma biografia dedicada ao amigo, a ser publicada no mesmo ano. Mais do que uma homenagem, e nas circunstâncias em que se deu, o projeto assumiria um caráter político, como se verá mais adiante, além de testemunhar os laços existentes entre dois homens, em tese separados por sua condição social e racial, porém irmanados pelo anseio de transformar o país, última monarquia e

nação escravagista do Ocidente. Desses laços nasceu o entrelaçamento de dois textos matriciais – a carta de Luiz Gama, a biografia de Lúcio de Mendonça. Observar a maneira como esse fenômeno ocorre, influi na leitura e aponta novas possibilidades interpretativas é o tema sobre o qual versa este artigo.

Os contemporâneos de Luiz Gama não leram sua carta a Lúcio de Mendonça. Tampouco tiveram conhecimento de que o destinatário nela colhera as informações para a elaboração, aliás feita rapidamente, do artigo "Luiz Gama (biografia)", publicado no final de 1880 no Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881, contendo no final a indicação do local e data em foi escrito: "São Gonçalo, Minas, 21 de agosto de 1880". Não se sabe, porém, quando e em qual veículo aquela mensagem foi efetivamente levada a público pela primeira vez. No ano do centenário de nascimento do poeta e abolicionista baiano, José Feliciano de Oliveira[1], comenta na crônica "Luiz Gama e as Trovas Burlescas" (O Estado de São Paulo, 03/12/1930) que, por ocasião dos vinte anos da abolição da escravidão, "o Jornal do Comércio de 13 de maio de 1908 inseriu [a carta] num artigo assinado pelo Dr. Miguel de Mello, que devia possuir este original e o original de uma poesia de Luiz Gama, dedicada a sua mãe" (grifo nosso). Não logramos encontrar a referida publicação, nem identificar seu autor, porém fica a pergunta: como teria chegado às mãos de Miguel de Mello o manuscrito de de Luiz Gama? Seria realmente o "original" ou uma cópia? Que relações teria este homem com o verdadeiro destinatário? Quanto à aludida "poesia", trata-se com efeito de "Minha mãe", possivelmente a cópia ou o "original" do manuscrito do poema incluído na segunda edição de seu único livro – Primeiras Trovas Burlescas de Getulino (Rio de Janeiro, 1861)[2]. Seja como for, Miguel de Mello, e vinte e dois anos depois dele, José Feliciano, mostraram-se plenamente conscientes e

1 Adepto do positivismo, o astrônomo e professor José Feliciano de Oliveira (Jundiaí, 1868- São Paulo, 1962), ainda criança conheceu Luiz Gama do qual se tornou profundo admirador. Integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1903. Residiu em Paris de 1911 a 1958, onde dava cursos, conferências, escrevendo para vários jornais brasileiros e franceses.

2 Cf. Luiz Gama, "Minha mãe". In: Primeiras Trovas Burlescas & outros poemas, op. cit., pp. 150-152; e também incluído na antologia Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas, op. cit., pp. 76-77.

convencidos do valor daquele documento único, verdadeira "fonte e lugar de memória da história intelectual" (PROCHASSON, 1991, p. 5), e igualmente da vida política brasileira no pré- e no pós-abolição e república. Contudo, o interesse do documento não se limitaria àquele período. A meu ver, ele hoje reverbera de forma potente neste trágico ano da pandemia no qual eclodiram com mais força os clamores antirracistas e decoloniais, bem como pelo resgate de fatos e atores negros abafados nos discursos e narrativas de uma História oficial produzida sob perspectiva "branca" que apagou o protagonismo dos escravizados e/ou dos afrodescendentes brasileiros, postura que, depois do abalo sísmico de 2020, definitivamente não se sustenta mais...

Retornemos à divulgação da carta, cuja história prosseguiria no início dos anos 1930 e, como se poderá observar, ainda bastante interligada ao texto de Lúcio de Mendonça. Voltemos, então, brevemente no tempo, a fim de acompanhar o que ocorre por ocasião de uma data significativa, mais uma vez nas páginas do grande jornal paulista, fundado em 1875, e no qual Luiz Gama publicara alguns densos e polêmicos artigos[3]. Em de 21 de junho de 1930, O Estado de São Paulo (OESP) dedicou longa matéria ao "primeiro centenário [de nascimento] do ilustre abolicionista", relembrando fatos de sua vida e obra e informando aos leitores o programa das diversas celebrações previstas para aquele e os próximos dias: distribuição de um número especial criado pelo Clarim da Alvorada, "órgão da mocidade negra de São Paulo"; sessão solene com conferência do escritor e jornalista negro Lino Guedes no Teatro Apolo; missa na Igreja do Rosário seguida de uma romaria ao túmulo de Luiz Gama no cemitério da Consolação; no encerramento, uma "festa esportiva" na forma de uma partida de futebol entre um time de "atletas pretos" e um "combinado branco", no campo do São Paulo Futebol Club. A homenagem prestada naquela edição coroava-se com a reprodução da biografia escrita por Lúcio de

3 Penso aqui especialmente nos artigos "Carta a Ferreira de Menezes" e "Questão Jurídica", ambos publicados no jornal então denominado A Província de São Paulo, ocupando página inteira da edição de 18 de dezembro de 1880 – mesmo ano em que endereçou a carta a Lúcio de Mendonça e perto da data da publicação da biografia no Almanaque Literário de São Paulo para o ano 1881. Cf. Lições de resistência. Artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro, op. cit., pp. 262-266 e pp. 272-288 respectivamente.

Mendonça, "uma página" que naquela data completava "cinquenta anos", embora, reforçava o jornal, já houvesse sido ali publicada algumas vezes. No ano seguinte, em 13 de maio de 1931, para comemorar "mais um aniversário da abolição do trabalho servil", *OESP* decidiu daquela vez oferecer aos seus leitores o texto da carta a Lúcio de Mendonça "em sua pureza inicial (...) exatamente como o escreveu Luiz Gama, até mesmo com a ortografia da época". Para tanto, pesara a influência de José Feliciano a quem, acrescenta o jornal, aquela "oportunidade" se devia ao "ilustre colaborador" que, de Paris, remetera o texto (cópia? original?) de reconhecido "valor histórico". Anos mais tarde, em 1938, data dos cinquenta anos da abolição da escravatura, tanto a carta de Luiz Gama como o texto de Mendonça seriam ainda reproduzidos n'O precursor do abolicionismo no Brasil, do professor, jornalista, crítico literário Sud Menucci. Esta obra, hoje datada, se tornaria por décadas a biografia de referência de Luiz Gama, raramente submetida a leitura crítica ou questionada em suas fontes e afirmações problemáticas, quando não francamente equivocadas não só em relação à interpretação da carta do abolicionista quanto do uso feito por Lúcio de Mendonça, afirmações que não se sustentam mais frente a pesquisas produzidas desde o final dos anos de 1990. Ainda hoje, alguns estudiosos, ativistas e publicações de natureza diversa referem a carta como "Autobiografia de Luiz Gama", sem dúvida por influência do escritor, jornalista e crítico baiano Fernando Góes, que assim a batizou nas Obras Completas (mas não tanto) do autor, lançadas em 1944[4].

A essa altura, pois, ficamos curiosos ao imaginar como se deu a circulação do documento (original ou cópia), depois de ter chegado ao seu destinatário... Mais intrigante, ainda, seria pensar nas vicissitudes que poderiam ter causado a perda, irreparável, da carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça que, por suas virtudes e significado não poderia faltar a este número especial da Revista IGHB, para desfrute dos leitores, aos quais desejamos apresentar sua história e não apenas seu interessantíssimo conteúdo. Graças a sua complexidade

4 Cf. Obras completas de Luiz Gama. Organização Fernando Góes. São Paulo: Edições Cultura, 1944, pp. 177-181. Como exemplo do que aqui mencionamos, veja-se também o o trabalho do importante crítico literário Roberto Schwarz, "Autobiografia de Luiz Gama". In: Novos Estudos CEBRAP, n° 25, 1989, p. 136-141.

e características enunciativas, o texto ganha relevo e coloca-nos até hoje questões insolúveis e desafios interpretativos. E ouso dizer, na esperança de convencer os leitores dessa Bahia natal da qual o menino Luiz foi arrancado, mas que se enraizou em seu coração e em sua memória (tal sentimento fica patente em seu relato), que, mais do que um "documento", a carta a Lúcio de Mendonça é uma "peça literária" e ocupa um lugar de destaque no campo da epistolografia brasileira, como o prova sua inclusão em relevantes antologias[5]. E, para nossa sorte, a carta realmente *existe*, pode ser lida, tocada e admirada fisicamente – e esperemos que esta possibilidade perdure por muito tempo após a interminável pandemia – pois encontra-se guardada na Biblioteca Nacional, aonde não se sabe por que mãos, em que momento e por que caminhos ali chegou. Faz parte, portanto, dos incontáveis manuscritos conservados nessa instituição que, mais do que nunca, desejamos (não sem apreensão) mantenha-se intacta e perene, cumprindo a missão de abrigar e preservar tesouros, muitos deles inexplorados, da memória nacional.

O documento aqui examinado tem sido alvo de leituras por vezes simplistas e inclinadas a tomar ao pé da letra os fatos relatados. Reexaminando-a em seu contexto - ou seja, o tempo (histórico e individual), as motivações que determinaram as condições de produção e recepção-, vêm à tona os elementos objetivos, subjetivos e intersubjetivos que presidiram à sua escritura. Conforme já se mencionou-se anteriormente, a carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça não é um texto autônomo. Logo, uma nova leitura, capaz de integrar esses diferentes aspectos se impõe.

Qual o conteúdo, as características e o interesse deste documento que ainda ecoa na atualidade? Como nele se cruzam gênero epistolar e discurso (auto)biográfico?

Desde as primeiras linhas, depreende-se que Gama escreve para atender ao pedido do jovem amigo Lúcio de Mendonça (1854-1909),

5 No século XXI, mencione-se Antologia da carta no Brasil. Organização e apresentação de Marcos Antonio de Moraes. São Paulo: Moderna, 2005, pp. 67-76; Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas, op. cit., pp. 199-204; e Cartas brasileiras. Correspondências históricas, políticas, célebres, hilárias e inesquecíveis que marcaram o país. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, pp. 28-36.

que lhe solicitara informações de caráter pessoal: "Não me posso negar ao teu pedido (...) : aí tens os apontamentos que me pedes, e que sempre eu os trouxe de memória". Portanto, sem a aludida solicitação, a carta de Luiz Gama contando sua história de vida jamais teria existido e seu teor, que não se explica pela simples curiosidade de um nem pelas confissões espontâneas do outro, reflete uma relação privilegiada entre os interlocutores.

Qual é o estatuto desses homens e que laços os uniam em 1880? Apesar da diferença de idade que os separava por quase uma geração, afinidades políticas e intelectuais nutriam a amizade e projetos comuns. Fervorosos republicanos, participaram juntos da fundação do Partido Republicano Paulista (PRP) do qual Luiz Gama se desligaria praticamente no ato de sua criação, em 1873. Aos 26 anos, o também poeta, jornalista e advogado Lúcio de Mendonça, um dos futuros idealizadores da Academia Brasileira de Letras e ministro do Supremo Tribunal Federal a partir de 1895, já gozava de forte prestígio nos meios políticos e intelectuais do país. Nascido no Rio de Janeiro, residiu por alguns anos em São Paulo onde se formou na Faculdade de Direito no ano de 1877. No ano seguinte, transferiu-se para em São Gonçalo de Sapucaí (MG), de onde remeteu sua carta ao amigo abolicionista, ali exercido a função de promotor público até 1885. Quanto a Luiz Gama, aos 50 anos, representava uma liderança incontestável nas campanhas abolicionista e republicana na província paulista, cujo rumo ajudara a moldar. Desde o final dos anos 1860, realizava concorridas conferências públicas, colaborava nos principais jornais de São Paulo e do Rio[6], encabeçava iniciativas para o alforriamento de escravos promovidas pela Loja maçônica América, a maior e a mais popular da cidade, na qual ocupou o cargo de venerável (presidente) de 1874 a 1881[7]. O advogado autodidata havia se transformado em autoridade respeitada em matéria de escravização ilegal e alforriamento de escravos. "Terror dos fazendeiros" e de advogados e juízes corruptos, sua popularidade na província e em outros rincões do Império encontrava-se no auge, mas também ampliava-se o número de adversários políticos, dos quais provavelmente partiam repetidas ameaças de morte que Gama jamais

6 Cf. Lições de resistência...., op. cit.

7 Para este e outros dados biográficos, ver "Cronologia" incluída neste volume.

hesitou em denunciar pelos jornais : "Pessoa de subida distinção desta cidade possui documento, que foi-me manifestado, de que os meus gratuitos inimigos do município de ***, estão resolvidos a enviar-me para a eternidade"[8].

Apesar da saúde fragilizada desde meados da década de 1870, o obstinado advogado, que sofrera na pele a escravidão, prosseguia cumprindo sua missão, assim resumida alguns anos antes: "[i]mpus-me espontaneamente a tarefa sobremodo árdua de tentar em juízo o direito dos desvalidos"[9]. No momento em que escreveu sua carta, Gama encontrava-se acometido pelo então mortal diabetes que lhe ceifaria a vida dois anos mais tarde. Talvez ele mesmo já suspeitasse que não assistiria à concretização de seu "sonho sublime": "as terras do Cruzeiro, sem reis e sem escravos"[10]. Esses motivos decerto justificavam a pressa, por parte de Mendonça, em obter as informações destinadas a prestar homenagem ao amigo ainda em vida.

Mesmo sendo possível identificar em vários escritos alusões à condição de escravizado, certamente o público ignorava minúcias do passado daquele personagem cuja fama extrapolava as fronteiras da província paulista. Tal era o objeto maior das revelações sobre uma vida na qual se entrecruzavam o individual e o coletivo. Uma existência, enfim, atravessada por questões candentes do Segundo Império.

Em sua carta, Luiz Gama narra com precisão os episódios dramáticos que têm como ponto de partida seu nascimento e infância numa Bahia agitada por rebeliões negras (1830-1840). Apesar do cunho subjetivo, o estilo do jurista se trai na exposição circunstanciada, e quase distanciada, de suas origens, como se em cinqüenta anos sua memória se conservasse intacta. Ao evocar sua filiação, Luiz Gama se apresenta como um típico brasileiro, fruto do "casamento" (ao menos, simbólico) entre África e Portugal, e sugere ter herdado de seus pais, e de sua mãe sobretudo, traços de sua indômita personalidade. Foi graças

8 Cf. "Ao público", *Correio Paulistano*, 24 de setembro de 1870. In: Lições de resistência...., op. cit., p. 172.

9 Cf. "Foro da Capital", *Radical Paulistano*, 29 de julho de 1869. In: *Lições de resistência*...., op. cit., p. 134.

10 Cf. "Pela última vez", *Correio Paulistano*, 3 de dezembro de 1869. In: *Lições de resistência*...., op. cit., p.166.

a esta que conseguiu enfrentar as idiossincrasias sociais e políticas de um país que reservava impiedoso tratamento aos negros, escravizados ou não. Escreve Gama:

Nasci na cidade de S[ão] Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado da Rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de Sant'Ana, a 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica.
Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina, (Nagô de Nação) de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.
Dava-se ao comércio - era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito.
Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do Dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma «casa de dar fortuna», em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Em opinião dos meus informantes que esses «amotinados» fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores. (...)
Meu pai, não ouso afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas, neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas : era fidalgo e pertencia a uma das principais famílias da Bahia de origem portuguesa. Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome.
Ele foi rico; e nesse tempo, muito extremoso para mim : criou-me em seus braços. Foi revolucionário em 1837. Era apaixonado pela diversão da pesca e da caça; muito apreciador de bons cavalos ; jogava bem as armas, e muito melhor de baralho, amava as súcias e os divertimentos : esbanjou uma boa herança, obtida de uma tia em 1836 ; e reduzido à pobreza extrema, a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luiz Cândido Quintela, seu amigo inseparável e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem, na cidade da Bahia, estabelecida em um sobrado de quina, ao largo da praça, vendeu-me, como seu escravo, a bordo do patacho "Saraiva".

Como um dos principais ingredientes de sua história são seus pais, estes ocupam um lugar central no relato. No entanto, tomadas ao pé da letra, as informações contidas nestes parágrafos iniciais alimentaram e continuam alimentando especulações, lendas e ficções em torno do próprio Gama, de seus pais e, especialmente, da figura materna. A riqueza de detalhes (dia, hora e local de nascimento ; a localização da casa que ainda hoje pode ser vista em Salvador; datas ; características físicas e psicológicas e atividades exercidas pelos pais e outros personagens ; contatos com "testemunhas", etc.) concorre para a criação de "efeitos de real" raramente questionados e, na prática, ainda hoje difíceis de averiguar.

Gama construiu uma aura mítica em torno de sua mãe, Luiza Mahin, personagem que ganharia uma espécie de destino próprio, ficcional ou não. Embora o abolicionista baiano jamais o tenha afirmado em sua carta, muitos atribuíram a ela um papel central na Revolta dos Malês em 1835, já desmentida pelo principal especialista deste levante, o historiador baiano João José Reis (REIS, 2003, p. 301-304). Gerou-se uma crença na sua existência real, fato que lhe reservaria um lugar entre as míticas "heroínas" negras brasileiras, tornando-a igualmente uma referência para o feminismo negro contemporâneo (LIMA, 2014). Às vésperas do Centenário da Abolição, o fascínio despertado pela africana rebelde e líder revolucionária inspirou poetas negras contemporâneas como Miriam Alves (1952), autora do belo poema "Mahin amanhã", que transcrevemos integralmente a seguir:

Ouve-se nos cantos a conspiração
vozes baixas sussurram frases
precisas
escorre nos becos a lâmina das
adagas
Multidão tropeça nas pedras
Revolta
há revoada de pássaros
sussurro, sussurro:
"é amanhã, é amanhã.
Mahin falou, é amanhã"
A cidade toda se prepara
Malês
bantus
geges
nagôs
vestes coloridas resguardam
esperanças
aguardam a luta
Arma-se a grande derrubada branca
a luta é tramada na língua dos Orixás
é aminhã, aminhã"
sussurram
Malês
bantus
geges
nagôs
"é aminhã, Luiza Mahin falô" [11]

Em 2006, uma outra autora disse ter mergulhado sem sucesso, como era de se esperar, nos arquivos de Salvador e Itaparica em busca da história de Luiz Gama e de Luiza Mahin/Kehinde, tema do alentado romance Um defeito de cor (2006), de Ana Maria Gonçalves. Mas teria Mahin realmente existido? Seria esse seu nome ou possuiria outro, como o da protagonista daquele romance? Luiz Gama teria infringido o contrato em relação à verdade que, na carta, comprometeu-se a respeitar?

É bastante perturbador para quem se propõe hoje a (re)fazer sua biografia constatar que, a exemplo de todos os que falam sobre a própria vida, Luiz Gama revela ocultando. Nas pistas mencionadas na carta que nos levariam ao seu registro de batismo, à época equivalente da certidão de nascimento, nada se encontra com seu nome ou com o nome de sua mãe. Ao não revelar o nome do pai, Luiz Gonzaga Pinto da Gama lança dúvidas sobre seu próprio nome e verdadeira identidade, conforme já apontamos no capítulo *"L'identité énigmatique de Luiz Gama"* de nossa tese de doutorado (FERREIRA, 2001, p. 102-110)[12].

11 Cf. *Cadernos negros* nº 9. São Paulo: Edição dos autores (Quilombhoje), 1986, p. 46.

12 Cf. FERREIRA, Ligia Fonseca. "L´identité énigmatique de Luiz Gama". In : *Luiz Gama (1830-1882) : étude sur la vie et l'oeuvre d'un noir citoyen…,* op. cit., vol. I, p. 102-110.

Outras ocultações espelhariam as forças que o habitam para safar-se de uma situação aparentemente inextricável: "Em 1848, sabendo eu ler e contar alguma coisa, e tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo, da casa do alferes Antônio Pereira Cardoso" (grifo nosso). A economia narrativa com que Gama evoca esta questão-chave de sua vida é espantosa quando se conhece a complexidade atroz e a lentidão dos processos para o alforriamento de escravos no Brasil. Este nem era o caso do astuto Gama que lograra algo ainda mais difícil: reverter sua frágil condição de escravo e reaver definitivamente sua liberdade. Onze palavras escondiam uma longa história que sem dúvida envolvia o pai, talvez a única pessoa a poder comprovar juridicamente que Luiz Gama havia nascido livre. A narrativa instaura, assim, uma ação quase mágica e envolve em certo mistério o passado de Luiz Gama que, de início, prometera toda a verdade a seu destinatário.

Iniciando-se com evocações do nascimento e infância na Bahia (1830-1840), antes de ser vendido pelo pai e chegar a São Paulo aos dez anos na condição de escravizado, o relato se estende até o momento em que o abolicionista, cuja atividade jornalística foi contínua e intensa praticamente até sua morte, travou conhecimento, com o então adolescente Lúcio de Mendonça. O encontro com este em 1868, na redação do *Ipiranga,* jornal de propriedade de seu irmão, o também advogado, jornalista e histórico líder republicano Salvador de Mendonça, e veículo do qual Luiz Gama era colaborador[13], portanto, mais do que "simples aprendiz compositor". Ao fazer tal recorte temporal, e conhecendo o projeto de seu destinatário, Gama presumiu ser desnecessário prosseguir fornecendo outros fatos sua vida a alguém já suficientemente informado sobre ela a partir dali:

13 Em nosso mais recente trabalho, encontra-se um artigo publicado nesse periódico, com reconhecida assinatura "L. Gama", critério definido para o conjunto dos artigos ali incluídos. Ver "Carta ao comendador José Vergueiro", *Ipiranga*, 21 de fevereiro de 1869. In: *Lições de resistência*...., op. cit., pp. 111-117. Em seu artigo biográfico, Lúcio de Mendonça afirma que Luiz Gama era "colaborador da folha" e assinava com o pseudônimo "Afro".

> Agora chego ao período em que, meu caro Lúcio, nos encontramos no *Ipiranga*, à Rua do Carmo, tu, como tipógrafo, poeta, tradutor e folhetinista principiante; eu como simples aprendiz-compositor, de onde saí para o foro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos os pobres, todos os infelizes; e para os míseros escravos, que, em número superior a 500, tenho arrancado às garras do crime. (grifo nosso)

Lê-se aí, como em outros momentos da carta, mais uma de suas capitais e sucessivas transformações. De forma compacta, condensando em poucas orações cerca a trajetória do defensor dos desprotegidos da lei e do libertador de pessoas "criminosamente" escravizadas, joga-se uma ponte entre o período de mais de uma década que separa o Luiz Gama que se enuncia em 1880, cujo *ethos* de abolicionista abnegado e competente aflora em seu próprio discurso, e o Luiz Gama do final dos anos 1860.

O período não foi escolhido ao acaso. Trata-se de um momento-chave em que, paradoxalmente, ele ganha projeção, firma-se definitivamente na vida pública como porta-voz da luta antiescravista e antimonarquista, a despeito da grande reviravolta na política brasileira. Em 1868, com a queda de Zacarias de Góis, funcionários públicos de diversos escalões e outros indivíduos vinculados ao Partido Liberal, embrião do republicanismo, sofrem perseguições políticas. Luiz Gama, àquela altura amanuense na Secretaria de Polícia de São Paulo, recorda-se da "época em que «por turbulento e sedicioso» [foi] demitido a «bem do serviço público», pelos conservadores, que então haviam subido ao poder"[14], retomando em seu discurso as palavras que estigmatizaram, por suas opiniões, o ex-escravo insolente. O risco era grande, afinal, do ponto de vista de uma sociedade "branca", assentada num regime monarquista e escravocrata, contando com o apoio tácito, quando não francamente explícito, dos próprios representantes da Justiça, era insuportável a "insolência" manifestada por um homem negro dono de um destino atípico, insuportável, principalmente, porque tal atitude não era vista como a denúncia de algo injusto, mas como um ataque

14 Grifos do autor.

a quem pratica a injustiça (MEYER, 1995, p.189). Luiz Gama ousara escancarar os desmandos da lei e desafiar o poder instituído, dos juízes às altas autoridades da província:

> A turbulência consistia em fazer eu parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas idéias; e promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida de meus esforços, alforrias de escravos, porque detesto o cativeiro e todos os senhores, principalmente os reis.

No restrito espaço epistolar, Luiz Gama condensaria suas múltiplas e inauditas metamorfoses: de criança livre a criança escrava, de escravo a homem livre, de analfabeto a homem de letras, de "não-cidadão" a *homo politicus;* do anonimato à notoriedade, sem esquecer as mudanças de estado associadas às diversas atividades e profissões por ele exercidas (escravo doméstico, soldado, ordenança, copista, secretário, tipógrafo, jornalista, advogado, autoridade maçônica), mudanças provocadas pelas circunstâncias, por adjuvantes ou oponentes, ou simplesmente por obra do tempo. Todas, enfim, testemunhavam a capacidade do personagem de escapar a uma trama de vida previsível, sob o Segundo Império, para um ex-escravo, pobre, órfão, iletrado. Trama tanto mais improvável por se desenrolar numa cidade inexpressiva como São Paulo que, ao contrário do Rio ou de Salvador, não estava habituada à presença de afro-descendentes em ascensão entre membros da elite.

Gama persegue e conquista da palavra escrita que se converteria em seu ganha-pão, apanágio e arma de combate. Na carta, porém, ele não dá nenhum destaque ao fato que coroa seu destino incomum. O ex-escravo analfabeto que recupera liberdade em 1847 se tornou um homem de letras doze anos depois, com a publicação da primeira edição de Primeiras Trovas Burlescas de Getulino[15], em São Paulo,

15 Cf. Primeiras Trovas Burlescas & outros poemas de Luiz Gama. Organização, introdução e notas Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000; ver também FERREIRA, Ligia Fonseca. "Luiz Gama autor, leitor, editor: revisitando as Primeiras Trovas Burlescas de 1859 e 1861". In: Estudos Avançados, n. 96, 2019, pp. 109-136.

e que contou com uma segunda edição aumentada em 1861 no Rio de Janeiro. Ele evocou sua atividade literária em duas palavras ("[f] iz versos"); e sua histórica atuação na imprensa também aparece de forma lacônica ("escrevi para muitos jornais; colaborei em outros literários e políticos, e redigi alguns"), talvez por modéstia, aparente desapego ou simplesmente por ser do conhecimento de seu destinatário - e/ou, por tabela, do futuro público leitor da biografia - a atividade jornalística que temos buscado resgatar[16]. Em suma, o conteúdo da carta ilustra a transformação alquímica que levou aquele homem a se apossar do conhecimento e da palavra escrita, vedados ao escravo, bem como os subterfúgios que lhe permitiram romper sucessivos laços de dominação até alcançar temerariamente a desejada autonomia. Ao longo de sua narrativa emerge algo que parecia ser, sob todos esses aspectos antinômicos: a identidade de "cidadão", do indivíduo com voz influente na pólis, na comunidade de "letrados", vale dizer, num meio predominantemente branco.

Num texto com pouco menos de duas mil palavras, seria impossível fazer a história total de uma personalidade. Luiz Gama se limita a enumerar fatos e ações que falem por si sós. Assim, imagens sucessivas apresentam um indivíduo sensível (a criança e o homem choram), decidido, pronto para o sacrifício e o perdão, seguro, modesto, intransigente, justiceiro, guiado pela razão e animado por uma grande coragem moral. Ataca a instituição "legal" da escravidão armado de argumentos jurídicos e não de fórmulas retóricas, a fim de demonstrar os mecanismos ilegais da justiça que perpetuam o regime servil. Descortina-se uma existência pontuada por transgressões: por um lado, as transgressões cometidas por ele mesmo aos olhos da sociedade (o escravizado Luiz aprende a ler e a escrever e foge; quando soldado, enfrenta e ameaça um oficial que o ofendera); por outro lado, transgressões mais graves, cometidas pela justiça e que o advogado e o jornalista Luiz Gama se obstina em denunciar. Mas em meio a tudo, existem alguns silêncios, especialmente sobre sua vida pessoal. Mesmo

16 Na antologia Com a palavra Luiz Gama...., organizada em 2011, a seção "Artigos" compreende 19 textos integrais, em sua maioria inéditos; e nestes 190 anos de Luiz Gama, o livro Lições de resistência... traz mais de quarenta textos integrais inéditos, ampliando assim consideravelmente o conhecimento da obra jornalística, logo do pensamento e da atuação política do abolicionista republicano.

evocando seu passado entre 1830 e 1850, com algumas "verdades" pouco verificáveis, conforme já se apontou, as informações da carta focalizavam sobretudo a figura pública, seguramente o retrato que Luiz Gama desejava legar. Ele não fez, portanto, menção ao seu casamento em 1869 com uma mulher negra, Claudina Fortunata Sampaio, com a qual já tinha um filho, Benedito Graco Pinto da Gama, nascido no mesmo ano do lançamento da primeira edição das Primeiras Trovas Burlescas de Getulino. Não menciona tampouco o fato de terem tido uma filha, de nome Luiza, que aos dois meses de idade morreu de bexiga[17].

A riqueza da carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça repousa, pois, na imbricação de dois níveis distintos de leitura, ou seja, a "realidade da lembrança", de natureza factual, e a "verdade do discurso". Tal é a particularidade das narrativas em primeira pessoa em que o personagem do qual se conta uma história se confunde com a pessoa atual que produz a narração. Em outras palavras, a maneira como Luiz Gama se conta importa tanto quanto, se não mais do que a semelhança entre o Luiz Gama figurado através desta narração e a pessoa que ele é no momento em que escreve a Mendonça em 1880. Surpreendido, no ato da escrita, por este desdobramento a partir do qual assiste, como diria Baudelaire, ao "espetáculo vivo de [sua] triste miséria", Gama deixa de lado o tom de aparente objetividade e parece, repentinamente, descobrir ali a dimensão arquetípica de sua existência: "Oh! Eu tenho lances doridos em minha vida, que valem mais do que as lendas sentidas da vida amargurada dos mártires". Escrever sobre seu passado sem dúvida exigira de Luiz Gama uma introspecção, uma mudança de perspectiva através da qual ele completava e aprofundava uma identidade que, através do discurso de um terceiro, seria dada a ver.

A um leitor desavisado escaparia a finalidade de uma carta cujo teor fora motivado pelo próprio destinatário, ou seja, Luiz Gama não teve a intenção de escrever a sua "autobiografia". Lúcio de Mendonça, portanto, redigiu a primeira biografia do amigo, biografia de dimensões modestas com o simples título "Luiz Gama", publicada no Almanaque

17 Ver "Cronologia" neste volume.

Literário de São Paulo para o ano de 1881[18]. A partir dali aquele nome, quando lembrado, se cercaria sempre de epítetos hiperbólicos, seja no campo historiográfico, na crítica literária, nos meios maçônicos, no discurso de movimentos e intelectuais negros.

O Almanaque Literário..., editado por José Maria Lisboa – conhecido republicano e um dos fundadores d´A Província de São Paulo-, era uma publicação de grande circulação na cidade e na província. Tinha como objetivo contribuir, conforme anunciava, para a "educação intelectual" e para o divertimento das famílias das zonas rurais e urbana, além de preencher uma lacuna na imprensa local, privilegiando temas paulistas escritos pelos mais diversos autores e personalidades paulistas, dentre eles o próprio Luiz Gama. A publicação refletia assim os valores culturais e literários da época, e a cada ano trazia artigos biográficos de personalidades paulistas, em sua maioria contemporâneos, que se ilustravam por seus talentos ou realizações pessoais. Tal orientação, longe de ser isolada, iliustrava um gosto e uma prática peculiares ao século XIX, muitas vezes apresentado como o século de ouro da biografia (DOSSE, 2005, p. 185). Na Europa, os leitores consumiam apaixonadamente as biografias de seus contemporâneos. Na França, e sabemos da influência deste país em nossos espíritos cultos, tentava-se "repertoriar o viveiro de homens que adquiriram certa notoriedade em seu campo de competência, levando a uma proliferação de antologias biográficas que tentam articular individualidade e exemplaridade" (Ibidem). Nas páginas do Almanaque Literário..., foram retratados vários companheiros de Luiz Gama, das fileiras republicanas à loja maçônica América da qual era o venerável. Ali também se encontravam publicados inúmeros escritos abolicionistas, nos quais os autores tomavam abertamente partido dos escravizados num período em que as revoltas individuais e as fugas das fazendas iam se tornando freqüentes ocupando boa parte do noticiário dos jornais.

Imaginemos, então, que por pudor ou modéstia, e padecendo de uma doença incurável, Luiz Gama aceitara que alguém de sua confiança

18 MENDONÇA, Lúcio de. "Luiz Gama". In: Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881. São Paulo: Tipografia da "Província", 1880, p. 50-62. Este texto encontra-se integralmente reproduzido em *Com a palavra Luiz Gama*..., op. cit, pp. 263-270.

se encarregasse de transmitir sua história. Em seu artigo, Mendonça salienta a robustez que, anos antes, emanava do diligente abolicionista, e quase se trai ao manifestar, num tom melancólico, o desejo de que "o grande momento político desta terra" (leia-se a Abolição e a República) o apanhem ainda "em vida"[19].

Mas não é apenas à futura memória do velho "mestre" que o artigo pretende servir. A homenagem tinha uma segunda finalidade. Alinhando-se ao projeto pedagógico do Almanaque Literário..., Mendonça demonstrava que o exemplo de seu biografado deveria contribuir para restaurar a dignidade de uma família política afetada em sua identidade e corroída por defecções. No início dos anos 1880, o Partido Republicano achava-se com baixa representatividade nacional, resultado provável da tênue fronteira ideológica entre republicanos e liberais. O retorno destes à presidência do Conselho de Ministros nas eleições parlamentares de 1878 golpeara os republicanos, cuja ascensão tanto os conservadores quanto os liberais desejavam conter, aproveitando-se do fato de os republicanos encontrarem-se divididos. De um lado, uma corrente eminentemente urbana, cujos adeptos idealistas abraçavam as "utopias desprezadas" pela ordem imperial; de outro, uma corrente rural, descontente com o Imperador, era encarnada por fazendeiros escravistas e outras categorias dependentes da oligarquia cafeeira. O pomo da discórdia girava em torno da escravidão: manter ou abolir. Porém, alguns republicanos ávidos de ascender rapidamente na carreira política juntaram-se ao Partido Liberal. Os líderes republicanos deploravam as dissidências que comprometiam a existência do partido. Avesso a qualquer ideia de aliança espúria, a seus olhos nefasta para a identidade republicana, Lúcio de Mendonça proclamava que um "republicano aliado a liberais ou há de ser mau republicano ou há de ser mau aliado" (HOLLANDA, 1983, p. 265). Aos embates políticos somava-se a agitação crescente nas fazendas das zonas cafeeiras. A imprensa paulistana noticiava as tensões existentes no seio da massa negra: rebeliões, fugas e crimes testemunham a resistência dos escravos e disseminam o pânico entre os senhores e outros setores da população (MACHADO, 1994). Entre 1880 e 1881, quando se publicou o artigo de Mendonça sobre Luiz Gama, os agricultores escravagistas mobilizavam-

19 MENDONÇA, Lúcio de, op. cit., apud *Com a palavra Luiz Gama*...., op. cit., p. 270.

se sem trégua para estancar qualquer projeto de emancipação dos escravos e para conter as revoltas nas fazendas. Em 25 de setembro de 1880, uma série de declarações chocantes dos escravagistas feitas no Parlamento foram reportadas na Gazeta da Tarde, propriedade do fluminense José Ferreira de Menezes, jornalista e abolicionista negro, amigo dileto de Luiz Gama e ex-sócio do irmão de Lúcio no Ipiranga em São Paulo onde cursara a Faculdade de Direito.

Vê-se, portanto, que desde as linhas iniciais de seu artigo, Mendonça coloca como pano de fundo os dilemas então vividos por seus correligionários:

> Os republicanos brasileiros, a toda hora abocanhados pela recordação injuriosa de meia dúzia de apostasias, das que negrejam na crônica de todos os partidos, se quisessem com um nome só, que é um alto exemplo de honrada perseverança, tapar a boca aos detratores, podiam lançar-lhes o belo e puro nome que coroa esta página.
>
> Quantos outros iguais oferecem por ventura, desde o começo de sua existência, os nossos velhos partidos monárquicos?
>
> Faz-se em duas palavras o elogio deste homem verdadeiramente grande, grande neste tempo em que só o podem ser os amigos da humanidade: nascido e criado escravo até à primeira juventude, tem depois alcançado a liberdade a mais de quinhentos escravos![20]

A exemplaridade moral, bem como o vínculo com a terra paulista, se inflam do tom superlativo, das conotações quase bíblicas com que Mendonça retrata o amigo transformado em paradigma, adivinhando, concomitantemente, a continuidade que o destino reservaria à sua empreitada:

> À nobre província de S. Paulo, que hoje o estima entre os seus melhores cidadãos, e que ele preza com o entusiasmo que lhe

20 MENDONÇA, Lúcio de, op. cit., apud *Com a palavra Luiz Gama...,* op. cit., p. 263.

> inspiram todas as grandezas democráticas, presumo que há de ser grato ler, em um livro que é particularmente seu, a biografia, já hoje gloriosa, deste bom republicano.
>
> Se chegar a cumprir-se, como eu espero e desejo, o seu elevado destino, possam ser estas linhas obscuras fiel subsídio para cronistas de melhores dias. (Ibidem)

Assim, a glorificação de Gama tinha um caráter pioneiro. Única biografia publicada com ele ainda vivo, o texto prenuncia a avalanche de escritos e homenagens que se multiplicariam em São Paulo e em todo o país nos momentos que se seguem ao seu falecimento (FERREIRA, 2011).

Evocar a história comum (ou cruzada) da carta de Luiz Gama com o artigo biográfico de Mendonça parece-nos indispensável para aprofundar a compreensão dos dois textos, procedimento ausente de muitos trabalhos onde se fazem referências isoladas a um ou a outro documento. Observe-se, ademais, que ao longo do tempo, a interpretação de ambos tem variado em função dos diferentes contextos de recepção, até o momento pouco estudados. Dadas as características próprias ao gênero, aquela carta supôs um *antes* e sugeriu um *depois*. Como as trocas epistolares instauram um diálogo, sua leitura deve continuamente levar em conta a existência de uma "fala outra", fenômeno também denominada "heterogeneidade discursiva" (AUTHIER-REVUZ, 1984), pois a relação entre essa fala e a fala do enunciador se combinam para dar um novo sentido à mensagem. Daí a relação intrínseca entre a carta de Luiz Gama com esta "fala outra" de Mendonça, da qual resultou uma narrativa (auto)biográfica construída a quatro mãos.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. ***"Hétérogénéité(s) énonciatives(s)"***. In : *Langages* n°73, 1984, p. 98-111.

DOSSE, François. ***Le pari biographique. Écrire une vie***. Paris: La Découverte, 2005.

FERREIRA, Ligia Fonseca. *Luiz Gama (1830-1882). Étude sur la vie et l´oeuvre d´un Noir-citoyen, poète et militant de la cause antiesclavagiste au Brésil.* Thèse de doctorat. Direction : Georges Boisvert. Université de Paris 3 - Sorbonne Nouvelle, 4 vols, 2001.

_____. "A morte de Luiz Gama através da imprensa". In: **Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2011, pp. 211-252.

_____. "Luiz Gama autor, leitor, editor: revisitando as **Primeiras Trovas Burlescas de 1859 e 1861"**. In: *Estudos Avançados*, n. 96, 2019, pp. 109-136.

Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/161284

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira, t. 2, vol. 5 (Do império à república)**. São Paulo: DIFEL, 1983.

LIMA, Dulcilei. **Desvendando Luiza Mahin: um mito libertário no cerne do feminismo negro.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

MACHADO, Maria Helena Toledo. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição.** São Paulo: Edusp, 1994.

MENDONÇA, Lúcio de. "Luiz Gama". In: **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881.** São Paulo: Tipografia da "Província", 1880, apud *Com a palavra Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011, pp. 263-270.

MENUCCI, Sud. ***O precursor do abolicionismo no Brasil***. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MEYER, Michel. ***De l´insolence. Essai sur la morale et le politique*.** Paris: Grasset, 1995.

Obras completas de Luiz Gama. Organização Fernando Góes. São Paulo: Edições Cultura, 1944.

PROCHASSON, Christophe. "Les correspondances : sources et lieux de mémoire de l'histoire intellectuelle". In : ***Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*,** n. 8, 1991, pp. 1-6. Disponível em: http://journals.openedition.org/ccrh/2824. Consultado em 30/08/2020.

REIS, João José. "O caso Luiza Mahin". In: **Rebelião escrava no Brasil : a história do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 301-304.A (AUTO)BIOGRAFIA

Acervo Bibliográfico

BIBLIOGRAFIA DE LUIZ GAMA

ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. **Edição especial 70 Anos**. 27 de novembro de 1979.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de**. O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

ARAÚJO, Fabrício Paiva**. Entre o lembrar e o esquecer: a construção da memória e a validade do testemunho.** Santa Maria, UFSM, Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo: Dossiê nº 16, (p. 49-62)

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

AZEVEDO. Elciene. **A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo**. Campinas: UNICAMP, 1999.

BARBOSA, Ruy. **A Imprensa e o Dever da Verdade**. São Paulo: Paraguio, 2004.

BARBOSA, Ruy. **Discursos no Instituto dos Advogados Brasileiros**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRAZ, Júlio Emílio. **Luís Gama: de escravo a libertador**. São Paulo: FTD, 1991.

BROOKSHAW, David. **Raça & cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CÂMARA, Nelson. **Escravidão nunca mais!: um tributo a Luiz Gama**. São Paulo: Lettera. doc. 2009.

CÂMARA, Nelson. **Luiz Gama. Advogado dos Escravos.** Lettera. Doc. SP, 2010.

CAMARGO, Mônica Ovinski de. **O Habeas Corpus no Brasil Império: Liberalismo e escravidão**. Revista Sequência, nº 49, p. 71-94, dez. 2004.

CASTELLANI, José. **Os Maçons e a Abolição da Escravatura**. Londrina: Editora Maçônica A Trolha Ltda., 1998.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Global, 1982. p. 66

CAMPANHOLE, Adriano e outro. **Constituições do Brasil.** São Paulo: Editora Atlas,1989.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: companhia das letras, **2009**.

CUTI. Literatura **Negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

DAMASCENO, Benedita Gouveia. **Poesia Negra no Modernismo Brasileiro**. Campinas, Pontes Editores, 1988

DIABO Coxo. São Paulo, 1864-1865. Redigido por Luiz Gama, ilustrado por Ângelo Agostini. São Paulo: Edusp, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FAC-SIMILES DE PROCESSOS DE HABEAS CORPUS – MUSEU HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. DE PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário Jurídico*. Forense, 14ª ED. ATUALIZADA.

FERREIRA, Ligia Fonseca [org]. **Lições de Resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro.** São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

FERREIRA, Ligia Fonseca. **Com a palavra, Luiz Gama**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

FERREIRA, Lígia Fonseca. Luiz Gama (1830-1882): *Etude Sur La Vie et L'Oeuvre D'un Noir Citoyen, Poète et Militant de la Cause Antiesclavagiste Au Brésil. Universite Paris III, 2001. (**These** pour obtenir le grade de Docteur),* p. 449.

FERREIRA, Lígia Fonseca. **Luiz Gama, Primeiras Trovas Burlescas e Outros Poemas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. Teresa. **Revista** de Literatura Brasileira, n. 8/9, São Paulo, 2008.

FONSECA FERREIRA, Lígia *in* Os Juristas na Formação do Estado-Nação Brasileiro, obra coletiva, Saraiva, 2010.

FRAGA, Myriam, **Luiz Gama. A luta de cada um**. Callis Editora Ltda. SP, 2005.

FRANCHETTI, Paulo. **Orfeu da Carapinha**. Correio Popular de Campinas, São Paulo, 09 de dez. 2000.

GAMA, Luiz. (1830-1882) **Primeiras Trovas Burlescas**. Edição Preparada por Getulino. 3. ed. São Paulo: Typ; Bentley Júnior, 1904.

GAMA, Luiz. **Primeiras trovas burlescas de Getulino**. São Paulo: Typografia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1859.

GAMA, Luiz. Obras completas de Luiz Gama. Organização de Fernando Góes. São Paulo: Edições Cultura, 1944.

GOMES, Laurentino. **Escravidão.** Globo Livros, RJ, 2019, 1º volume.

HALL, Stuart. **Estudos culturais e seu legado teórico.** In: Da diáspora: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaide La Guardiã Resende ... (Et al). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HUGO, Victor. **Poema – Les Chants du crepuscule** (1834).

GÓES, Joaci. Luis Gama um expoente da humanidade. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,** Salvador: IGHB, v.112, n.112, p. 43-52, Jan.-Dez./2017.

LÉVAY, Emeric. **Luis Gama: do cativeiro infame à prestigiosa tribuna do juri**. Carta Forense. São Paulo: História do Direito, ano II, nº 18, out. 2004.

LIMA, Oliveira. **O Império Brasileiro: 1822-1889**. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

Luiz Gama O advogado dos escravos. ATA DE FUNDAÇÃO CLUBE RECREATIVO LUIZ GAMA- São João da Boa Vista/SP.

LUZ, Regina. Alika. organizador Fernando Oberlaender; ilustração Rebeca Silva. 1.ed.-Salvador:FB Publicações, 2019.

MENDONÇA, Lúcio de. Luiz Gama. In: LISBOA, José Maria (org.). ALMANACH LITTERARIO de S. Paulo para 1881. São Paulo, Typografia da "Provincia", 1880, p. 50 a 62.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos livres. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARTINS, Heitor. Luiz Gama e a consciência na literatura. Afro-Ásia n. 17, Salvador, 1996.

MENUCCI, SUD. **O Precursor do Abolicionismo no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

MOCAMBOS e Comunidades da Senzalas no Rio de Janeiro, Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MORAES, Evaristo de. **A Campanha Abolicionista (1879-1888)**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1924.

MORAIS, Evaristo de. A escravidão africana no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional,1933.

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Habeas corpus: antecedentes históricos, hipóteses de impetração, processo, competência e recursos, modelos de petição, jurisprudência atualizada**. Barueri, SP: Manole, 2008NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. BestBolso, RJ, 2010.

OLIVEIRA, Silvio Roberto dos Santos.Gamacoppeia: ficções sobre o poeta Luiz Gama.Tese (doutorado)- UNICAMP Campinas, 2004.

RAMOS, Arthur. **O Negro na Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956.

REALE JR. Miguel. **Ainda a escravidão**. O Estado de S. Paulo, 06/03/2010, p. A2. Diversas publicações dos jornais A Província de São Paulo, Correio Paulistano e o Estado de São Paulo, conforme transcrições (diversos capítulos)

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil:** A História do Levante dos Malês, em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 301-303.

REVISTA DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. Ano XLVIII, novembro de 1998, nº 112. KMK Gráfica e Editora.

RODRIGUES, Sérgio. **Cartas Brasileiras.** Cia das Letras, 2017.

Revista Via Legal. Centro de Produção da Justiça Federal, Ano I, nº XII. (Publicado originalmente em **O Mequetrete**. Rio de Janeiro, n. 284, p. 1, Agosto de 1882.)

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, T. II, 2003.

SALIBA, Elias Thomé. **O inventor do deboche, do grotesco, do risível**. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 6 mar. 2005. Caderno 2.

SANTOS, Jair Cardoso. **Entre as Leis e as Letras**: escrevivências identitárias negras de Luiz Gama. Salvador: Editora Quarteto, 2017.

SANTOS, José Maria dos. **Os Republicanos Paulistas e a Abolição**. São Paulo: Livraria Martins, 1942. Documentos oficiais

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O pincel polêmico e a pena tensa**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 3 abr. 2005.

SCHWARCZ, Roberto. Autobiografia de Luiz Gama. In: **Novos Estudos Cebrap**, no. 25, São Paulo, Cebrap, outubro de 1989.

SILVA, J. Romão da. **Luiz Gama e suas Poesias Satíricas**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1954.

SILVA, João Romão da. O homem: a luta contra o destino e o resultado final. In:TAROBINSK, Jean. **Jean-Jacques Rousseau:** a transparência e o obstáculo – seguido de sete ensaios sobre Rousseau (trad.: Maria Lúcia Machado). São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Editora Schwarcz, 2015.

SUMARIVA, Paulo. **Criminologia**: teoria e prática. Niteroi, RJ: Impetus, 2015.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia.** Editora da UFBA, 11ª ed., 2008.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VARLOCH*,* Leandro. **Escravos.** Estação Brasil-RJ, 2017.

Sites

Disponível em www.rochanegra.com.br/principal.html. Acesso em: 7 ago. 2008.

_____. Onde a liberdade nasceu. Site www.novomilenio.inf.br/santos. Acesso em 27/01/2010.

http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/sequencia/article/viewFile/1262/1258 (acesso 28/01/2010).

Relatório Biblioteca Arquivo

RELATO DO PRESIDENTE

Desde 1894 o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB publica sua revista anual. Nem os grandes eventos mundiais ocorridos no período das 1ª e 2ª Guerras Mundiais, a epidemia da Gripe Espanhola dentre outras, impediram sua anual publicação.

No início do mês de março do corrente ano, fomos surpreendidos e atingidos pela pandemia do Covid-19, motivo pelo qual todas as nossas atividades externas foram suspensas em atendimento às determinações das autoridades governamentais.

Sob a liderança de nosso Presidente de Honra Prof. Doutor Roberto Figueira Santos, a diretoria e nossos colaboradores, engajaram-se num processo de solver questões internas tais como: manutenção física do prédio sede e demais imóveis, reorganização da biblioteca incluindo mais de 15.000 publicações, passando a mesma a disponibilizar para consultas mais de 45.000 livros, recuperação de mais de 20 telas da pinacoteca, a maioria das quais em estado deplorável, recuperação do mobiliário secular, e principalmente, a produção de inúmeras lives, lançamentos de livros, cursos, evidenciando mesmo durante a pandemia, o profundo apreço do IGHB aos seus associados, ao público em geral, aos apoiadores, onde a presente revista nº 115 torna-se um atestado físico da integridade do IGHB.

Eduardo Morais de Castro
Presidente do IGHB

RELATÓRIO ANUAL DA BIBLIOTECA RUY BARBOSA

Simone Reis Santana de Sales
Bibliotecária Documentalista da Biblioteca Ruy Barbosa/IGHB

Luiz Américo Lisboa Junior
Diretor da Biblioteca Ruy Barbosa/IGHB

Período: Agosto a Dezembro de 2019
e Janeiro a Agosto de 2020

Aquisição e registro	Quantidade
Doação de livros e revistas	67
Jornais encadernados	81
Livros e revistas inseridos no sistema	5.135
Livros catalogados	5.135

Atendimento ao público usuário	Quantidade
Atendimento a Usuários	1.272

Acervo consultado	Quantidade
Jornais	1.650
Revista	234
Livros	417

DOAÇÃO

Acervo Celso Serpa - 903 livros sobre o Movimento Civil/Militar de 1964/História do Brasil. Inserido no Sistema (PHL): 577 títulos (registro até agosto).

Acervo Antônio Barros - livros inseridos no sistema (PHL): 4.385 (registro até agosto). O processo atual consiste na inserção e organização dos livros catalogados nas estantes, sob a responsabilidade da bibliotecária Fernanda Mota.

CAPACITAÇÃO

Data: 25/10/2019

Curso: Diagnóstico de Conservação em Coleção Bibliográfica, Arquivística e Museológica.

Local: Faculdade de Medicina da Bahia

Participantes: Simone Santana e Fernanda Mota. Bibliotecárias do IGHB.

Data:

3/02/2020

Palestra: O galante, o erótico, o exótico e o sicalíptico ... no inferno da Biblioteca Nacional.

Local: República do Pelô – Salvador/Bahia

Palestrante: Ana Virginia Pinheiro

Participantes: Simone Santana e Fernanda Mota. Bibliotecárias do IGHB.

Data:

05/02/2020

Local: Faculdade de Medicina da Bahia

Palestra: Raridade e materialidade da informação no livro raro: outros e novos olhares sobre a apreensão do conhecimento científico.

Palestrante: Ana Virgínia Pinheiro

Participantes: Simone Santana e Fernanda Mota. Bibliotecárias do IGHB.

INTERRUPÇÃO DO ATENDIMENTO

Devido à pandemia da Covid-19 a Biblioteca Ruy Barbosa não funcionou com atendimento ao público entre março e agosto.

Neste período foram executadas as seguintes atividades internas:

- Mudança do layout da entrada da biblioteca
- Higienização dos livros, revistas e estantes.
- Recolocação do acervo, seguindo o número de chamada e arranjo.
- Reorganização do setor de periódicos/revistas

A partir do dia 2 de setembro, cumprindo todos os protocolos de segurança, o funcionamento da Biblioteca foi retomado, com restrição de consulentes, e agendamento através de e-mail.

RELATÓRIO DO ARQUIVO HISTÓRICO THEODORO SAMPAIO 2020

Diretora Zita Magalhães Alves

COMPOSIÇÃO DO ARQUIVO

O acervo do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é formado por documentos recebidos, a título de doação, entre manuscritos, exemplares de jornais, partituras, fotografias antigas e recentes, mapas etc.

O Arquivo Histórico Theodoro Sampaio recebeu, por doação, do sócio Dr. Lamartine Lima o acervo do Dr. Estácio Lima ainda sem catalogação.

ATIVIDADES REALIZADAS

Identificação, classificação, descrição e catalogação de documentos do fundo IGHB, no Sistema PHL. (Total de 870 documentos, condicionados em 8 caixas)

Digitalização de 882 fotografias e 250 documentos.

Inserção dos endereços eletrônicos das imagens digitalizadas no Sistema PHL. (Total de 272 endereços inseridos)

ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Foram atendidos 21 pesquisadores, com o total de 118 documentos (incluso imagens) pesquisados.

RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO DO ACERVO PROF. ANTÔNIO BARROS NO IGHB Junho/2020

Gismália Marcelino Mendonça
Bibliotecária CRB-5/489
Mestre em Ciência da Informação
gisamarcelino@gmail.com

O acervo particular formado pelo Prof. Antônio de Carvalho Assis Barros foi doado ao IGHB por intermédio do sócio Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho, idealizador do projeto, que teve como objetivo dar celeridade ao tratamento técnico (catalogação, classificação, tombamento, etiquetagem, organização e armazenamento) das obras da coleção Prof. Antônio Barros para disponibilização de consulta pública através da Biblioteca Ruy Barbosa.

O acervo possui cerca de 14 mil volumes, composto de livros, folhetos, catálogos, separatas, e revistas, em diversas áreas do conhecimento com maior concentração na área de Língua, linguística e literatura.

A implantação do projeto contou com apoio para contratação de estagiários, aquisição de recursos materiais e tecnológicos que foram patrocinados por Prof. Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho e doados ao IGHB, bem como móveis e estantes doados pela Unifacs (Anexos A e B)

O trabalho da consultoria foi iniciado em abril/19 e tinha previsão para ser realizado em 10 meses, mas devido ao atraso por parte do IGHB, na contratação dos estagiários, aquisição de equipamentos de informática, ampliação da velocidade de internet e entrega de materiais de apoio, o cronograma foi estendido por mais dois meses, abril/2020 e

interrompido na segunda quinzena de março/2020, devido ao isolamento social ocasionado pela pandemia do coronavírus. No período de abril a junho/20 foram catalogados livros e folhetos remotamente pelas bibliotecárias Gismalia e Fernanda. Em junho/20 as atividades internas do IGHB foram retomadas possibilitando a conclusão do trabalho da consultoria, que será continuando pela bibliotecária Fernanda Mota.

Antecedentes do Projeto

O acervo foi entregue para custódia do IGHB em jan./2018, acompanhando de um arquivo Excel com a relação dos volumes que compõem a coleção. Em novembro/2018 foram iniciados os serviços de processamento técnico das obras para inclusão dos registros de bibliográficos no sistema Personal Home Library (PHL), base de dados utilizada pela Biblioteca Ruy Barbosa do IGHB. Os indicadores gerados pelo PHL indicavam que no período de cinco meses, nov./2018 a mar./2019 foram processados 520 livros.

Em março/2019 foi realizada a primeira reunião entre Professor Manoel Barros, Eduardo Moraes de Castro, presidente do IGHB para apresentação da bibliotecária e consultora Gismália Mendonça. Em seguida foi realizada uma reunião entre a consultora e as bibliotecárias do IGHB, Simone Santana e Fernanda Mota, para obter informações que subsidiasse a elaboração do projeto de melhoria do tratamento técnico do acervo Prof. Antônio Barros.

A consultoria elaborou um projeto apresentando diagnóstico da situação, indicando os principais fatores que impactavam na baixa produtividade do tratamento do acervo e propostas de mudança de procedimentos visando dar celeridade ao processamento técnico do acervo Prof. Antônio Barros. A proposta foi aprovada em 18 de março de 2019, e em 01 de abril de 2019 foi realizada mais uma reunião entre Professor Manoel Barros, Eduardo Moraes de Castro e Gismália Mendonça para oficializar o início do trabalho de consultoria.

Desenvolvimento do Projeto

Visando alinhar o novo planejamento às atividades realizadas anteriormente no acervo Prof. Antônio Barros, foram realizadas às seguintes ações no início do projeto:

- Realização de mutirão para seleção e organização de publicações que estavam acumuladas no piso;
- Montagem das estantes de aço adquiridas pelo IGHB para armazenamento da coleção Antônio Barros;
- Organização nas estantes de aço dos livros já catalogados por ordem da Classificação Decimal Universal;
- Organização nas estantes de madeira dos livros ainda não catalogados por ordem da Classificação Decimal Universal;
- Criação de área de compartilhamento de arquivos através do Google Drive, permitindo que a equipe do projeto trabalhasse simultaneamente gerando controles de registros confiáveis.

A equipe inicial era constituída de uma bibliotecária e uma estagiária, que solicitou desligamento ainda no mês abril/19. A implantação do projeto previa contratação de mais um estagiário ainda em abril, mas na prática, a contratação da nova estagiária e substituição da que se desligou só foram efetivadas em junho/2019. Visando dar apoio na etiquetagem, organização e armazenamento dos livros nas estantes, foi contratada mais uma estagiária pelo IGHB para o período de novembro/19 a março/20.

Parte do acervo do Professor Antônio Barros já estava instalado no pavimento superior do IGHB, armazenado em estantes de madeira que foram doadas junto com as publicações e estantes de aço adquiridas pelo IGHB. Outra parte do acervo, 3.600 volumes estavam acondicionados de forma segura e devidamente identificadas em 60 caixas armazenadas no depósito do IGHB. Na medida que estes volumes foram processados, passaram a ser armazenados junto com os demais livros nas estantes.

Considerando que em julho/19 os recursos essenciais previstos no projeto para realização das atividades técnicas já estavam disponíveis

(pessoal e tecnológicos), observou-se que a produção ainda estava abaixo do planejado. Neste momento, utilizou-se como estratégia adotar o nível de catalogação simplificado para os livros do acervo Prof. Antônio Barros, que vinha utilizando o nível completo como na Biblioteca Ruy Barbosa. É importante esclarecer que o Código de Catalogação AACR2 recomenda 3 níveis para descrição de documentos, o nível 1 é o mais simples que descreve os pontos de acesso essenciais para registro de documentos na base de dados, o nível 3 contempla a descrição total do documento, incluindo transcrição do sumário, o que torna o processo mais demorado. Além desta mudança, os livros do acervo Prof. Antônio Barros que estavam armazenados em caixas no depósito do IGHB passaram a ser catalogados pela consultora Gismália em home office. Visando o controle de movimentação das caixas, a relação dos livros que estava registrada em arquivo texto foi transformada em planilha. A partir destas mudanças a quantidade de livros catalogados foi ampliada para média de 1.000 volumes/mês como previsto no projeto.

O procedimento de importação de registros bibliográfico, denominado de catalogação cooperativa, que possibilita a importação de registros já catalogados por outras bibliotecas foi adotado no início do projeto. Dentre os catálogos utilizados para cooperação destacamos: Rede Pergamum; PHL.netopac; Dedalus (USP); Acervus (Unicamp), US Library Congress dentre outros catálogos de bibliotecas de diversos países.

Visando facilitar a identificação das obras do acervo nas consultas à base de dados do IGHB, a catalogação dos livros incluiu imagem digital das capas das publicações.

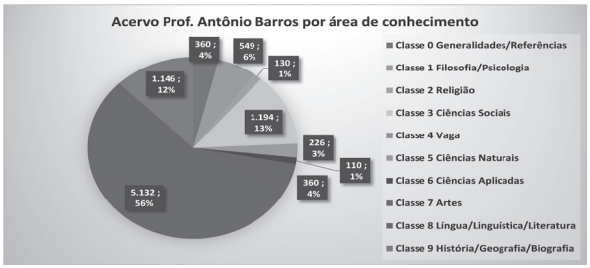
Para organização física do acervo foi adotada a Classificação Decimal Universal (CDU), a mesma utilizada pela Biblioteca Ruy Barbosa. A CDU é uma linguagem documentária uniformizada amplamente usada nacional e internacionalmente, que visa organizar a produção do conhecimento. Baseia-se no conceito de que todo conhecimento pode ser dividido em 10 classes principais e estas podem ser subdivididas novamente de forma decimal do geral para o específico, onde cada conceito é representado por uma notação numérica.

Classes principais da CDU:

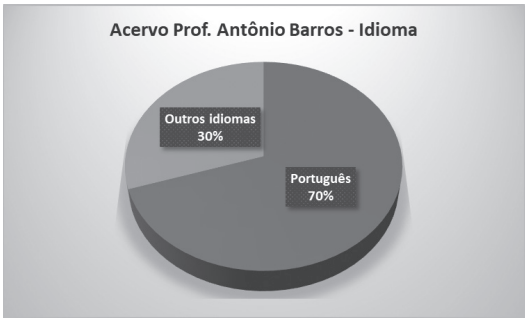
Classe 0	Generalidades / Referências
Classe 1	Filosofia / Psicologia
Classe 2	Religião
Classe 3	Ciências Sociais
Classe 4	Vaga (ainda não utilizada)
Classe 5	Ciências Naturais
Classe 6	Ciências Aplicadas
Classe 7	Artes
Classe 8	Língua / Linguística / Literatura
Classe 9	História / Geografia / Biografia

Características do Acervo: Livros e folhetos

O acervo possui obras em praticamente todas as áreas do conhecimento. Conforme demostrado no gráfico a seguir, a maior concentração de títulos, 56% são obras de Língua / Linguística / Literatura (classe 8) da CDU, área de atuação docente do Professor Antônio Barros, seguida pelas áreas de Ciências Sociais (classe 3: Educação, Sociologia, Politica, Direito, Economia) e Filosofia / Psicologia (classe 1) áreas de atuação de gestão acadêmica e docência da Professora Zilma Gomes Parente de Barros. Cerca de 400 obras do acervo possuem dedicatória dos autores para os professores Antônio e/ou Zilma Barros, informação que foi registrada na catalogação das publicações com dedicatórias.

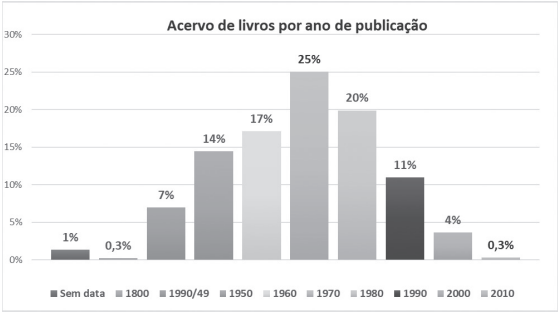


Levando em conta que o acervo possui muitas obras que foram publicadas em coleções/séries, principalmente na classe de Língua, Linguística e Literatura, foi adotado um procedimento que inclui a notação do código (08), antecedendo a classificação temática das obras. Desta forma, as obras publicadas sob denominação e série/coleção estão reunidas fisicamente. Dentre as principais coleções nacionais podemos destacar *Nossos Clássicos* formada por mais de 100 volumes com trabalhos de importantes de autores da literatura luso-brasileira; duas edições da coleção *Os Pensadores* que reúnem algumas das principais obras da história da filosofia, composta de 52 volumes, de cada edição. Coleções internacionais como espanhola *Biblioteca Románica Hispánica*, a francesa *Que sais-je?*, as inglesas *Aldous Huxley Collected* e *The Phoenix Edition of D. H. Lawrence* são algumas das muitas que podemos destacar no acervo Prof. Antônio Barros.



Com relação aos idiomas o português constitui o de maior relevância representando 70% do acervo, outros idiomas representam 30% das obras em inglês, espanhol, francês e alemão. Deste percentual, cerca de 850 livros em outras línguas não foram catalogados por decisão do Diretor da Biblioteca, Luiz Américo Lisboa, que avaliou os conteúdos como desatualizados e não agregam valor a coleção do IGHB.

No que se refere a idade do acervo a maior parte, 62% é formada de livros publicados nas décadas de 1960, 1970 e 1980, embora existam também obras publicadas antes e depois deste período. A obra mais antiga foi publicada em 1865 é a 2ª edição do livro de autoria do frei franciscano português Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nos se conservam*.



Considerando que os livros mais antigos necessitam de restauro, higienização e encadernação, cerca de 300 volumes já catalogados e tombados foram separados, embalados, identificados e armazenados no depósito do IGHB, onde permanecerão aguardando disponibilidade de recursos financeiros para contratação de serviços de conservação e preservação.

Periódicos

A catalogação das coleções de periódicos só foi iniciada em 16 de junho/20, por Gismália em home office, pois o módulo Kardex, específico para registro publicações periódicas no PHL, ainda não estava disponível para a equipe do Projeto antes desta data. Para realizar este trabalho remotamente, sem o acesso físico às revistas, tomou-se por base as informações disponíveis na lista de títulos e fascículos de periódicos recebida junto com a doação do acervo para complementar com elementos bibliográficos necessárias para catalogação dos periódicos (título completo, editor, endereço, periodicidade, data de início da coleção, ISSN, assunto) foram realizadas buscas nos seguintes catálogos coletivos nacionais e internacionais:

- Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) - http://ccn.ibict.br/busca.jsf
- Portal de Periódicos Capes - https://www.periodicos.capes.gov.br/
- Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional - http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/
- Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (PT) - https://diretorio.rcaap.pt/
- British Library (UK) - https://www.bl.uk/catalogues-and-collections
- OCLC WorldCat (EUA) - https://www.oclc.org/en/about.html

Através deste procedimento foi possível catalogar 120 títulos e mais de 1.500 fascículos de periódicos. Destes, 47 títulos já estão disponíveis em versão eletrônica gratuitamente na internet, possibilitando descarte de aproximadamente 300 fascículos físicos. As coleções de periódicos catalogados estão relacionadas no Anexo C deste relatório. Ficaram pendentes de catalogação cerca de 600 fascículos de revistas por falta de elementos bibliográficos que não foram localizados nas pesquisas dos catálogos coletivos. Além destes, aproximadamente 300 fascículos de suplementos jornais brasileiros, sendo mais de 50% do Estado de São Paulo, que estão disponíveis na versão digital do Acervo no site do jornal.

Considerando que os registros foram incluídos na base de dados sem o acesso físico às revistas, se faz necessária a realização de um inventário para confirmar a existência dos fascículos registrados e/ou inclusão de outros que porventura não tenham sido inseridos. O inventário poderá ser realizado pela bibliotecária Fernanda Mota com o apoio dos funcionários do Instituto, Edson e Orlando, que organizaram as revistas alfabeticamente sob a supervisão do colaborador voluntário do IGBH Normando.

Considerações Finais

Conforme previsto na proposta da consultoria foram obtidos os seguintes resultados na implantação do projeto:

- Disponibilização de registro bibliográficos do acervo Prof. Antônio Barros na base de dados PHL do IGHB;
- Acervo tombado, catalogado, classificado, etiquetado e disponibilizado nas estantes.

Adicionalmente, o tratamento técnico das obras propiciou melhor conhecimento do perfil do acervo formado por publicações que pertenceram aos Professores Zilma e Antônio Barros. Desta forma, sugere-se que a coleção seja renomeada com o nome do casal.

Agradecimentos

Ao percorrer o caminho para a execução desse trabalho, foram vivenciados muitos aprendizados, a implantação do Projeto possibilitou a aquisição de novos conhecimentos e compartilhamento de experiências. Agradeço os ensinamentos e parceria da equipe técnica: Fernanda, Milena, Quezia, Evila e todos que nos apoiaram, direta ou indiretamente, como: Eduardo Moraes de Castro, Nelson Brandão, Fernando Souza, Luiz Américo Lisboa, Simone Santana, Lindjane, Cleide, Marcele, Ismael, Edson, Orlando, Normando, Hugo, Tiago, Mário e Clara.

O tempo foi curto, mas a gratidão a vocês será permanente!

ANEXO A – Investimentos realizados por Professo Manoel Barros

Recursos Humanos	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Bolsa/transporte para estagiária	10 meses	R$ 575,00	R$ 5.750,00
Bolsa/transporte para estagiária	11 meses	R$ 575,00	R$ 6.325,00
Total			**R$ 12.075,00**

Recursos Tecnológico	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Notebook Dell Inspiron 15-3567-A30C Intel® Core i5-7200U 4GB HD 1TB 15.6" Windows 10	2 unidades	R$ 2.979,00	R$ 5.758,00
Jato Epson Ecotank CST4	1 unidade	R$ 999,00	R$ 999,00
Total			**R$ 6.757,00**

Recursos Materiais	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Escada para acesso as estantes, modelo plataforma 3 m com corrimão	1 unidade	R$ 2.407,71	R$ 2.407,71
Total			**R$ 2.407,71**

Investimento total realizados: R$ 21.239,71

ANEXO B – Termos de doação da Unifacs de móveis e equipamentos

FORMULÁRO DE AUTORIZAÇÃO DE DOAÇÃO, VENDA, SUCATEAMENTO E ROUBO

EMPRESA:	FACS SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA	**DATA:**	10/1/2019

TRATA-SE: Venda ( ) Doação (X) Sucateamento ( ) Roubo ( )

Departamento : BIBLIOTECA **Campus :** PROFESSOR BARROS TORRE SUL **Centro de Custo:** 5110000

PREÇO DE VENDA: **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

COMPRADOR/BENECIFIÁRIO: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia **CPF/CNPJ:** 14.324.800/0001-72

ENDEREÇO: Av. Joana Angélica, 43 - Piedade - CEP: 400050-001, Salvador - BA

VÍNCULO COM A BU: **Destinatário empresa:** (X) **Particular:** (X)

BRA	ID DO ATIVO	ETIQUETA	DESCRIÇÃO	DATA DE AQUISIÇÃO	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
	N/E	63634	MESAS DE ESCRITÓRIO	N/E	N/E	N/E	
	N/E	62703	CARRINHOS PARA MOVIMETAÇÃO DE LIVROS	N/E	N/E	N/E	
11	100000025880	55195	ESTANTES MODELO 1010 DUPLA FACE	N/E	N/E	N/E	
11	100000029369	64393	ESTANTES WALL MULTIMEIOS 60.0X1	N/E	N/E	N/E	
		64484	ARQUIVOS DE AÇO QUATRO GAVETAS	N/E	N/E	N/E	
Total					R$ -	R$ -	R$ -
Valor da venda							
Ganho (perda) na venda dos ativos							R$ -

Declaração

A FACS Serviços Educacionais Ltda., enquadrada como não contribuinte do ICMS e inscrita na condição de ESPECIAL junto a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ-BA, informa que a operação trata-se de uma aquisição de mercadoria destinada ao ativo imobilizado, portanto solicitamos a emissão da Nota Fiscal destacando Alíquota interna do Estado de origem, denominada "Alíquota Cheia" do ICMS, conforme determina a Constituição Federal, em seu art. 155, §2º, IIV. "b". DECLARA estar enviando bens de sua propriedade para o cliente: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, situado no endereço, Av. Joana Angélica, nº 43 - Piedade, CEP: 40050-001, Salvador - BA, os bens acima relacionados. Doravante, o Fornecedor deve destacar a alíquota "cheia" de ICMS do seu Estado, quando da remessa de qualquer material ou bem para a FACS SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA.

AVALIAÇÃO TÉCNICA	ASSINATURA
	Nome completo: Douglas Lima Pereira da Silva
	Cargo: Supervisor de Almoxarifado
	Área: Operações
	Data: 01/10/2019

Resenha

Gama, Luiz
Lições de Resistência. Artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Pref. Luiz Felipe Alencastro. Edições SESC. 392 pp.
Revista Quatro Cinco Um, n.36, de agosto de 2020, São Paulo, pp. 22-23.

FUNDADOR DA NOSSA LIBERDADE

Wallace Corbo
Doutor e Mestre em Direito Público/UERJ

Enquanto nos Estados Unidos o cenário artístico renova o êxtase do musical Hamilton — que reimagina o mito da fundação americana com seus líderes transformados em pessoas negras e latinas —, por aqui seguimos na árdua missão de resgatar nossos próprios fundadores, cuja negritude não foi fantasia, mas realidade. O novo livro de Ligia Fonseca Ferreira é mais uma oportunidade de retomarmos um deles.

Seguindo sua publicação anterior, **Com a palavra, Luiz Gama** (Imprensa Oficial, 2011), a professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) traz pela primeira vez ao grande público em **Lições de resistência** diversos artigos e cartas escritos por Luiz Gama entre a década de 1860 e 1882, ano de sua morte. Entre documentos conhecidos e inéditos está a famosa "Carta a Lúcio de Mendonça", em que reivindicou para si uma identidade e uma biografia que o tempo transformou em mito: a mãe Luiza Mahin, na qual o imaginário popular encontrou a líder negra da Revolta dos Malês (1835); o nascimento

como homem livre, ilegalmente escravizado, aos dez anos, por um pai cujo nome até hoje é desconhecido; sua própria libertação aos dezessete, em circunstâncias nunca esclarecidas; e sua conversão na figura que era capaz de quebrar os "grilhões do cativeiro". Se alguns aspectos mais folclóricos da vida de Gama continuam incertos, **Lições de resistência** nos permite enxergar o homem real à altura do mito. Um intelectual que pensou o direito e a política, que criticou as elites econômicas e jurídicas e que não se furtava a correr ao auxílio das pessoas cuja cor foi, no Brasil, "a origem da riqueza de milhares de salteadores".

A coletânea se beneficia do vasto conhecimento de sua organizadora, referência inquestionável nos estudos sobre essa figura histórica. Tanto a introdução como as profícuas notas de rodapé situam cada texto em seu devido contexto histórico, apresentam personagens e explicam determinados termos. Somam-se a isso, ainda, o também valioso prefácio do historiador Luiz Felipe de Alencastro e o esclarecedor texto de orelha do professor e advogado Silvio Luiz de Almeida, que faz uma análise precisa da relevância do jurista Gama. Com isso, mesmo o leitor menos familiarizado com essa figura ou com a linguagem da época é capaz de compreender a obra em seu conjunto, concluindo a leitura com o insaciável desejo de conhecer mais sobre ele.

Luiz Gama foi o único entre os quatro festejados abolicionistas negros a ter vivido a escravidão.

Há muito de único e de pioneiro na figura de Gama, como Ligia Ferreira já expunha em suas publicações anteriores e torna claro na introdução da obra. Ele foi o único entre os quatro festejados abolicionistas negros — ao lado de Ferreira de Menezes, José do Patrocínio e André Rebouças — a ter vivido a escravidão, de modo ilegal, mesmo à luz do direito vigente. Foi o primeiro autor de nossa história a reivindicar para si a negritude e a nela encontrar não um defeito de cor, mas sim o "fogo sagrado da liberdade". Foi o primeiro de nós a contar seu sonho: o de uma república de igualdade e de liberdade, sem "senhores nem escravos", "opressores nem oprimidos".

Luta pelo direito

A produção de uma figura tão destacada chamará a atenção de vários grupos de leitores. O principal deles, identificado pela própria organizadora, é formado pelos juristas. A partir da publicação desse livro, a leitura de Gama se torna obrigatória para todos os estudantes do direito. Primeiramente porque, em diversos artigos, Gama transcreveu petições por ele elaboradas e decisões com que se defrontou em sua prática jurídica — todos de indiscutível interesse para a história do direito e mesmo para o presente de nossa atividade forense.

Em segundo lugar, e ainda mais importante, porque os textos de Gama representam um profundo domínio da técnica jurídica cuja atualidade do raciocínio assombra — especialmente ao nos lembrarmos de que se tratava de um autodidata que jamais cursou a academia. Impressiona a habilidade com que maneja conceitos jurídicos — do direito romano ao direito brasileiro, do direito civil ao direito internacional público e marítimo, com referência a doutrinadores ainda hoje relevantes e que à época eram seus contemporâneos.

Gama recorre analiticamente a institutos como a "doação mortis causa manumissora" e a "liberdade concedida a título oneroso" para atingir com boa técnica jurídica seu objetivo inarredável: a libertação de pessoas ilicitamente escravizadas, como o pardo Narciso, ou como Elias, Joaquina e Marcolina — pessoas escravizadas que nos textos de Gama têm nome e rosto, sentimentos e vontades. E, como seus iguais, são tratados pelo jurista como sujeitos — não como objetos (senão nos limites do que a argumentação jurídica lhe exigia) — e como vítimas dos crimes de senhores, de juízes e de legisladores.

Além do domínio da técnica jurídica positiva, os textos de Gama revelam ainda uma profunda filosofia do direito. Os textos expõem uma visão do direito como um princípio de progresso e de liberdade. Diferente, portanto, da lei — apenas uma modalidade de efetivação do direito —, que consiste em um "monumento social", uma "página da história" cuja legitimidade depende da adesão a esses ideais de liberdade. O direito natural de Gama, no entanto, não se constrói com o tempo, "de barrigas para o ar". Pelo contrário, a injustiça de se encontrar "ao lado de homens livres, criminosamente escravizados" impõe um

dever de agir, não pela insurreição, mas pela resistência como virtude cívica. Uma luta pelo direito que Gama vislumbrou antes mesmo de Rudolf von Ihering proferir sua palestra seminal em 1872, em que o alemão expôs sua leitura do direito como arma de transformação social. Diferentes de Ihering, cuja obra foi rapidamente traduzida para o português e incorporada às bibliografias obrigatórias da formação jurídica nacional, as lições de Gama se perderam do imaginário de nossos juristas. Dessa forma, o livro nos permite resgatar nossa tradição do pensamento jurídico em sua mais plena originalidade.

Essa concepção jusnaturalista do direito não foi obstáculo para uma atuação perante as cortes pautada em extremada técnica legalista. "Nós temos leis", dizia Gama, que dedicou sua atuação também ao resgate da Lei Feijó, de 1831, que declarara livres as pessoas escravizadas trazidas ao Brasil a partir daquela data, bem como de todo o corpo normativo que expunha a ilegalidade da escravização a que era submetida a maior parte das pessoas negras naquele período — tema profundamente analisado no texto "Questão jurídica", que integra a coletânea. Foram leis que, como outras, só teriam deixado de valer "pela peita e degradação", o que não impediu que o jurista fosse bem-sucedido em libertar mais de quinhentas pessoas indevidamente escravizadas em sua vida.

A última razão pela qual o livro tem valor inestimável para juristas diz respeito à qualidade da crítica institucional que Gama desenvolveu em seus escritos. Empregando habilmente a linguagem erudita e técnica, Gama lançou luz sobre a subserviência das instituições judiciais e políticas ao regime escravocrata à revelia da lei formal. Criticando a superioridade do "poder dos régulos" ao "império da lei" no Brasil, Gama expôs como, em diversos casos, as estruturas judiciais se valiam de roupagens jurídicas para criar obstáculos ao gozo do direito à liberdade dos ilicitamente escravizados. Da mesma forma, evidenciou como estruturas não judiciais se movimentavam em represália à sua atuação em favor dos ilegalmente submetidos à escravidão (mais de dois terços dos escravizados, pelos seus cálculos). Nem a advocacia escapou à pena de Gama, que nela identificou verdadeiro engenho da escravidão, quando exercida em favor dos "possuidores de escravos e inimigos da emancipação". Críticas tão atuais em 1870 quanto em

2020, quando também as instituições judiciais e políticas se veem entrecortadas pelo chamado racismo estrutural, que perpetua a subjugação e marginalização de uma população negra que ainda não viveu a plenitude da abolição.

Abolicionista radical

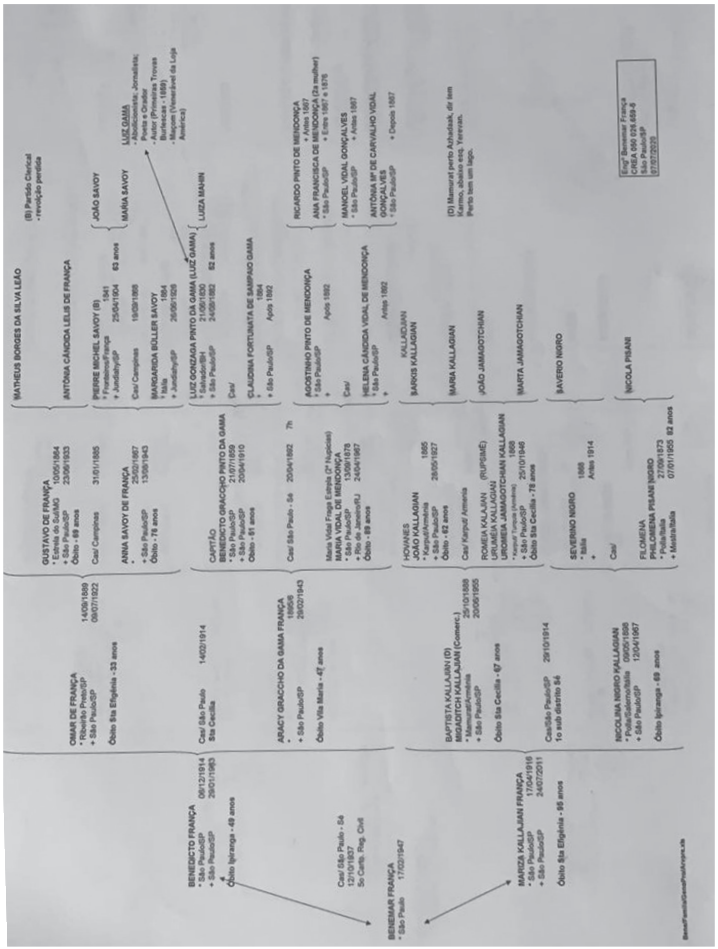
Não só juristas se beneficiarão desse livro. Aqueles que buscam retomar o pensamento político brasileiro também tirarão proveito da leitura. Estes poderão encontrar nas páginas da coletânea o pensamento de um intelectual que dialogou com as questões candentes de seu tempo (e do nosso), tratando da política, da corrupção, das elites e dos desvalidos. Gama foi, afinal, um dos principais atores políticos do movimento republicano e um abolicionista radical, que diferentemente do sempre celebrado Joaquim Nabuco, defendia uma "emancipação pronta, e sem indenizações", vendo na suposta necessidade de preparar os escravizados para a liberdade um "pretexto fútil e farisaico, um crime hediondo" a ser repelido por democratas. Criticava, com isso, a hipocrisia dos autodeclarados liberais, habituados a "beber com leite princípios liberais e a dar surras nos seus escravos". Apenas um exemplo da ironia presente nos textos da obra, impossível de ser ignorada e característica dos que enfrentam, incrédulos, uma sociedade que não admite os princípios mais básicos de igualdade e liberdade.

Gama lançou luz sobre a subserviência das instituições judiciais ao regime escravocrata.

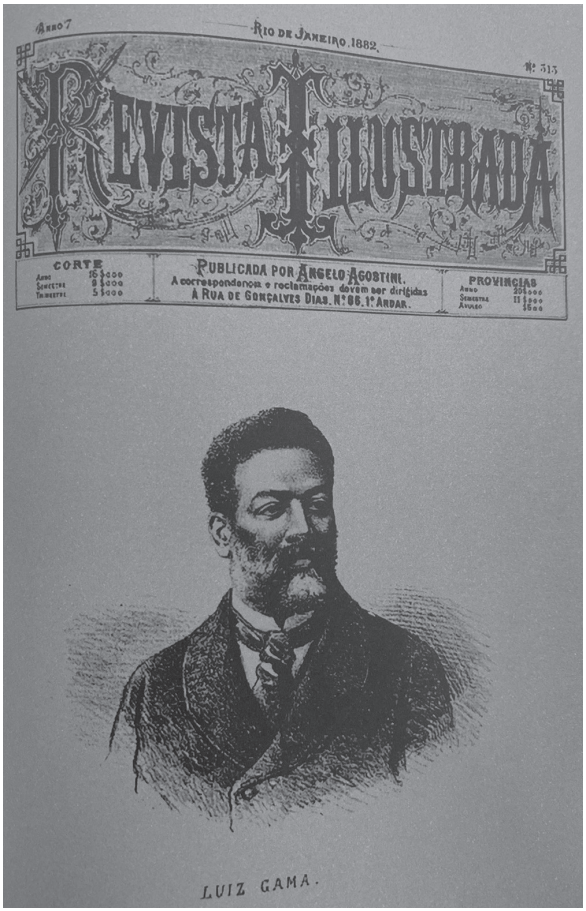
Por fim, há aqueles para quem a leitura não pode escapar. Do prefácio à "Carta a Lúcio de Mendonça", último texto do apêndice, **Lições de resistência** apresenta uma figura humana que, para além do folclore que sobreveio à sua morte, por seus próprios atos e palavras se converteu em mito. Um mito ainda pouco conhecido, a que todo brasileiro, homem ou mulher, negro ou branco, merece ser apresentado. Eis, pois, os destinatários necessários dessa obra: todos os brasileiros que, finalmente, poderão se reencontrar com um dos verdadeiros "pais fundadores" de nossos ideais republicanos e emancipatórios.

Já houve quem comparasse Gama a Frederick Douglass (1818-95), líder político negro americano cujas memórias como ex-escravizado são amplamente conhecidas nos Estados Unidos. Ao finalizar **Lições de resistência**, restará evidente que Gama foi uma figura singular. Um intelectual que, em vida, foi certamente homem, mas que justificadamente se transformou em algo mais. Como as quatro pessoas negras que homenageou em um de seus textos por se rebelarem contra o crime da escravidão, também Gama foi ideia, foi luz. Foi astro que se pulverizou e formou uma nebulosa que, hoje, como os astrônomos que previu que um dia viriam, nós podemos ver reluzente entre os planetas e, por que não, em nossos próprios desejos de liberdade.

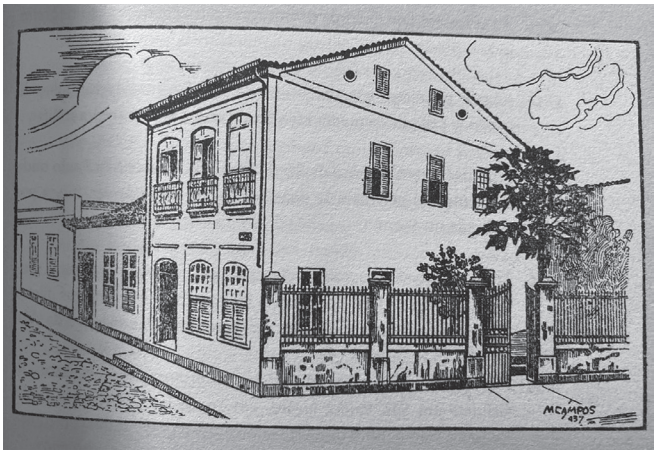
Galeria de Imagens



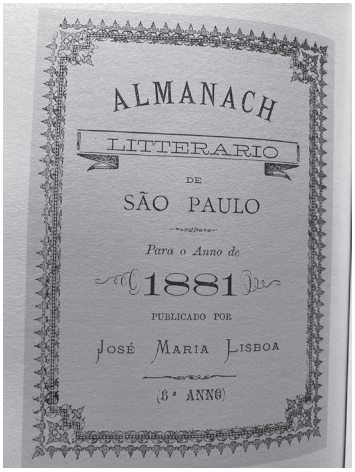
Árvore genealógica



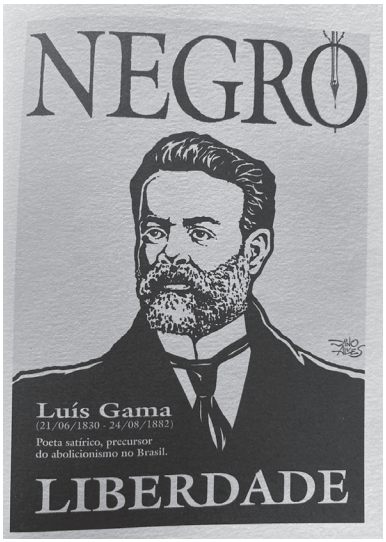
Capa da Revista Ilustrada N. 313, 1882. Homenagem a Luiz Gama por ocasião de sua morte, ocorrida em 24 de Agosto daquele ano. Desenho de ângelo Agostini.



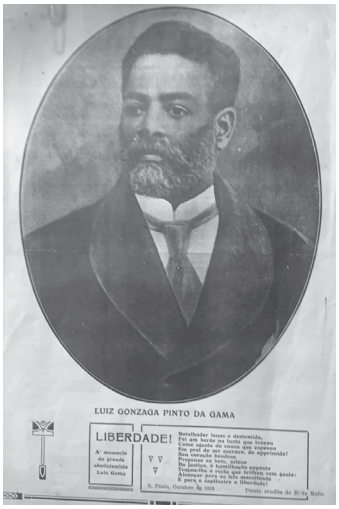
Casa onde nasceu Luiz Gama na antiga rua do Bêngala, em Salvador, Desenho de M. Campos para *O precursor do abolicionismo no Brasil*, de Sud Mennucci.



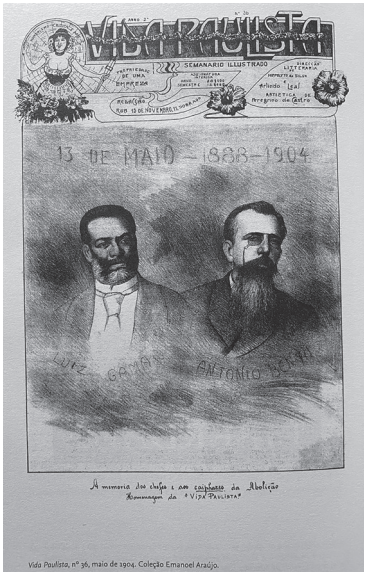
Capa do Almanaque Literário de São Paulo (1881).
Neste volume, Lúcio de Mendonça publicou o artigo biográfico "Luiz Gama" em homenagem ao abolicionista e líder republicano.



Retrato do Capitão Benedito Graco Pinto da Gama, filho de Luiz Gama. In: Euclides Andrade e Helly F. da Câmara, A Força Pública de São Paulo. Esboço histórico (1831-1931).



Busto de Luiz Gama localizado no Largo do Arouche, São Paulo. Autoria de Yolando Mallozzi (1901-1968) Foto: Ligia Fonseca Ferreira.



Vida Paulista, nº 36, maio de 1904. Coleção Emanoel Araújo.

Espaço Aberto Memorial 2 de Julho

UM TRIBUTO À GENEROSIDADE: síntese biográfica do imortal Edivaldo Boaventura

Claudefranklin Monteiro Santos
Pós-doutor em Cultura e Sociedade/UFBA
Doutor História/UFPE
Professor de História e do Mestrado em História/UFS
Sócio correspondente/IGHB

Resumo
Por décadas, o nome de Edivaldo Machado Boaventura esteve e, por certo, ainda estará, entre os mais festejados e cultuados da Bahia. Falecido em 2018, ele deixou um legado que ultrapassa a sua capacidade intelectual, contribuindo decisivamente para a melhoria da educação baiana, como também para a sua cultura, em suas diversas formas de manifestação. Como humanista, marcou de forma indelével várias gerações de acadêmicos e intelectuais, como também de pessoas simples. Para além de uma síntese biográfica sobre o autor, o presente artigo quer fazer um tributo a sua generosidade, aspecto que lhe conferiu identidade e essência.
Palavras-chave: Edivaldo Boaventura – Biografia – Memória cultural.

Abstract
For decades, the name of Edivaldo Machado Boaventura has been, and certainly will be, among the most celebrated and worshiped in Bahia. Deceased in 2018, he left a legacy that goes beyond his intellectual capacity, contributing decisively to the improvement of Bahian education, as well as to its culture, in its various forms of manifestation. As a humanist, he indelibly marked several generations of academics and intellectuals, as well as simple people. In

addition to a biographical synthesis about the author, this article wants to pay tribute to his generosity, an aspect that gave him identity and essence.
Keywords: *Edivaldo Boaventura - Biography - Cultural memory.*

No Evangelho de Jesus Cristo, segundo São Mateus (5:3-16), é possível encontrar alguns aspectos e qualidades que definem, com precisão e verdade, o nosso homenageado. Entre tantas, se sobressaem: pobreza de espírito, no sentido de desprendimento, mansidão, sede de justiça, e por que não dizer, também senso de justiça, pureza de coração, pacificação e alegria. Edivaldo Boaventura, bem-aventurado, soube ser e segue sendo sal e luz para o mundo das letras, das artes, do saber científico, da educação e da cultura. Cativou a muitos e por muitos foi cativado, deixando um legado de generosidade e de humanidade para além das fronteiras do Estado da Bahia.

Na madrugada do dia 22 de agosto de 2018, não tendo resistido a complicações de uma cirurgia cardíaca, aos 84 anos, Edivaldo Machado Boaventura encerrou sua jornada, marcada por intensa atividade e repleta de bem-sucedidas investidas e projetos exitosos, de que tratarei, em síntese, mais adiante. Uma semana antes, me falava ao telefone, sempre atencioso e cordial, me perguntando quando eu retornaria a Salvador. Ele desejava me levar a uma sessão da Academia de Letras da Bahia, para apresentar-me a alguns amigos e como sempre vinha fazendo, envolver-me nos círculos culturais de Salvador, no afã de conhecer a cultura baiana para melhor compreendê-la em meus estudos sobre o carnaval elétrico e sobre a música trieletrizada, legados da dupla Dodô e Osmar.

Edivaldo Boaventura era um *gentleman*, na melhor acepção da palavra. Não tratava minha pesquisa como algo marginal, que destoasse do beletrismo predominante, ainda hoje, na maioria das instituições. Pelo contrário, era respeitoso e receptivo e com um gesto de profunda atenção, selou nossa amizade para sempre, ao me convidar ao seu apartamento e saudar-me como a um conhecido de velha data. Detalhe: era a primeira vez que nos víamos, embora já nos conhecêssemos por telefone desde o final de 2017, quando o amigo, professor Anselmo Machado, me recomendou aos seus cuidados.

Naquela tarde, de 21 de janeiro 2018, me apresentou um dos maiores estudiosos de música popular baiana e brasileira, o professor Luiz Américo Lisboa Júnior, que me presenteou com algumas de suas principais obras. E por que o fez? Porque Edivaldo Boaventura sabia que aquela conversa iria agregar valor a minha pesquisa, ao levantamento de fontes que eu vinha fazendo e as análises que eu poderia desenvolver em torno da temática. Assim procedia Edivaldo Boaventura de quem dele se cercava: esbanjava bondade e dispensava qualquer tipo de formalidade, concentrando sua atenção naquilo que poderia fazer bem ao outro.

No dia 15 de maio de 2018, Edivaldo Boaventura saudou os novos sócios e sócios correspondentes do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, dirigindo a àquele grupo de seletos historiadores e pesquisadores uma saudação particular: ao meu amigo sergipano. Coube, diretamente, a ele proporcionar a mim aquela insigne honraria, enxergando em minhas misérias e limitações humanas algo que pudesse agregar a tão significativa casa do saber baiano. Ele, para além das sutilezas das etiquetas sociais e dos padrões de comportamento, em meio a um mundo onde a acepção de pessoas é uma realidade incômoda, sabia fazer da generosidade um estilo, uma marca registrada e faceta que lhe definia em toda a sua essência humana e intelectual.

Natural de Feira de Santana, os 10 dias do mês de dezembro de 1933, filho de Osvaldo Abreu Aventura e Edith Machado Boaventura, Edivaldo Machado Boaventura construiu uma trajetória de inúmeros êxitos. A primeira formação se deu no Jardim Infantil da Escola Normal, com a professora Amélia Simões; a escola primária, no Asilo Nossa Senhora de Lourdes, com a professora Madre Maria Nazaré Andrade. Até os 12 anos de idade, estudou no Colégio Santíssimo Sacramento e na Escola Professora Helena Assis.

Sobre sua formação em colégio jesuíta, assim se expressou Luís Antonio Cajazeira Ramos:

> (...) o jovem Edivaldo recebeu dos padres portugueses uma sólida formação filosófica e científica de matiz humanista, bem como se deixou impregnar pela doutrina católica dos jesuítas, vindo daí, talvez, sua afinidade como o papel de educador como uma verdadeira catequese pedagógica e uma missão de vida (p. 262)

Em Salvador, cursou o secundário em uma instituição jesuítica, o Colégio Antônio Vieira. Era Bacharel em Direito (1959) e em Ciências Sociais (1969) pela Universidade Federal da Bahia. Em 1962, iniciou sua atuação no magistério superior, como professor contratado da Escola de Administração da UFBA, tornando-se dois anos depois livre docente desta instituição. Mestre e PhD em Educação pela *The Pennsylvania State University,* nos Estados Unidos (1980), tendo estudado no Instituto International de Planificação de Educação/ UNESCO, em Paris. Em 1995, realizou pós-doutorado na Universidade do Québec, em Montreal, Canadá.

Ainda nos anos 60, quando iniciava o doutorado em Direito, tornou-se docente da Escola de Serviço Social da Bahia. Teve uma passagem promissora pela SUDENE (1961-1983), como Técnico de Desenvolvimento Econômico. Entre 1963 e 1970, foi juiz federal do trabalho.

Na UFBA, entre 1968 e 1971, participou ativamente na implantação da Assessoria de Planejamento, da reforma universitária e da instalação da Secretaria Geral de Cursos.

Notadamente, foi no campo educacional que Edivaldo Boaventura foi se firmando e notabilizando com o passar dos anos. No Conselho Estadual de Educação da Bahia, atuou nos seguintes períodos: 1968-1983, 1991-1996, presidindo o órgão de 1976 a 1978.

Sobre a educação, assim se expressava Edivaldo Boaventura:

> A minha opção pela educação foi consciente. Eu me formei em Direito, como a metade da humanidade no Brasil, sou Bacharel e sou Doutor em Direito. O direito me deu a régua e o compasso. Mas, eu comecei a participar do desenvolvimento econômico, do planejamento econômico. (...) Então, do desenvolvimento econômico, eu passei para a educação, para o planejamento educacional, para os problemas de economia e administração para a educação[1].

1 Entrevista por ocasião das comemorações dos 70 anos da Universidade Federal da Bahia. 20 de abril de 2016. In Edivaldo Boaventura – Educação/UFBA – Trajetória na Educação. Disponível em https://www.youtube.com/watch?time_continue=10&v=lFhkK9zCOLw&feature=emb_logo

Em Memorial apresentado à Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão - FAPEX para obtenção do Prêmio Pesquisador do Ano 1994/UFBA, Edivaldo Boaventura também destaca sua relação com a educação:

> A preocupação com a temática da universidade sempre me marcou muito, desde o tempo de estudante. A reforma dos anos sessenta me alcançou nos primórdios do magistério superior. Fui me envolvendo com a Educação cada vez mais, de tal modo que terminei nela me concentrando inteiramente. Identifica-se claramente o terceiro ciclo, voltado para a pesquisa em educação superior e sistema de educação. Foi o momento em que fiz a minha opção pela Educação, como atividade profissional e existencial (1995, p. 5).

Ao longo de sua vida, assumiu importantes cargos públicos, entre eles, destaco: Secretário de Educação e Cultura da Bahia (anos 70 e anos 80). Sua primeira passagem na Secretaria de Educação e Cultura da Bahia (1970-1971), se deu por nomeação do governador Luiz Viana Filho, em substituição ao professor Luiz Navarro de Brito, que o havia indicado para a função. Como secretário, atuou na construção das escolas polivalentes e na criação do Parque Histórico Castro Alves. Para Antonietta d´Aguiar Nunes, àquela época, Edivaldo fez, inicialmente, um diagnóstico da situação educacional do Estado e em seguida colocou em prática ações em torno de um Plano Integral de Educação, que incluiu "(...) a oferta de matrículas aos níveis do ensino primário e secundário e melhorar a qualidade do ensino através de seleção racional de professores e treinamento dos já existentes" (2008, p. 2020).

A segunda passagem (1983-1987), no governo João Durval, foi marcada pela restruturação da Secretaria, construção de milhares de salas de aula, implementação de programas de alfabetização e educação rural (em parceria com as prefeituras) e, sobretudo, pela interiorização da educação superior na Bahia, no âmbito da esfera estadual. Nesse sentido, foi um dos responsáveis pela criação da Universidade Estadual da Bahia (Uneb)[2]; além da participação ativa na criação da Universidade

2 Em 2012, a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) outorgou-lhe o título de 'Doutor Honoris Causa'.

Estadual de Feira de Santana, da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano e da Universidade Estadual de Santa Cruz.

A grande motivação para a interiorização do ensino superior na Bahia residia, sobretudo, num conjunto de necessidades, particularmente uma destacada por Edivaldo Boaventura: "(...) a carência de professores com formação superior para os sistemas de educação que se expandiam, fato que desempenhou e continua cada vez mais a desempenhar expressiva pressão e estímulo" (2009, p. 47).

Em seu retorno à UFBA, capitaneou a criação do Doutorado em Educação, em 1991. O primeiro do Nordeste. Pelos valiosos serviços prestados à Universidade Federal da Bahia, Edivaldo Boaventura foi agraciado, em 2006, com o título de professor emérito.

Incansável e versátil em sua atuação, foi responsável direto pela implantação dos Estudos Africanos na escola baiana.

Teve destacada atuação nas letras e na imprensa baiana, sobretudo no Jornal A Tarde, assumindo a Direção Geral, em 1996.

Edivaldo Boaventura foi eleito para a Academia de Letras da Bahia em 1971, onde ocupava a cadeira de número 39[3], cujo patrono é Francisco de Castro. Foi presidente da ALB entre 2007 e 2011[4]. Em sua gestão, procurou imprimir dinamismo, por meio da implantação de um Ponto de Cultura, com a realização de diversos eventos. Reformulou o estatuto, instituiu prêmios e deu ênfase ao aspecto museal da instituição, com restaurações e um layout que presasse pela memória do lugar.

Multiacadêmico, Edivaldo Boaventura também foi integrante da Academia de Letras de Feira de Santana, da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, da Academia Brasileira de Educação, da Academia Portuguesa de História, membro fundador da Academia de Ciências da Bahia. Foi sócio dos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro, Geográfico e Histórico da Bahia e de Geografia e História Militar do Brasil. Pertenceu à Ordem e Instituto dos Advogados da Bahia, à Associação Nacional de Política e Administração de Educação (Anpae),

3 Em sucessão ao imortal Edivaldo Machado Boaventura, tomou posse o artista plástico Juarez Paraíso.

4 No dia 23 de outubro de 2018, a Academia de Letras da Bahia rendeu homenagem póstuma a Edivaldo Boaventura. Entre os que dirigiram palavras a sua memória, destaque para o acadêmico João Eurico Matta.

Associação Nacional. Em 2016, ele foi eleito membro da Academia de Ciências de Lisboa (Portugal).

Escreveu dezenas de livros centenas de artigos. Entre as obras, destaque para Problema de Educação Baiana (1977); Pela causa da educação e da cultura (1984); A segunda casa (1984); Estudos Sobre Castro Alves (1996); A Educação Brasileira e o Direito (1997); Gente da Bahia (1990); O Solar Góes Calmon (2004); A construção da Universidade Baiana (2009), Exercícios de Metodologia da Pesquisa (2017) e Como coordenar as ideias (1988), este último pela Editora Ática, na famosa Série Princípios.

Afora os estudos em torno da educação, marcou a seara literária de Edivaldo Boaventura, o gosto pelas biografias, como a que organizou para Pedro Calmon (1986), Luiz Viana (1991), Cruz Rios (2004), Jorge Calmon (2009) e Maria Beltrão (2014).

No dia de julho de 2016, em entrevista para a Rádio Metrópole, Edivaldo falou de seus livros sobre as viagens que fez pelo mundo desde sua formação na França, passando por EUA e Canadá. Naquele ano, ele publicava "Viagens a Caminho do Saber", o quarto da série.

Ainda sobre as viagens, vale destacar o que disse em seu *Memorial* para a UFBA:

> Ao longo de todos esses anos, no Brasil, na França e nos Estados Unidos, fui matizando o empirismo anglo-saxônico, baconiano, com o dedutivismo francês, cartesiano, que tanto me empolgou ao escrever sobre a ordem das idéias. Do mesmo modo, nessa integração de ciclos de estudos, empreendidos aqui e alhures, foram-se agregando perspectivas de várias ordens - jurídicas, econômicas, sociológicas, históricas e psicológicas, perfeitamente concertadas no approach das Behavioral Sciences (1995, p. 21).

No dia 29 de janeiro de 2020, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia promoveram, em sessão solene, o lançamento do livro Consuelo Pondé de Sena *(in memorian)*, organizado por Edivaldo Boaventura. A obra, póstuma, se soma aos inúmeros trabalhos que ele se dedicou em vida, sejam autorais

ou coautorais, e traduz o apreço do IGHB pelo autor, de que tratarei mais adiante.

Foram incontáveis as honrarias, títulos de cidadania e reconhecimentos recebidos, com destaque para: Medalha Benjamin Constant, comemorativa do primeiro centenário de Instalação da Escola Normal da Corte, atual Instituto de Educação do Rio de Janeiro, Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, em 1980; Medalha de Ouro do Mérito Melitense, da Soberana e Militar Ordem de Malta, Ordem de Malta. Roma-It, em 1984; Medalha do Patriarca José Bonifácio, Academia de História de São Paulo. São Paulo-SP, em 1987; Medalha Machado de Assis, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro – RJ. 1989.

Algumas honrarias: Grande Oficial da Ordem do Mérito da Bahia, Grande Oficial da Ordem do Infante Dom Henrique, Oficial da Ordem das Palmas Acadêmicas, Donato de Devoção da Soberana e Militar Ordem Hospitalar de Malta, Ordem Nacional do Mérito Militar, Comendador da Ordem Municipal de Feira de Santana. Possui as medalhas Cruz de Malta, Machado de Assis, Mérito Tamandaré, Educacional Barão de Macaúbas, Mérito Cultural Castro Alves, Amigo da Marinha, Maria Quitéria e do Patriarca e é cidadão de duas dezenas de municípios baianos.

Postumamente, também foi lareado como Professor Emérito (in memoriam), Laureate International Universities - Universidade Salvador - Unifacs. Além de Homenagem Póstuma Reconhecimento e Gratidão ao Professor Emérito Edivaldo Machado Boaventura pelos mais de 50 anos de contribuição à Educação Brasileira, I Simpósio sobre Internacionalização da Educação - UFBA - FACED - PPGE.

Internacionalmente, também foi reconhecido, de modo particular em Portugal, quando foi condecorado pelo Governo Português com a Ordem da Instrução Pública no Grau de Comendador, pelos valiosos serviços prestados à educação e à cultura dos países de língua portuguesa.

Em 2014, teve sua trajetória de vida contada em forma de reportagem pelo jornalista e professor Dr. Sérgio Mattos. O livro *Um cidadão prestante* faz um apanhado biográfico de Edivaldo Boaventura, digno de nota e emblemático para entender seu legado.

Em que pese a ideia da imortalidade, para além dos livros de das lembranças, várias instituições recebem seu nome: Colégio Estadual Edivaldo Boaventura em Salvador, no Conjunto Habitacional Vale dos Rios do bairro STIEP; Colégio Estadual Professor Edivaldo Machado Boaventura, no distrito de Serra da Canabrava da cidade de Brejões; Colégio Estadual Edivaldo Machado Boaventura, no distrito de Ipuaçu, em Feira de Santana.

Por ocasião das comemorações dos 35 anos de fundação do Instituto Anísio Teixeira, em novembro de 2018, Edivaldo Boaventura foi homenageado postumamente com uma placa que foi entregue à família. Na ocasião, o diretor geral da instituição, Matheus Barreto Gomes, fez o seguinte pronunciamento: "A homenagem não será apenas pela criação do Instituto, mas também pelos relevantes serviços prestados por Dr. Edivaldo Boaventura ao nosso Estado, tanto na área de educação quanto na cultura".

Nos últimos anos de sua vida, atuava tenazmente no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Sócio desde 1960, entre 1971 e 2018, além de colaborar com regularidade para a sua revista, com artigos e discursos, esteve presente em vários momentos importantes da instituição, tendo sido membro de comissões, tesoureiro e orador oficial em diversas ocasiões, tendo falecido na função.

Na gestão de Dr. Antônio Queiroz Muniz, foi membro da Comissão de História Geral entre 1971 e 1972. Na gestão do Prof. Frederico Grandchamps, fez parte da Comissão de Monumentos e Artes (1974-75-77). Ainda na Comissão de Monumentos e Artes, colaborou na gestão do Dr. Thales Olympio Góes de Azevedo (1980-87). Na gestão do Prof. Jayme de Sá Menezes, foi orador, bibliotecário e tesoureiro (1988-1993). Foi tesoureiro e primeiro vice-presidente na gestão da Profª Consuelo Pondé (1994-2015). Até o seu falecimento, na gestão de Dr. Eduardo Morais de Castro, era o orador oficial da instituição, função que ocupou por muitos anos. Condição que lhe rendeu, por Consuelo Pondé, a alcunha de Orador Oficial Perpétuo.

Uma de suas últimas contribuições para a Revista do IGHB foi um discurso intitulado O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2018, publicado no número 113, entre as páginas 259-268.

Em matéria para o Correio da Bahia, a jornalista Gil Santos destaca: “Quando entrava no prédio do Instituto, na Avenida Joana Angélica, fazia questão de cumprimentar o porteiro de plantão e os funcionários que encontrava no caminho até o escritório” (2018).

No dia 13 de março e 2019, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia fez uma homenagem póstuma professor, Edivaldo Machado Boaventura, reunindo em uma mesa redonda, os escritores Joaci Góes, Alfredo Eurico Matta, Paulo Ormindo de Azevedo e José Nilton Carvalho Pereira. Na ocasião, foram rememoradas as diversas facetas de sua trajetória, notadamente nos campos da educação e da cultura.

Casado com Solange do Rego Boaventura desde 1961, Edivaldo Machado Boaventura era pai de três filhos, entre eles do ator e cantor Daniel Boaventura, e avô de quatro netas. Nas palavras de Denise Gurgel Lavallée e Marcei Lavallée, «(...) não se nasce Edivaldo Boaventura e para tornar-se um, há uma longa estrada a percorrer (2009, p. 16). “Arquiteto de universidades”, também construiu pontes de relacionamentos sólidos, alicerçadas nas bem-aventuranças que marcaram sua vida e o legaram para sempre na história da vida pública brasileira.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Edivaldo. Memorial Apresentado à Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão - FAPEX para o Prêmio Pesquisador do Ano 1994/ UFBA, Área III - Ciências Humanas. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Salvador, 1995.

_____. A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. Brasil e Portugal. Nações Partilhadas. Salvador: Quarteto, 2018.

LAVALLÉE, Denise Gurgel, LAVALLÉE, Marcei. Semeando no campo das ideias: arquiteto de universidades. In: BOAVENTURA, Edivaldo. A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 15-19.

MARTINS, Wilson Thomé Sardinha; SILVA, Nilson Joau e; PEREIRA, José Nilton Carvalho. Síntese Histórica. 125 anos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-2019). Salvador: Ed. Alucci e Associados Comunicações, 2019.

MATTOS, Sérgio. Um cidadão prestante: entrevista com Edivaldo Machado Boaventura. Salvador: Quarteto, 2014.

NUNES, Antonietta d´Aguiar. Fundamentos e Políticas Educacionais: História, Memória e Trajetória da Educação na Bahia. In: Revista Publicatio Ciências Humanas Linguística, Letras e Artes. Nº 16. Ponta Grossa, 209-224, dez. 2008.

RAMOS, Luís Antonio Cajazeira. Edivaldo M. Boaventura – Oitenta Anos do Acadêmico. In: BOAVENTURA, Edivaldo M. Brasil e Portugal. Nações Partilhadas. Salvador: Quarteto, 2018. pp. 259-269.

Digitais

Entrevista com Edivaldo Boaventura – Educação/UFBA – Trajetória na Educação. 20 de abril de 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?time_continue=10&v=lFhkK9zCOLw&feature=emb_logo. Acessado em 18 de fevereiro de 2020

Entrevista para Matheus Morais e Gabriel Nascimento, Rádio Metrópole. “Um relato da memória”, diz Edivaldo Boaventura sobre novo livro de viagens. 05 de Julho de 2016. Disponível em https://www.metro1.com.br/noticias/bahia/18976,um-relato-da-memoria-diz-edivaldo-boaventura-sobre-novo-livro-de-viagens. Acessado em 16 de outubro de 2019.

Instituto Anísio Teixeira homenageará o Professor Edivaldo Boaventura. 05 de novembro de 2018. Disponível in http://educadores.educacao.ba.gov.br/noticias/instituto-anisio-teixeira-homenageara-o-professor-edivaldo-boaventura. Acessado em 16 de outubro de 2019.

Morre, aos 84 anos, o escritor e professor da Ufba Edivaldo Boaventura. Disponível em https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/08/22/morre-aos-84-anos-o-escritor-e-professor-da-ufba-edivaldo-boaventura.ghtml. 22 de agosto de 2018. Acessado em 16 de outubro de 2019.

Quem foi o feirense Edivaldo Boaventura. Disponível em https://feirenses.com/edivaldo-boaventura/. Acessado em 18 de fevereiro de 2020.

SANTOS, Gil. Bom humor era marca registrada de Edivaldo Boaventura. 22 de agosto de 2018. Disponível em https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bom-humor-era-marca-registrada-de-edivaldo-boaventura/. Acessado em 18 de fevereiro de 2020.

RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA CONFERIDA AO MUSEU NACIONAL DE ENFERMAGEM DO COFEN NO ARTIGO PUBLICADO NA REVISTA DE N º 114 DO IGHB, – MUSEU NACIONAL DE ENFERMAGEM ANNA NERY: MEMÓRIA, MUSEOLOGIA E PERSONAGEM ANNA NERY, E APRESENTAÇÃO DA AUTORIA DO TEXTO UTILIZADO COMO SUBSÍDIO PELA CRIADORA DO ARTIGO PARA FALAR DA SUA IMPLANTAÇÃO.

Simone da Invenção Lopes
Bacharela em Museologia/UFBA
Museóloga do Museu Nacional de Enfermagem do Cofen-MuNEAN

Resumo
O texto trata da correção das informações registradas sobre a classificação administrativa do Museu Nacional de Enfermagem do Cofen-MuNEAN no artigo de autoria da doutoranda em Ciências da Informação e Mestra em Museologia Genivalda Cândido da Silva, publicado na revista de nº 114 do IGHB. E, ainda, da apresentação da autora do texto utilizado por Genivalda Cândido como subsídio para colheita de dados sobre a implantação do MuNEAN, e que não foi mencionada no referido artigo.
Palavras-chave: MuNEAN-Implantação-Classificação.

Abstract
The goal of this text is the correction of the information registered about the administrative classification of the National Museum of Nursing of Cofen-MuNEAN in the article authored by the doctoral student in Information

Sciences and Master in Museology Genivalda Cândido da Silva, published in the IGHB journal nº 114. It also includes the presentation of the author of the text mentioned byGenivalda Cândido and used as a subsidy to collect data on the implementation of MuNEAN, and that was not mentioned in the referred article.
Keywords: *MuNEAN-Implantation-Classification.*

A Revista IGHB, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, de nº 114, publicada em dezembro de 2019, apresenta uma homenagem simbólica à heroína baiana Anna Justina Ferreira Nery, pioneira na enfermagem brasileira, precursora da Cruz Vermelha e a primeira mulher a constar no Livro dos Heróis da Pátria. O primeiro artigo que consta na revista (páginas 23-37)foi escrito por Genivalda Cândido da Silva, doutoranda em Ciências da Informação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação - UFBA) e Mestra em Museologia (UFBA) e tem como título *MuNEAN – Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery: Memória, Museologia e personagem Anna Nery*, onde é feita uma análise de como o Museu foi criado e implantado na Bahia. O texto traz, ainda, um panorama de como a instituição Museu atua na contemporaneidade, desenvolvendo a atividade de local de guarda da memória e disseminação da cultura. Dessa forma, o artigo apresenta o Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery (MuNEAN) e homenageia a precursora da enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira.

Após leitura do artigo, a Diretoria do Museu Nacional de Enfermagem e sua Gerência Museológica, no uso de suas atribuições legais, resolveram publicar a retificação aos registros feitos pela autora do artigo, acima citado, acerca da classificação administrativa feita ao Museu Nacional de Enfermagem, além de apresentar a fonte específica de onde as informações foram retiradas pela mesma, nomeando seus criadores.

Essa retificação estará centrada na divisão textual do artigo que desenvolve o item **MuNEAN – História e Memória de uma Mulher contada através de uma exposição** (especificamente nas páginas 32 e33).

O primeiro item a ser corrigido é a classificação administrativa divulgada no primeiro parágrafo. A data de inauguração do MuNEAN está correta – 20 de maio de 2010 - e o Museu, de fato, foi criado como uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) pela Associação dos Amigos do Museu da Enfermagem Anna Nery(AMAN) com apoio do Sistema Conselho Federal de Enfermagem/Conselhos Regionais de Enfermagem (Cofen/Coren). Porém, o MuNEAN deixou de ser uma instituição privada, como foi divulgado do referido artigo, desde 28 de novembro de 2016, quando o Conselho Federal de Enfermagem, através da Resolução nº0530/2016, decidiu criar o Museu Nacional de Enfermagem dentro da estrutura organizacional do Cofen, ficando o Museu subordinado ao Centro de Documentação e Memória do Cofen (COFEN, 2016).

Em Reunião Ordinária do Plenário do Cofen, realizada de 27 a 31 de março de 2017, decidiu-se manter o nome fantasia MuNEAN (MUNEAN, 2017) e, em 28 de junho de 2017, através da Resolução Cofen nº 0552/2017, fixa-se a sede do Museu na Rua João de Deus, nº 05, Pelourinho, Centro Histórico, Salvador-Bahia. Passando, então, o Museu Nacional de Enfermagem, a ser um braço cultural do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2017).

O segundo ponto a ser tratado é muito importante e diz respeito à nomeação e identificação da autoria do texto que serviu como subsídio para que a autora do artigo, Genivalda Cândido da Silva, transcrevesse dados que já estão desatualizados, permitindo assim a referência que aqui se faz:

1. O texto que a autora utilizou encontra-se no Portal da Enfermagem (www.portaldaenfermagem.com.br/entrevistas), traz o título **Museu Anna Nery** e trata-se de conteúdo escrito pela Chefe do Museu Nacional de Enfermagem do Cofen–MuNEAN, Maria Júlia de Jesus Nogueira Lemos, no ano de 2012. Essas referências não constam no artigo, mas sim, apenas a fonte (endereço eletrônico) onde encontrá-lo. Essa observância, identificando a criadora do texto, se faz necessária para que as informações sejam melhor aproveitadas, respeitando as respectivas atribuições, competências e exigências do Edital e Normas de Publicação do IGHB.

2. Por se tratar de conteúdo com abordagem histórica - dados sobre o acervo, programas institucionais, gestão administrativa e estrutura física -, criado em 2012, dois anos após a inauguração do MuNEAN, é que consta a classificação administrativa como instituição privada e sem fins lucrativos. Naquela época, o texto teve por finalidade divulgar um panorama sobre o Museu, suas realizações, composição administrativa e concepção arquitetônica e funcional.

Considerando que as publicações feitas através do Edital de Publicação do IGHB selecionam artigos relevantes para o desenvolvimento de sua população, vê-se também ser fundamental fazer referência à fonte correspondente à ilustração de Anna Nery inserida na página 35 da revista de nº 114. A autora do artigo menciona a fonte eletrônica que faz uso da imagem (http://bibliotecademedicina.com.br/blogenfermagem/?p=288), no entanto, é vital ressaltar que a ilustração em questão foi criada pelo ilustrador Benício e é capa do livro, romance do escritor maranhense José Louzeiro, que faz parte da coleção Anjos de Branco, publicado pela Mondrian Editora e Comunicação Ltda e lançado pelo Conselho Federal de Enfermagem no ano de 2002.

Permanecem inalteradas as demais informações referentes ao Museu Nacional de Enfermagem do Cofen registradas no artigo publicado na revista de nº 114 do IGHB.

REFERÊNCIAS

COFEN. **Resolução nº 0530/2016**. Brasília, 28 nov. 2016. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/RES.-COFEN-530-2016.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

COFEN. **Resolução nº 0552/2017**. Porto Alegre, 28 jun. 2017. Disponível em: <http://ba.corens.portalcofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05522017_31264.html>. Acesso em: 08 jan. 2020.

LEMOS, Maria Júlia. Museu Anna Nery. **Portal da Enfermagem**. Salvador, 01 fev. 2012. Disponível em: <http://www.portaldaenfermagem.com.br/entrevistas_read.asp?id=78>. Acesso em: 06 jan. 2020.

LOUZEIRO, José. **Ana Néri: A brasileira que venceu a guerra**. 2. ed. Coleção Anjos de Branco. Rio de Janeiro: Mondrian, 2002.

MUNEAN. Histórico. **Museu Nacional de Enfermagem**. Salvador, 2017. Disponível em: <http://munean.cofen.gov.br/>. Acesso em:06 jan. 2020.

SILVA, Genivalda Cândido da. MuNEAN – Museu Nacional de Enfermagem Anna Nery: Memória, Museologia e personagem Anna Nery.**Revista IGHB**, Salvador, v. 114, p. 23-37, jan./dez. 2019.

Agenda IGHB

Agenda cultural do IGHB em 2020

2020 está sendo um ano marcado por agenda de encontros virtuais no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - em decorrência da pandemia do Covid-19, que impediu as ações na sede. Apenas dois eventos presenciais foram realizados: o primeiro, na abertura oficial das atividades, dia 29 de janeiro, com o lançamento do livro "Consuelo Pondé de Sena, in memoriam", editado pela Assembleia Legislativa da Bahia e organizado pelo professor e ex-orador oficial, Edivaldo Machado Boaventura (falecido em 22/08/2018). No segundo, dia 6 de fevereiro, o professor doutor Luiz Mott (Ufba) pronunciou a palestra "Roteiro Histórico da Bahia Sodomítica: Ruas, igrejas, casas e palácios relacionados aos personagens LGBT da antiga Salvador".

A partir o mês de março, com as novas restrições e decretos que definiram o isolamento social, o IGHB passou a promover lives e exposições virtuais em suas redes sociais (Facebook, Instagram e Youtube), além do site www.ighb.org.br. A primeira, dia 23 de março, foi o lançamento do tour virtual IGHB 360°. Com acesso pelo link http://www.bahiaview360.com.br/ighb360 o tour foi produzido pelo Bahia View 360, com fotos captadas por Henrique Muccini, e mostra as principais instalações do Instituto, com curiosidades sobre seu acervo.

No dia 17 de abril, o professor doutor Alfredo Matta, deu início a uma série de palestras sobre a História da Bahia, na rede youtube/ighbba. "História da Bahia: primeiros tempos, mundos que se cruzam", foi o primeiro tema; Salvador - Metrópole Colonial e a Colonização do Interior", o segundo, realizado dia 1º de maio; o terceiro dia 12 de junho, "História da Bahia: desde os movimentos que precederam a formação do estado nacional ao Império"; a quarta, "A Província do Império" dia

31 de julho; a quinta, “A chegada da modernidade e o amadurecimento da República na Bahia”, em 28 de agosto; e a última aula, dia 2 de outubro, sobre “A Bahia Republicana e suas contradições”.

Dando sequência a agenda de abril, na página do Instagram, dia 22, o Instituto realizou a live “Personalidade: Theodoro Sampaio”, com o arquiteto e professor Ademir Pereira dos Santos. Além de mostrar o trabalho de Theodoro Fernandes Sampaio (1855-1937) como profissional do urbanismo sanitarista, o palestrante mostrou que o engenheiro integrou e liderou equipes que concebeu e implantou políticas públicas para combater epidemias, além de projetar e executar ações de grande importância para a saúde pública, como o tratamento de esgoto e o abastecimento de água potável, em Salvador e São Paulo.

Em de maio, para comemorar os 126 anos de fundação do IGHB, no dia 13, foi lançado no canal do youtube uma visita guiada as instalações da Casa da Bahia, coordenada pelo historiador Jaime Nascimento. Dia 22, a palestra “Orí e Holismo no Candomblé Jeje-Nagô da Bahia de Todos os Dias” foi tema de palestra pronunciada pelo sacerdote, escritor e professor Mawo Adelson de Brito. E para homenagear os Geógrafos, uma live foi promovida dia 29, com as participações dos professores Jémisson Mattos (UEFS), Nilton Santana (IFBA/Salvador) e mediação da professora Lucidalva Menezes (IFBaiano). Os especialistas apresentaram reflexões sobre o papel do Geógrafo na atualidade e também no contexto da pandemia do Coronavírus.

Com sucesso de público nas redes do instagram, site e facebook, mais de 5 (cinco) mil pessoas visitaram, de 18 a 28 de junho, a exposição virtual “Olhares sobre as igrejas, que apresentou fotos de autoria do Engenheiro e Fotógrafo José Spínola, acompanhadas de textos descritivos da professora e historiadora Maria Helena Flexor, detalhando origem, características e curiosidades dos templos religiosos da Bahia. Dois vídeos sobre a composição deste projeto estão à disposição do público no youtube/ighbba.

Duas lives em junho foram dedicadas as festas juninas. A primeira, “Xangô, São João e as fogueiras de junho”, ocorreu dia 19, com os professores Ricardo Aragão, Gildeci Leite, e Pai Raimundo de Xangô, com a mediação da professora Maria Alice Silva. A segunda, dia 25,

“Presença das Festas Juninas na Cultura da Bahia” reuniu o jornalista e pesquisador do IGHB, Jorge Ramos, o historiador Manoel Passos e a educadora, especializada em Folclore, Sálua Chequer. Também no mês de junho, as redes sociais do Instituto no Instagram e Facebook sediaram o projeto da Orquestra Sinfônica da Bahia “Café com as Cameratas #Drops”!? e “Cartografia Afetiva”, que homenagearam o Hospital Roberto Santos.

Os 197 anos da Independência do Brasil na Bahia, em 2 de julho, foram celebrados com as devidas restrições, mas manteve o tradicional ato comemorativo simbólico no Largo da Lapinha, com a presença do presidente Eduardo Morais de Castro, durante o hasteamento das bandeiras nacional, do estado, da capital baiana e do IGHB, seguido pela deposição de flores aos Heróis da Independência no monumento ao General Labatut. E, numa agenda virtual, representando o Instituto, a professora e historiadora Antonietta D´Aguiar Nunes participou do bate-papo “Patrimônio É… A Independência do Brasil na Bahia”, na companhia de Fábio Baldaia, Fred Dantas, Rita Barbosa e mediação de Edvard Passos, no canal do Youtube da FGM.

No dia 17 de julho, “O Bibliotecário gestor de coleções bibliográficas especiais e a tomada de decisão”, foi tema de live com as bibliotecárias Ana Virginia Pinheiro (Unirio) e Ana Lúcia Albano (Ufba), e mediação do historiador Luiz Américo Lisboa Jr., diretor da Biblioteca Ruy Barbosa. Também dia 17, o diretor financeiro do Instituto, Nelson Teixeira Brandão, concedeu entrevista a jornalista Alessandra Nascimento, através de sua página no Instagram e falou sobre as ações da Casa da Bahia durante a pandemia. Encerrando a agenda de julho, dia 24, “Espaço e tempo na geografia: formação territorial como teoria e método”, reuniu os professores Lina María Hurtado Goméz, Thiago Adriano Machado e Luciano de Almeida Lopes, todos da Comissão de Geografia do IGHB.

Numa parceria com o Gabinete Português de Leitura, a Casa da Bahia rememorou a vida e obra do padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão, inventor do aeróstato (balão de ar quente). Na live, dia 5 de agosto, estiveram presentes o presidente do IGHB, Eduardo Morais de Castro, o presidente do GPL, Abel Travassos e o idealizador do Memorial ao Padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão, Adinoel Motta

Maia (que falou sobre a importância científica da contribuição do padre para a tecnologia e a ciência da aerostação e aeronáutica).

De 10 a 21 de agosto, dezenas de participantes acompanharam as aulas on-line do curso: "Salvador, evolução urbana, eventos históricos e condicionantes naturais", ministrado pelo geólogo, historiador e mestre em Geologia, Rubens Antonio. A proposta foi mostrar a associação entre as formas do relevo, suas propriedades e condicionamentos, a urbanização e a história da capital baiana.

Os 120 anos do jurista, intelectual, escritor e educador baiano Anísio Spínola Teixeira foram lembrados numa live dia 19 de agosto, com o vice-presidente do IGHB, professor José Nilton Carvalho Pereira, o também professor Paulo Gabriel Soledade Nacif (Presidente do Conselho Estadual de Educação da Bahia) e a Educadora Cybele Amado de Oliveira (Diretora geral do Instituto Anísio Teixeira). Durante a reunião, os historiadores foram duplamente homenageados, já que o Diário Oficial da União publicou, no dia 18 de agosto, a Lei 14.038/2020, que regulamenta a profissão de historiador.

Para debater os "Tremores no chão baiano", registrados em mais de 40 cidades da Bahia nos últimos meses, o geólogo, historiador e mestre em Geologia, Rubens Antonio, tirou as dúvidas e curiosidades do público, numa live dia 4 de setembro. Na avaliação do geólogo, o terremoto que afetou a Bahia, recentemente, foi somente um, de dezenas que ocorreram, nas últimas décadas. "Foi devido a grandes e antigas falhas geológicas, com dois bilhões de anos. Aconteceram e continuarão acontecendo. Apenas temos que nos acostumar e sermos informados cada vez mais rapidamente", complementa.

"A conjuntura atual no Brasil e nos EUA em relação a Black Lives Matter e a história das relações raciais em ambos países" teve transmissão dia 10 de setembro, sendo debatedoras as professoras Ana Flávia Magalhães Pinto e Sabrina Gledhill, com mediação da jornalista Cleidiana Ramos. No dia 24, os professores Mariana Kimie da Silva Nito, Carlúcio Baima e Iran Souza da Conceição falaram sobre o "Patrimônio Cultural em Perspectiva". Entre os assuntos da pauta, as relações entre Cidades e Patrimônio, Licenciamento Ambiental e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. E, no dia 30, o Núcleo de Estudos de Geografia recebeu os professores Joilson Cruz, Ana

Paula Archanjo Batarce e Creuza Lage no debate sobre a "Infraestrutura Urbana e Desigualdade Socioespacial na Cidade de Salvador – Bahia".

Manuel Querino foi tema de dois lançamentos de livros em outubro. "Manuel Querino – criador da culinária popular baiana" (P55 Edição), foi a primeira live do dia 14. Sob a mediação de Lígia Amparo, nutricionista especializada na temática que relaciona comida e cultura, os autores Jeferson Bacelar e Carlos Alberto Dória falaram sobre as questões mais relevantes apresentadas na publicação e responderam perguntas do público. No dia 28, o livro "Travessias no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino (Edufba)", de autoria da a brasilianista inglesa, doutora em Estudos Étnicos e Africanos (Ufba), Sabrina Gledhill, teve como convidados na live de lançamento os professores Flávio dos Santos Gomes (UFRJ/UFBA), Jeferson Bacelar (UFBA) e Luiz Alberto Ribeiro Freire (EBA). A publicação analisa as trajetórias e táticas de Booker T. Washington (1856/1915) e Manuel R. Querino (1851/1923) para enfrentar o racismo, dentro do contexto do Atlântico Negro.

Com previsão de aulas de 16 a 27 de novembro, o curso História da Bahia 2020 terá transmissão on-line, com aulas ministradas pelos professores Fabricio Lyrio Santos e Sérgio Guerra Filho (UFRB) e Alfredo Eurico Matta (UNEB). Os especialistas irão abordar temas como "Os povos indígenas: originários do território brasileiro", "A Bahia e o Brasil nas primeiras décadas do século XIX: região, poder e rebeldias", "Compreensão histórica da Economia-Política da Bahia".

A agenda cultural está disponível no site www.ighb.org.br

Relação de Associados

Associados do IGHB

PRESIDENTE DE HONRA
Roberto Figueira Santos

BENEMÉRITOS
Antônio de Pádua Carneiro
Antônio José Imbassahy da Silva
Fernando Paes de Andrade
Jaques Wagner
José Nilton Carvalho Pereira

HONORÁRIO
João Paulo Marques Sabido Costa

EFETIVOS
Adeildo Osorio de Oliveira
Adélia Maria Bittencourt Marelim
Adelmo Fernando Ribeiro Shindler Júnior
Adelson Silva de Brito
Ademar Oliveira Cirne Filho
Ademar Pinheiro Lemos Júnior
Adriano de Lemos Alves Peixoto
Adriano Eysen Rego
Adroaldo de Jesus Bélens
Alan José Alcântara de Figueiredo
Alberto Bastos Balazeiro
Alberto Fael Filho
Alberto Pimentel Carletto
Aldely Rocha Dias
Aldevan Alves de Barros
Alessandro Timbó Nilo
Alex Guedes
Alex Schramm da Rocha
Alfredo Eurico Rodrigues Matta
Aline Barbosa de Araújo
Alírio Fernando Barbosa de Souza
Almir Ferreira dos Santos
Almira Maria Vinhaes Dantas
Aloísio Palmeira Lima
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior
Américo Adnauer Heckert
Ana Cláudia Gomes de Souza
Ana Elisa Ribeiro Novis
Ana Lúcia da Silva Teixeira
Ana Paula Gordilho Pessoa
Anaci Bispo Paim
André Barachísio Lisbôa
André Luiz de Carvalho Nunes
André Nunes de Souza
Angélica Maria da Anunciação Reis Soares
Aníbal Augusto Gondim Silva
Anselmo Ferreira Machado Carvalho
Anselmo José da Gama Santos
Antonia da Silva Santos
Antonio Francisco Costa
Antonio Luís Silva de Carvalho
Antônio Luiz Calmon Teixeira
Antonio Menezes do Nascimento Filho
Antonio Olavo dos Santos Filho
Antônio Plínio Pires de Moura
Antonio Rodrigues Nascimento Filho
Antônio Tadeu Bahia Menezes
Aramis de Almada Ribeiro Costa
Aristeu Barreto de Almeida
Aristides Pereira Maltez Filho
Armando Barreto Rosa
Arnon Lima Barbosa
Aroldo Luiz da Silva Bacellar
Arthur Guimarães Sampaio
Arthur Watt Filho
Arthur Augusto de Oliveira Viana
Artur Napoleão de Carneiro Rêgo
Átila Brandão de Oliveira
Augusto César Zeferino
Augusto Sérgio Albuquerque Soares

Beatriz Loureiro Cerqueira Lima
Benito Muiños Juncal
Bruno Leonardo Guimarães Godinho
Bruno Lopes do Rosário
Bruno Oliveira dos Santos
Caio César Tourinho Marques
Caiuby Alves da Costa
Carlos Alberto Saraiva Santos
Carlos Artur Rubinos Bahia Neto
Carlos D'ávila Teixeira
Carlos Eduardo Diniz Gonçalves
Carlos Eduardo Sodré
Carlos Eugênio Junqueira Ayres
Carlos Eugenio Libano Soares
Carlos Francisco Moura
Carlos Jorge Pronzato
Carlos Magno Estevanovic
Carlos Martheo Crusoé Guanaes Gomes
Carlos Roberto de Mello Kertesz
Carlos Roberto Santos Araújo
Carol de Oliveira Lima Bandeira
Célia Maria Leal Braga
Ceres Marylise Rebouças de Souza
César Augusto Borja Fernandez Cardillo
César de Faria Junior
Claudefranklin Monteiro Santos
Claudia Moraes Trindade
Claudio Pondé Avena
Coriolano Alberto Andrade de O. Filho
Creuza Santos Lage
Dante Augusto Galeffi
Denascy Phylocreon de Castro Lima
Denis da Silva Galvão de Carvalho
Diego Borges Ramos
Dilson Cardoso da Silva Filho
Dinorah Berbert de Castro
Dione Maísa Soares da Cunha Euzébio
Djalma Navarro Falcão
Domingos Evangelista dos Santos
Durval Ramos Neto
Edilece Souza Couto
Edilton Meireles de Oliveira Santos
Edilúcio Fernandes
Edizio Rodrigues Mendonça
Edmar Rocha Torres
Ednaldo Crispim Dantas de Santana
Ednaldo Soares
Edson Ulisses de Melo
Eduardo Meirelles Valente
Eduardo Morais de Castro
Edvaldo Menezes de Araújo
Edvaldo Pereira de Brito
Elie de Lago Gonçalves
Elizabete Conceição Santana
Emanoel Silva Cairo
Emanuel D´Able do Amaral
Erivaldo Fagundes Neves
Esther Regina Largman
Eugênio Walter Pinto Montalvão
Everaldo Pedreira Rocha
Fabio Barros Sá Barreto
Fábio da Silva Santos
Fernando Antônio de Souza
Fernando de Souza Pedroza
Fernando José Caldas Oberlaender
Fernando José Máximo Moreira
Fernando Pinto de Queiroz
Fernando Santana Rocha
Florencio Magalhaes Matos Filho
Florisvaldo Moreira de Mattos
Francisco Benjamin de Carvalho
Francisco César Lins Santana
Francisco José Pitanga Bastos
Francisco Neto de Borges Reis
Francisco Jorge de Oliveira Brito
Franklin de Carvalho Oliveira Junior
Franklin de Cerqueira Machado
Frederico Meireles Dantas
Gabriel Neves Carneiro
Genivalda Cândido da Silva
Geraldo Leite
Geraldo Magalhães Machado
Gerana Costa Damulakis
Gerson Penna Neto
Getúlio Marcos Pereira Neves
Gildásio Vieira de Freitas
Gildeci de Oliveira Leite
Gilson Magno dos Santos
Gláucia Maria de Lemos Leal
Gonçalo de Vasconcelos e Souza
Graciela Mendes Ribeiro Reis
Guilherme Aguiar de Oliveira

Guilherme Cortizo Bellintani
Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira
Hamilton José Castro Meira
Hélio José Bastos Carneiro de Campos
Helmann Sanches Silva
Helvidio Braga Landim
Henrique Abreu Monteiro
Henrique Campos de Oliveira
Hildevaldo Silva Ribeiro
Horácio Raymundo de Senna Pires
Igor Barbosa Souza
Ione Celeste Jesus de Sousa
Irton Villas Leão
Isadora Perez Alves Peixoto
Ivan Guanais de Oliveira
Ivanildo Almeida Lima
Ivanilton Santos da Silva
Jackson Amorim de Andrade
Jaime Oliveira do Nascimento
Jaíra Capistrando da Cruz Soares
Jan Maurício Oliveira Van Holthe
Jasón Siffert Lemos
Jayme Newton Vasconcelos de Lemos
Jerônimo Pizarro
João Alberto de Oliveira Matta
João Augusto de Lima Rocha
João José Reis
João Maurício Prisco Paraiso
Joaquim Rodrigo de Souza Dourado
Johildo Salomão Figueiredo Barbosa
Jorge Avelino da Lança Falcão Paredes
Jorge Luiz Ramos
Jorge Santana Bispo Junior
José Antônio de Jesus
José Augusto da Silva
José Bezerra Lima Irmão
José Carlos Almeida Belitardo
José Claudio Alves de Oliveira
José da Silva Gazar
José Dionísio Nóbrega
José dos Santos Pereira Filho
José Eduardo Athayde de Almeida
José Geraldo dos Reis Santos
José Jorge Randam
Jose Jorge Souza Carvalho
José Luiz Ganem
José Manuel Lomba
José Marcos Pondé Fraga Lima
José Maria da Luz Santos
José Mário Dias Soares Junior
Jose Nilton Alves Pereira
José Péricles Diniz Bahia
José Ribeiro Rosário
José Roberto Pinho de Andrade Lima
Jose Rodrigues Nogueira Neto
José Silva Gazar
Josué da Silva Mello
Juciara Maria Nogueira Barbosa
Júlio César Teixeira
Junot de Carvalho Barroso Filho
Juracy Magalhães Neto
Jutahy Inácio Menezes
Lélia Vitor Fernandes De Oliveira
Leonardo dos Santos Ferreira
Leonardo Ribeiro Fraga de Lima
Liacelia Pires Leal
Lídia Boaventura Pimenta
Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto
Livia da Silva Modesto Rodrigues
Lizir Arcanjo Alves
Lourenço de Figueiredo P. C. de Matos
Lucas de Faria Junqueira
Lucia Maria da Franca Rocha
Lúcia Maria de Araújo Góes Santos
Luciano Corrado
Luciano de Almeida Lopes
Lucigleide Nery Nascimento
Lucio Normando do Amaral Reis
Luís Alberto Ribeiro Freire
Luís Fausto Dias Valois Santos
Luís Fernando Galvão de Almeida
Luis Guilherme Pontes Tavares
Luislinda Dias de Valois Santos
Luiz Americo Lisboa Junior
Luiz Antonio Cajazeira Ramos
Luiz Antonio de Souza
Luiz Cláudio Aguiar
Luiz Cláudio Guimarães
Luiz Eduardo Carvalho Dorea
Luiz Henrique Silva Santana
Luiz Paulo de Almeida Neiva
Luiza Maria de Vasconcellos Vianna

Manoel Antonio dos Santos Neto
Marcella Pinto de Almeida
Marcelo Duarte Dantas de Ávila
Márcio César de Mello Brandão
Marco Antonio Neia
Marcos Antônio Rodrigues V. Filho
Marcos de Meirelles Fonseca
Marcos Euzebio de Oliveira Menezes
Marcos José Oliveira
Marcos Melo Neto
Marcos Oliveira Gurgel
Marcos Roberto de Santana
Marcos Vinicius Silva dos Santos
Maria Alice Pereira da Silva
Maria Angela Barreiros Cardoso
Maria Angélica Barreiros Cardoso
Maria Assunção de Oliveira Cadidé
Maria Constança Carneiro Galvão
Maria das Graças Monteiro Fernandes
Maria das Graças Nunes Cantalino
Maria de Fatima Silva Carvalho
Maria de Vasconcelos Tavares
Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida
Maria do Rosário de Oliveira Pinheiro
Maria do Socorro Targino Martinez
Maria Dulce Cardoso
Maria Eleonora Cajahyba
Maria Helena Franca das Neves
Maria Helena Lanat Pedreira de Cerqueira
Maria Helena Matue Ochi Flexor
Maria Inês Corrêa Marques
Maria Nadja Nunes Bittencourt
Maria Romilda Tavares Maltez
Maria Tereza Salles Navarro de B. Matos
Maria Virginia de Salles Garcez
Maribel Oliveira Barreto
Marina Garrido Moisés
Mário de Mello Kertész
Mário Lindenor Bastos Brito
Mario Mendonça de Oliveira
Mauricio da Silva Ferreira
Mauro Lopes Figueiredo
Miguel Angelo Almeida Teles
Miguel Angelo Velanes Borges
Miguel Beirão de Almeida M. de Seixas
Miguel Calmon Teixeira de C. Dantas
Monica Elizabeth Vieira Martins Garrido
Nelson Texeira Brandão
Nelson Wanderley Ribeiro Meira
Newton Cleyde Alves Peixoto
Nidia Rejane Urpia
Nilo Cerqueira da Silva
Nilo de Almeida Gouveia Filho
Nilton José Costa Ferreira
Nilzo Augusto Mendes Ribeiro
Nivaldo dos Santos Aquino
Núbia Cristina de Jesus Santos
Octavio Henrique Coelho Messeder
Orlando Tourinho Junior
Oscimar Alves Torres
Osvaldo de Almeida Bomfim
Osvaldo de Oliveira Bastos Neto
Osvaldo Francisco Martins
Pablo Antonio Iglesias Magalhães
Pablo Sotuyo Blanco
Paulo Coelho Veiga
Paulo Costa Lima
Paulo Emílio Parente de Barros
Paulo Faria
Paulo Ormindo David de Azevedo
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Pedro de Almeida Vasconcelos
Pedro José Galvão Nonato Alves
Penildon Silva Filho
Raimundo Luiz de Andrade
Raimundo Nonato Portela de Souza
Raimundo Paes Menezes Filho
Raimundo Santos Silva
Ramiro Senna Berbert de Castro
Raul Affonso Nogueira Chaves Filho
Raymundo Luiz de Oliveira Lopes
Regina Stella Calmon Teixeira Dias Lima
Renato de Mello Guimarães Lôbo
Renato Simões Filho
Renato Souza Santos
Ricardo Isensee Monteiro
Ricardo Mauricio Freire Soares
Ricardo Mauricio Nogueira E Silva
Rita de Cássia Santana de C. Rosado
Rita Maria Cruz Pimentel
Roberto Gondim Pires
Roberto Nunes Dantas

Robson Fernandes Arapiraca
Romário Costa Gomes
Rommel Robatto
Ronaldo Ribeiro Jacobina
Rosa Maria Cardoso de Santana Valente
Rosemma Burlacchini Maluf
Rubens Antônio da Silva Filho
Saionara Bonfim Santos
Saul Venâncio de Quadros Filho
Sergio Armando Diniz Guerra
Sérgio Augusto Soares Mattos
Sérgio Fraga Santos Faria
Silvio Almeida Passos
Simone Trindade Vicente da Silva
Soane Nazaré de Andrade
Sônia Maria de Couto Jonas
Suely Moraes Ceravolo
Suzane Calmon Teixeira Dias L.Vicentini
Swarts Alves Torres Sobral Bentes
Sylvia Maria Alcântara Reis Mendes
Sylvio Guimarães Lobo
Tasso Paes Franco
Tatiana Brito de Araújo
Tiago Floriano Silva
Tiago Ramos Ribeiro
Ubirajara Dantas Lemos
Valther Xavier Aguiar
Vanda Angélica da Cunha
Vera Lúcia Príncipe Costa
Vera Madalena Publio Barretto de Araújo
Vicente Favella Filho
Vicente Sebastião de Oliveira
Vilson Caetano de Sousa Junior
Virginia Ottony de Araújo Pinho
Vivaldo do Amaral Adães
Waldette Maria dos Santos
Walter Carneiro da Silva
Walter José Doria Cancio Soares
Walter Luiz Brito dos Santos
Walter Moacyr Costa Moura
Wellington do Carmo Cruz
Wilson Roberto de Mattos
Yara Dulce Bandeira de Ataíde

REMIDOS

Adelino Kfoury Silveira
Adinoel Motta Maia
Aidre da Cunha Guedes
Alberto Almada Rodrigues
Alberto Nunes Vaz da Silva
Alberto Sales Paraíso Borges
Almir de Oliveira Santos
Aloildo Gomes Pires
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho
André Jorge Publio Dias
Antonietta D'Aguiar Nunes
Antonio Alberto Dias dos Santos Balazeiro
Antônio Alberto Machado Pires Valença
Antônio Dias Farinha
Antônio Ezequiel da Silva
Antônio Ferreira Paim
Antônio Ivo de Almeida
Antonio Lima Farias
Antonio Natalino Manta Dantas
Antonio Oscar de Santana
Antonio Paulo Goes de Araújo
Archimedes José Stiebler Pedreira Franco
Arilda Maria Cardoso Souza
Aroldo Barreiros Cardoso
Arthur Cesar Costa Pinto
Astor de Castro Pessoa
Augusto J. C. L. Pedreira De Silva
Augusto Manuel Teixeira de Souza Braga
Benedicto Alves de Castro Silva
Branca Hortélio Fernandes
Carlos Alberto Reis Campos
Carlos Antonio Martins de Carvalho
Carlos Sampaio Filho
Cícero Vilas Boas Pinto
Cid José Teixeira Cavalcante
Clomir Gonçalves da Silva
Clóvis Álvares Lima
Daniel Antunes Junior
Djalma Navarro Falcão
Dorine Daisy Pedreira de Cerqueira
Durval Freire de Carvalho Olivieri
Edival de Melo Távora
Edla Alcântara Angelim
Edmundo Aníbal Heredia

Eduardo Guimarães Pereira das Neves
Eduardo Jorge Mendes Magalhães
Emilton Moreira Rosa
Epitácio Pedreira de Cerqueira
Ernani Newton Quadros Cairo
Esmeralda Maria de Aragão
Ester Regina Largmam
Fernando Antonio Gonçalves Alcoforado
Fernando da Costa Tourinho Neto
Fernando da Rocha Peres
Florence Lebram Von Sohsten
Francisco de Vasconcellos
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Francisco Pinheiro Lima
Fredie Souza Didier Junior
Gabriella Micks
Germano Tabacoff
Gerson Pereira dos Santos
Gilberto Sampaio Pithon
Guarani Valença de Araripe
Guilherme Gomes da Silveira D'avila Lins
Helena Margarida M. Abreu
Helio de Oliveira Cardoso
Henrique Pinto Rema
Hildete Maria da Encarnação
Hitoshi Ishihara
Hugo Raminerez
Isaias de Carvalho Santos Neto
Isaura Prisco Paraíso
Isidoro Vasquez de Acuna Y Garcia
Israel de Oliveira Pinheiro
Itamar Jose de Aguiar Batista
Ivan da Silva Barroso
Ivo Gastaldone Jairo Cunha
Jayme Ramos de Queiroz
Joaci Fonseca de Góes
João Bosco Soares dos Santos
João Maurício de Araújo Pinho
Joaquim Luiz de Souza
Joaquim Pondé Filho
Jonas de Souza Carvalho
Jorge de Souza Duarte
Jorge Raimundo de Cerqueira E Silva
Jorge Vaz Lordelo
José Andrade Mendonça
José Antônio de Mello Vicentini
José Arthur Rios
José Augusto Guimarães
José Bernardo Cordeiro Filho
José Carlos Augusto da Silva
José Carlos Martinez Martinez
José Celso de La-Rocque de M. S. Guimarães
Jose Cesaes e Silva
José Lamartine de Andrade Lima Neto
José Leite de Souza
José Maria Magnavita
José Newton Alves de Souza
Joselito Barreto Abreu
Joviniano de Carvalho Neto
Jurandir Antonio Sá Barreto Júnior
Justino Mendes de Almeida
Kabengele Munanga
Kátia Maria Coelho de Carvalho Custódio
Leda Lázara Pimentel Lopes
Lúcia Maria Ruas Gaspa
Luis Alberto Cibilis
Luiz Gonzaga da Silveira
Luiz Ovídio Fisher
Luiz Vianna Neto
Manoel Barreto Falcão
Manoel Figueiredo Castro
Manoel Joaquim Fernandes de B. Sobrinho
Manoel José Pereira da Silva
Manuel Cadafaz Matos
Manuel José Pereira da Silva
Marc Werner Herold
Marcel Lavallée
Marcia Angelina Matos de O. Rangel
Marcos Gorender
Maria Betty Coelho Silva
Maria do Carmo Sardinha Martins
Maria do Socorro Targino Martinez
Maria Helena Ochi Flexor
Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Maria Inês Cortes de Oliveira
Maria Julieta Diniz Gonçalves Costa
Maria Luiza Sarmento Pinto L. Gonçalves
Maria Mercedes de Oliveira Rosa
Maurício Tourinho Dantas
Milton Carlos da Motta Cedraz
Moacyr Pinheiro Silva
Nelson Almeida Taboada

Nelson Figueiredo Pondé
Newton Oliveira
Nilton José de Souza Ferreira
Olga Magnavita Batista Neves
Orlins Santana de Oliveira
Oscar Damião de Almeida
Paulo Motta Alves Peixoto
Phidias Martins Júnior
Raimundo de Oliveira Borges
Raymundo Kruschewsky Gomes Ribeiro
Raymundo Laranjeira
Rizodalvo da Silva Menezes
Roberto José de Souza
Rogério de Vasconcelos Faria Tavares
Rozendo Ferreira Neto
Salvio de Figueredo Teixeira
Sérgio Emílio Schlang Alves
Sergio Martinez
Sílvio de Almeida Passos
Sônia Maria Ribeiro Simon Cavalcanti
Sudário de Aguiar Cunha
Sylvio de Carvalho Marback
Sylvio Guimarães Lobo
Victorino Coutinho Chermont de Miranda
Waldir Freitas Oliveira
Walter Carneiro da Silva
William Vieira do Nascimento
Wilson Guimarães Vieira
Zita Magalhães Alves

CORRESPONDENTES
Aaron Salles Fernandes Silva Torres
Abilarde Duarte
Ademir Pereira dos Santos
Adilson Cézar
Adolfo Morales de Los Rios Filho
Aidenor Aires Pereira
Alberto Almada Rodrigues
Alberto Frederico Lins Caldas
Alberto Martins da Silva
Alberto Venâncio Filho
Alceu Maynard de Araújo
Ana Lucia Granja de Souza
Antonella Rita Roscilli
Antônio Augusto de Menezes Drumond
Antônio da Rocha Almeida
António Dias Farinha
Antônio Ezequiel da Silva
Antônio Ferreira Paim
Antônio Jorge Furquim
Antônio Pedro de Bacelar Carrilhas
Antônio Possidônio Sampaio
Antonio Seixas
Armando Alexandre dos Santos
Arnaldo Arantes
Arno Wehling
Arraes de Vilhena Falcão
Artur Martins Franco
Aureliano Leite
Berthold Zilly
Cândido Vargas de Freire
Carlos Jose Bargaça Veiga
Carlos Magno Estevanovic
Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança
Carlos Vianey Oliveira
Celso Jaloto Ávila Júnior
Crhistóvão Dias de Ávila Pires Júnior
Cybelle Moreira de Ipanema
Cyro de Mattos
Daniel Antunes Júnior
Dario Teixeira Cotrim
Dick Edgar Ibana Grasso
Dilton Domingos Gomes dos Santos
Douglas Apratto Tenório
Edmundo Aníbal Herédia
Edmundo Fernão Moniz de Aragão
Edson Santana do Carmo
Eduardo da Silva
Eliana Calmon Alves
Epitácio Pedreira de Cerqueira
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Esther Regina Largman
Euclides Pinto Torres
Fátima Alves Tostes
Fernando da Costa Tourinho Neto
Fernando Hipólito da Costa
Filipe Alberto Folque de Mendo**ça**
Francisco de Vasconcelos
Gilfrancisco Santos
Gloria Kaiser
Guilherme Gomes da S. D´Ávila Lins
Gutemberg Medeiros Costa

Helena Parente Cunha
Hendrik Kraay
Henrique Pinto Rema
Hilton José Gomes de Queiroz
Hitoshi Ishihara
Hugo Ramírez
Ionam Galo Toscano Brito
Isidoro Vásquez de Acunãy G. Delpostigo
Ivo Gastaldoni
Janete Ruiz de Macedo
Jerônimo Pizzarro
João Alfredo de Souza Montenegro
João Antônio da Silva Cezimbra
João Maurício de Araújo Pinho
Johannes Augel
Jorge Couto
Jorge de Souza Duarte
Jorge Forjaz
José Alves Siqueira Filho
José Antônio Nunes Beja da Costa
José Arthur Rios
José Augusto Ventín Pereira
José Ibarê Dantas
José Luiz da Mota Menezes
José Mendonça Teles
Justino Mendes de Almeida
Kabengele Munanga
Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa
Leão Renato Pinto Serva Neto
Lourenço de Figueiredo de Matos
Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros
Luiz Cláudio Aguiar
Luiz Philippe Pereira Leite
Lydia Pinheiro de Araújo Sá
Manuel Cadafaz Matos
Marco Antonio Neia
Marcus Joaquim Maciel de Carvalho
Marcus Soares de Albergaria de N.da Costa
Marcus Vinícius Vilaça
Maria Beltrão
Mário Portugal Fernandes Pinheiro
Melquíades Pinto Paiva
Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro
Moema Parente Augel
Murilo Sebastião Ramos Krieger
Napoleão Tavares Neves
Olindo Herculano de Menezes
Paulo Coêlho de Araújo
Paulo Fernando de Moraes Farias
Paulo Roberto Pereira
Pedro Augusto de Freitas Gordilho
Plauto Afonso da Silva Ribeiro
Raimundo Felipe Sobrinho
Raul Giovanni de Mota Lody
Raymundo Laranjeira
Ricardo de Carvalho
Roberto de Araujo C. de Albuquerque
Rui Manuel Cordeiro de Vieira Rasquilho
Sálvio de Figueiredo Teixeira
Sebastião Augusto de Souza Nery
Sérgio Martínez Baeza
Terezinha Teixeira Santos
Valther Xavier Aguiar
Vamireh Chacon de A. Nascimento
Vicente Sebastião de Oliveira
Victorino Coutinho Chermont de Miranda
Wagner Eustáquio de Araújo
Walter Carvalho Merling Júnior
Washington Luís Andrade Araújo
Wellington Estevanovic
Wilson Estevanovic Neto
Wilson Gealh

Normas de Publicação e Edital 2020

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é uma publicação anual do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB que se constitui de um canal de disseminação das Ciências Histórica e Geográfica e da Cultura e Artes. Pretende divulgar textos de autoria dos associados, da comunidade baiana e brasileira com rigor científico e metodológico. Aceita artigos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- Atenda às normas de publicação
- Preencha o nível exigido de qualidade científica
- Apresente afinidades com a natureza da publicação
- Relevância do tema para a memória geográfica, histórica e cultural da Bahia
- Abordagem atualizada sobre o tema

Orientações

O texto deve ser enviado à Direção de Publicação, para o endereço eletrônico: diretoria.publicacao@ighb.org.br acompanhado de um resumo do Currículo do autor; do resumo informativo conforme a - NBR 6028 com 150 palavras no máximo. No currículo do autor deverá conter dados pessoais e acadêmicos (nome, endereço completo, telefone, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica, e e-mail) na ordem a figurar na publicação.

Quando o texto tiver ilustrações – Tabelas, figuras, gráficas e desenhos (tif ou jpg) devem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos. Devem também ser numerados, titulados e apresentar indicação das fontes que lhes correspondem.

Processo de Seleção

As colaborações serão submetidas a pelo menos dois membros do Conselho Editorial da Revista ou Pareceristas *ad hoc* por eles indicados, sem identificação do autor. Se o texto for aceito para publicação, o Comitê Científico permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos Pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância do autor.

Artigo aprovado com restrições será encaminhado ao autor para a reformulação. Neste caso, o Comitê Científico se reservará o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos Pareceristas.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Artigo

Texto produzido de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Deve conter no mínimo 14 páginas e no máximo 15 páginas, resumo com 150 caracteres (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação - Resumo - Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências (NBR 6023/2002, Informação e documentação - Referências - Elaboração, da ABNT). **O título, o resumo e as palavras-chave (*title*, *abstract and keywords*) devem ser traduzidos para a língua inglesa.**

Ilustrações

As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões .tif ou .jpg. As ilustrações devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação das fontes.

Citação

A Revista do IGHB adota o critério de autor, data, página de acordo com a NBR 10520 de 2003. As citações bibliográficas ou de site, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor fizer parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Silva (1982, p.35), etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula, como no exemplo a seguir: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (SILVA, 1982, p.35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520, de 2003, não ultrapassando três linhas.

O artigo que atender às normas acima citadas deverá, por ordem de atendimento, incluir-se na agenda de publicação da Revista para o planejamento editorial.

Notas de Rodapé

Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no rodapé da página.

Referências

Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a listas dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002,Informação e documentação - Referências - Elaboração, da ABNT.

Alguns exemplos:

Livro com um só autor
JECUPÉ, Kaka. **Será a terra dos mil povos**: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

Livro com três autores
NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. **Peter Norton**: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.
Livro com mais de três autores
CASTELS, Manuel et al. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Capítulo de livro
BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). **Multirreferencialidadenas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

Artigo de periódico
BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. A prática da escrita e da leitura na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. **Caderno Temático Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, jul. 2004.

Artigo de jornais
SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.
Artigo de periódico (formato eletrônico)
TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 14 ago. 2000.
Livro em formato eletrônico
SÃO PAULO (Estado). **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual/htm>. Acesso em: 19 out. 2003.
Legislação

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Dissertações e teses

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. **O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras da UFBA**. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

Trabalho publicado em congresso

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. **Anais**... Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

Orientação para a formatação dos textos

O artigo deve conter até 15 páginas A4, incluindo as referências, digitado em fonte *Times New Roman*; tamanho 12; entrelinhas simples; margem superior 3,5; inferior 3,0; margem direita 3,5 e margem esquerda 3,0 sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções. O artigo deve conter um resumo em português com 150 palavras seguido do *abstract.* Utilizar maiúsculo para título principal e maiúsculas e minúsculas nos subtítulos das seções. Para ênfase ou destaque, no interior do texto, utilizar negrito. Assinalar os parágrafos com um único toque de tabulação e dar enter apenas no final do parágrafo.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Científico.

1. Devem ser digitados em extensão .doc, .txt ou .rtf, com letra *Times New Roman*, corpo 12, página em tamanho A-4, entrelinhas simples, sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções, tamanho da folha A4, margens 2,5 cm, parágrafo justificado.
2. Todas as páginas devem ser numeradas.
3. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.
4. Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal, indicando a **seção** a ser publicado, e obedecer às **normas** da revista.

Envio de originais

Os textos digitalizados devem ser enviados à Diretoria de Publicação do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na publicação (nome, endereço completo, telefone, e-mail, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo).

Endereço para contato e envio de Colaboradores

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia –IGHB
Diretoria de Publicação
Maria Nadja Nunes Bittencourt
Av. Joana Angélica, 43 – Piedade – Salvador – Bahia
CEP 40.050-001
diretoria.publicacao@ighb.org.br
Tel. (71) 3329-4463; Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA – IGHB EDITAL DE PUBLICAÇÃO n° 004/2020 da Revista IGHB n. 116

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia–IGHB, torna público o **Edital de Publicação n° 004/2020 da Revista IGHB n. 116**, com lançamento previsto para dezembro de 2021. Os artigos enviados serão submetidos à apreciação de pareceristas *ah doc* e ao Comitê Científico da Revista. Os originais deverão ser apresentados em conformidade com as normas abaixo descritas.

OBJETIVO

O presente Edital visa selecionar, para publicar, artigos oriundos de estudos e pesquisas de associados e da comunidade baiana sobre a memória geográfica e histórico-artística-cultural da Bahia, visando difundir conhecimentos, que sejam relevantes para o desenvolvimento de sua população.

NORMAS PARA ACEITE DE PARTICIPAÇÃO

1. Autor que não tenha artigo publicado no último número da Revista nº 115/2020
2. Preencher o **Formulário de Envio do Texto,** anexo ao artigo de sua autoria.

3. A Revista receberá contribuições que tratem sobre **Candolina Rosa,** educadora baiana, e de temas que versem sobre memória geográfica e histórico-artística-cultural da Bahia.
4. O texto deve ser enviado à Direção de Publicação, acompanhado de um resumo do Currículo do autor; do resumo informativo conforme a - NBR 6028 com 150 palavras no máximo seguido do *abstract* e palavras chaves.
5. As demais sessões da Revista terão seu conteúdo exclusivamente originado de atividades internas do IGHB.

Quando o texto tiver ilustrações – Tabelas, figuras, gráficas e desenhos (tif ou jpg) devem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, além de numerados, titulados e apresentar indicação das fontes que lhes correspondem.

Citação – A Revista do IGHB adota o critério de autor, data, página de acordo com a NBR 10520 de 2003. As citações bibliográficas ou de site, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor fizer parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Silva (1982, p.35), etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula, como no exemplo a seguir: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (SILVA, 1982, p.35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520, de 2003, não ultrapassando três linhas.

Referências – Deverão vir após parte final do texto, em ordem alfabética, a lista dos autores e das publicações conforme a NBR 6023 de setembro de 2003, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **As referências devem conter exclusivamente os autores e textos citados no corpo do artigo.**

O artigo que atender às normas acima citadas deverá, por ordem de atendimento, incluir-se na agenda de publicação da Revista para o planejamento editorial.

INSCRIÇÕES

Os interessados devem, no período de **20/10/2020 a 21/03/2021,** encaminhar os artigos acompanhados do **Formulário de Envio do Texto**, devidamente preenchido, conforme as normas estabelecidas neste Edital, para o endereço: diretoria.publicacao@ighb.org.br

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Este Edital abrangerá produções científicas, técnicas, artísticas e culturais.

Será contemplado o artigo que se enquadre nos requisitos, a saber:

- Relevância do tema para a memória geográfica, histórica, artística e cultural da Bahia
- Impactos nas áreas de interesse do IGHB
- Atendimento às normas de publicação deste Edital

Após a inscrição, somente os originais selecionados serão enviados para um ou mais pareceristas, desde que tenham sido atendidos os requisitos elencados nos itens anteriores. Ressalta-se que será garantido o anonimato de autores e pareceristas no processo de avaliação dos originais. Originais não contemplados por este Edital serão informados aos autores, e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a publicação do resultado final deste Edital, os arquivos serão descartados.

PUBLICAÇÃO

Os textos selecionados serão publicados na Revista IGHB número 116 e será lançado em dezembro de 2021

Os direitos autorais dos textos publicados por este Edital serão cedidos ao IGHB.

CALENDÁRIO, CRONOGRAMA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os resultados serão divulgados individualmente.
O presente Edital obedecerá ao seguinte calendário

AÇÕES	DATAS
Divulgação do Edital	**20/10/2020**
Período de recebimento dos artigos	**20/10/2020 a 21/03/2021**
Avaliação dos textos	**28/03/2021 a 30/04/2021**
Divulgação dos resultados	**10/05/21**

Seleção de originais

1. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.
2. O artigo aprovado com restrição será encaminhado ao autor para a reformulação. Neste caso, o Comitê Científico se reserva o direito de recusar o original, caso as alterações nele introduzidas não atendam à solicitação dos pareceristas e do Comitê Científico.
3. O autor será comunicado sobre o processo de andamento de seu original no prazo de até trinta dias, após a reunião do Comitê Científico.
4. Os artigos serão submetidos apareceristas *ad hoc* externos ao IGHB. Caso sejam sugeridas alterações, os autores serão consultados. Os originais não serão devolvidos.

Orientação para a formatação dos textos

1. O artigo deve ter a extensão de até 15 páginas A4, digitado em fonte *Times New Roman*; tamanho 12; entrelinhas simples;

margem superior 3,5; inferior 3,0; margem direita 3,5 e margem esquerda 3,0sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções.

2. O artigo deve conter um resumo em português com 150 palavras seguido do *abstract* e palavras chaves.
3. Utilizar maiúsculo para título principal, e maiúsculas e minúsculas nos subtítulos das seções.
4. Assinalar os parágrafos com um único toque de tabulação e dar enter apenas ao final do parágrafo.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Científico.

Endereço para contato

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia-IGHB
Av. Joana Angélica, 43 – Piedade – Salvador – Bahia
CEP 40.050-001

Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diretora de Publicação IGHB
diretoria.publicacao@ighb.org.br

Formato	150 x 210 mm
Tipografia	Arial, Time New Roman e Trajan Pro
Papel	Offset, 90 g/m^2 (miolo)
	Supremo, 300 g/m^2 (capa)
Tiragem	1.000 exemplares